



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

THASIO FERNANDES SOBRAL

**MOVIMENTOS HOMOSSEXUAIS NO JORNAL *LAMPIÃO DA*
ESQUINA (1978-1981)**

Salvador
2019

THASIO FERNANDES SOBRAL

**MOVIMENTOS HOMOSSEXUAIS NO JORNAL *LAMPIÃO DA
ESQUINA* (1978-1981)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História Social

Orientação: Prof. Dr. Marcelo Pereira Lima

Salvador
2019

S677 Sobral, Thasio Fernandes.
Movimentos homossexuais no Jornal Lampião da Esquina (1978-1981) / Thasio
Fernandes Sobral . – 2019.
178 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Pereira Lima
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Salvador, 2019.

1. Lampião da Esquina (Jornal). 2. Homossexualidade masculina. 3. Identidade
de Gênero. 4. Movimentos sociais. I. Lima, Marcelo Pereira. II. Universidade Federal
da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 306.76



PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	INSCRIÇÃO	NÍVEL DO CURSO
Thasio Fernandes Sobral	21712146	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO Movimentos homossexuais no Jornal Lampião da Esquina (1978-1981)		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Elias Ferreira Veras (UFAL)		988377103-72 (2ª vez)
Lucileide Costa Cardoso (UFBA)		309051175-49
Marcelo Pereira Lima (UFBA, Orientador)		037327057-73

ATA

Aos quatro dias de dezembro de 2019 nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Thasio Fernandes Sobral do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História. Após a abertura da sessão, o professor doutor Marcelo Pereira Lima, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu aprovar o aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem é de direito.

PARECER GERAL

A banca ressalta a qualidade e solidez teórico-metodológicas, a consistência da discussão historiográfica e a boa análise documental, demonstrando originalidade de abordagem sobre a História da imprensa, dos movimentos homossexuais e da transição para a democracia. Com isso, a banca recomenda a publicação pelo seu nível de distinção.

SSA, 04/12/2019: Assinatura do aluno:

SSA, 04/12/2019: Assinatura do professor orientador:

AGRADECIMENTOS

A gratidão é o que nos faz perceber que sozinhos somos incapazes de alcançar novas vitórias. Torna-se um ato de reflexão sobre aqueles que estão por nós em momentos conflituosos. É, portanto, um exercício de coletividade. A vida é um processo elaborado por diversos agentes históricos. Eles formulam e (re)pensam a realidade através de ações, que nos levam a diferentes lugares, alguns nem sempre bons – é verdade – mas, com certeza, sem esses atores não caminharíamos para aqueles que são de alegria.

Fazer esta dissertação me impôs uma série de processos de amadurecimento. Questões que me fizeram crescer como pessoa, e, como pesquisador. Foi um momento em que, muitas vezes, me senti emocionalmente esgotado, mas com as pessoas certas eu encontrei as ferramentas certas. Algumas eu nem sabia que existiam. Sem essa rede de apoio, que me preencheu de afetos e matérias para vencer, eu não conseguiria. A todos vocês: o meu obrigado!

Agradeço a Deus. Único em sua sabedoria por ter me dotado das competências necessárias para me mobilizar durante os momentos de dificuldades. Grato por ter me preenchido de discernimento para tomar as atitudes corretas, me fazendo (re)criar hábitos e alternativas para que eu chegasse ao fim desse ciclo.

Agradeço a minha mãe, Aldenita, pois sem ela não conseguiria alcançar nenhum dos meus objetivos. Obrigado por ser o maior exemplo de perseverança, por estar de braços abertos para mim independente das minhas escolhas e das circunstâncias. Essa é a definição de amor. Continuarei me espelhando em seu compromisso, em sua responsabilidade profissional, coerência e lógica, coisas que te levaram a conseguir todos seus sonhos. Ater-me-ei aos seus princípios para, também, conseguir os meus.

Agradeço ao meu pai, Joelson, por ser um exemplo de superação, dedicação, e, por defender o que acredita. O meu respeito pela sociedade e coletividade vem de você. O meu compromisso coletivo é herança sua. Minha busca individual em fazer diferença nesse mundo, e, transmitir isso aos demais são reflexos de suas ações. Obrigado por transmitir sempre muita paz e confiança nos momentos em que precisei. O seu estado mental é o meu guia.

Agradeço ao meu orientador Marcelo Lima pelo seu exemplo de conduta profissional e pedagógica. Como mentor durante este processo, você soube me ouvir. Compreendeu meus anseios, e respeitou o meu processo enquanto pesquisador. A honestidade onde você abriga o seu papel enquanto orientador iluminou os caminhos para minha pesquisa. Obrigado pela precisão de suas palavras, e, ao mesmo tempo, pela liberdade em que você soube compreender meus posicionamentos e objetivos. Obrigado por ser tão solícito e solidário.

Agradeço aos membros da Banca Examinadora. Elias e Lucileide, vocês me enriqueceram! Obrigado pelas indicações sábias e construtivas das quais eu não teria concluído minha pesquisa da mesma forma. Ambos foram igualmente fundamentais em seus questionamentos, e trouxeram reflexões necessárias, impondo-me desafios a serem superados para melhor exercício do meu ofício.

Agradeço aos meus orientadores da graduação, Maristela e Marcelo Lins que semearam as sementes para que eu pudesse me tornar um pesquisador comprometido. Com honestidade teórico-metodológica, comprometimento científico e clareza política do que significa ser um historiador. Por buscarem elevar o melhor em mim, desejando que eu buscasse me aprimorar. Obrigado pelas lições de humildade, paciência e competência. Vocês estão no meu coração.

Agradeço a todos meus colegas de turma 2017.2, por manterem um frequente sentimento de solidariedade coletiva. Frente às adversidades políticas impostas às universidades públicas, à ciência e à sociedade brasileira, nós fortalecemos os preceitos de união e coletividade. Mantenho gratidão aos amigos que formei, sobretudo, à Bento, Geórgia e Marlos, pessoas iluminadas e ilustres, que eu tive a sorte de encontrar. Vocês são valiosos. Meu carinho por vocês se manterá por toda a vida, pois não imagino vocês fora dela.

Agradeço a minha fiel companheira e colega de orientação, Sulamita. Encontramo-nos em sincera sintonia com os dilemas de nossas respectivas questões emocionais e acadêmicas. Você é peça fundamental para manter-me estável durante momentos difíceis desse processo de pesquisa. Obrigado pelo respeito e reciprocidade. Agradeço as visões compartilhadas sobre o que representa ser um jovem pesquisador. O nosso carinho é a nossa morada, local onde sempre poderemos ir para nos reconhecer e nos recolher.

Agradeço à rede de apoio que fiz em Salvador. Vocês se tornaram minha família e minha tranquilidade durante o período da pesquisa! Obrigado à Priscila por sempre me receber em sua casa com todo carinho, por ser verdadeira e amiga. Sua integridade é algo definitivamente inspirador e que me move. Obrigado à Caroline pelas palavras de conforto e pela honestidade de suas reações, pelos afagos em meu coração, e, por encontrarmos caminhos comuns para lidar com os dilemas da vida. Você fez-me sentir menos sozinho. Obrigado à Gabriela pela espontaneidade, pela atenção, pelos momentos, pela assistência e sua eterna busca em ser uma pessoa melhor. Obrigado por todas as características que te fazem.

Obrigado à Rayan, por sua estabilidade, sinceridade, e, verdade. Grato por elevar os meus parâmetros e objetivos. Por não me abandonar. É uma felicidade te ter tão perto do meu coração e da minha vida.

Agradeço ao irmão e companheiro que fiz, Josias. Você é joia rara. Insubstituível, único, íntegro, sincero, recíproco. Tenho a certeza de que poucas pessoas no mundo fariam e estariam em momentos, dilemas e conflitos que enfrentei durante os meses da pesquisa. Você estará para sempre e em meu coração e em minha vida. O que construímos é eterno.

Agradeço à Paulilo. Minha irmã, é incrível perceber o como crescemos nesse processo, e o quanto nossa aproximação foi fundamental para nos elevar a ir cada vez mais longe. Agradeço todas às noites compartilhadas, todas as vezes em que você agiu como um anjo da guarda enviada por todos os céus para me proteger. Você é a minha fonte de inspiração inesgotável. Minha estrela. Obrigado pelo eterno apoio e por todo amor.

Agradeço à Nalva pela felicidade, tranquilidade e pelo carinho – totalmente gratuitos – que nutre por mim. É recíproco. Gratidão pelo acolhimento nos momentos mais aterradores, e, por facilitar os meus caminhos sempre que pode. Você é uma alma de luz e a vida vai tratar de retribuir todo bem que você causa. Obrigado.

Agradeço ao meu namorado, Juan, pela firmeza do nosso amor. Pela tranquilidade e parcimônia em que me coloca ao me ajudar a encontrar os meus objetivos. Por não desistir de mim, por fazer eu acreditar mais em mim mesmo, pelas melhores saídas e sugestões. Obrigado

por ser o meu companheiro. Você é um bilhete premiado. Eu agradeço todo dia por você estar na minha vida.

Agradeço as minhas amigas Alane, Bianca, Bruna, Camila, Laís, Nathane, Tarsis, Thayane e Thyago, por compartilharem os dilemas de ser jovem, professor, e, pesquisador em momentos como estes. Agradeço à minha amiga Jéssica, por sempre ser um porto seguro. Agradeço a Hugo por jamais duvidar que todo dia é um novo dia para que eu brilhe. Você é um universo. Agradeço a minha madrinha, Daniela, por ser tão protetora. Você é uma amiga, uma segunda mãe, e uma irmã mais velha.

Agradeço ao Grupo Dignidade e o Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott por ter disponibilizado *online* as fontes principais deste trabalho, as edições do *Lampião da Esquina*. São iniciativas como estas que fazem a pesquisa científica continuar.

Agradeço à Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão de uma bolsa de mestrado. A presença desse incentivo foi o que viabilizou, e, possibilitou minha pesquisa – política necessária da qual eu serei eternamente grato.

Agradeço à coordenação, aos técnicos e aos estagiários do colegiado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, onde encontrei às resoluções para minhas dúvidas institucionais. Vocês foram um alívio. Aos docentes, obrigado pelas aulas e conhecimentos compartilhados, eles foram definitivos para meu crescimento enquanto pesquisador.

Aos que, eventualmente, possa ter esquecido, peço desculpas! Mas saibam que meu coração saberá reconhecê-los. Obrigado.

RESUMO

Lampião da Esquina foi um periódico editado entre abril de 1978 e julho de 1981 no eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Elaborado por um grupo intelectualizado de homens homossexuais, rodou 38 edições, sendo o primeiro distribuído por todo Brasil a fomentar os debates e os movimentos sociais sobre sexualidades dissidentes no país. Abertamente opinativos, estes homens buscaram abordar de maneira política as homossexualidades. O *Lampião da Esquina* foi um jornal desviante e as posturas desse mensário propõe alguns caminhos que nos levam ao objetivo dessa pesquisa. Buscou-se investigar as relações do *Lampião* com os movimentos homossexuais que aparecem em suas páginas. Para tal, suas edições foram estudadas, dando evidência às sexualidades dissidentes e as suas diferentes formas de repressão moral, devido aos mecanismos censórios dos governos militares. Discutiu-se, também, os deslocamentos e sofisticções de discursos e instrumentos utilizados para perseguir os grupos protagonistas desta dissertação. Analisou-se, através de sua trajetória, os vínculos do *Lampião* com alguns jornais próximos a uma esquerda tradicional heteronormativa. Investigou-se, também, os debates dos movimentos das minorias presentes no seu tempo e as disputas de projetos políticos para o movimento homossexual, do qual nosso periódico homoerótico foi um dos principais articuladores e protagonistas. Por fim, inquiriu-se seus discursos sobre as organizações políticas dos homossexuais ao examinar três seções do mensário: *Opinião*, *Ativismo* e *Cartas na Mesa*, ao debater as posições e os silenciamentos do jornal, evidenciando suas confluências e contradições.

Palavras-chave: *Lampião da Esquina*; Homossexualidade Masculina; Movimentos Homossexuais; Movimentos Sociais; Relações de Gênero

ABSTRACT

Lampião da Esquina was a journal published between April 1978 and July 1981 on the Rio de Janeiro and São Paulo axis. Developed by an intellectualized group of homosexual men, it rolled 38 editions, the first to being distributed throughout Brazil, and to foster debates and social movements about dissident sexualities in the country. Overtly opinionated, these men sought to approach homosexualities politically. The *Lampião da Esquina* was a deviant newspaper and his postures offers us some ways that lead to the objective of this work. It seeks to investigate *Lampião's* relations with the homosexual movements that appear in its pages. To this end we evaluate their editions giving evidence of dissident sexualities and their different forms of moral repression, due to the censorship mechanisms of military governments. Therefore, we investigate its pages giving evidence to the dissident sexualities and their different forms of moral repression, due to the censorship mechanisms of the military governments. Besides, to debate about the displacements and sophistication of discourses and instruments used to persecute the protagonist groups of this dissertation. Through its trajectory, it was analyzed the links of *Lampião* links with some journals close to a traditional heteronormative left. It sought to investigate, as well, the debates of minority movements present in its time, as well about disputes over political projects for the homosexual movement, of which our homoerotic journal was one of the main articulators and protagonists. Lastly, its opinions on the political organization of homosexuals by analyzing three sections of the journal: *Opinião*, *Ativismo* and *Cartas na Mesa*, investigating of the newspaper's postures and silences, presenting the confluences and contradictions.

Keywords: *Lampião da Esquina*; Male Homosexuality; Homosexual Movements; Social Movements; Gender Relations

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. UM PALADINO EM SEU UNICÓRNIO	24
1.1 O PERIGO É HOMOSSEXUAL	24
1.2 CENSURA E SUBVERSÃO	32
1.3 A IMPRENSA <i>BICHÉRRIMA</i> DO BRASIL	39
1.4 O <i>LAMPIÃO DA ESQUINA</i> SURGE	48
2. O <i>LAMPIÃO</i>, OS DISSIDENTES E O DUELO	67
2.1. <i>LAMPIÃO DA ESQUINA</i> E O JORNALISMO DOS MACHOS DA ESQUERDA	67
2.2 MOVIMENTOS <i>TRANSANTES</i> : DÉCADAS DE 1960 E 1970	74
2.3. O DUELO	91
3. O <i>LAMPIÃO</i> QUE NÃO USAVA VERMELHO	103
3.1 <i>OPINIÃO</i> QUE INCENDEIA	103
3.2 <i>LAMPIÃO</i> E SUA VOZ PELO <i>ATIVISMO</i>	112
4. UM <i>LAMPIÃO</i> PARA AS <i>CARTAS NA MESA</i>	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171

INTRODUÇÃO

O *Lampião da Esquina* foi um jornal desviante. O seu próprio nome evoca esse lugar. Ele nos diz, e dizia a seus leitores, que poderiam encontrá-lo à esquina, como se estivesse sempre em desvio de algo. As posturas do mensário nos propõem alguns trajetos para essa pesquisa. Busca-se investigar as relações do *Lampião* com os movimentos homossexuais que aparecem em suas páginas. Para tal, buscou-se compreender, através de suas edições, o seu papel como articulador dos debates sobre a homossexualidade ao analisar as nuances de seus discursos políticos. O paladino jornalístico é um emblema. Esteve próximo a eventos ilustres que remontam a trajetória política de grupos sociais de sua época e, por isso, o uso de suas matérias se exhibe de forma transversal em todo material aqui elaborado. Como um facilitador do nosso inquérito, escolheu-se esta introdução não somente como uma forma de apresentar a estrutura do evento que esta dissertação representa. Ela se torna, também, um espaço oportuno para expor debates referentes às escolhas teórico-metodológicas e de conceitos que edificam este trabalho.

A estrutura compõe-se de quatro capítulos. O primeiro busca desenvolver um olhar sobre as sexualidades e as diferentes formas de repressão moral. Nele se observou os mecanismos censórios dos governos militares contra as homossexualidades, pretendeu-se debater a respeito dos deslocamentos e sofisticções dos discursos e instrumentos utilizados para oprimir os grupos tratados nesta narrativa dissertativa. O segundo investiga os vínculos do *Lampião* com alguns periódicos próximos a uma esquerda tradicional heteronormativa. Apresentou-se os movimentos das minorias presentes no seu tempo, e discute-se as disputas de projetos políticos para o movimento homossexual, do qual nosso mensário homoerótico foi um dos principais articuladores e protagonistas.

Os capítulos três e quatro debateram as opiniões sobre a organização política dos homossexuais ao analisar três seções do mensário: *Opinião*, *Ativismo* e *Cartas na Mesa*. Essas últimas partes são constituídas em oposição à bibliografia disponível na investigação dos silenciamentos do jornal. Elas apresentam as confluências e as contradições do Conselho Editorial sobre os movimentos homossexuais, além dos embates entre seus discursos e os de seus leitores, por meio das missivas enviadas ao mensário. Outrossim, este trabalho torna-se um extrato dos posicionamentos políticos do *Lampião da Esquina* e de sua relação com os grupos organizados politicamente em torno da pauta das homossexualidades.

A escolha do período que se estende de 1978 a 1981 representa o tempo de existência do jornal, procurando com esmero seu espaço dentro das discussões feitas a respeito da

homossexualidade masculina e do movimento homossexual no Brasil. O jornal *Lampião da Esquina* surgiu em 1978 e marca um período de emergência do debate da homossexualidade numa tentativa de articulação nacional, impulsionando diferentes grupos de gays e lésbicas a discutirem suas sexualidades em um momento de acirramento político, cultural e social. Apesar de diferentes mecanismos repressivos buscarem solapar a articulação crescente de grupos dissidentes, devido a Ditadura Militar¹, formas de enfrentamento surgiram através de diferentes manifestações sociais, criando terreno propício para debates sobre formas de viver, percepções de mundo e sexualidades. Se, de um lado, tivemos regimes totalitários que se instrumentalizaram por meio de práticas e percepções discriminatórias, sendo alicerçadas pela moral e a ciência em diferentes momentos históricos no século XX; do outro, esses governos e práticas também colidiam com tentativas de contragolpes de diferentes grupos, principalmente a partir de 1968, propiciando modelos de enfrentamento.

O contexto de surgimento do nosso paladino homoerótico foi compatível com o da elaboração de novas percepções teóricas e historiográficas. Elas ampliaram-se em meio ao processo de efervescência cultural e à movimentação de mulheres na segunda metade do século XX, inicialmente nos Estados Unidos e Europa nos anos de 1970, e, posteriormente se consolidando no Brasil a partir da década de 1980 e 1990. A História das Mulheres, campo historiográfico que havia adquirido expressão desde a década de 1970, inspirou-se nos questionamentos feministas e aspiraram mudanças na historiografia, marcada por um profundo androcentrismo. Essas contestações abriram caminho para novas perspectivas dialéticas nos incentivando a repensar os padrões e concepções teórico-metodológicas hegemônicas.

¹ A escolha do termo “Ditadura Militar” baseia-se no argumento de Carlos Fico (2004, p. 52) que diz: “se a preparação do golpe foi de fato ‘civil-militar’, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis. Por certo (...) importantes cargos do primeiro escalão foram destinados aos ipesianos civis e, mais importante, a política econômica do primeiro governo militar pautou-se pelos ditames do saneamento financeiro que interessava ao capital internacional. Mas as sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo também demonstra a feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar — em duas palavras: de uma ditadura militar”. Atualmente, também, faz-se crucial relembrar os absurdos políticos causados em nome de um autoritarismo utópico, baseado na Doutrina de Segurança Nacional. Pois, essa serviu de base teórica para manutenção, e, legitimação das atrocidades aos direitos humanos cometidos pelas forças de segurança durante aquele período. (ALVES, 2005, p. 45; COWAN, 2014, p. 27-52; FICO, 2004, p. 52). Não podendo ignorar, também, as recorrentes manifestações saudosistas e desejosas da volta dos militares ao poder no Brasil. O que reforça a responsabilidade e o protagonismo das Forças Armadas na Ditadura, que continuam presentes na memória coletiva dos brasileiros. Em uma pesquisa de 2017, 35% dos brasileiros afirmam ser a favor de uma intervenção militar provisória no Brasil (SANTOS, 2017). Dados alarmantes, que precisam ser devidamente incorporados pela historiografia, em uma disputa de narrativas cada vez mais evidente sobre a importância de um modelo democrático para garantia de liberdades individuais.

A História das Mulheres explicitava nitidamente a influência da diferença sexual na organização da vida social em distintos contextos temporais. Os diversos ramos da História das Mulheres, das mais descritivas às mais analíticas, dedicaram-se a repensar a linguagem, a experiência e o ponto de vista feminino no tecido histórico. Para isso, valorizou-se aspectos da vida social antes ignorados, rediscutindo suas implicações políticas. As discussões trazidas pelas historiadoras e historiadores da História das Mulheres foram se constituindo no fazer histórico à medida que trouxeram a necessidade de tornar o conhecimento preocupado com a construção dos acontecimentos sociais que legitimavam tais diferenças, se estabelecendo como uma premissa que se mantém até hoje. (PINSKY, 2009, p. 160-162)

A apresentação do conceito de “gênero”, aqui utilizado como uma das lentes para crítica das nossas fontes, trata-se de uma categoria útil de análise histórica, sendo um passo para o aprofundamento analítico. Seu desenvolvimento aparece como uma maneira de questionar noções essencialistas dos papéis socialmente definidos para homens e mulheres. Ele rejeita, como diria Joan W. Scott, “o determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’”. (SCOTT, 1990, p. 72) Neste sentido, a autora propõe uma ruptura nas concepções estabelecidas que utilizavam a genitália como argumento-fim para legitimidade de determinadas práticas discriminatórias, pois tentavam agregar uma “essência”, ou seja, um elemento em comum, inquestionável, fixo e imóvel para definições de papéis sociais baseados em determinismos biológicos.

O conceito de “gênero” busca expor os aspectos relacionais das definições normativas destes papéis sociais, compreendendo-se como “uma forma primária de dar significado as relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 86). Contudo, a organização das relações sociais de poder não se dá de modo unidirecional, afinal, homens e mulheres mantêm um vínculo intermediado por relações de poder multidirecionais. Estas incidem na transformação de significados atribuídos a papéis de gênero, que estão sempre em processo de (re)negociação, em virtude da atuação contínua de sujeitos históricos, que mudam e transformam suas realidades objetivas e subjetivas, e dos mecanismos de coerção social. (SCOTT, 1990, p. 75; TILLY, 1994, p. 51)

Instrumentalizados por essa perspectiva, buscou-se entender os processos de hierarquizações e os diversos valores simbólicos e materiais, sobretudo os atribuídos aos papéis socialmente construídos como femininos e ou masculinos de indivíduos com sexualidades consideradas desviantes. Procuramos discutir as perspectivas essencialistas que se empenharam em tornar doentes certos sujeitos ao fixar significados a corpos, servindo às estratégias de fincar na sociedade discursos de ilegitimidade para as suas existências. E, por último, ilustraremos a

sofisticação de recursos para controle de sujeitos homossexuais ao longo do século XX ao exibir a atuação de movimentações de enfrentamento destes sujeitos perseguidos pelas normas sexuais estabelecidas.

Nessa perspectiva, a sexualidade igualmente é um elemento central para a nossa discussão, visto que a compreendemos como “uma estratégia de controle social que regula o desejo erótico, uma vez que esta é perigosa para a ordem social”. (ANDREU; VERAS; VALENCIA; 2014, p. 42) Nesse sentido, a sexualidade pode atuar de modo conservador à medida que se institui como uma invenção do poder hegemônico e serve para reprodução e manutenção da ordem política instaurada, se tornando “produto daqueles que regulam o desejo erótico”. (ANDREU; VERAS; VALENCIA; 2014, p. 42) Ela pode ser uma forma de regular condições de existências pessoais e sociais, tornando clandestinas determinadas práticas sexuais e erotismos ao estigmatizá-los, negando-lhes reconhecimento social positivo. Ela pode ainda fomentar e institucionalizar outras práticas eróticas de todo tipo, incluindo as consagradas pela heteronormatividade. Esta última é perpetuada como uma maneira de organizar relações pessoais e coletivas baseadas em monogâmias, normalmente associadas a pactos matrimoniais estáveis e compreendidos inicialmente como a primeira etapa para o desenvolvimento de um núcleo familiar; sendo o resultado de “um ideal normativo e emocional baseado no mito romântico que associa matrimônio e amor”. (ANDREU; VERAS; VALENCIA; 2014, p. 44)

A centralidade e presença da norma heterossexual pôde criar uma periferia e o esvaziamento de sexualidades que desviariam da linguagem e práticas morais do mundo contemporâneo. Somente entre os séculos XVIII e XIX consolidou-se um conjunto específico de sentidos estigmatizantes dessas práticas sexuais, dando-lhes nomes, contornos, significados e especificidades, que foram fabricados de modo simbólico e material. (CECCARELLI; FRANCO, 2010, p. 121; FOUCAULT, 2019, p. 44) Como outras sexualidades, a “homossexualidade” fora inventada, tornando-se uma transgressão aos atos afetivo-sexuais considerados normais. O conceito de homossexualidade, que havia surgido no fim do século XIX, como “uma construção de um discurso social sedimentado nas referências simbólicas que ditam os parâmetros sexuais de normalidade, levando à exclusão do sujeito homossexual no discurso dominante de uma dada cultura por seu comportamento ser ‘desviante’” (CECCARELLI; FRANCO, 2010, p. 128) fez da primeira metade do século XX significativamente perverso aos dissidentes.

Adiante, já nas décadas de 1960 e 1970, os intensos debates sobre as formas de viver em sociedade, os limites das liberdades individuais impuseram questionamento daquilo que era

considerado lícito, ilícito, sadio ou patológico no âmbito do que hoje se considera “gênero” e “sexualidade”. As discussões trouxeram diferentes abordagens para compreender a relação afetivo-sexual entre pessoas do mesmo gênero, formando novas bandeiras de luta, e consolidando novas formas de atuação política. Esses incipientes contornos histórico-sociais começaram a ser caracterizados distintamente do movimento operário por não se basearem de forma clara nos critérios ou marcadores socioeconômicos de classe, mas sobretudo em concepções étnicas, de gênero e estilo de vida. Muitas vezes, esses não objetivavam uma revolução política com o intuito da tomada de poder. E, apesar de serem inicialmente caracterizados como tal, não se eram reações irracionais de grupos isolados, mas uma movimentação coordenada de milhares de pessoas que demonstravam um desejo de uma ruptura organizativa. (ALONSO, 2009, p. 50)

As mudanças que vigoravam no período teriam criado as bases para formação de uma definição para esses movimentos sociais. No sentido de “ações coordenadas de mesmo sentido acontecendo fora das instituições políticas” (ALONSO, 2009, p. 51), não eram necessariamente protagonizados pelo que se chamava de proletariado. A transição dos sujeitos políticos expressara-se na emergência de novas faces sociais e políticas, que buscavam a transformação do cotidiano e da realidade. Diversas mulheres, jovens, estudantes e profissionais liberais, principalmente os(as) da classe média, lutaram por novas condições de vida, pela redistribuição de recursos, pela afirmação da diversidade, intentando conceber e praticar outras formas de vivê-las. (ALONSO, 2009, p. 51)

Mais precisamente após a virada para década de 1960, as configurações sociais foram se modificando, devido à descentralização da indústria e do trabalho como epicentro dos conflitos sociais, pois estes teriam, supostamente, se diluído nos processos das instituições democráticas e na luta pela expansão de direitos. (ALONSO, 2009, p. 60) Desta forma, haveria uma transição para manifestações culturais, que não teriam base social demarcada, e seus atores não estariam mais definidos por uma forma de atividade, ou seja, o trabalho, mas, sim, por numerosos estilos de vida. Emergiriam no lugar de sujeitos mobilizados por classe, grupos marginais quando comparados às imposições normativas da sociedade. (ALONSO, 2009, p. 61)

Estes movimentos sociais “em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes”. (ALONSO, 2009, p. 61) Esses novos movimentos “defenderiam novos modelos participatórios e a criação de ‘contrainstituições’, protegidas dos partidos de massa, da indústria cultural e da mídia, nas quais a comunicação livre fosse possível” (ALONSO, 2009, p. 63),

fazendo uma política desvinculada de qualquer demanda por bens ou ocupação de cargos políticos, voltando-se para afirmação de identidades. (ALONSO, 2009, p. 63)

Neste período, subjetivamente, a forma de dominação não se daria exclusivamente pela exploração da força de trabalho, transitando para produção e controle de informação e na intervenção das relações sociais através da ciência e da tecnocracia. A diferença entre esferas público e privado se reconfiguraram, transformando as relações interpessoais, sexuais e biológicas como novas zonas de conflito. Os movimentos sociais que surgiram na segunda metade da década de 1970 seriam “formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas”. (ALONSO, 2009, p. 64) O conceito de movimentos sociais é central nessa pesquisa, e pode ser considerado “como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. (GOHN, 2011, p. 335) Ao mesmo tempo, são espaços formadores que constroem propostas e diagnósticos *para e sobre* a sociedade. Eles aglutinam pessoas em campo de atividades e experimentação social que geram criatividade de novas percepções socioculturais e, por isso, é importante analisar suas trajetórias. (GOHN, 2011, p. 342)

Muitas das discussões apontadas acima são reflexões de movimentos da história e da política surgidos em contextos específicos na Europa e nos Estados Unidos, que, não necessariamente, se aplicam do mesmo modo em terras brasileiras, pois aspectos históricos específicos moldaram a forma de fazer política em um país prioritariamente preocupado com o fim de uma Ditadura Militar. Entretanto, ainda que estas análises não possam ser mecanicamente aplicadas para compreender a realidade do Brasil, existiu uma atmosfera coletiva que proporcionou a ascensão de alguns debates e formas de organização política. Uma condicionante de governos extremamente censórios obrigou muitos indivíduos a se exilarem em outros países, trazendo experiências pessoais e possibilitando o intercâmbio dessas em um número mais abrangente de formas de política. Uma dessas expressões foi, justamente, a presença de um jornal que seria um paladino de um movimento disposto a discutir homossexualidade no Brasil, o nosso *Lampião da Esquina*. E é pela necessidade de estudá-lo que embarcaremos em uma nova seara de discussões.

Ao adentrar no campo metodológico, viu-se que durante muitas décadas os historiadores se furtaram em utilizar jornais para construção de pesquisas. A preocupação dos antigos paradigmas históricos baseados em uma suposta “verdade” havia se restringido ao uso de fontes

consideradas oficiais², na tentativa de anular a “alta carga de subjetividade na maneira como [se] narra os acontecimentos”. (CALONGA, 2012, p. 80) A pretensão pela neutralidade das fontes ignorava que a construção dos documentos perpassa por diferentes historicidades e subjetividades. Tornou-se cada vez mais importante não somente identificar e problematizar aqueles que fizeram as documentações, mas igualmente os sujeitos que se dedicam a analisá-las. A busca pela neutralidade e verdade demonstram-se práticas inalcançáveis no ofício do historiador, mesmo quando se utilizavam fontes oficiais, ainda que para o Positivismo historiográfico e a Escola Metódica acreditassem que estes exercícios pudessem ser possíveis. Porém, estas concepções que moldaram o nosso ofício durante os séculos XVIII e XIX foram postas em xeque por diversas tendências historiográficas, principalmente as preconizadas pelo *Annales*.³

No início do século XX, as críticas desses historiadores *annalistes* feitas à escrita tradicional logo transformaram esse movimento em um novo paradigma historiográfico, iniciando uma significativa ruptura no fazer histórico que reverbera até os dias atuais. Apesar das críticas datarem da década de 1930, Tânia Regina de Luca (2008) afirma que só no período próximo ao surgimento dessa gama de debates que apresentamos, a partir de 1970, que a utilização do “documento-jornal” ganhou centralidade nas pesquisas históricas. Assim como as anteriores, a terceira geração⁴ dos *Annales* incentivou a aproximação da História com outros campos do conhecimento, em especial a Sociologia, Antropologia, Psicanálise e Linguística, forçando o “historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar”. (LUCA, 2008, p. 112)

O corolário dessa interdisciplinaridade foi também a ampliação e pluralização das concepções de fonte, já que a multiplicidade de temas, abordagens e temporalidades redundou no alargamento dos indícios, vestígios e pistas produzidas em determinado contexto. Isto porque os periódicos, assim como os sujeitos históricos, são fontes sujeitas à uma historicidade própria que precisa ser identificada, mapeada e analisada. Neste sentido, é importante a

² Compreendo fontes oficiais como: “documentos escritos oficiais de eventos essencialmente políticos, sobretudo, documentos militares, eclesiásticos e de governos”. (CALONGA, 2012, p. 80)

³ A Revista do *Annales* (1929) foi fundada pelos franceses Marc Bloch e Lucien Febvre. Seus percursores, principais articuladores da primeira geração do movimento dos *Annales*, se opuseram as antigas concepções do fazer histórico, propondo novas metodologias como a interdisciplinaridade entre campos do conhecimento e alargamento da concepção de fontes históricas, sendo reflexos de uma luta por uma História interdisciplinar, problematizada e deslocada dos fatos e dos poucos indivíduos. (BURKE, 2010)

⁴ Burke define que o “policentrismo prevaleceu” na terceira geração, não só pela multiplicidade de temas discutidos pela geração, mas também por estar descentralizada em vários membros, ao contrário das outras gerações. Apesar disso, Jacques Le Goff é reconhecido como um dos principais de seus nomes. Nessa geração, observa-se a guinada aos estudos culturais e antropológicos na História. (BURKE, 2010, p. 89)

contextualização histórica de como essa fonte foi fabricada. Como nos informa Rafael Saraiva Lapuente (2015), faz-se necessária a apresentação dos elementos que permitiram não somente o surgimento do jornal, como também a crescente onda de discussão a respeito das homossexualidades no Brasil dos anos de 1970.

Problematizar os sujeitos históricos que elaboraram o jornal é uma tarefa central. Inegavelmente, houve muito interesse dos membros do jornal em expor sua visão sobre qual seria a forma política que a homossexualidade deveria ser tratada, principalmente a masculina. Entretanto, os lugares do discurso destes sujeitos precisam ser mais bem avaliados em suas respectivas camadas discursivas, incluindo a maneira como eles se relacionavam e construíam suas redes de sociabilidades. As questões raciais e de gênero, assim como de classe, entre outros marcadores sociais, podem revelar as costuras dessas posturas, demonstrando as possíveis disputas político-ideológicas.

Em sua grande maioria, tratava-se de um corpo editorial composto por homens intelectuais, quase exclusivamente formado por uma maioria branca, e de camadas médias urbanas. Sem dúvida, isso pode exibir diferentes representações e experiências sobre sujeitos e comportamentos homossexuais, que poderiam ou não corresponder às outras práticas e discursos relacionados com as expectativas deste grupo. Possivelmente, os jornais também poderiam demonstrar silenciamentos, supressões e releituras sobre as articulações políticas que fugiriam ao proposto pelo Conselho Editorial. Tanto as unidades quanto as singularidades foram pensados ao longo da pesquisa. Portanto, é fundamental indagar sobre o tipo de representação e de movimentos homossexuais manifestados no processo de surgimento e na prática jornalística. Para Maurílio Calonga, “os impressos são produtos forjados a partir de representações contextualizadas da realidade”. (2012. p. 85) Desta forma, cabe-nos analisar o que as representações presentes nas matérias do jornal podem revelar não somente sobre a homossexualidade no período da Ditadura Militar, mas principalmente sobre a concepção de homossexual e sua forma de atuação política.

Os estudos elaborados sobre o *Lampião da Esquina* na pós-graduação em História no Brasil são recentes. A dissertação mais antiga encontrada em nosso levantamento bibliográfico é do ano de 2006, somando-se a um seleto número de pesquisas que tomam as páginas do paladino como principal fonte de estudo. Ao todo foram encontrados sete trabalhos e nenhum deles é uma tese de doutorado. A partir do ano de 2015, encontramos o que parece ser um modesto “boom” nos estudos utilizando o mensário. Três dos trabalhos foram defendidos nesse ano, e os outros três restantes entre de 2016 e 2017.

O primeiro trabalho publicado é de Marcio Leopoldo Gomes Bandeira, tomando a seção *Cartas da Mesa* como parte privilegiada da análise proposta em suas pesquisas. Gomes Bandeira (2006, p. 37) pensou as missivas como “práticas discursivas que (...), cumpriam um certo número de funções políticas”. Ele refletiu como “os discursos da assunção gay implicavam em negociações em torno do corpo masculino assumido como corpo homossexual”. Em 2015, os trabalhos de Victor Hugo da Silva Gomes Mariusso, Mariana Quadros Gimenez e Marciano Vieira de Andrade buscaram debater diferentes aspectos do *Lampião*. Mariusso (2015, p. 13-15) pretendeu “avaliar a violência contra os homossexuais no período de declínio da ditadura militar no Brasil, especificamente o período de 1978 e 1981, e investigar a imprensa gay; na dissertação do autor, “partiu-se de uma questão atual, que é a violência contra aqueles que se comportam fora das normas sobre a sexualidade, tornando-se assim a problematização” do trabalho, sendo que, para ele, o jornal “permite perceber as ações de repressão contra os homossexuais (...) para que possamos criar perspectivas de futuro no que tange às permanências e rupturas sobre essas ações que excluem sujeitos”.

Gimenez (2015, p. 9) também trata o “periódico como um elemento do passado que emerge no século XXI reivindicando um passado ativo durante a ditadura militar, espaço de guarda da memória do movimento homossexual brasileiro e sua contribuição para reflexão das sexualidades contemporâneas”. Buscou analisá-lo “como um espaço de questionamento de um discurso dominante e referente aos homossexuais, o qual possibilitou a construção de outra representação do indivíduo homossexual na época”. Não menos importante, naquele mesmo ano, Marciano Vieira de Andrade (2015, p. 13) defenderia seu trabalho buscando “mostrar como esse processo de construção de uma política de identidade homossexual, implicou tanto uma redefinição identitária de sujeitos considerados e/ou assumidos como homossexuais”, avaliando “sua ação no campo político, no sentido de legitimar a política de identidade, em um cenário em que segmentos de esquerda, como a esquerda partidária, não admitiam enquanto tal”. Para Vieira (2015, p. 13) “*Lampião* foi agente na construção do orgulho de ser (...) atuando na redefinição do campo político ao inserir nesse a política de identidade, o que implicou, por sua vez, ver como políticas a sexualidade e questões de ordem privada”.

Entre 2016 e 2017, mais três pesquisas seriam publicadas. A primeira é a dissertação de Alexandre Magno Maciel Costa Brito, que assim como Mariusso e Gimenez, tem o tema da violência em comum, buscando “compreender as representações de violência contra a população LGBT nos discursos textuais/imagético do *Lampião* e as representações sociais das identidades de gênero presentes no jornal”. Costa Brito (2016, p. 22-23) entende o *Lampião*

como parte da memória LGBT, que ajuda a recriar “a memória presente sobre o passado”, problematizando “que a ditadura não perseguiu apenas guerrilheiros e comunistas, mas também a população LGBT e que a repressão às identidades de gênero consideradas desviantes era parte estruturante da polícia do regime militar”. Para tal discussão o autor utiliza conceitos como “gênero”, “invisibilidade”, “performance” e “violência”. (COSTA, 2016, p. 24-25)

Daniel Henrique de Oliveira Silva (2016, p. 9) afirma que no seu trabalho “buscar-se-á pensar e problematizar essa relação entre os editores, escritores e colaboradores do jornal, em sua maioria homossexuais masculinos com os movimentos feministas e suas representações do feminino visibilizados em suas páginas”. Ele enxerga o mensário como “um meio para contestar as estruturas normativas vigentes” (SILVA, D., 2016, p. 10). Nele, o autor tenta identificar as pautas do movimento feministas da época, utilizando as matérias do *Lampião* que abordem reivindicações femininas e suas formas de organização, elegendo-as “como objeto de pesquisa, tentando perceber justamente esse processo de construção de sujeito e/ou do assujeitamento de mulheres por um discurso falocêntrico, que talvez pode ser percebida na sua reprodução em um grupo também marginalizado, nesse caso os homossexuais”. (SILVA, D., 2016, p. 14)

O último trabalho encontrado é o de Ronielysson Cezar Souza Pereira (2017, p. 14), que teve como intenção “analisar a produção de práticas discursivas sobre os homossexuais do sexo masculino”. Devido à variedade de “posicionamentos divergentes”, buscou “analisar para mostrar justamente os embates sobre as representações homossexuais produzidas por homossexuais”; para isso sua pesquisa analisou três representações distantes de homossexuais: as “bichas pintosas”, “os travestis” e o “gay-macho” (PEREIRA, 2017, p. 16). Todas(os) colocadas(os) de modo contraposto a fim de observar “as relações de poder e as contradições entre diferentes formas de expressar a homossexualidade”. (PEREIRA, 2017, p. 16)

Os trabalhos citados acima servem de inspiração para a discussão proposta, sendo instrumentos para tessitura das trajetórias do nosso mensário. Todavia, o trabalho aqui fulgura-se dos demais pesquisadores por estar prioritariamente preocupado com o projeto político de movimento organizado proposto pelo *Lampião da Esquina* aos *gueis*, pondo luz nos embates *entre* os movimentos homossexuais que suas páginas possam revelar. E, desse modo, não priorizou (re)localizar seu papel no debate a respeito das homossexualidades ou exibir sua evidente importância para as pautas marginalizadas pela esquerda tradicional – coisa que muitos dos colegas já fizeram. Nosso intuito se difere dos demais por não dar centralidade ao debate sobre a violência sofrida por indivíduos dissidentes, ainda que transcorra sobre o tema por se tornar inevitável compreender a (o)pressão que indivíduos dissidentes sofriam, principalmente

por possuir características específicas ao seu tempo histórico. Nosso objetivo investiga as missivas enviadas pelos seus leitores, todavia, dando primazia aos conflitos que poderiam existir entre as opiniões sobre formas de organização política dos homossexuais feitas por *Lampião*, que ora estavam em choque com seus leitores, ora em convergência.

Nesta dissertação discutimos sete (das dezesseis) edições que contém a seção *Opinião*. Esse recorte justifica-se, porque excluímos as matérias que não tinham relação diretamente com os temas como a homossexualidade masculina e ou os movimentos homossexuais. Como o próprio nome sugere, esta seção era o espaço para a exposição sobre as condições sociais e políticas dos gays e de temáticas que envolviam outras minorias, tornando-se um ambiente para (re)produção de artigos, ou traduções de outros veículos de mídia. A *Opinião*, especificamente, sofreu rupturas ao longo dos anos, estando presente no jornal em períodos intermitentes. Traçamos algumas explicações para identificar quais foram os motivos que levaram ao desaparecimento desta seção a partir de outubro de 1978, com retorno a partir de janeiro de 1980, sendo suprimida novamente em novembro do mesmo ano, a partir da trigésima edição, em novembro de 1980.

Além disso, discutimos dez (das treze) edições que possuem a *Ativismo*, recorte dado pelo mesmo motivo explicado acima. A seção foi o local do periódico destinado a discutir as articulações do movimento homossexual, sobretudo para os posicionamentos do jornal e seus colaboradores sobre o tempestuoso desenrolar das movimentações políticas de *gueis* e lésbicas no Brasil entre 1980 e 1981. Esta seção só aparece a partir de janeiro de 1980, concomitantemente com o “retorno” da seção *Opinião*. O vigésimo número é marcado pela presença das matérias sobre a reunião prévia para fundação daquilo que seriam os I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) e o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), ocorridos em abril de 1980, com cobertura quase exclusiva do jornal. Acreditamos que a análise das duas seções exponha qual seria a maneira que o periódico acreditava que os homossexuais deveriam se organizar politicamente.

Por fim, a *Cartas na Mesa*, onde busca-se o estudo da seção de missivas escritas pelos leitores do *Lampião*. Ao contrário das demais seções analisadas, todos os números possuíram seção de cartas, se constituindo uma de suas partes mais estáveis. Até o trigésimo número, novembro de 1980, essa era a penúltima do jornal; a partir de então, ela começaria a abrir as edições. Para essa parte, discutimos um total de treze edições (das trinta e oito) que pudessem melhor caracterizar e evidenciar as perspectivas políticas dos leitores em detrimento as posturas apresentadas pelo jornal; que demandassem por temáticas relacionadas a movimentos políticos;

ou que fossem a reprodução de enunciados de movimentos organizados surgidos ao longo da trajetória do periódico. E, desse modo, ajudando na investigação sobre em que medida os discursos políticos advogados por *Lampião da Esquina* conseguiam se conectar com seu público, tratando-se da busca pela geografia dessa relação.

Tânia Regina de Luca (2008) alerta sobre a necessidade de investigar materialmente o jornal, portanto, seus marcadores temáticos, em conjunto com a análise material do periódico, são aspectos centrais. As capas elaboradas manualmente, através de colagens bem ilustradas e irreverentes, são indícios do baixo orçamento de um jornal que necessitava das assinaturas dos leitores para sua sobrevivência. A apresentação de uma linguagem distante da grande mídia era uma estratégia para que seus produtores destacassem a importância do *Lampião* nas bancas de revista. Muito se fala sobre a necessidade de se localizar a relação dos jornais com os anúncios e propagandas em seu interior (LUCA, 2008), mas acreditamos que os periódicos alternativos seguiam uma lógica diferente. Apesar de existirem anunciantes – em sua maioria de espaços de sociabilidade homossexual –, o *Lampião* constantemente enfrentava problemas financeiros. (SILVA, A. 1980, p. 2) O que implicava dizer que sua relação com empresas se dava em uma dinâmica distinta dos grandes jornais, já que estes recebiam elevados recursos financeiros de empresas, interessadas na veiculação de seus conteúdos. Não se pode ignorar que a falta de anunciantes também exibia a complexidade da discussão da pauta homossexual no período. Os anunciantes provavelmente temiam ter seus produtos e serviços associados a um jornal engajado nas pautas identitárias e políticas, sobretudo as que diziam respeito às sexualidades consideradas transgressoras e abjetas.

O *Lampião* foi o primeiro jornal propriamente dedicado ao tema da homossexualidade distribuído nacionalmente emergindo quando um grupo de homossexuais se dispôs a abordar esse assunto de maneira direta, pública e política durante a Ditadura Militar. O *Lampião* circulou em 38 edições durante abril de 1978 e julho de 1981. Foram 37 edições regulares, 1 edição experimental e 3 edições extras. Uma das edições extras foi lançada em 1979 e duas delas em 1980. Estas edições compilavam entrevistas ou ensaios publicados nas edições regulares. O grande diferencial do *Lampião da Esquina* não estava somente na sua distribuição em escala nacional e de seu viés político, mas principalmente pelo corpo editorial profissionalmente diversificado. Nele, era possível observar um conjunto de jornalistas, escritores e intelectuais, que atuavam na vida cultural brasileira principalmente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo.

Entre, os autointitulados, “Senhores do Conselho” e suas atuações profissionais, temos: Jean-Claude Bernardet, crítico e pesquisador de cinema do país; Aguinaldo Silva, escritor e repórter policial; Antonio Chrysóstomo, crítico de música popular; Darcy Penteado, artista plástico de São Paulo; Gasparino Damata, pernambucano radicado no Rio de Janeiro, ex-diplomata, escritor, jornalista; João Antônio Mascarenhas, advogado, que nutria uma trajetória profissional como alto funcionário do Ministério da Educação. João Silvério Trevisan, emergente escritor paulista; além de Peter Fry, pesquisador da área de antropologia social. Completavam o Conselho os jornalistas Francisco Bittencourt, Clóvis Marques e Adão Acosta.

As reportagens do *Lampião da Esquina* transversalizaram os limites de menções à homossexualidade, questionando direta ou indiretamente o tratamento tradicional dado ao tema, dando importância a ele nos editoriais da publicação. O conteúdo do jornal possuía críticas literárias, de teatro ou cinema, abordavam assuntos políticos recorrentes, incentivos à criação de espaços para sociabilidade e visibilizavam a organizações de outros grupos, tais como negros, mulheres, indígenas e travestis. Estas últimas, à época, eram vistas como uma forma de homossexualidade. Denunciava-se também os casos de discriminação sofrida por homossexuais no período.

O *Lampião da Esquina* era extenso, possuía uma tiragem entre 10 a 20 mil exemplares e um considerável número de páginas, computando média em torno de dezesseis a vinte. As publicações eram mantidas pelos assinantes do jornal, que às vezes eram insuficientes, sendo financiadas pelos próprios editores. Em parte, em virtude de sua tiragem e propósitos, o periódico incentivou a mobilização de diversas pessoas no extenso território brasileiro, possibilitando que a homossexualidade fosse parte daquilo que poderia ser um projeto coletivo de descriminalização e despatologização. Esse projeto cumpria um papel insubordinado à premissa imposta aos homossexuais, opondo-se à limitação de espaços de existência e exercício das suas sexualidades. O mensário se diferencia de outras iniciativas por contar com a presença decisiva de alguns de seus editores na articulação das primeiras formas de movimento político no Brasil.

O *Lampião* ficou marcado na trajetória da organização dos movimentos dissidentes e na imprensa alternativa pela sua maneira peculiar de discutir política. Devido ao seu marcador linguístico circunscrito em uma comunicação típica ao jornalismo feito por e para homossexuais, consideramos que isso era uma herança das iniciativas anteriores ao nosso paladino. Escrever talvez seja uma das tarefas mais laboriosas. Oferecer uma perspectiva argumentada, objetiva, e, ao mesmo tempo, entregar um conteúdo que seja capaz de identificar o autor diante de tantos

outros é uma tarefa árdua. Por acreditar que elementos estético-linguísticos do *Lampião da Esquina* fazem parte de sua trajetória, decidiu-se eventualmente adotá-los no edifício argumentativo da dissertação.

Particularmente, nos sentimos atraídos pela forma de escrever do jornal; pelo seu deboche, acidez e pela maneira de articular assuntos sérios e refinados com um certo sarcasmo intelectual. Ingredientes que remontam uma linguagem gay ou, como diria o *Lampião*, uma linguagem “*guei*”. Escolhemos incorporar alguns destes elementos no texto, principalmente aqueles que se referem diretamente as discussões a respeito sobre o jornal. Para nós, é uma forma de honrar este marcador linguístico presente comumente no mensário. Tudo isso, ao passo em que tentamos revelar possíveis silenciamentos, discutir posicionamentos e apresentar perspectivas. Espera que os leitores apreciem nossa tentativa de seguir a luz do *Lampião*, e dimensionar suas sombras e penumbras.

CAPÍTULO 1

Um paladino em seu unicórnio

1.1 – O perigo é homossexual

“Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de certa liberalização do quadro eleitoral”, anunciava *Lampião da Esquina*, na página dois de sua edição experimental, lançada em abril daquele ano. Falar em marcos fundadores é muito arriscado, mas é seguro dizer que esse mensário está no centro da história sobre direitos e expressões de uma comunidade dissidente. Até 1978, muito havia acontecido na conjuntura nacional e internacional que (des)pavimentaram (in)diretamente o trotar da cavalaria homossexual, possibilitando a organização de um jornal de quintessência política. Neste capítulo, visa-se compreender os fatores histórico-sociais que se articularam para (im)possibilitar a mobilização do grupo social de homossexuais; analisando as primeiras iniciativas da imprensa *guei* no Brasil; e avaliar quais foram os elementos que edificaram o *Lampião da Esquina* como uma imponente rainha libertária, marcando seu nome na história.

Naquele tempo, era possível acreditar que certo otimismo tomava conta dos lampiônicos em meio à tempestade política que o país passava, ainda que o clima permanecesse relativamente nublado. Em 1974, os militares haviam perdido as eleições legislativas para a oposição, o partido MDB. O ocorrido servia como termômetro para opinião pública a respeito dos últimos dez anos do sítio de Estado protagonizado pelos militares, mas não impediu que a máquina de repressão permanecesse a moer. Naquele mesmo ano registravam-se 54 desaparecidos políticos, fazendo da ausência de seus corpos em rituais de luto algo recorrente. Diferentes grupos sociais, mesmo em aflição, mantiveram-se fortes, mobilizando-se por respostas aos desaparecimentos, criando, no ano seguinte, núcleos do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) por todo Brasil. Sob o comando de Ernesto Geisel (1974-1979), o Brasil passava por um clima de instabilidade política entre os da oposição e os militares insatisfeitos com o processo de reabertura política. Essa tensão reforçava a necessidade de manter o controle político como uma forma de evitar que a distensão proposta saísse do planejado. Em julho de 1976, a *Lei Falcão* decidia que as campanhas de partidos políticos nos meios de comunicação deveriam se restringir apenas à exposição dos nomes e das imagens dos candidatos, sem som ou discursos políticos. Em 1977, o governo editaria um conjunto de reformas institucionais – o Pacote de Abril – para evitar o avanço do MDB e garantir a vitória da ARENA, partido do governo, para assim se perpetuar no poder e evitar os ocorridos das eleições de 1974. Além

disso, e não menos importante, em 31 de dezembro de 1978, Geisel revogaria o perverso *Ato Institucional nº 5*. (RESENDE, 2014, p. 38-39)

O surgimento dos movimentos contraculturais, as contestações da moralidade sexual e os discursos sobre as liberdades individuais causaram furdunço com a chegada das décadas de do 1950 e 1960, e encorajaram a busca de novas alternativas para uma sociedade ocidental menos autoritária, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, mesmo com suas especificidades, não foi diferente. Impulsionado pela juventude, diversos debates se caracterizaram por expressões culturais que reivindicavam novas práticas morais. Com fim do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1945, o Brasil passou por quase duas décadas de governos oficialmente democráticos até o ano de 1964, quando os militares assumiram o poder. Concomitantemente, entre 1945 e 1969, o país passou por um período de migração em massa do campo para os grandes centros urbanos, tais como Rio e São Paulo. O crescimento econômico pós-guerra manteve o mercado de trabalho propício para brasileiros fora dos grandes parques industriais, que continuavam em expansão, e atraindo milhares de pessoas para as principais metrópoles do país, principalmente do Nordeste onde os residentes haviam despertado interesse pelas oportunidades de emprego nas fábricas do Sudeste, incluindo os homossexuais. (GREEN, 2000, p. 251)

Rogério da Silva Martins da Costa (2010, p. 34) conta que, ao analisar a cena de sociabilidade homoerótica durante a década de 1960, percebeu que o deslocamento de homossexuais de suas cidades de origem os incentivava a buscar novos elos sociais. Grupos compostos por esses se tornavam, então, uma forma de recuperar laços afetivos, justamente por não poderem compartilhar suas afetividades e sexualidades com seus familiares de sangue. Esses conjuntos acabavam por formar “Turmas” engajadas em produzir eventos sociais voltados para esses grupos, funcionando em rede e servindo como um eixo de afetos e confiança entre os homossexuais. Muitas vezes, se organizando na fabricação de jornais, que expressavam opiniões e hábitos de cada grupo, se tornando, mais tarde, os precursores de uma Imprensa Gay no Brasil, os ancestrais do *Lampião da Esquina*.

Também no período a produção industrial e cultural norte-americana estava muito favorecida pelo fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), se infiltrando no cotidiano nas famílias de classe média e oportunizando acesso a bens de consumo; a implementação da televisão ajudou a popularizar formas de cultura de massa. Os papéis de gênero processavam um afrouxamento de antigos padrões; aspectos que foram “rigidamente definidos que eram incentivados no Estado Novo começaram a afrouxar-se, à medida que mais mulheres passaram

a compor a força de trabalho, a completar o ensino secundário e a buscar uma formação universitária”. Todavia, apesar dessa flexibilização, parte expressiva da sociedade brasileira continuava a esperar que as mulheres permanecessem virgens até antes do casamento, e submissas após esse, favorecendo, assim, a liberdade sexual dos homens heterossexuais, mas não oferecendo o mesmo às mulheres. (GREEN, 2000, p. 252)

Este processo, todavia, foi minado após os corridos do dia 31 de março de 1964. Nessa data, o Brasil sofreria um golpe civil-militar que perduraria através de governos militares até 1985. A destituição de João Goulart, para subsequente, posse de Humberto de Alencar Castello Branco, possibilitou alguns setores da sociedade brasileira arquitetarem um momento histórico perverso para aqueles que confrontavam o *status quo* conservador e politicamente repressivo. Embora a discriminação aos homossexuais não tivesse surgido no pós-1964, foi nesse período que diversos aparelhos de repressão foram (re)elaborados para controle e perseguição de tudo que era visto como subversivo, inclusive, as práticas homoeróticas. No que tange a isso, o golpe à democracia não inventou discursos que associassem homossexualidade à imoralidade ou “subversão comunista”. Entretanto, os potencializou, sobretudo através de códigos jurídicos, censura e repressão policial, como formas de aniquilar concepções positivas sobre a homossexualidade e seus respectivos modos de resistência. Durante a Ditadura Militar, pode-se observar formas de enfrentamento contra a perseguição e violações aos direitos individuais. A resistência a isso ocorreu através de jornais de circulação limitada ou por meio de instituições político-partidárias, que muitas vezes atuavam na clandestinidade. A partir da segunda metade da década de 1970, emergiram nos movimentos sociais inspirados nos debates sobre a ecologia, identidades étnicas, as atuações das mulheres e dos homossexuais.

Parcela do discurso que legitimava a Ditadura se baseava em um princípio anticomunista para a garantia da Segurança Nacional. Possuía forte cunho moralista, indo contra aquilo que era visto subversivo à “moral e bons costumes”. Para tal, direitos individuais foram arrancados da população e conferidos aos governos militares para, assim, evitar possíveis antagonismos. Costumeiramente, isso fazia os militares utilizarem o termo “subversão” para justificar quaisquer ideias e práticas contrárias às convicções e práticas sócio-governamentais vigentes, servindo de justificativa para repressão de práticas homossexuais. Apesar de essas não terem sido nominalmente criminalizadas durante a Ditadura, a sobreposição de ideologias anticomunistas e anti-homossexuais coincidiu com a materialização de políticas para perseguição política. (COWAN, 2014, p. 30).

No Brasil, as contestações dos movimentos contraculturais afloraram em função da luta por direitos individuais e coletivos de diversos setores da sociedade representados por mulheres, negros, homossexuais e outros grupos que divergiam das normas de gênero e sexualidade. Esse momento político acentuou a preocupação dos militares, pois a homossexualidade seria um movimento “que se preocupava com assuntos de direitos e identidade, pareceu parte de um complexo de desvios sexuais, culturais e morais que trariam o triunfo da subversão”. (COWAN, 2014, p. 28) Com o auxílio do pensamento conservador católico, um imaginário anticomunista começou a ser moldado como “um mal que se esgueirava por diversas esferas da vida cotidiana com o objetivo de destruir o Ocidente cristão”. (KAMINSKI, 2016, p. 468) Apesar da Guerra Fria ser associada a introdução do anticomunismo no Brasil, no país já havia uma tradição desses valores que remontam os anos 1930 e até mesmo desde o fim do século XIX.

Esse conjunto de opiniões e crenças foi fomentado como uma forma de unificar os militares ao lhe dar um inimigo comum. Rodrigo Patto Sá Motta (2012) destaca que:

Anticomunismo não significa apenas um conjunto de opiniões divergentes em relação a um projeto político, mas um movimento, uma causa que mobilizou aderentes fervorosos, crentes que a salvação do país (e do mundo) dependia da repressão ao comunismo. Não se pode dizer que o anticomunismo seja uma doutrina, pois ele contém matrizes ideológicas diferentes, principalmente no caso do Brasil (catolicismo, nacionalismo e liberalismo), mas as representações nele inspiradas originaram uma tradição peculiar. (MOTTA, 2012, p. 134)

Essa agitação já ocorria no final do século XIX e, quando a Revolução Russa aconteceu, em 1917, uma conexão resistente se criou entre o levante bolchevista e o comunismo. Motta (2012, p. 135) conta que no mesmo ano greves importantes começaram a ocorrer no Rio de Janeiro e São Paulo, aumentando a sensação de “perigo vermelho”. Em 1922, o Partido Comunista é fundado e, ao longo da década de 1930, a presença dos comunistas começou a se tornar mais visível para sociedade brasileira devido suas articulações políticas. Em 1937, entre outros argumentos, Getúlio Vargas, que já estava no poder desde 1930, lidera um golpe de Estado legitimado por uma suposta tentativa de golpe comunista em 1935, conhecida como a Intentona Comunista. E, dessa forma, abria o caminho para elaboração da tradição anticomunista no Brasil, tendo os militares e a Igreja Católica como os principais formuladores e reprodutores desses discursos. (MOTTA, 2012, p. 135)

Quando na década de 1940 a polarização entre os soviéticos e os norte-americanos se acentuava em razão da Guerra Fria, a elaboração de narrativas anticomunistas já encontrava terrenos favoráveis no Brasil. Em 1960, a nova conjuntura de crise atçou mais uma vez os

embates entre segmentos da direita e da esquerda no Brasil, desdobrando-se na fratura da democracia em 1964. Os militares trataram de incendiar órgãos institucionais ao conceber ferramentas legais contra tudo que pudesse estar relacionado à esquerda, com o propósito de defender a Segurança Nacional ou enfrentar a Guerra Revolucionária, associadas, novamente, a um suposto “perigo vermelho”.

Em 1968, manifestações das chamadas “contracultura” apareceram buscando novas formas de vida, questionavam padrões sociais hegemônicos relacionados à moralidade e sexualidade; adotando discursos sobre preservação ambiental, concepções étnicas e estéticas, a fim de fazer uma revolução por meio de transformações culturais. (KAMINSKI, 2016, p. 469) Sendo ou não inspiradas em referências e movimentos estrangeiros, no Brasil, essas práticas foram apelidadas de desbunde e amplamente perseguidas pelos militares, principalmente na década de 1970. Leon Frederico Kaminski (2016, p. 478) ressalta que, ao longo daquela década, a Polícia Federal iniciou uma campanha rigorosa para combater essas movimentações. A justificativa desta coerção baseava-se no suposto caráter subversivo destas práticas, sobretudo algo que se daria através do uso de drogas e a busca de um estilo de vida alternativo à moralidade vigente.

O termo “desbunde” havia surgido pejorativamente dentro de grupos de esquerda para nomear “o ato de valorizar interesses e sentimentos pessoais em detrimento da coletividade, da organização e da opção pela revolução socialista” (KAMINSKI, 2016, p. 470), o que demonstra que, apesar da associação moralista dos militares entre estas movimentações e a esquerda, o que na verdade ocorria era uma ruptura entre estes grupos nas concepções de transformação da realidade objetiva e subjetiva do mundo. Os comunistas associavam os integrantes da contracultura à alienação, despolitização e individualismo; e os movimentos contraculturais criticavam o modo tecnocrata e autocrático dos soviéticos e dos partidos comunistas neles inspirados.

As expressões artístico-culturais da contracultura foram reverberadas em produções de cinema marginal, teatro, poesia, música e na imprensa alternativa. Seu caráter subversivo logo foi associado aos comunistas. Havia a ideia de que as práticas propostas pelos *hippies* significavam uma tática deliberada de desvirtuação da sociedade brasileira, especialmente na tentativa de destituição de um de seus pilares: a família heteronormativa. Muitos setores da Igreja Católica também faziam coro a esta visão, contribuindo para construir as concepções do imaginário anticomunista. Isso se dava em virtude da divulgação da ideia de degradação moral associada aos primeiros anos de ascensão bolchevique, quando alguns avanços na sociedade

soviética, que incluía direito ao aborto, liberação da mulher, educação sexual, e direito ao divórcio, atingiram a sociedade, mas foram compreendidos como desvio transgressor do comportamento humano a partir de uma perspectiva conservadora e cristã. As contestações feitas pelos movimentos de 1960 e 1970 no Brasil só inflamaram a percepção de que um “inimigo invisível”, no caso, o comunismo, existia como um demônio que precisasse ser destruído através do combate destas movimentações e práticas contestatórias. (KAMISNKI, 2016, p. 474)

Soma-se a isso o fato de a sexualidade ser considerada um pilar significativo para formulação dos enfrentamentos propostos pelos movimentos contraculturais e, assim, as práticas homoeróticas poderiam ser incluídas nos parâmetros lidos como subversivos. Afinal, se a família estava associada à procriação como basilar àquela moralidade conservadora, nada mais supostamente demoníaco, desviante e disruptivo que a homossexualidade. A ideia que conectava a subversão comunista à homossexualidade também tem bases em concepções e práticas católicas ultraconservadoras e integralistas possíveis de ser detectadas desde os anos de 1930. Como conta Benjamin Cowan (2014, p. 30), já havia literaturas naquela década que produzia um arsenal argumentativo para a associação entre homossexualidade e subversão, como é o caso do livro *Machiavel e o Brasil* de Octávio Farias. Nele, agrupava-se os desvios sexuais e associava-se a homossexualidade a algum tipo de subversão comunista. Aspecto que também pode ser observado, ainda segundo Cowan, em 1937, no livro do líder integralista Gustavo Barroso, intitulado *Judaísmo, maçonaria e comunismo*, entendendo a “homossexualidade masculina como corolário de revolução comunista e dissolução nacional”. (COWAN *apud* BARROSO, 2014, p. 30)

As movimentações sociais e seus questionamentos sobre as normas sexuais reacenderam princípios anti-homossexualidades, principalmente no alto escalão da Escola Superior de Guerra (ESG). A ESG foi criada em 1949 em meio ao contexto da Guerra Fria e estava ligada ao Ministério da Defesa. Após o sequestro da democracia, tornou-se um importante centro de fabricação e divulgação de pensamentos sobre a Segurança Nacional para o combate de ameaças ao projeto “revolucionário” do pós-1964. Na ESG, foram impulsionados, entre os participantes de seus cursos, métodos para propagar a concepção de uma relação entre práticas homoeróticas com o comunismo, servindo para a instrução da linha política das agências de segurança, tais como a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), o Sistema Nacional de Informação (SNI) e o Departamento de Operações Internas (DOI) – Centro de Operação de Defesa Interna (CODI). (GREEN; CÉSPEDES; QUINALHA; 2014) É possível

pressupor a existência de uma força motriz capaz de dar suporte para a permanência desta ideologia dentro de instituições militares, possibilitando, dessa forma, o aperfeiçoamento de ferramentas de censura e da corroboração dessa perspectiva negativa sobre a homossexualidade. Compreender quais recursos ideológicos existiram ou foram incentivados no seio das instituições do Exército é uma maneira de identificar como foram fomentadas as premissas conservadoras sobre configurações e papéis de gênero, as sexualidades e o fortalecimento desta moralidade sexual.

O *Manual Básico* (1978), assinado pelo Coordenador da ESG, General do Exército Aryton Pereira Tourinho, parece sintetizar essa discussão e constitui um artefato de um período ideologicamente polarizado. Esse material produzido pela ESG é um veículo para compreender os padrões de gênero concebidos pela perspectiva oficial de alguns grupos de militares e, neste caso, especialmente sobre a questão da homossexualidade. No *Manual*, encontra-se alguns elementos que podem ser entendidos como táticas de combate aos comportamentos de mulheres ou homens vistos negativamente pelos militares, sobretudo os que estavam amplamente relacionadas às visões moralistas sobre condutas sexuais. O *Manual* foi utilizado como método de formação na ESG, desenvolvido pelo o General Golbery de Couto e Silva,⁵ e poderia ser descrito como um guia que:

(...) constituía na apreensão e assimilação da doutrina através de ‘estudos e pesquisas socio-individualizados’, por meio de trabalhos de equipe onde os alunos ‘fixavam’ os conceitos em discussão dirigida, simpósio e trabalho de grupo para aprofundamento de aspectos da Doutrina e do Método, enquanto o trabalho de grupo tinha como objetivo a solução de um problema ou formação de um juízo de valor sobre determinado assunto. (DUARTE, 2014, p. 84)

No prefácio do *Manual Básico* (1978), alega-se que “importantes problemas contemporâneos não dispunham de uma fonte única e autêntica, onde pudessem encontrar (...) a estrutura da Doutrina desenvolvida nesta instituição” (p. 03), contendo “elementos doutrinários” da doutrina básica da ESG, que buscava aplicá-la através da “ductilidade, flexibilidade e adogmatismo” (p. 03). A partir de uma autorrepresentação, baseada na perspectiva de falso distanciamento ideológico, o *Manual* era, em uma análise mais

⁵ Golbery do Couto e Silva foi o principal teórico no Brasil responsável pela reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional aos moldes do país. Entre 1964-1967 foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Entre 1967 e 1969 foi ministro do Tribunal de Contas da União, e, entre 1974 e 1981, foi Chefe do Gabinete Civil do presidente da República. Devido a seu papel de articulação para o processo de distensão, no governo Ernesto Geisel, alguns setores das Forças Armadas o consideraram um traidor dos princípios da suposta revolução de 1964. (FERNANDES, 2009, p. 852; RESENDE, 2014, p. 37)

aprofundada, firmemente ideologizada, não possuindo igualmente crivo científico. Suas opiniões são insuficientes e inconsistentes, tais como textos, citações, sem sequer apresentar uma sólida problematização de acontecimentos.

Devido à constante paranoia de que uma possível revolução comunista pudesse tomar conta do Brasil, os militares criaram um roteiro imaginativo de que uma guerra psicológica existia e estava sendo travada através de processos de subversão moral. (DUARTE, 2013, p. 2) A partir de 1950, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada como corpo teórico,⁶ buscava aglutinar dois conceitos a serem implementados na sociedade brasileira: o de segurança nacional e a do desenvolvimento econômico. A política de segurança nacional procurava combater o inimigo externo, mas, em particular, também sustentava a luta contra um suposto inimigo interno que entendia que “todo cidadão poderia ser um ‘inimigo’ em potencial para elevar o comunismo ao poder” (NETTO, 2013, p. 5) Já o desenvolvimento econômico serviria para a penetração de capital internacional na economia. Neste último caso, não importaria sacrificar a maioria dos trabalhadores em detrimento do crescimento do país ao ceifar políticas trabalhistas e salários. (NETTO, 2013, p. 5)

Além disso, outra forma de implementação destes princípios sócio-políticos e militares seria o domínio do que o *Manual* (1978) chama de “Expressão Psicossocial”: “caracterizada por fenômenos e fatos preponderantemente psicológicos e sociais [e] ocupa-se, principalmente, com a realização da pessoa humana e com sua participação na vida em sociedade” (p. 165). Dessa forma, a Expressão Psicossocial abrangeria um “universo de fenômenos e fatos (...) sobre perspectivas que demandam interpretações filosóficas e acurado estudo de dados empíricos e científicos (...) objetivo das ciências do comportamento” (p. 166). É notória a insistência em dar profundidade “científica” a essa ideologia, ainda que sem apresentar argumento de modo contundente sobre que se propõe.

Quando o *Manual* se dedica à esfera privada, percebe-se algumas tentativas de conceber normatizações relacionadas aos papéis de gênero. O material da ESG concebe a “Família” como um dos órgãos de Expressão do Poder Psicossocial e, assim, é entendida como “uma instituição social básica que compreende um grupo constituído geralmente por marido, mulher e

⁶ Segundo, Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 42): “A Doutrina de Segurança Nacional e o Desenvolvimento foi formulada pela ESG, em colaboração com o IPES e IBAD, num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódico”. Portanto, tornava as ações das Forças Armadas inflamadas e de forte cunho ideológico, levando-as a acreditarem que o processo de tomada de poder, era uma estratégia de guerra para salvar o país de supostas ameaças externas. Crendo, inclusive, que essas poderiam assumir modos indiretos e psicológicos.

descendência” e que deveriam possuir “padrões culturais que regularizam as relações entre os cônjuges”. Além disso, possuiria suas atribuições “procriativa, que garante sua perpetuação” (p. 178), e “educativa, que proporciona à prole condições necessárias à realização pessoal e à participação na vida social, bem como transmite a cultura e os valores de grupos às novas gerações” (p. 178).

A família nuclear era entendida como um princípio moral e baseado na procriação, uma instituição exclusiva para casais heterossexuais. Mesmo que não se falasse objetivamente sobre a homossexualidade, sabe-se que a ideia da não-reprodução paira(va) sobre homossexuais, representando um dos estigmas construídos para perseguir e contestar a legitimidade das relações sexo-afetivas do grupo. A ideia normativa de família era componente basilar do controle da sexualidade, responsável pela educação e perpetuação de valores e comportamentos morais. Contudo, o modelo incentivado alvitrava conceitos poucos flexíveis, excluindo outras configurações como mãe solo, pais divorciados, ou, simplesmente, casais que não quisessem ter filhos. É importante ressaltar que, entre as décadas 1960 e 1970, as relações e identidades de gênero, concebidas como tradicionais, começaram a passar por conflituosos questionamentos, devido ao processo de relativa modernização de setores da sociedade brasileira. Em parte, isso era preconizado pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, a disseminação da pílula anticoncepcional, a influência dos meios de comunicação e a emergência dos movimentos sociais de contestação, como os feminismos. (DUARTE, 2013, p. 3) As discussões presentes no *Manual* soavam como uma tentativa de se opor às mudanças sociais daquele período, com o intuito de (re)normatizar os corpos e as emergentes manifestações de metamorfoses social, cultural e política. Mas essa não era a única forma de tentar barrar esse processo.

1.2. Censura e subversão

O delírio, que essa perspectiva moralista e antissubversiva representava, acometeu as formas de articulação contra o poder instituído, fortalecendo-se em códigos jurídicos, reverberando-se em práticas de perseguição e atuando diretamente sob quaisquer iniciativas políticas. Assim buscava-se, o aprofundando do aparelhamento ideológico em suas instituições de ensino, enquanto silenciava outros mecanismos de difusão de ideias: a mídia. Dessa forma, pretendeu-se dissolver incipientes formas de organização, quaisquer que fossem elas, embargando indivíduos de sexualidades dissidentes de difundir suas opiniões livremente.

No Brasil não existiu uma única forma de censura nos governos militares. Uma delas era a censura da imprensa, que estava focada nos princípios alegadamente revolucionários dos militares, objetivando controlar os temas mais propriamente políticos e sendo feita disfarçadamente através de telefonemas ou bilhetinhos que as redações recebiam. A outra vinha de uma tradição nos códigos jurídicos que remontam os idos de 1945, estando focada em manter a defesa pela moral e bons costumes, e executada por funcionários específicos: os censores. Durante os governos militares, houve tensões e contradições entre ambas. A principal baseava-se na infiltração dos elementos políticos no processo de censura dos costumes, caracterizado principalmente pela presença do *AI-5* (1968), que possuía forte cunho antissubversivo ao seguir a cartilha política dos militares. (FICO, 2004, p. 37) Como se verá, a análise da jurisdição dos anos de 1967 e 1969 evocavam um controle cívico e dos costumes implicando na dominação de corpos e mentes dissidentes.

Parte desse processo de regulamentação jurídica compunha “um conjunto de instrumentos e normas discricionárias mas dotadas de valor legal, adaptadas ou autoconferidas pelos militares”, sendo eles obrigados a despende “um tipo de legalidade plantada no arbítrio – uma legalidade de exceção –, capaz de impor graves limites à autonomia dos demais poderes da União, punir dissidentes, desmobilizar a sociedade e limitar qualquer forma de participação política”. (SCHAWARCZ; STARLING, 2018, p. 456) Ambos processos (ideológico e jurídico) articulavam-se com, e através de, uma moralidade conservadora como modo de soterrar visões antagônicas.

Os militares acreditavam que a comunicação em massa também era um dos fatores da Expressão Psicossocial, vista como um dos caminhos para preservação do Poder Nacional. Para o *Manual* (1978), os meios de mídia “não só influenciam a ordem política, econômica, social e militar em que atuam, como também são influenciados por ela” (p. 175), sendo um indício explícito do interesse do Governo Militar em controlar os meios de comunicação. Portanto, considera-se que havia um elo entre a criação de diferentes dispositivos jurídicos para controle da mídia e direitos individuais, como a *Lei nº 5250*⁷, de 1967, o *Decreto-lei nº 236*, de 1967, o *Código de Telecomunicações* (1967)⁸, o *Ato Institucional nº5* (1968)⁹ e a *Lei de Segurança*

⁷ BRASIL. **Lei nº 5250**. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5250.htm>. Acesso em: 16 nov. 2019.

⁸ BRASIL. **Decreto-Lei nº 236**. 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-236-28-fevereiro-1967-376046-normaatualizada-pe.html>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

⁹ BRASIL. **Ato Institucional nº 5**. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 16 nov. 2019.

Nacional (1969)¹⁰. Essas leis estavam relacionadas ao controle não somente das informações, mas também controle social e moral. A fiscalização midiática se tornou algo caro aos militares, sem deixar de lado, claro, a manutenção de uma narrativa em que o Brasil vivia, supostamente, sob constante ameaça comunista.

Como conta Lucas Borges de Carvalho (2014, p. 84), a censura prévia à imprensa foi organizada através de três mecanismos distintos: pela presença de um censor na redação do veículo de imprensa; no envio de materiais para análise da publicação pela polícia federal, em Delegacias Regionais ou Brasília; e através de ordens emitidas por meio de bilhetinhos, telegramas ou telefonemas informando temas que não poderiam ser divulgados. Carvalho (2014, p. 85) revela ainda que a presença de um censor no ambiente da redação do jornal poderia facilitar ou dificultar o processo de censura, uma vez que a convivência poderia descomplicar a liberação de algumas temáticas. Entretanto, quando as matérias eram enviadas às autoridades competentes, sua liberação poderia ficar mais difícil, visto que, ao serem encaminhadas para as Delegacias Regionais ou da capital federal, um atraso na publicação poderia existir, pois necessitavam de vistoria para ser divulgada. Havia o uso de bilhetes de (des)autorização para publicação, sendo muitos deles escritos à mão, não possuindo a indicação de nenhum dirigente responsável. O que fazia com que muitas dessas deliberações fossem seletivas, atingindo determinados veículos midiáticos mais do que outros.

Vale relembrar que o período da implementação das leis foi marcado por um processo de acirramento ideológico e disputas políticas. Portanto, com o intuito de invalidar ideologias opostas à suas premissas, o Estado produziu discursos para anular outras formas de movimentação. Como diria Daniel Trevisan Samways, esse conflito social era “potencializado por uma produção ideológica que visava interiorizar nos indivíduos uma forma de comportamento perante o diferente”. (SAMWAYS, 2008, 162-163) E assim a censura se tornava um instrumento do governo para minar qualquer tentativa de oposição.

Em de 9 de fevereiro de 1967, surgia a *Lei nº 5250*, ou *Lei de Imprensa*, reguladora da liberdade da manifestação do pensamento e de informação. Após pouco menos de vinte dias, em 28 de fevereiro, entra em vigor o *Decreto-lei nº 236* (1967), que complementava e modificava a *Lei nº 4117* – conhecida como o *Código de Telecomunicações Brasileiro* de 1962. Ambas as leis constituíram novas práticas punitivas e forneceram aos militares instrumentos de regulação e controle dos veículos de mídia. A partir de então, a *Lei nº 5250* se tornava um

¹⁰ BRASIL. **Decreto-Lei nº 898**. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0898.htm>. Acesso em: 16 nov. 2019.

dispositivo jurídico para controlar o fluxo de informações dentro do país, evitando, desta forma, o afloramento de contestações. Ao analisá-la, percebe-se uma preocupação em reforçar e tipificar crimes para instituições que “subvertessem” a ordem ou os “bons costumes”, caracterizando e punindo aquilo que era considerado “abuso” no exercício da liberdade de pensamento.

O intuito de moralizar os meios de comunicação foi ganhando contornos que mesclavam discursos aparentemente liberais e democráticos com posturas efetivamente autoritárias e centralizadoras. Por exemplo, no Art. 1º da Lei destacava que “É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer” [sic]. Quase fazendo acreditar em uma premissa democrática. Contudo, no §1º afirmava-se: “Não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de *subversão* da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe” (Grifo nosso). No artigo Art. 2º, determinava-se que é “livre a publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos, salvo se clandestinos (art. 11) ou quando atentem *contra a moral e os bons costumes*” (Grifo nosso); e o Art. 17 considerava que “ofender a *moral pública e os bons costumes*” era algo passível de pena de “detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região”. Estando, ainda, sujeito à apreensão os materiais impressos que “ofenderem a *moral pública e os bons costumes*”, como foi previsto pelo Art. 61 (Grifos nossos).

Após essas leis, o Governo Militar instituiu um novo *Código de Telecomunicações Brasileiro*. Naquele momento, uma das principais mudanças em que *Decreto-lei Nº 236* (1967) trouxe para o do *Código de Telecomunicações Brasileiro de 1962* (Lei nº 4117) foi sujeitar o Conselho Nacional de Telecomunicação (CONTEL) ao Poder Executivo, garantindo ao Presidente da República a ingerência superior. A *Lei nº 4117*, de 27 de agosto de 1962, já prescrevia penalidades para aquilo que se constitui “abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão”, e previstos pelo Art. 53, conforme o inciso h (“ofender a *moral familiar, pública, ou os bons costumes*”), estipulava-se multas a este tipo de infração, anteriormente previstas pelo Art. 62. Todavia, foi com o *Decreto-Lei 236*, que o texto passaria a punir com “suspensão” as transmissões de radiodifusão prevista pelo Art. 63, ou “cassação” prevista pelo Art. 64.

Analisando a trajetória da formulação das leis, que buscavam fortalecer o poder institucional dos governos militares, conclui-se que a organização de códigos procurou fortalecer de forma acentuada o Poder Executivo e, posteriormente, visou efetivar a retirada dos

direitos individuais. Ao menos para o discurso jurídico, não havia contradição entre garantir a “liberdade” e segurança nacional, e o aparelhamento repressor e autoritário. No fundo, o que se justificava era a legitimação da tutela estatal sobre a sociedade para identificar, classificar e distribuir o que poderia ser considerada como ordem ou desordem social.

Em 13 de dezembro de 1968, o *Ato Institucional nº 5* foi aplicado com o intuito de fortalecer a repressão dos militares, ao retirar ainda mais os direitos individuais dos brasileiros, concedendo poderes irrestritos ao Chefe do Executivo e consolidando o início de maior repressão da Ditadura Militar no Brasil. A mesma combinação entre uma aparência liberal e um conteúdo marcadamente autoritário é nítida no *AI-5*. Segundo ele, a “Revolução” Brasileira de 31 de março de 1964 deveria assegurar “autêntica ordem democrática, baseada na liberdade no respeito à dignidade humana, no combate à subversão e as ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra corrupção”. Entretanto, essa liberdade e dignidade humana só seriam respeitadas se se passassem pelos crivos e parâmetros impostos pelos militares, as restringindo a seus opositores, caracterizados como subversivos. Não suficiente, o texto do *Ato Institucional nº5* dizia que sua implementação se devia ao combate de “pessoas ou grupos anti-revolucionários” que “contra ela trabalhem, tramem ou ajam”, e para que o “processo revolucionário em desenvolvimento não seja detido”. Justificando que “atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais”, ameaçavam o poder, tornando “imperiosa a adoção de medidas que impeçam os ideais superiores da Revolução”. Tal medida deixou diferentes setores abismados. Essa (des)necessária demonstração não foi bem recebida, inclusive em setores internos as Forças Armadas, significando mais uma controversa que o governo lidaria.

“Um ato de força, praticado por um governo fraco”, é como Rodrigo Patto Sá Motta (2018, p. 210) define a execução do *Ato institucional nº5* por Artur da Costa e Silva (1967-1969). Ao assumir o poder em 1967, chegava à presidência com uma economia em vias de aceleração. Em um contexto mais geral, o regime de governo havia caído em sua popularidade, pois a austeridade do mandatário anterior, Castello Branco, implicou em políticas de arrocho salarial e a economia passava por uma recessão. Costa e Silva buscava a estabilização de uma ditadura, mas o contexto político empregava intensa resistência ao autoritarismo projetado pelos militares. A maior motivação para a aplicação do *Ato obscuro* deve-se a motivos internos relacionados às Forças Armadas e, em parte, às pressões de grupos dissidentes no Brasil e no mundo: isso representou uma necessidade de aniquilação de qualquer forma de oposição. (MOTTA, 2018, p. 199)

O presidente havia perdido apoio de diversos setores simpatizantes à chegada das Forças Armadas ao poder, principalmente devido à forma truculenta que a oposição e outros grupos contestatórios eram tratados, incluindo até os apoiadores mais críticos. Os anos de 1967 e 1968, mais especificamente, encolerizaram as posturas do governo motivado pelas contestações políticas protagonizadas especialmente pelos estudantes; pelo movimento de greves operárias; e da luta armada promovida por parcela da esquerda. (MOTTA, 2018, p. 199) A maneira truculenta em que o governo respondeu essas críticas gerou opiniões controversas também na grande mídia, que havia apoiado um golpe, e começava a questionar sua (in)capacidade de controle político e estabilização da presença dos militares no poder. O alegado pretexto para a aplicação do AI-5, entretanto, foi o discurso do deputado Márcio Moreira Alves (MDB), em 3 de setembro de 1968, que se colocava “contra a violência dirigida a estudantes e outros ativistas da oposição”. Todavia, ao chamar o Exército de “valhacouto de torturadores”, enfureceu os membros das Forças Armadas, principalmente os de ultradireita. O governo de Costa e Silva reagiu pedindo sua punição aos parlamentares, mas a “aceitação do pedido implicava abrir mão da autonomia do Congresso, dobrando-se vergonhosamente à vontade do Poder Executivo”. (MOTTA, 2018, 200-201)

Em uma derrota de 216 votos a 141 (com 12 abstenções), sendo 90 deles de seu próprio partido – ARENA –, o momento representou o ponto de maior isolamento do governo Costa e Silva (MOTTA, 2018, p. 201) A insegurança causada nos grupos de ultradireita dos militares, devido à conjuntura de mobilizações mais radicalizadas, serviu de móbil para a ação do mandatário e a perda paulatina do prestígio de setores dominantes como a grande imprensa, o Judiciário, a Igreja e parte das elites. Isso fez com que a execução do ato institucional se constituísse como uma atitude fundamentalmente política, a fim de preservar alguma base em seu governo e unificar as Forças Armadas. O presidente militar, que ao mesmo tempo buscava impedir quaisquer sublevações a práxis autoritária de seu mandato, concedeu poderes quase ilimitados a si mesmo, censurando corpos, mídias, mentes e instituições, abrindo as portas para as polícias políticas executarem seus mais diabólicos planos contra a sociedade brasileira. (MOTTA, 2018, p. 211)

Menos de um ano depois, impôs-se o *Decreto-lei nº 989*, ou a *Lei de Segurança Nacional*, em 29 de setembro de 1969. O Art. 1 diz que “Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela Segurança Nacional, nos limites definidos em Lei”, o que diluía a responsabilidade de segurança para a totalidade da sociedade, ao passo que deixava subtender que quem não o fizesse poderia ser compreendido como inimigo. O *Decreto-lei nº 989* também

objetivava a luta contra “antagonismos” dentro e fora do país, para “prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou *subversiva*”, previsto pelo Art. 3. Seu §3º definia o conceito de “guerra revolucionária” como um “conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo contróle progressivo da Nação” [sic], o que só reforçava a excessiva preocupação dos militares com uma suposta tomada de poder.

A preocupação com articulação de corporações tidas como “subversivas” era elevada e expressa no Art. 15, que prescrevia a necessidade de “promover ou manter, em território nacional, serviço de espionagem em proveito de país estrangeiro ou de organização subversiva” e calculava também pena de reclusão por “10 anos, em grau mínimo, e prisão perpétua, em grau máximo”. A *Lei de Segurança Nacional* também determinava pena de reclusão de oito a vinte anos para quem tentasse “*subverter a ordem* ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido, de grupo ou indivíduo” (Grifos nossos), previstas no Art. 23. E o Art. 39 previa pena de dez a vinte anos para quem “incitar a guerra ou à subversão da ordem político-social”, previsto em seu inciso I. Ordem essa que deveria ser excludente, normativa e alienada.

Com esses pilares instaurados, os mecanismos de repressão dos governos militares aos grupos dissidentes e aos meios de comunicação acabaram criando situações quase impraticáveis para a articulação de grupos políticos. No caso dos homossexuais, isso ganhava uma dupla implicação: a primeira devido a questão da sexualidade se opor a moralidade instituída, aplicando aos corpos dissidentes uma força normatizadora que litigava sobre suas existências; e a segunda dizia sobre a convicção de que este fator dissidente o colocava em pé de igualdade como inimigo do Estado ao associá-lo aos opositores dos governos militares, tradicionalmente organizados à esquerda do espectro político, o que ajudava a apagar suas trajetórias e demandas mais específicas. A existência de códigos jurídicos que criminalizavam uma gama de práticas contestatórias acabou se tornando um dificultador para exposição positiva a respeito da homossexualidade, e outros mecanismos de formação e politização. Mas, constantemente, a pressão exercida em períodos opressores possuía a reverberação de uma contra-força, levando a busca de saídas, soluções, interlocuções, diálogos e outras formas de resistências. Os homossexuais não se calaram e procuraram, a seu modo, trabalhar em rede para driblar os limites, pavimentando o caminho para as renovadoras práticas sociais. Era o mote das bichas!

1.3. A imprensa *bichérrima* do Brasil

No Brasil, um dos primeiros ancestrais da imprensa *guei* foi o *Snob*. Recebeu esse nome em referência à uma gíria muito utilizada no meio homossexual do período. (GREEN, 2000, p. 298) Agildo Guimarães foi o principal envolvido na criação de um jornal assumidamente homoerótico no Brasil. (PERÉT, 2011, p. 19; ARIAS; AMARAL, 2016, p. 101; LIMA, 2001) Ele também pode ser considerado “o mais influente e duradouro”, como definiria James N. Green (2000, p. 298), e “talvez o primeiro jornal homossexual, e de vida mais longa do Brasil”, como acredita Jorge Caê Rodrigues. (2010, p. 45) Com a presença de suas páginas, inicialmente mimeografadas e fabricadas de maneira artesanal, surgiu de um pretexto particularmente endêmico ao grupo social das homossexualidades, criando certo rebuliço na comunidade dissidente carioca na década de 1960. A ideia logo reverberou para demais iniciativas, motivando aproximadamente “mais de trinta publicações similares entre 1964 e 1969”. (GREEN, 2000, p. 298)

Naquela época, Agildo Guimarães havia começado a editar o *Snob* devido a sua insatisfação com o resultado de um concurso de Miss Traje Típico de 1963, organizado por um grupo conhecido como Turma OK,¹¹ querendo ele protestar, com certo deboche, o resultado do júri. Descrita como “uma publicação simples, em folha de papel ofício, datilografada (frente e verso) e impressa em mimeógrafo, com distribuição na Cinelândia e Copacabana” (PÉRET, 2011, p. 19). Seus escritos chegaram a contar com “trinta a quarenta páginas, trazendo ilustrações elaboradas, colunas de fofocas, concursos de contos e entrevistas com os famosos travestis do momento”. (GREEN, 2000, p. 298) O jornal era editado por Gilka Dantas, pseudônimo de Agildo Guimarães, em referência ao seu longo relacionamento com um paraquedista do Exército chamado Chico Dantas: o editor havia adotado “porque se considerava casado com seu bofe”. (GREEN, 2000, p. 303)

Em uma entrevista¹², em 1980, os próprios Agildo Guimarães e Anuar Farah – esse último, colaborador do *Snob*, criador do *Gente Gay* e do *Le Femme* – dão detalhes do contexto em torno da formação de publicações que marcaram a época da década de 1960 da incipiente imprensa *guei* tupiniquim. A matéria que se iniciava com certo respeito aos predecessores afirmava que: “O que vivemos agora não surgiu por acaso” em reverência ao que outros articularam como forma de expressão de uma comunidade. E exibia outros personagens e

¹¹ Rede social de gays que se estabeleceu no final dos anos de 1950 e perdurou durante toda década de 1960 (Green, 2000, p. 259). A Turma OK também editava um boletim informativo chamado *Okzinho* do qual Agildo Guimarães também fora editor (PERÉT, 2011, p. 32).

¹² Entrevista publicada no *Lampião da Esquina* em sua edição 28, de setembro de 1980.

folhetins tão importantes quanto o *Snob* para imprensa homoerótica. A matéria também contrariava alguns escritores já citados ao dizer que “Em 1961, foi fundado o SNOB, que incentivou o surgimento de outros jornaizinhos gay, numa grande e pioneira cadeira de informações e intercâmbio”, e informando a existência de outras: “27 publicações [que] circularam na época. Destaques no Rio para: O SNOB, LE FEMME, SUBÚRBIO À NOITE, e o Boletim da ALIANÇA DE ATIVISTAS HOMOSSEXUAIS, com trabalhos de pesquisa e análises sobre comportamentos sexuais”. (MICCOLIS, 1980, p. 6)

No “início era feito numa folha datilografada: tínhamos reuniões nas casas de cada um, onde líamos o que escrevíamos, daí fomos evoluindo”, contava Agildo Guimarães (MICCOLIS, 1980, p. 6). O *Snob* era distribuído em lugares públicos e, desse contato social, aos poucos foi ganhando representantes em outros territórios do país, que apresentavam colunas de seus estados. Foi nesse processo de “expansão” que Agildo conheceu o amigo Anuar Farah, e de “uma briga que surgiu o (...) [seu] jornal...”, o *Le Femme* (“o’ mulher”), por discordar de algumas atitudes no processo de fabricação. “As pessoas de fora vinham participar da turma e já queria dar ordens. Aí fundei o jornal, diz Anuar, e cheguei a fazer uma espécie de ‘rivalidade com o Agildo (...) eu resolvi lançar uma capa com fotografias. Porque o SNOB ainda era feito com desenho: botava o nome de fulana de tal, que às vezes não tinha nada a ver”. (MICCOLIS, 1980, p. 6)

É possível perceber que parte desses jornais formavam algo como uma agremiação em torno de sua fabricação. Farah e Guimarães contam que havia certa competição cordial entre os criadores do jornal, entregando vestígios dessa cena ao citar diversos jornais como o *Subúrbio à Noite* (1966), de Frank Casparelly, definido como um “jornal muito bem desenhado”, e um de Niterói, chamado *Estábulo* (1966) de Dalia Lavi. Agildo Guimarães (1980, p. 6) conta que a rede de periódicos fez com que cada um fosse “procurando melhorar, não somente em desenhos, mas em artigos também. As capas do Anuar eram muito bonitas pelas fotografias: ele tirava fotos, depois fazia xerox e todos queriam posar ao vivo”. O Gato Preto foi o elaborador do *O Felino* (1967), um jornal de bolso e ficou famoso pelas “suas histórias em capítulos, era a Janete Clair da época”, continua. Todos eram mimeografados, segundo os relatos; “só o meu que era xerox”, se gabava Anuar Farah (MICCOLIS, 1980, p. 6).

Naquela época “nós mesmo distribuímos, inclusive na época da Revolução”, em referência ao ocorrido de 1964. E continua: “Aí foi presa a Karina Borg (...) presa naquelas batidas que davam nos estudantes e como estava com um *Snob*, eles apreenderam o jornal, leram e liberaram”, conta Agildo. “Hoje famosa, maravilhosa, ela foi o mito negro dos anos

1960 (...) Quando Karina foi presa com o jornal, eu fui convidado ir ao DOPS, esclareci, mas não havia problema nenhum. Eles acharam interessante o jornal (risos)”, disse Anuar, “naturalmente tinha leitores lá dentro (novos risos)”, debochava Agildo. (MICCOLIS, 1980, p. 6). É possível concluir que existiu um momento em que a temática dos costumes não era tão importante durante o período militar, expondo que a perseguição às práticas desviantes talvez não tivessem sido prioridade, recrudescendo-se ao longo do tempo.

Agildo Guimarães também comenta a presença de outros jornais no Brasil:

Salvador era nosso maior contato: Di Paula, Orlando Andrade. Tínhamos em Minas, Manaus (o Ângelo – Angélica Hoffman). O DARLING [1968], do subúrbio do Rio, era da Georgette de la Cruz. O CENTRO, da Betty Taylor, um jornal muito desbocado, tipo Dercy Gonçalves. SP, engraçado, era um dos Estados que nunca consegui me aproximar, sei lá porque. (MICCOLIS, 1980, p. 7)

O deboche, o escárnio e humor *camp* eram típicos ao *Snob* que apresentava um teor de autoafirmação, não deixando de ser compreendidos como uma forma incipiente de se fazer política àquela época. O jornal trouxe gírias e vocabulários típicos ao universo homoerótico, além de cumprir papel em dinamizar a sociabilidade homossexual do período. Por outro lado, ainda pela vanguarda de sua temática *guei*, esse acabava por reforçar “estereótipos e condições marmorizantes das identidades e sexualidades”, devido a perpetuação da hierarquia dos papéis de gênero entre corpos masculinizados e efeminados. (ARIAS; AMARAL, 2016, p. 104). Essa visão também acaba sendo corroborada por Flávia Péret (2011, p. 25) ao dizer que “na contramão do que pensam hoje os grupos de defesa homossexual, o *Snob* apresentou, até 1966, noções de gênero bem rígidas”. Ao analisar uma publicação de 1964 intitulada “Dez mandamentos da bicha”¹³, em nítida referência e escárnio à moral católica, o *Snob* reforçava visões normatizadoras de gênero. Perét (2011, p. 24) aponta que os editores ao “incorporar e reproduzir o estereótipo da relação macho/fêmea, na qual os ‘bofes’ são os homens ‘de verdade’ (machos/ativos) e as ‘mariconas’ os homossexuais efeminados (passivos), (...) expõe a própria dificuldade de encontrar um vocabulário para lidar com o desejo homoerótico”. Apesar dessas reproduções, o *Snob* sabia ir além das normas.

Rogério da Silva Martins da Costa (2010) ajuda a entender seu pioneirismo para o desenvolvimento de uma movimentação de grupos de homossexuais. Essa era rede que

¹³ Segundo o *Snob*, os “Dez Mandamentos da bicha” eram: “1. Amar todos os homens. 2. Nunca ficar com um só. 3. Beijar todos os bofes. 4. Evitar falar no futuro. 5. Quanto mais intimidade na cama melhor. 6. Fingir sempre que ama um só. 7. Nunca esquecer os bofes casados. 8. Evitar falar em dinheiro. 9. Não querer as mariconas. 10. Casar só por uma hora”. (GREEN, 2000, p. 305).

objetivava “congregar amigos que não se encontravam na cidade espaços de sociabilidade ‘homossexual’ que pudessem desfrutar sem sofrer perseguição”. (COSTA, 2010, p. 32). No cruzamento dessas vivências, cada grupo tinha a própria casa aberta para fazer reuniões, o autor ainda relata que contou “nove grupos nos dois primeiros anos de atuação do jornal *O Snob* (1963-1964), que assim se designavam: Turma do Catete, Turma de Copacabana, Turma da Zona Norte, Turma do Leme, Turma OK, Turma da Glória, Turma da Mafalda, Turma de Botafogo e o Grupo Snob” (COSTA, 2010, p. 32). Com a existência dos grupos, jornais foram sendo elaborados como forma de expressar suas individualidades, e com isso os elos entre seus integrantes foram se fortalecendo. Principalmente, seus membros também estavam em contato constante ao dividirem festas, casas, interesses culturais e ambientes de trabalho. Esse processo gerou um sentimento de pertencimento mobilizando, inclusive, certa rivalidade, devido aos “modos de se comportar, se vestir, se expressar e manter as parcerias amorosas” o que causava muita “fofoca”, gerando tensões (COSTA, 2010, p. 37).

Essas discordâncias se acentuaram à medida que novos grupos se proliferaram entre 1963-1966. Conforme as “Turmas” iam se reagrupando em jornais, novos grupos iam surgindo, tornando as diferenças entre esses evidentes, e criando alguns conflitos. A influência de sua rede, que não se resumia apenas aqueles que eram seus editores ou redatores, ampliava estas divergências pois também estava permeada por relações afetivas. Desse modo, a soma desses fatores não tardou em gerar um cataclismo entre as bichas como conta Rogério da Costa:

Em 1967 iniciou-se uma “guerra” entre eles, envolvendo seus editores e alguns de seus “associados”. Em meio a fofocas e autopromoções, nota-se a busca desenfreada para aparecer no jornal. Estabelece-se a luta por prestígio, e os desacordos quanto às condutas sexuais dos participantes eram exacerbados nas maledicências cotidianas. A “paz” é selada entre os jornais/grupos em 1969 com a entrada de *O Snob* na Associação Brasileira de Imprensa Gay – Abig, criada em 1968, cuja diretoria passou então a estabelecer critérios éticos na produção dos jornais e ela associados. (COSTA, 2010, p. 39).

A existência da ABIG (Associação Brasileira de Imprensa Gay) também foi relatada por Agildo Guimarães e Anuar Farah na comentada entrevista:

L - E a ABIG - Associação Brasileira de Imprensa Gay?

AF - Nós Fundamos a ABIG com todos os jornais gays editados no Brasil. Eu fui o primeiro presidente (...) era a época em que nos chamávamos por nomes femininos, porque cada um tinha responsabilidade no seu trabalho, hoje

ninguém mais se preocupa com isso, é tudo normal (...) A ABIG durou de 62 a 64. Depois veio a Revolução e acabou.

L - Lá vocês pretendiam só reunir as publicações ou lutar por alguma coisa?

AF — Não, a ABIG foi feita para lutar, porque nós todos tínhamos um ideal, queríamos mostrar que éramos pessoas normais, que fazíamos o que todas as outras faziam. Normais sempre fomos, sem diferenças.

AG - Pois é, queríamos mostrar à chamada sociedade “normal” que éramos tão normais quanto eles. (MICCOLIS, 1978, p. 6)

Apesar do que foi relatado na entrevista, Flávia Perét (2011, p. 32) e James N. Green (2000, p. 313) concordam com Rogério da Silva Martins da Costa (2010, p. 39) sobre o ano de 1968 para formação daquilo que seria a Associação Brasileira de Imprensa Gay. Esse ano fervilhava politicamente, e uma forma institucionalizada de expressão da imprensa *guei* parecia a decisão mais coerente a ser feita, fazendo com que os jornais almejassem participar de tal iniciativa, e, inclusive, promovendo um primeiro encontro chamado de Congresso da ABIG, elegendando o Agildo Guimarães, como ele mesmo havia contado. Entretanto, no fim do ano os militares implementaram o mais impetuoso Ato Institucional, o *AI-5*, minando a animosidade de seus integrantes, que optaram encerrar a associação por medo da repressão. (GREEN, 2000, p. 314)

Todavia, a década seguinte seria marcada pelo ressurgimento de jornais da imprensa voltada para o público homossexual, se justificando, em parte, como uma das expressões do processo de distensão da Ditadura Militar. Ernesto Geisel assumiria o poder em 1974, no meio de crises políticas e econômicas que assolaram o Brasil, e as disputas no interior das Forças Armadas se tornaram marcas de seu mandato. Recorrentemente simplificadas entre os “moderados” e os “linha-dura”, Carlos Fico (2004, p. 34) comenta que os embates internos de grupos das Forças Armadas não poderiam ser descomplexificados de modo tão simplista, mas que, em fato, existia setores militares que estavam mobilizados por uma “utopia autoritária”, constituindo-se em uma “força autônoma” que pressionavam internamente seus governos a continuarem recrudescendo políticas de repressão, se considerando “a verdadeira guardiã dos princípios da ‘revolução’” (FICO, 2004, p. 33).

Ernesto Geisel tentou erguer-se como um perfil “moderado”, mas durante sua trajetória de presidente perpetuou políticas repressivas como a *Lei de Segurança Nacional* (1969), e, até 1978, manteve o *Ato Institucional nº 5* (1968). Além disso, permitiu que a polícia política dos antigos governos continuasse a praticar crimes de tortura, sequestros e assassinatos, etc. (RESENDE, 2014, p. 37) Associa-se a Geisel a um perfil mais moderado, pois foi em seu

mandato quando se iniciou “o processo de lenta, gradual e segura distensão”¹⁴. A iniciativa gerou controvérsias dentro das Forças Armadas, fazendo com que muitos militares o enxergassem como “traidor dos ‘princípios revolucionários de 1964’”, tornando a reabertura política, para esse grupo, uma “inflexão das ideias da ‘revolução’ e uma ameaça à sua permanência no poder”. (RESENDE, 2014, p. 37) Todavia, do outro lado havia aqueles que acreditavam que os militares deveriam sair do governo, pois a responsabilidade de governar poderia colocar em risco a integridade da instituição Forças Armadas (MARINHO; OLIVEIRA, 2015, p. 81).

Geisel havia chegado à Presidência com o país em uma crise política interna herdada de seus antecessores, mas naquele momento estava maior tensionada, devido ao processo de reabertura. A isso somavam-se uma crise econômica, em virtude do fim de um controverso período de crescimento da economia no Brasil conhecido como “Milagre Econômico”. O tal fenômeno “divino”, ocorreu durante o governo de Emilio Garrastazu Médici (1969-1973), em uma fase de maior repressão do período militar, quando críticas eram pouco toleradas, e o autoritarismo desse momento fazia parte de todos os níveis do governo. Durante o governo de Médici, o Brasil passou por uma dúbia prosperidade. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceria a 11% ao ano, privilegiando os já abastados grupos econômicos do Brasil, e à época, o então Ministro da Fazenda, Delfim Netto, concedeu crédito, ao agrado da classe média, garantindo a essa o acesso a bens de consumo duráveis. No outro lado da moeda, os arrochos salariais, a máquina jurídica e policial de repressão impediam a classe trabalhadora de se mobilizar, legitimando uma grande diferença de renda. Auxiliado pelo argumento de bonança da economia, o governo endureceu suas políticas opressoras, impedindo greves e que os setores socioeconômicos mais frágeis da população lutassem pelos seus direitos. (CARVALHO, 2005, p. 122-123). Quando Geisel assumiu, prometendo “abrir” o Brasil politicamente, necessitava de vultuosos índices de crescimento econômico para validar seus projetos, mas com o choque do petróleo de 1973¹⁵, a soberania econômica do país ficara afetada, visto a dependência brasileira daquela matriz energética, que importava até 73% do necessário para seu consumo,

¹⁴ Essa frase é referente à um discurso de Geisel, em 1974, proferido aos líderes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), expondo qual seria a marca de seu governo. Nele, um governo militar disse, pela primeira vez, a palavra “distensão” (RESENDE, 2014, p. 37)

¹⁵ A Organização dos Países Exploradores de Petróleo (OPEP) foi uma organização criada pela Arábia Saudita, Venezuela, Irã e Iraque em 1960. A maioria dos países-membros se tratava de nações árabes, que não estavam satisfeitas com a aproximação política dos Estados Unidos com Israel. Aproveitando-se do monopólio de 80% da produção desse insumo, resolveram demonstrar sua força para economia mundial aumentando o preço do barril de petróleo, liderados pelo presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, líder de inspirações nacionalistas. A crise afetou vários países no globo gerando aumento da dívida externa e inflação. (OLIVEIRA, 2006, p. 6-8)

causando um golpe na produtividade industrial do país. (LUNA; KLEIN, 2014, p. 99) Esses elementos se tornaram o embrião de uma crise inflacionária, que o país demoraria mais de uma década para resolver.

Apesar da gangorra econômica, a década também presenciou o estabelecimento de bares e boates que possibilitaram novas interações entre os homossexuais, e acompanhou as influências culturais daquele momento, como peças de teatro com temáticas dissidentes. As transmutações comportamentais da época, faziam com que jornais da grande imprensa passassem a ter colunas sociais que incluísse a temática homoafetiva, em alguns exemplos como como a “*Guei*”, de Glorinha Pereira, no *Correio de Copacabana*; “*Tudo entendido*”, de Fernando Moreno, na *Gazeta de Notícias*; e, provavelmente a mais conhecida, a *Coluna do Meio*, de Celso Curi, que era publicada no *Última Hora*, de São Paulo, de fevereiro de 1976 até novembro de 1977. (RODRIGUES, 2010, p. 47)

Celso Curi é um jornalista que havia se mudado para Munique (Alemanha), em 1972, onde pode ter o privilégio de contatar perspectivas positivas sobre as homossexualidades, diferentes das que eram vividas em seu país. Pois, se no Brasil a mensagem era que os grupos dissidentes deveriam fugir da polícia, devido a repressão, na Europa e nos Estados Unidos se mobilizavam pela garantia de leis que possibilitassem os direitos civis dos homossexuais (PERÉT, 2010, p. 39). Em seu retorno à São Paulo, em 1974, Curi começou a trabalhar no jornal *Última Hora* e propôs aos editores escrever uma coluna sobre comportamento e cultura homossexual. Mesmo apresentando certa resistência, em 26 de fevereiro de 1976 o jornal estrearia sua coluna, sendo “a primeira experiência, dentro da grande mídia a abordar de maneira explícita temas de interesse da comunidade gay”. Contrariando a afirmação de Jorge Caê Rodrigues, Perét (2011, p. 40) afirma que, na verdade foram “durante três anos, [que] ela foi publicada diariamente”. Todavia, apesar do sucesso que fazia com pessoas também fora do público homossexual, não demorou para “ocorrer manifestações de intolerância. O *Última Hora* recebeu dezenas de cartas anônimas, criticando e/ou pedindo o fim da coluna. Em uma delas, escrita com sangue, Curi foi ameaçado de morte”. As ameaças foram ignoradas pelo jornal, mas o jornalista acabou sofrendo um processo da Procuradoria Geral da República, amparado na *Lei da Imprensa* (1967). O processo durou até 1979, resultando em sua absolvição da acusação de atentado ao pudor, de fazer uso de “linguagem vulgar”, e de promoção de “seres anormais”. (PERÉT, 2011, p. 41)

Apresentado pelo *Lampião* como “a primeira pessoa a tentar impor um novo conceito à chamada ‘imprensa homossexual’ – até aqui limitada a um pastiche do colunismo social

exercido na grande imprensa” (DANTAS, 1978, p. 5), Frederico Jorge Dantas, foi fundador do jornal *Entender* e escritor do boletim *Eros*. Em uma matéria para a edição zero do nosso mensário, ele apresenta uma visão sobre o caráter que um jornalístico homossexual deveria possuir, e expõe as nuances de um novo modo de escrever para os *gueis*. Corroborando talvez, a importância da existência de uma imprensa que pudesse politizar o caminhar político emergente do grupo social. No texto, Frederico Jorge Dantas (1978, p. 5) alegava a dificuldade de manter seus “150 leitores” para o boletim *Eros* e os percalços em definir uma visão capaz de aproximar os homossexuais de uma construção coletiva:

A tentativa exercida pelo jornalismo *underground* homossexual no sentido de informar nossos irmãos sobre necessidades primárias, que vão desde o modo de encarmos o problema até onde e como podemos nos impor, deixa de ser um trabalho de aproximação para acabar se tornando, na maior parte, num conflito onde pequenos grupos criticam, rejeitam e combatem o aparecimento de novas ideias. Eu comecei fazendo pesquisas sobre o comportamento sexual e tenho procurado abrir espaços destinados a pessoas que se irmanem no sentido de tomar uma pequena escola, visando com isso à formação de um grupo consciente e interessado no que mais tarde poderá vir a ser o Movimento de Libertação Homossexual. (DANTAS, 1978, p. 5)

Dantas (1978, p. 5), portanto, enxergava seu ofício como uma ferramenta política a serviço do alicerce de unidade de um grupo social, os homossexuais, ao dizer na mesma página: “reconheço ser a bicha atual um estágio necessário para se atingir um tipo ideal de homossexual conscientizado (...). Escrever o que se conseguiu aprender é o correspondente para o esboço de um futuro melhor, onde possamos reagir com racionalidade e coesão às repressões sociais”. As falas citadas acima, podem ser entendidas como os princípios que nortearam o surgimento do jornal paulista, o *Entender*, elaborado pelo autor do artigo em 1977.

Jorge Caê Rodrigues (2010, p. 55) afirmava que Dantas buscava um modelo de identidade que não pertencia “só ao autor da matéria, mas ao *Entender* como todo”. A busca seria essa por um homossexual “entendido”, marca da fabricação identitária homossexual gestada entre as décadas de 1960 e 1970. Esse personagem social seria uma forma contrapor hierarquias de gênero através de uma “posição de igualdade com o parceiro”. Tentava-se contestar a pecha de que o homossexual passivo (aquele é que penetrado no ato sexual), devesse cumprir papéis de gêneros relativos à feminilidade, mesma lógica aplicada a performance sexual do ativo (aquele que penetra), que não deveria cumprir um papel de masculinidade. E, assim sendo, ambos “entendidos” estariam buscando minar uma hierarquia baseada no binômio

“homem/mulher”, que preconcebe uma diferença nata entre ambos; onde homem é o ser dominante, e a mulher a dominada.

Em uma carta publicada na edição zero do *Lampião* e escrita por H.C.L, um editor do jornal *Gente Gay*, apontava as dificuldades de mantê-lo funcionando:

Escrevo no GENTE GAY sob o pseudônimo de GATO PRETO (mais por apelido que por tentar me esconder) e sinto como a “classe” é volúvel inclusive em apoiar boas intenções. Todos querem ler GENTE GAY, mas poucos gostam de pagar e isto está onerando os colaboradores, tanto que o número de março ainda não saiu por que alguns estão desanimando, sem contar com os aborrecimentos e pressões diversas. O GENTE GAY é um jornal ainda em xerox e está cheio de problemas. (H.F.L, 1978, p. 14)

Gato Preto expunha as dificuldades de se fazer um jornal voltado para o público homossexual. Ao que se pode ler, *Gente Gay* era igualmente uma publicação voltada para o público homoafetivo que enfrentava as dificuldades de sua alcunha, tanto devido à falta de recursos técnicos, como a dificuldade de leitores para manter sua continuidade. Exibia-se, portanto, que para construir um jornalístico era necessário mais que mera vontade de expressar uma visão de uma comunidade, era preciso se articular coletivamente com essa; havia-se necessidade de público e profissionalismo. Salta-se aos olhos perceber, que apesar de falar que não tinha o intuito de esconder-se atrás de um pseudônimo, Gato Preto não revela o seu nome, mantendo-se escondido através de suas iniciais. Sua carta, assim como a de Jorge Frederico Dantas, aponta para dificuldade de fixar um público capaz de conservar a regularidade do periódico. Pensemos, portanto, na imensa dificuldade de articular um jornal desse modo, enfrentando as concepções morais do período, e com uma probabilidade pequena de anunciantes. Principalmente, levando em consideração o caráter politizador que buscava o *Entender*; ou, as dificuldades técnicas expostas pelo Gato Preto do *Gente Gay*.

Entender, surgiu em São Paulo em 1977 e começara de modo caseiro produzido mensalmente. Até o final do ano, ele seria publicado de modo impresso em formato tabloide, apresentando notícias de bares e outros pontos de concentração dos homossexuais no Rio de Janeiro-São Paulo, eventualmente publicando anúncios de saunas. O mensário acabou não obtendo êxito em se manter, devido à falta de público para custear sua circulação. Outros jornais surgiram neste mesmo período, como o *Mundo Gay: o Jornal dos Entendidos*, que anunciava serviços, bares e outros negócios, também vendido em bancas, e finando no mesmo ano de 1977. Além desses, outros jornais como o *Beijo* (1977) e a *Flor do Mal* (1970), que apesar de não militarem explicitamente pelos direitos dos homossexuais, refletiam sobre o desejo e

colocavam na prática ideias contracultura ao falar de sexualidade de modo mais explícito. (GREEN, 2000, p. 423; RODRIGUES, 2010, p. 47; PERÉT, 2011, p. 35)

O *Gente Gay*, também não obteve sorte diferente. O jornal havia sido criado por um conjunto editores que já haviam tido iniciativas na Imprensa Guei, entre eles: Anuar Farad, Agildo Guimarães, José de Rodrigues e Hélio Fonseca, o tal Gato Preto. De início, por medo da repressão, seus articuladores optaram por divulgar o jornal de modo informal, como uma maneira de burlar a censura da *Lei de Imprensa* (1967). Suas edições continham uma advertência onde se lia “Apenas para circulação interna”. No começo, o *Gente Gay* era datilografado e fotocopiado para distribuição; travestis estampavam suas capas em fotos, presumidamente de má qualidade; incluindo retratos de homens nus replicados de outras publicações internacionais. Suas notícias e fofocas, em alguns momentos, mantinham um teor politizado ao evidenciar informações sobre o movimento homossexual internacional. A recepção positiva sobre as matérias apresentadas no jornal fez com que os editores ambicionassem a profissionalização da edição, mesmo que seus membros não possuíssem uma experiência concisa para a administrar um jornal de maior porte. Eles conseguiram publicar duas edições de mil exemplares cada, mas a falta de retorno financeiro e experiência adequados fez com que o jornal não vingasse. (GREEN, 2000, p. 422-423; MICCOLIS, 1980, p. 6)

O que aconteceria nos próximos anos ajudaria a (re)definir alguns marcos para um grupo social. Surgia ali, advogando pelos direitos das minorias e francamente político sobre as sexualidades dissidentes, um jornal que marcou em definitivo a trajetória das lutas pelos direitos dos homossexuais. Seus membros se articulavam entre as principais discussões de sua época, e se mobilizariam em torno de grupos dissidentes, protagonizando efusivos debates que transversalizam uma época e que alterou o curso do jogo político no Brasil, permitindo a definição de perspectivas que se constituem até hoje. É hora de conhecer, ele, o inigualável, *Lampião da Esquina*.

1.4– O *Lampião da Esquina* surge

“A ideia de publicar um jornal, que, dentro da chamada imprensa alternativa, desse ênfase aos assuntos que esta considera ‘não prioritários’, surgiu em novembro do ano passado, e provocou uma série de reuniões, na principal delas, realizada em São Paulo”, dizia *Lampião da Esquina*, em sua edição experimental, explicitando a que veio. Movidos por muitos sentimentos, “onze pessoas assumiram o que a mesma imprensa alternativa chamaria de ‘compromisso histórico’: estava criado o LAMPIÃO”. A coragem de um grupo de homossexuais em assumir-

se, assumia, também, a bravura de fazer um jornal francamente opinativo sobre homossexualidade, cujos caminhos se elevariam à mais alta imponência. (LAMPPIÃO, 1978, p. 2)

Um dos eventos embrionários para seu surgimento foi uma entrevista com Winston Leyland, editor de uma publicação homossexual chamado *Gay Sunshine*, um influente veículo de mídia com enfoque em cultura, cotidiano e política gay nos Estados Unidos e no mundo. João Antônio Mascarenhas, militante pioneiro pelos direitos homossexuais e futuro membro do *Lampião*, à época trabalhava no *O Pasquim*, e havia cedido sua casa para hospedá-lo. A conversa com o ilustre editor, que veio ao Brasil organizar uma antologia sobre a literatura homossexual latino-americana, aconteceria no apartamento de Darcy Penteado. Conta-se que, mobilizados pela empolgação do encontro, alguns jornalistas e artistas brasileiros decidiram fazer uma publicação que tratasse o homossexual de um modo sério. Unidos pela vontade e pelos históricos de suas experiências profissionais, articularam-se economicamente para financiar um projeto. Entre os onze pensadores do plano, nove dividiram-se para construir uma editora de capital fixo e arrecadaram o dinheiro por meio de cartas enviadas a doze mil amigos e outras pessoas indicadas. Graças à boa recepção, o montante foi utilizado para dar início ao projeto resultando em seus dois primeiros números. (SIMÕES JR., 2006, p. 28) (TREVISAN, 2018a, p. 316)

O *Lampião da Esquina* possuía uma grande tiragem, entre 10 a 20 mil exemplares por mês, e um considerável número de páginas, computando em torno de dezesseis a vinte em cada edição. A organização do *Lampião da Esquina* ficava distribuída em uma rede aglomerada de seções, com estruturas que iam se modificando ao longo do tempo. Observamos modificações na coluna *Opinião* com seu desaparecimento a partir de março de 1979, retorno a partir de janeiro de 1980; e novamente o desaparecimento em novembro do mesmo ano. Esta seção servia para exposição das ideias de seus editores a respeito da condição homossexual, temáticas que envolviam outras minorias ou a reprodução de artigos. Lançada a partir da quinta edição do jornal, em outubro de 1979, a seção *Bixórdia* tinha uma função abrangente e continha comentários ácidos sobre os mais diversos temas feitos pela colunista fictícia Rafaela Mambaba, onde diferentes membros do jornal colaboravam. Além da *Troca-Troca*, onde os leitores trocavam correspondência com interesses de encontros.

Havia também a seção *Cartas na Mesa*, espaço reservado as missivas enviadas pelos leitores. Essa seção, já em suas últimas publicações, seria deslocada para as primeiras páginas a partir de dezembro de 1980. A *Ativismo* dedicava-se a publicizar notícias e documentos sobre

a organização do incipiente movimento político de homossexuais no Brasil. *Lampião* ainda era composto pela seção *Esquina*, elaborada por diferentes editores, que publicavam matérias relacionadas aos temas contemporâneos ao período da edição; ao contrário da seção *Reportagem*, que concentrava discussões de diferentes jornalistas, mas que giravam sobre o mesmo tema, podendo conter entrevistas com pessoas ilustres do período; a *Tendências*, que concentrava um grupo de matérias com críticas, debates culturais sobre obras literárias, teatro, cinema e música, além de espaços de sociabilidade homossexual; a *Ensaio*, assinada normalmente por apenas um jornalista ou colaborador: era um ambiente reservado para uma discussão temática específica; a seção *Literatura* dedicava-se, em muitas edições, a expor poemas dos próprios leitores; e, por fim, existiam outras seções intermitentes, como *Verão*, *Festim* e *Violência*.

Um projeto ousado como o *Lampião da Esquina* criava embates sobre qual seria a melhor forma de executá-lo. Isso não seria de todo estranho dado o seu conselho ideologicamente heterogêneo. Seus membros se apresentariam, na edição experimental, como “Senhores Conselheiros”, reforçando um estereótipo sócio-moral ao evocar uma seriedade profissional ligada ao masculino. Um conflito interessante, visto que eles se propunham a quebrar regras normatizadoras de gênero. A escolha, que provavelmente buscava se opor às concepções reducionistas ao jornalismo feito por *gueis*, também pode ser entendida como uma negociação para impor respeito em um ambiente presumidamente machista; o que resultava em uma controversa forma de contestação. Associar a homossexualidade aos arquétipos de feminilidade também era uma maneira de impor uma força normatizadora. Afinal, por que um homem homossexual não poderia reivindicar sua masculinidade. Na verdade, ao fazê-lo, eles disputavam a ideia normativa de quais sexualidades e performance de gênero um homem deveria ter, afirmando que esse poderia ser, também, um homossexual e nem por isso menos homem.

Onze homens compunham o nosso paladino homoerótico. Uma dezena e mais um de *lampiônicos*, majoritariamente brancos, profissionais liberais, letrados e de classe média. Alguns estavam mais motivados a falar sobre política homossexual e, portanto, uns revelavam-se mais nas páginas do jornal sobre esta temática que os outros. Existiam aqueles que, apesar de não falarem frequentemente sobre o tema, estavam no controle da edição das pautas do mensário, o que ocasionava algumas tensões internas e externas. Esses intelectuais à época já eram ilustres, trabalhando (in)diretamente com a divulgação de saberes, sobretudo através de

outras experiências políticas, acadêmicas, jornalísticas e de expressões artísticas, que simplesmente os expunham como as importantíssimas bichas que eram.

Adão Acosta, apresentado na edição experimental como jornalista, era ex-terapeuta ocupacional, pintor e exercia esporadicamente as funções de tradutor (inglês-português). Seus trabalhos executavam-se em críticas de filmes, peças de teatros e livros na seção *Tendências*. Ele aparecia, recorrentemente, próximo às matérias sobre a temática do movimento negro ou sobre cultura afro-brasileira, como na entrevista elaborada na edição 15, intitulada *Qual é o lugar dos negros no Brasil? Abdias Nascimento responde*, além de divulgar na segunda edição do *Lampião* a primeira da revista *Tiçã*, da “qual se dedicava totalmente ao negro do Rio Grande do Sul procurando dar voz a essa minoria”. (ACOSTA, 1978, p. 5)

Já Aguinaldo Silva, à época, era jornalista, escritor especializado em temáticas policiais, possuía experiência profissional em jornais da imprensa alternativa como os jornais *Opinião* “desde os primeiros números”, e, o *Movimento*, sendo “um dos fundadores”. Sua participação em periódicos com fortes bases ideológicas na esquerda tradicional, criou um certo rechaço à presença dessa no movimento homossexual. Suas publicações giravam em torno de entrevistas, notícias criminalísticas, e sobre o cotidiano dos homossexuais. Silva não era muito adepto dos assuntos mais propriamente políticos. Para ele, os leitores do jornal eram “aquela bichinha do subúrbio, a bichinha da cidade, que não era intelectualizada e que estava procurando alguma informação e queria, de alguma forma, se inteirar da história e queria um roteiro”. (MOREIRA *apud* RODRIGUES, 2010, p. 60) E, portanto, acreditava que *Lampião* não deveria investir tanto em uma excursão política. Silva também era o coordenador das edições do mensário no Rio de Janeiro, onde a versão final do jornal era editada e impressa – lembrem-se disso.

Antônio Chrysóstomo foi um jornalista, sua especialidade era música popular, produzindo e dirigindo shows, sendo um dos “mais polêmicos críticos musicais do país”. Ele regularmente publicava matérias na seção *Tendências* com críticas a shows e discos contemporâneos às edições do jornal. Apontava curiosidades do cotidiano homossexual na seção *Esquina*, fazendo roteiros de entretenimento; entrevistava figuras célebres ou reportava sobre relações homoafetiva; e era um dos responsáveis pelos conteúdos elaborados pelas mídias sobre a homossexualidade. Em uma entrevista feita por ele ao escritor Paulo Coelho na edição 15, considerava o *Lampião* um “jornal libertário”, que uma “pessoa libertária”, para o lampiônico, significava “promover suas próprias leis, uma espécie de anarquista moderno, não romântico”. (CHRYSÓSTOMO, 1979, p. 6)

Clóvis Marques era jornalista e tradutor, fazia críticas de cinema. Sub-editor do *Guia de Filmes* publicado pela *Embrafilme*, era correspondente, no Brasil, de *Film Dope*, de Londres (LAMPÍÃO, 1978, p. 2), segundo a apresentação feita na edição experimental. Ele traduzia textos de outros veículos de mídia internacional, às vezes, na seção *Opinião* e (ou) comentava sobre política voltada para os homossexuais na seção *Esquina*. Marques não se posicionava muito politicamente nas edições do jornal, apesar de acreditar que a homossexualidade não deveria ser compulsoriamente enquadrada de algum modo, como se verá no terceiro capítulo.

Darcy Penteado era “artista plástico e escritor. Uma das figuras mais importantes do front cultural paulista, foi o primeiro intelectual brasileiro a defraudar publicamente a bandeira da luta contra a discriminação e o preconceito em relação aos homossexuais” (LAMPÍÃO, 1978b, p. 2). Penteado já havia marcado a imprensa brasileira no *Aqui São Paulo*, através de uma publicação feita com Celso Curi, onde ele falava abertamente sobre sua homossexualidade, sendo considerado o “primeiro *outing* (declaração pública de homossexualidade) da imprensa brasileira”. (PERET, 2011, p. 39) No *Lampião da Esquina* advogava pela arte homossexual que era fabricada por ele como ocorreu no ensaio *Homo eroticus*, publicado na edição experimental. Ele também expunha certa preferência por autonomia política dos homossexuais em detrimento a organizações tradicionais.

Francisco Bittencourt era poeta, crítico de arte e jornalista (...) membro da Associação Internacional de Críticos de Arte (seção do Brasil), e colaborava como crítico de vários jornais. Apesar de Bittencourt ter sido considerado “a pessoa mais avessa ao ‘movimento’” (MOREIRA *apud* RODRIGUES, 2010, p. 60), mas, ao contrário do que diz a informação, ele cobriu muitos eventos de grupos políticos dissidentes que aconteceram no período de vigência do jornal, emitindo suas próprias opiniões. Recorrentemente mantinha-se em uma visão autonomista sobre a politização homossexual, desejando que esses estivessem longe de movimentações partidárias, defendendo a permanência dos homossexuais fora dos entremeios da esquerda e da forma como ela se organizava.

Pensava assim também João Silvério Trevisan, que provavelmente foi o lampiônico mais combativo em favor de uma política autônoma homossexual. Ele defendia veementemente o afastamento político dos *gueis* com a esquerda, protagonizando os principais textos que advogavam por um projeto de liberação sexual no *Lampião*. Trevisan regularmente publicava matérias na seção *Opinião e Ativismo*, constituindo um voraz comentarista político, sendo responsável pelo fechamento das pautas dos colaboradores de São Paulo. Ele foi a mente pensante das primeiras articulações políticas dos homossexuais no Brasil, antes mesmo do

surgimento do *Lampião*, pois ajudou, inclusive, a fundar o SOMOS, uma das primeiras organizações políticas de homossexuais no Brasil. Na edição experimental, ele é apresentado como “cineasta e escritor”, era o “autor de um dos livros de contos mais elogiados do ano passado – Testamento de Jônatas deixado a Davi”. (LAMPPIÃO, 1978, p. 2)

Gasparino Damata foi apresentado como “jornalista e escritor, com passagens pela diplomacia. Organizou duas antologias – Histórias do Amor Maldito e Poemas do Amor Maldito – que tinham o homossexualismo como tema”. Jorge Caê Rodrigues (2010, p. 52) define um dos seus textos como parte de uma “inédita expansão do campo da polêmica e da ‘protagonização’ da homossexualidade”, da qual, inclusive, Aguinaldo Silva também havia feito parte. No jornal, ele ficava responsável com frequência pela seção *Literatura*, onde eram publicados os poemas e outros escritos românticos. A *Bixórdia*, da sétima edição, alegava que ele tinha “pelo menos 40 anos de bixórdia e jornalismo militantes”, tendo Damata emplacado “a primeira matéria sobre homossexualismo publicada [sic] em revista ilustrada no Brasil” em 1952, na *Revista do Globo*, de Porto Alegre. Por esses motivos, não é difícil deduzir que Damata considerava seu ofício e sua sexualidade como uma forma de política. (LAMPPIÃO, 1978, p. 12)

Jean-Claude Bernardet era “crítico de cinema, um dos teóricos do Cinema Novo”, possuía também “uma longa experiência na imprensa alternativa”, como conta-se na edição experimental (LAMPPIÃO, 1978, p. 2). Assim como Aguinaldo Silva, era “um dos colaboradores mais ativos do *Opinião*”, era “um dos fundadores do *Movimento*”. Em um texto de Bernardet – publicado na obra de Edward MacRae (1990, p. 57) – ele diz que a “Homo e heterossexualidade não designam estados, mas formas ou possibilidades de comportamentos extensivos ao conjunto do corpo social”. MacRae (1990, p. 79) ainda afirma que o lampiônico preferia “evitar assumir identidades muito rígidas”. Um dos membros do jornal chegou a afirmar que ele “nunca escreveu nada no jornal e era muito enrustido, ele dizia à época que tinha uma filha com ódio a bichas” (MASCARENHAS *apud* SILVA, 1998, p. 271) Apesar do comentário de Mascarenhas, ele teve coragem o suficiente para compor o Conselho Editorial do paladino homoerótico.

João Antônio Mascarenhas foi, segundo a edição experimental, “advogado, jornalista e tradutor, abandonou a **burocratic** dos Ministérios da Educação e da Agricultura para formar a cadeia de ‘gente boa’ que resultou na idéia de se publicar LAMPPIÃO” (LAMPPIÃO, 1978, p. 2. Grifos do autor). Ele havia sido o coordenador da visita do Winston Leyland, editor da *Gay Sunshine Press* (HOWES, 2003, p. 294). O lampiônico confessa que acreditava que a vinda de Leylan poderia contribuir para a eclosão de um movimento político no Brasil. A ideia do jornal

havia surgido da iniciativa de Aguinaldo Silva, que tinha um conhecimento prévio de como fazer um jornal com recursos financeiros viáveis. Para Mascarenhas, o *Lampião* poderia ser como um “catalisador” de grupos políticos no Brasil, “o que acabou acontecendo! Os grupos começaram a surgir” (SILVA, 1998, p. 273). Mas à medida que o mensário foi se afastando dessa ideia politizadora, o ativista acabou se retirando do jornal na sexta edição.

Peter Fry nasceu em Liverpool, Inglaterra, e formou-se em Cambridge. Após um longo período como antropólogo na Rodésia, voltou à Inglaterra, onde fez doutorado na Universidade de Londres, que o contratou depois como professor. Veio para o Brasil em 1970 “contratado pela Universidade de Campinas, onde está até hoje”, dizia o mensário. Na época, estava pesquisando sobre as religiões afro-brasileiras e pretendia escrever sobre a sexualidade no Brasil (LAMPPIÃO, 1978, p. 2). A descrição refletia suas publicações no mensário que regularmente possuíam um teor acadêmico, informando sobre a história da homossexualidade, ou demais assuntos que exercessem maior atividade universitária. Fry informa que não havia uma predominância militante no jornal: “acho que minha memória está falha, estou reconstruindo-a o tempo inteiro, mas minha falsa memória – a memória construída –, indica a inexistência de uma linha predominante da militância”. (FRY *apud* SILVA, p. 288) Todavia, afirmava que existia, de fato, uma divisão interna entre “os que levavam as coisas mais sério”, referindo-se aqueles que se dedicavam mais a política homossexual, e “os que achavam que devia se usar uma linguagem mais corriqueira”. As tensões entre os membros de jornal resultavam em deserções em seu Corpo Editorial. Ao longo de sua existência, existiram recorrentes abdições ao título de Senhor Conselheiro do jornal *Lampião da Esquina*. Do começo ao fim do jornal, apenas Aguinaldo Silva, Francisco Bittencourt, Adão Acosta, Darcy Pentead e João Silvério Trevisan permaneceram. João Antônio Mascarenhas, o primeiro a sair, ficou da edição experimental até o sexto número. Peter Fry saiu na vigésima sétima. E Antônio Chysóstomo, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet e Clóvis Marques saíram na edição 31. (GIMENEZ, 2015, p. 33)

Aguinaldo Silva desde o número experimental era o “Coordenador de edição” e, tanto a sua figura e como sua função, geravam controvérsias. Mascarenhas comenta que “ele nunca tinha ouvido falar do movimento”, e apesar de “sempre” assumir sua homossexualidade “não havia compromisso com a questão de ordem social”. Para ele, “o Aguinaldo tomou o jornal”, e que não havia “dúvidas nenhuma que o Aguinaldo é um homem muito trabalhador, mas o que tinha sido proposto deixou de ser. Ele ficou com a direção do jornal, com as assinaturas, com a distribuição, com a pauta... dou risadas de quando questiono o que sobrou!!”

(MASCARENHAS *apud* SILVA, 1998, p. 272). Já Fry via as coisas de modo diferente: “Aquilo não teria acontecido se não fosse o Aguinaldo... todo mundo deve ter dito isso!!! O Aguinaldo juntava tudo e levava até à gráfica. Era tudo na base de fazer o texto caber na página. Isso sempre dava brigas porque havia cortes nos textos... acusação de censura prévia. Coitado!”. (FRY *apud* SILVA, 1998, p. 291) Havia sido de Silva a ideia de fazer um jornal, além de saber uma forma de viabilizá-lo. (SILVA, 1998, p. 271). Marcio Leopoldo Gomes Bandeira conta que uma condição técnica facilitou a existência do *Lampião*:

Na década de 1970, teremos no Brasil a implantação do método off-set, de impressão a frio, que surgira nos Estados Unidos nos anos 50. Esse método otimizava a produção e impressão dos grandes jornais, permitindo às suas gráficas o oferecimento de tempo ocioso para a impressão de materiais de terceiros a baixos custos e pequenas tiragens (...), porém, a editora cobrava adiantado dos jornalheiros pelos materiais recebidos e ficava com 40% do dinheiro arrecadado. Isso acabou significando um enorme problema financeiro para os jornais alternativos que, não conseguindo vender regularmente mais do que a tiragem mínima e não possuindo uma receita favorável advinda de anunciantes, não conseguiam cobrir as despesas e acabavam ficando no prejuízo (...) que, ao enfatizar seu caráter político e não comercial, tinham seu período de sobrevivência estreitado. (BANDEIRA, 2006, p. 53-54)

Como parte de seu projeto político, *Lampião da Esquina* fez um esforço para se localizar em diferentes aspectos do jornalismo alternativo. Ora surgia como um defensor dos grupos dissidentes; ora ateu-se aos principais debates políticos de sua época; e, recorrentemente, confrontava a moralidade conservadora de seu período. Sua postura voltava-se para o diálogo com diferentes grupos políticos que ali emergiam e constituiu-se em um filão político durante todo seu período de existência. Entretanto, apesar de buscar diversidade, em termos temáticos¹⁶ como marca de comunicação, o jornal expressava uma dificuldade de descentrar-se e assimilar a miríade de homossexualidades existentes¹⁷. Ainda que se leve em consideração a existência

¹⁶ A análise das edições do jornal em pequenos grupos para investigação do conteúdo temático das capas do jornal *Lampião da Esquina* foi baseada nos trabalhos de Jorge Caê Rodrigues (2010, p. 75-81), e, de Alexandre Magno Maciel Costa e Brito (2016, p. 26-28).

¹⁷ Da edição 0 a 10, em 1978, *Lampião* voltaria 4 de suas capas para entrevistas, 1 para homossexuais, 1 para travestis, outras 2 para a violência. Da edição 8 a 19, em 1979, visibilizaria grupos dissidentes em suas capas 5 vezes, 1 seria uma entrevista, 3 sobre política homossexual, 1 sobre gay-macho, e 1 abordaria uma temática subversiva. A partir da edição 20 a 31, em 1980, se dividiria entre: 3 capas temáticas políticas; 2 sobre travestis; 3 sobre violência; 2 sobre assuntos subversivos; e, 1 seria uma entrevista. E, em 1981, da edição 32 a 37, pôs em suas capas travestis em 2 edições, falaria de bicha em 1, de política em outra 1, e de assuntos subversivos nas 2 últimas. Em porcentagens aproximadas, *Lampião da Esquina* publicaria em suas capas 10 matérias, divididas entre bichas e homossexuais (4), ou, política homossexual (6), totalizando 26% das capas. Outras 7 delas eram sobre violência (18%), sendo 6 dessas voltada aos homossexuais, o que aumenta para 16 (ou 42%) o número de capas relacionadas a esse grupo. Mais 07 sobre grupos dissidentes (18%), divididos: entre índios, negros e mulheres. 06

de editores menores, que evidenciassem assuntos de grupos dissidentes, poucas eram as capas com chamadas principais voltadas para outros grupos sociais.

Só para ter uma ideia os indígenas estamparam apenas uma capa, a da edição 8, com o título “*Índios: eles eram puros, saudáveis e transavam numa boa aí chegou o homem branco e então*”. As pautas relacionadas ao movimento negro, discriminação racial ou cultura negra também seriam escassas em suas chamadas principais. Das 38 edições, apenas a edição 15 (agosto, 1979), *Negros: qual o lugar deles?*, foi voltada prioritariamente para a temática e a população negra. O número 10 (março, 1979) estampava *Minorias exigem em São Paulo: felicidade deve ser ampla e irrestrita*. As mulheres obtiveram um pouco mais de atenção aos olhos do mensário sendo a matéria principal de capa de quatro edições: na 3 (agosto, 1978), em *Mulheres na redação*; na 11 (abril, 1979), sobre *Lesbianismo, machismo, aborto, discriminação: são as mulheres fazendo política*; na 12 (maio, 1979), que abordaria *Amor entre mulheres*; e, na edição 17 (outubro, 1979), sob o título *Corre, que lá vem os home! Estão matando as mulheres*.

Mesmo com a aparente falta de diversidade, Edward MacRae (1990, p. 76) alega que, “apesar deste empenho em manter as suas páginas abertas a outros grupos sociais, *Lampião* nunca conseguiu ser plenamente aceito como um jornal das minorias, seus aspectos homossexuais (...) parecia[m] por demais ‘contagiantes’ afugentando os segmentos heterossexuais” de seu público alvo. O paladino homoerótico fez esforços para incluir as mulheres em suas edições, mas à época nenhuma delas aceitou participar do Conselho Editorial, segundo o jornal.¹⁸ No que se refere ao movimento negro, o mensário fazia a divulgação de temáticas relacionadas a esse de modo pouco sistemático e tornava-se um incômodo paradoxo. Isso ocorria devido à defesa do *Lampião* de que “os problemas de cada grupo social deveriam ser conduzidos pelos próprios representantes”. (VIEIRA, 2015, p. 102) Com essa informação é possível considerar que a carência de matérias sobre cultura negra ou voltadas para negros era reflexo de uma igual ausência desses no Conselho Editorial. Somava a isso, “se não um receio, pelo menos um desinteresse por questões ligadas à sexualidade” (VIEIRA, 2015, p. 103) do movimento negro, que afastava uma articulação interseccionada de ambos.

A visibilidade positiva dos homossexuais era muito menor naquela época. O jornal cumpriu um papel importante ao evidenciar a violência sofrida por esse grupo. Entretanto, o

sobre assuntos moralmente subversivos (15%). 5 sobre travestis (13%). E 5 seriam entrevistas de capa (13%). As edições 3 (julho, 1978), 8 (janeiro, 1979) e 28 (setembro, 1980) foram contadas mais de uma vez por dividirem-se em diferentes grupos e/ou temas.

¹⁸ “A ausência de mulheres em LAMPIÃO não é, fique bem explicado, por culpa do seu conselho editorial; convites não faltaram, mas todos recusados, mas nossas colunas continuam à disposição”. (SILVA, 1978, p. 5)

fez de modo diferente da grande mídia que reproduzia estereótipos. Para o *Lampião*, a execução dessas matérias era vista como uma forma de combater o preconceito. (MARIUSSO, 2015, p. 121) A violência contra grupos sociais foi capa de diversas edições como a de número 1 (junho, 1978) com “*As relações perigosas. Este é o Gaúcho, um rapaz de vida fácil. Ele matou um homem a socos e pontapés*”; na 6 (novembro, 1978), *Crimes sexuais*; 7 (dezembro, 1979), com *Latinamérica: Na terra dos homens, pauladas na boneca*; 13 (junho, 1979), *De Sodoma a Auschwitz: a matança dos homossexuais*. Além do número 25 (junho, 1980), sobre *A volta do esquadrão mata bichas: três crimes abalam a comunidade guei*. E, finalmente, as edições 26 (julho, 1980), com *A igreja e o homossexualismo (20 anos de repressão)*, e 28 (setembro, 1980), *Em agosto foi assim: Crioulo não é gente, bicha e mulher tem mais é que morrer*.

Lampião também se opôs à moralidade conservadora falando abertamente sobre tópicos considerados subversivos. Na edição 0 (abril, 1978), com *Homo eroticus: Um ensaio de Darcy Penteado*; ou quando questionou literalmente sobre a *Moral e os bons costumes?*, na edição 9 (fevereiro, 1979). Em *Masturbação: O prazer da maioria!*, na edição 31 (dezembro, 1980); prostituição masculina, com *Prostitutos: Estes michês (nem tão maravilhosos)* no número 30 (novembro, 1980); na edição 34 (março, 1981), *Hotéis de pegação com homem*; e *Viado gosta de apanhar? Uma viagem ao mundo dos sadomasoquistas*, na edição 37 (julho, 1981). Os membros do *Lampião da Esquina* entendiam que falar abertamente sobre as sexualidades também era assumir uma postura positiva sobre todas as formas de desejos e prazeres adultos, incluindo a homossexual. Seu projeto libertário, regularmente contestatório do *status quo*, rendeu-lhe um processo censório por ir contra a “moral e os bons costumes”. A matéria, na edição experimental, questionava a prisão do jornalista Celso Curi¹⁹.

Lampião da Esquina também pôs travestis, homossexuais e bichas em suas capas como a edição 4 (setembro, 1978), com *Travestis! (Quem atira a primeira pedra?)*; *Gay-macho (uma tragédia americana?)*, na 8 (janeiro, 1979); *Tudo sobre o carnaval das bichas* na 21 (fevereiro,

¹⁹ Em 1978, o jornal *Lampião da Esquina* sofreu um inquérito policial que se baseou na *Lei de Imprensa*, pelo jornal opor-se a “moral e aos bons costumes”. Em 02 de abril de 1979, cinco dos editores haviam comparecido à Polícia Federal do Rio de Janeiro. O mesmo aconteceria com os editores de São Paulo no segundo semestre. O processo durou por 12 meses, até novembro de 1979, com o fim da saga sendo divulgado por *Lampião da Esquina* na edição 18. Em “Povo gay já pode falar?”, Aguinaldo Silva comentava: “Foram doze meses de choro, ranger de dentes e defecções, desde aquele dia, no mês de agosto de 1978, em que chegou uma primeira intimação, em nome de Francisco Bittencourt: tratava-se, como se pode ver – agora que tudo terminou e nós, finalmente, temos acesso ao inquérito – de uma firme determinação do Departamento de Polícia Federal de não apenas fechar o LAMPIÃO, como também punir os responsáveis por ele (...). Com o arquivamento do inquérito, o que ficou decidido claramente foi o seguinte: a polícia, ao suspeitar de nós, não tinha razão; nós, ao rechaçarmos a acusação, estávamos certos; ao DPF cabe aceitar o conselho dado pelo Procurador em seu parecer: ‘Ademais disso, não retiro de autoridade o dever de censurar as publicações nos estritos limites da lei, sujeitando-se, se for o caso, aos abusos que venha a cometer’. É, foi um abuso, sim, este rumoroso caso de perseguição ao LAMPIÃO e seus editores; mas nós nos mantivemos firmes diante dele, e agora tudo terminou”. (SILVA, 1979, p. 2)

1980); na 22 (março, 1980), em *O travesti: este desconhecido*; no 27 (agosto, 1980), com *A incrível metamorfose de Andrea Casparelly*; no 32 (janeiro, 1981), com *Brasil, campeão mundial de travestis*; no 35 (abril, 1981), com *A bicha que virou mulher comum a discussão sobre transexualismo*; e no número 36 (maio, 1981), com *A praça é das bichas*. Ao analisar essas construções identitárias, Alexandre Magno Maciel Costa e Brito (2016, p. 28-29) reconheceu processos de hierarquizações entre diferentes arquétipos. Entre eles, termos: o “homossexual” era “frequentemente utilizado de maneira mais formal para discutir ‘intelectualmente’ o assunto”; “bicha” mantinha “vinculada à violência, ao universo folclorizado da homossexualidade e ao feminino”, corroborando padrões heteronormativos; “gay/guei” seria utilizado para dar “um sentido de comunidade/coletividade”; “viado” estava “associado à violência e à representação hegemônica social pejorativa da passividade natural dos ‘viados’; e “travesti” aparecia “relacionada aos assuntos políticos”.

A realização das entrevistas era uma prática comum na imprensa homossexual norte-americana nos anos de 1970. *Lampião* a incorporou como uma forma de visibilizar e promover positivamente a homossexualidade. Ao publicar as entrevistas com artistas famosos, o jornal utilizava-se dessa como uma estratégia para obter leitores e evidenciava as diferentes visões sobre práticas homoafetivas de seus entrevistados, que poderiam ser heterossexuais ou homossexuais. (PEREIRA, 2017, p. 83) Em suas capas, temos como, por exemplo, a edição 2 (julho, 1978) com Lennie Dale (ex-membro do Dzi Croquettes); ou com a atriz Norma Benguell na 3 (agosto, 1978); ou a escritora Cassandra Rios, na edição 5 (outubro, 1979); até mesmo com o futuro-presidente sindicalista, Luís Inácio Lula da Silva, em *Alô, alô classe operário: e o paraíso, nada? Lula fala greves, bonecas e feministas: chumbo grosso!*, na edição 14 (julho, 1979); e, na 29 (outubro, 1980) com *3 entrevistas para derrubar: 1) Cassandra Rios: Pornográfica? Então leiam a Bíblia, 2) Roger Peyrefitte: Um listão com Paulo VI, Pompidou... 3) Ruddy, de Ipanema: Na zona eu me divertia muito mais*.

Em parte da sua trajetória o *Lampião da Esquina* comentou sobre política e organização dos homossexuais, como: no número 16 (setembro, 1979), em *Homossexuais se organizam*; no 18 (novembro, de 1979), com *Povo Gay já pode falar* (novembro, 1979); no 19, com *A anistia apoia os homossexuais* (dezembro, 1979); nas edições de 20, 23, 24, com *Aconteceu no Rio: encontro nacional do povo gay, Tudo sobre o encontro do povo gay e Homossexuais a nova força* em janeiro, abril e em respectivo; e, na edição 33 *Cuba: Os órfãos da Sierra Maestra*. Essas matérias normalmente eram publicadas na seção *Ativismo*, e expunha visão do paladino sobre os fenômenos políticos em torno da homossexualidade. Os conflitos sobre os projetos

políticos ficam evidentes nesses textos, sendo um dos palcos de tensões ao mensário. Essas discussões que apresentaremos nos capítulos três e quatro.

As disparidades sobre os rumos da política dos homossexuais geravam conflitos internos e externos, mas esse compôs apenas *um* dos fatores para sua dissolução movidos *também* pelas divergências sobre projeto e de conteúdo jornalístico, problemas técnicos e a conjuntura político-econômica nacional. Durante seus três anos e três meses de existência, o *Lampião* tratou de impor-se politicamente em torno de grupos dissidentes e de uma moralidade libertária, que tinha como perspectiva solapar as visões conversadoras do período. O jornal se dirigiu a homossexuais, mulheres, lésbicas, negros, *gueis*, entendidos, bichas, travestis, michês, indígenas e toda uma abundância de personagens sociais. Apesar de suas controvérsias e eventuais hierarquizações, no coração do paladino estava o espírito de mudar o jogo, ainda que isso não fosse o suficiente para mantê-lo sempre coeso.

Com o desenvolver do *Lampião*, alguns de seus membros foram angariando mais funções em detrimento dos outros, o que polarizava ainda mais as diferenças. No jornal existiam dois grupos de lampiônicos: os do São Paulo (composto por Darcy Penteadó, Jean Claude Bernardet, João Silvério Trevisan e Peter Fry); e os do Rio de Janeiro (composto por Francisco Bittencourt, Aguinaldo, Gasparino Damata, Clóvis Marques, Adão Acosta, Antônio Chysóstomos e João Antônio Mascarenhas). Destacando-se, no Rio, Aguinaldo Silva, o coordenador da edição desde o primeiro número, e Francisco Bittencourt; e, em São Paulo, João Silvério Trevisan e Darcy Penteadó. Os membros da capital paulista possuíam função indiretamente subordinada na edição, visto que os exemplares eram impressos e distribuídos inicialmente no Rio. Tal cenário possibilitava o florescimento de hostilidades mútuas. (SILVA, 1998, p. 272)

O grupo dos onze fundadores do periódico havia estabelecido a ocorrência de reuniões mensais, alternando-se entre as duas cidades-sede. Todavia, isso só aconteceu apenas no primeiro número do jornal. Fazendo com que as demais publicações fossem montadas no Rio de Janeiro, sob responsabilidade de Aguinaldo Silva, impelindo uma função secundária à equipe de São Paulo, já que não participava da montagem final do periódico. (PEREIRA, 2015, p. 104) Peter Fry, detalha o resultado desse cenário: “havia duas posições... digamos: uma mais *light* que era Aguinaldo, junto o pessoal do Rio; e uma mais pesada que eram algumas pessoas de São Paulo... não todas!! Havia muita suspeita mútua. O pessoal de São Paulo sempre muito acusatório” (FRY *apud* SILVA, 1998, p. 289). Ao comentar sobre essa divergência, Fry exemplifica: “uma vez ele [Aguinaldo Silva] teve que cortar uma frase e foi acusado de censura,

não era nada disso... ele tinha que botar o jornal na rua!” (FRY *apud* SILVA, 1998, p. 289) Deve-se levar em consideração que Peter Fry compunha o núcleo “paulista”, mas não tanto assim, visto que ele residia em Campinas, devido a sua função de professor universitário. Aguinaldo, como dito, não era muito adepto dos assuntos mais políticos ao jornal, causando tensões desde o início. Enquanto, “João Antônio Mascarenhas propunha uma militância homossexual efetiva para o jornal, (...) Aguinaldo Silva priorizava o aspecto comercial do periódico” (PEREIRA, 2015, p. 104). Trevisan também matinha desejos por um jornal politizado, contudo, o projeto dele se diferenciava do que era proposto por Mascarenhas. Ele próprio afirma essa incompatibilidade:

No que se refere ao movimento homossexual, houve o seguinte... quem tinha vontade daquele movimento era eu... quem estava a par do movimento era eu. O João Silvério Trevisan era o único que tinha alguma noção além de mim. Ele havia morado nos Estados Unidos. O Trevisan possuía a idéia [sic] do Gay Liberation... que é uma atitude filosófica de contestação plena, completa e radical. Algo um pouco diferente da minha posição... nunca fui do Gay Liberation. Nesse meio tempo, já conhecia bem o Gay Liberation porque estava com uma bibliotecazinha sobre o assunto. Os outros nunca tinham ouvido falar em movimento, nem o Aguinaldo... o Darcy também não. (MASCARENHAS *apud* SILVA, 1998, p. 272)

Essa diferença de visão política criou uma rude diferença nos processos de tensionamento do *Lampião* com os grupos sociais que ele mesmo havia estimulado a surgir. João Antônio Mascarenhas²⁰ havia abandonado o jornal, porém permaneceu militando, aglutinando-se no avanço de pautas institucionais para os homossexuais, buscando garantir legalidade após a redemocratização. Na década de 1980, aproximou-se de Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia (1980), a mais longeva organização na luta pelos direitos de diversidade sexual e gênero no Brasil, que existe até hoje. Com Mott, “um dos papéis mais importantes que desempenhou foi verter as reivindicações do movimento no discurso burocrático dos seus interlocutores no governo e no funcionalismo público” (HOWES, 2003, p. 299). Ele, também,

²⁰ A saída de Mascarenhas gerava controvérsias e algumas menções a ela foram feitas ao longo da existência do jornal após sua saída. A primeira, uma insinuação feita na edição 18, justamente por Aguinaldo Silva, que alegava um dos integrantes “preferiu sair do jornal logo no início do processo” (SILVA, 1979, p. 2), referindo-se ao inquérito policial censório que o jornal havia sofrido. E a segunda na edição 36, em menção a ida do ex-lampião ao Congresso da IGA – *Internacional Gay Association*, em abril de 1981, que havia se apresentado, segundo o jornal, como “editor e representante do jornal *Lampião*”, os membros remanescentes do *Lampião* alegaram que Mascarenhas “tem se dedicado a maior parte de sua vida a se autoproclamar uma espécie de eminência parda do jornal, sem que ninguém lhe tenha dado poderes ou procuração para isso” (LAMPIÃO, 1981, p. 3), acusando-o de usurpar um lugar que não lhe pertencia. À época faziam parte do conselho, novamente, Aguinaldo Silva; o Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Adão Acosta e João Silvério Trevisan.

passou essa mesma década empenhado – em conjunto com o grupo que fundara no Rio de Janeiro, *Triângulo Rosa* (1985) – em tornar crime, mediante lei, a discriminação contra “orientação sexual” durante as discussões para formulação da Constituição Federal de 1988. (HOWES, 2003, p. 302) Não obteve sucesso. Se estivesse vivo hoje, provavelmente comemoraria nossas conquistas.²¹ João Silvério Trevisan via a política de uma forma oposta. Ele acreditava veementemente que a liberação sexual proposta pelo *Gay Liberation* poderia ser as verdadeiras engrenagens para transformação radical da sociedade. Portanto, não demonstrava o mesmo interesse pelas formas de organização política tradicionais, ou pela conquista de direitos, pois para ele o sexo era a maior arma política. Ao longo da existência do jornal, ele articulou-se de modo intelectual e político na defesa da autonomia política dos homossexuais, criando tensões com grupos políticos e homossexuais de esquerda. E, apesar dele e Aguinaldo Silva terem perspectivas contrastantes para o periódico, ambos se mantinham conectados pelos ressentimentos pela esquerda tradicional, que havia causado diversas injúrias pessoais e ao grupo de homossexuais. Talvez, esse tenha sido o vínculo que os uniu como um casamento, pois permaneceram juntos até o final do jornal.

Somava-se a esse entremeio outras debilidades, como, por exemplo, a falta de compreensão sobre seu público, pois “não tinha pesquisa sobre quem era seu editor”. (RODRIGUES, 2010, p. 60) A ausência de uma compreensão sobre quem eram os verdadeiros consumidores do jornal fazia com que eles não soubessem a quem se dirigir para fidelizar seu público. O principal veículo de interlocução com os leitores eram as cartas, sendo elas enviadas por diferentes grupos sociais, de partes distintas do Brasil. Algumas, sequer, eram de leitores, e sim, fabricações dos próprios editores. Curioso perceber que algumas das atribuições técnicas citadas acima poderiam ser, hoje, facilmente resolvidas pelo uso da internet. Seja por uma pesquisa de público *online* ou reuniões por videoconferência. Conflitos de uma era menos tecnológica. No entanto, muitas coisas estavam em jogo para além da elaboração física do jornal, as divergências de projeto criavam desconfianças mútuas, gerando fissuras. Não sendo o suficiente, o Brasil passava por um momento muito delicado, fazendo com que aspectos da conjuntura política fossem mais um dos motivos para seu fim.

Em seu período de existência, *Lampião* teve seu preço elevado oito vezes. Sendo, portanto, um dos impactos da conjuntura nacional no paladino. Em menos de quatro anos, o

²¹ EC/CR. STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>>. Acesso em: 30 set. 2019.

jornal passaria a custar 400% a mais.²² Em 1974, Ernesto Geisel havia chegado ao poder para pôr em prática uma série acenos institucionais para uma liberação política, ainda que na prática os aparatos de segurança e a manipulação dos sistemas eleitorais permanecessem intactos. Esses elementos, contudo, não acalmavam os polarizados conflitos nas Forças Armadas, fazendo com que a transição do governo Geisel impusesse uma escolha que garantisse a coesão das instituições militares, sem abdicar-se da iminente saída desses do poder. João Batista Figueiredo (1979-1985), que havia sido Chefe do Gabinete Militar no governo Médici, e Chefe do Serviço Nacional de Informações, no governo Geisel, havia sido indicado, por este último, para ocupar a presidência do Brasil. Naquele momento, “foi preciso combinar o enfrentamento com a negociação em relação aos setores internos ao Estado que reagiam ostensivamente às mudanças liberalizantes” (CARVALHO, 2005, p. 131-132), e, essa seria a marca de seu governo. Esses embates ficavam cada vez mais evidentes. Ao longo de todos os governos militares, as instituições de informação e segurança haviam ganhado significativa autonomia, e muitos setores das Forças Armadas, já acostumadas com o poder adquirido, se tornavam resistentes à devolução do poder aos civis. (CARVALHO, 2005, p. 132) Somando-se a isso, existiam os receios por um revanchismo aos crimes executados pelos agentes de segurança. Figueiredo viveria seu mandato sob o fio de uma navalha, tendo que lidar com as pressões da oposição pela volta democrática e a pressão exercida por setores internos que permaneciam desejosos de sua continuidade no poder. Nos anos iniciais da década de 1980, o então presidente teve que administrar os recorrentes atos terroristas dos grupos militares mais extremistas, a exemplo o atentado do Rio-Centro, evento em que grupos mais extremistas das Forças Armadas tentaram culpabilizar o movimento sindicalista pela explosão de bombas no Dia do Trabalhador. Havia igualmente pressões da oposição e da sociedade civil, que se expressavam em greves de metalúrgicos e que lotavam estádios de futebol, onde Luís Inácio Lula da Silva obteve imenso protagonismo; além das pressões de diversos setores da civis pelas eleições diretas, através do movimento das Diretas Já!, que levou um imenso contingente de pessoas às ruas. (CARVALHO, 2005, p. 133-135)

Paralelo a isso, o maior trunfo para permanência dos militares no poder estava desvanecido. Ao fim do governo Geisel, em 1979, o país que havia sofrido profundas

²² Em 1978, da edição 0 a 7, o jornal custava Cr\$15. Em, 1979, sofreria três alterações progressivas: A partir de fevereiro (edição 9), custaria Cr\$ 18; em junho (edição 13), apenas quatro meses depois, Cr\$20; e, finalmente, a partir de novembro (edição 18), Cr\$ 25. Em 1980, da edição 20 a 31, aumentou seu preço mais duas vezes: Em abril (edição 23), custaria Cr\$30; e em novembro (edição 27), após quatro meses, custaria Cr\$ 40. Em 1981, seu último ano, custaria Cr\$ 50, em janeiro (edição 32), mais quatro meses depois, em maio (edição 36), Cr\$60. O jornal pararia de circular um número depois.

transformações devido ao processo de integração de seu núcleo industrial. Ao contrário de outras economias mundiais que estavam reajustando-se à realidade da alta do valor da energia, devido ao choque do petróleo, O Brasil optou por manter o nível de atividade econômica, gerando um crescimento da dívida externa, multiplicando-se por quatro, que saiu de 17% para 27% do PIB. As taxas de juros internacionais ultrapassaram 10% no ano de 1979, elevando-se a cada ano, e a dívida externa que era “inferior a US\$ 1 bilhão em 1973, ultrapassou os US\$ 5 bilhões em 1979, e dobrou em 1981. Nesse último ano, os juros pagos da dívida externa representaram metade do valor das exportações brasileiras”. (LUNA; KLEIN, 2014, p. 105) A partir de então, a inflação brasileira voltaria a crescer, ultrapassando 50% anuais, só no ano de 1979. À medida que a endividamento externo aumentava, o mesmo acontecia com o endividamento interno. Quando Figueiredo assumiu o poder, no fim desse mesmo ano, o país estava economicamente vulnerável, com uma inflação galopante e as contas públicas colapsando. O mundo passaria por uma nova crise internacional do mercado, os bancos internacionais reduziriam “drasticamente a oferta de recursos para os países devedores, que enfrentaram problemas para renovar seus empréstimos externos”, como no caso do Brasil. (LUNA; KLEIN, 2014, p. 107) O governo tentou um plano de austeridade sob o comando do chefe do Ministério da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, mas não obteve resultados desejados, e ambos acabaram sendo abandonados, o plano e o ministro. Em seu lugar, Delfim Netto voltaria ao comando da economia, promovendo uma “maxidesvalorização cambial em 30% e, como forma de combater a inflação, prefixou a desvalorização cambial e a correção monetária para 1980 (respectivamente, 45% e 40%)”. (LUNA; KLEIN, 2014, p. 108) O crescimento ocorreu, mas a inflação elevou-se em 100%, fazendo com que houvesse um déficit que superou 5% do PIB diminuindo ainda mais nossas reversas financeiras. A elevação das taxas de juros alterou drasticamente as condições externas dos países endividados. Houve recessão global, e os bancos internacionais tiveram problemas com seus ativos, pois tinham concedido grandes valores em crédito para nações que enfrentavam turbulências para pagar os acordos financeiros. Tornando-se, assim, o começo de uma “crise da dívida externa” na América Latina, que se prolongaria por toda a década: “rompia-se na década de 1980, uma longa trajetória de crescimento que aqueles países que puderam sustentar a maior parte da segunda metade do século XX” (LUNA; KLEIN, 2014, p. 108).

Dado ao caos externo, as crises internas ao *Lampião da Esquina* iam se expondo em suas matérias, indicativo para o prelúdio de sua trágica marcha fúnebre. Na edição 27 (agosto, 1980), o jornal publicaria uma chamada de apelo: “Finalmente: o nu frontal”, com uma breve

matéria com fotos de homens nus, onde se divulgava um livro de ensaios de nus masculinos, chamado “Homens”, da fotógrafa Vânia Toledo (LAMPPIÃO, 1980, p. 9). A capa da edição também traria uma entrevista sobre “transexualismo” em “A incrível metamorfose de Andrea Casparelli”. A partir de então, aproveitando-se de uma maior abertura política, o periódico começaria a publicar regularmente os conteúdos do tipo criando tensões. Nessa mesma edição, Aguinaldo Silva marcaria o início do fim do relacionamento do jornal com os movimentos homossexuais organizados. Em *Uma cachoeira de grupos gueis*, ele relatava uma suposta alta demanda de textos a serem publicados por um número crescente de grupos político, alegando que “infelizmente não é possível, para nós, transformar o LAMPPIÃO numa espécie de ‘diário oficial’ do ativismo guei” (SILVA, 1980, p. 4), ainda que reconhecesse a importância dos grupos. Esse, também, foi o número em que existiu o primeiro dissenso do mensário desde João Antônio Mascarenhas, em 1978. Peter Fry deixaria o “cargo” de Senhor Conselho.

Na próxima edição (setembro, 1980), o *Lampião* evidenciava suas crises internas. Em *Nós ainda estamos aqui* alertava:

Pela primeira vez, em mais de dois anos, LAMPPIÃO chega às bancas com um pequeno atraso: quase uma semana. Que nos perdoem nossos leitores, entre aqueles entre eles os assinantes que se espalham pelos pontos mais diferentes deste Brasil - de Boa Vista. Macapá e Rio Branco a Pelotas, esta o nosso ponto mais ao sul —, mas o atraso foi proposital: (...) resolvemos dar uma reciclada, fazer uma revisão de propósitos. A questão que se coloca é a seguinte: LAMPPIÃO, reconhecidamente um dos momentos mais importantes da imprensa brasileira nestes últimos anos, teria envelhecido? Estaríamos nós acomodados, a repetir infindavelmente os mesmos chavões, sem acompanhar o trem da história, atualmente correndo - ainda que em trilhos tortuosos - mais depressa que nós?

(...) A julgar pelas cartas, que recebemos em número cada vez maior o jornal continua sendo uma novidade para a maioria dos que o lêem. Mesmo a acusação que por vezes nos fazem, de sermos um jornal demasiado voltado para o gueto, é fartamente rejeitada no que nos escrevem muitos desses leitores; eles nos acusam, ao contrário, de ceder demasiado espaço a outras minorias, de nos ocuparmos de assuntos que 'nada têm a ver', mesmo que procuremos abordar estes assuntos de uma perspectiva inteiramente nova (...) (LAMPPIÃO, 1980, p. 2)

Na mesma matéria, o jornal desnudou seus momentos crise: “Não podemos negar: estamos em crise. A crise, claro, não é um privilégio nosso (...) Estamos chegando aos nossos leitores a um preço cada vez maior - e não estamos mais falando de trabalho e sim, de custos financeiros”. Reclamou, também, da falta de anunciantes: “Por suas características marginais, o jornal tem encontrado grande resistência por parte dos anunciantes”, e, por isso faziam um apelo: “Precisamos aumentar o número de assinantes do LAMPPIÃO. Obter um número cada

vez maior de assinaturas, sejamos sinceros, é importante para o jornal. Mas é bom, também, para os que o assinam – é uma maneira, nesta época de inflação galopante, de você ler o jornal de daqui a um ano pelo preço de agora”. (SILVA, 1980, p. 2)

Como visto, Aguinaldo Silva alegava que seu público enviava cartas recorrentemente reclamando do suposto excesso do teor político do jornal. Paralelamente, apontava para uma crise interna institucional. Apesar da alarmante crise, ele afirmava que o periódico continuava a receber numerosas cartas de leitores, corroborando sua popularidade como veículo de mídia. Entretanto, isso não era o suficiente para manutenção de suas contas. É provável que Aguinaldo Silva tivesse escrito esse texto a fim de manejar as crises institucionais, políticas e econômicas do jornal. Um aspecto interessante é o fato desse texto ter sido publicado na seção *Opinião*, uma das mais influentes politicamente dentro da estrutura do jornal, da qual o Coordenador de Edição pouco utilizou para falar de política. Outros fatores corroboravam a péssima fotografia do cenário. O nosso paladino já não mais conseguiria manter-se na pose, estava se desmembrando. Seus meses finais eram o retrato do caos: falta de assinantes e anunciantes; disputas internas sobre o projeto do *Lampião*; dissidências de seu corpo editorial; e além de tudo, uma crise financeira. Até o fim daquele mesmo ano, após a edição 31, Antônio Chysóstomo, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet e Clóvis Marques abandonariam o sonho. A partir de então, e com todo o controle criativo, as matérias do jornal começariam a transparecer mais evidentemente a visão de Aguinaldo Silva. Sobre isso, Edward MacRae destaca que:

Os últimos números do jornal começaram a refletir cada vez mais a convicção de Aguinaldo Silva de que não se estava oferecendo [sic] o produto que o mercado queria e que o ativismo só apelava à minoria de uma minoria. Mas, apesar de começar a dar mais ênfase às reportagens sobre temas como masturbação, prostituição, travestis, etc., o jornal não conseguiu aumentar suas vendas. Em junho de 1981 saiu seu último número, o 37. (MACRAE, 1990, p. 92).

Desconfigurado de seu projeto inicial, nosso paladino homoerótico não conseguia a empatia de nenhum dos seus públicos. A concorrência com os demais veículos, que surgiam devido a distensão política, o colocava em choque com grandes editoras dispostas a devorar seu público leitor, pois essas possuíam os recursos técnicos e financeiros para tal. Seu corpo editorial, sem todos seus percursos, Aguinaldo Silva precisava dividir as decisões com João Silvério Trevisan, que desejava que o jornal continuasse a enveredar pelos vieses políticos. Na edição 33 (fevereiro, 1981), atinge-se um ápice da crise, *Lampião da Esquina* falava cada vez mais agressivamente sobre política homossexual. Essa mesma edição publicada amargou em

vendas,²³ sua matéria de capa era “*Cuba: a terra de Sierra Maestra*”, em um dossiê que retratava as perseguições aos homossexuais do regime soviético cubano. Na edição 34, a seção *Ativismo* pararia de falar sobre os grupos organizados, esses que haviam apoiado o mensário em momentos decisivos como no processo de criminalização do periódico, e que faziam campanhas para alavancar as vendas. Acabava, assim, também, sua rede de apoio. Seu destino só poderia ser um. À beira da falta de prestígio, desconfigurado, sem foco, anunciantes ou assinantes, findava-se, até então, a maior estrela do movimento homossexual no Brasil. Alguns heróis costumam ter fins trágicos. *Lampião da Esquina* ficaria para sempre em nossos corações.

²³ “Para espanto dos editores, esse foi o número menos vendido de toda a história do jornal. Sintomaticamente, o número seguinte – que ostentava na capa fotos escandalosas do Carnaval – foi um dos mais vendidos”. (TREVISAN, 2018, p. 338) Não estamos certos se o ocorrido foi exatamente um “espanto”, devido a evidente relação débil do mensário com o movimento homossexual, devido a guinada política à esquerda que alguns coletivos assumiram.

CAPÍTULO 2

O *Lampião*, os dissidentes e o duelo

2.1– *Lampião da Esquina* e o jornalismo dos machos da esquerda

O *Lampião da Esquina* encarna os diferentes aspectos de sua conjuntura política e social. Sua busca por unidade com outros setores politicamente minoritários e o diálogo para construir alternativas inspirariam efusivos debates. Através de suas páginas, é possível compreendê-lo como um observador e integrante do imbróglio das disputas dos modos progressistas de fazer política de sua geração, estando próximo às principais discussões ao relatá-las, e opinando sobre seus rumos. Para este capítulo, propõe-se: a) investigar as relações de gênero que permeavam os vínculos do *Lampião* com alguns periódicos de uma imprensa alternativa frequentemente cis-hétero-masculina próxima a uma esquerda tradicional; b) acompanhar os debates dos movimentos das minorias; c) e evidenciar a disputa de projetos para os homossexuais dos quais nosso mensário homoerótico foi um dos principais articuladores e protagonistas.

Ainda no final da década de 1960, o acirramento da repressão e a restrição das liberdades individuais fez com que novas práticas políticas tomassem forma no Brasil, estimulando antigas formas de militância a revisarem suas abordagens, incluindo uma miríade de assuntos sensíveis a diferentes grupos sociais. Embora haja divergências sobre esse processo de recrudescimento, é sabido que este período representou uma reorganização de táticas e estratégias políticas da esquerda tradicional. O período aparece para alguns pesquisadores como um aprofundamento da Ditadura não “em razão da chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN), mas, sim, da luta armada, que assumiu uma função importante, da perspectiva militar, para justificar o *golpe dentro do golpe*, em 1968, e a consolidação do aparelho informativo-repressivo”. (ANGELO, 2012, p. 1. Grifo do autor) Outros o entendem como um “amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, (...) não como uma decorrência dos episódios de 1968”, tratando-se, portanto, da “consolidação de um projeto, do que pode chamar de ‘utopia autoritária’, isto é, a crença que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, ‘subversão’, ‘corrupção’)” (FICO, 2004, p. 34).

O ano de 1968, no Brasil, também estaria marcado pela alteração de leis e legislações para ampliação do período dos mandatos; redefinições de colégios eleitorais e a distinção entre quem deteria elegibilidade ou não. Houve prisões e perseguições, uma lei de greve (que impedia as atividades grevistas), arrochos salariais, revogação da estabilidade do funcionalismo e do poder normativo da Justiça do Trabalho, deixando os trabalhadores sem chão e os sindicatos

com grande dificuldade de mobilização. Apesar de toda contenção de direitos, naquele ano observou o surgimento de greves e, no cenário político, os estudantes roubariam a cena, em especial os secundaristas, que mobilizaram colossais contingentes de pessoas lutando por melhores condições da educação etc. Um dos ápices das mobilizações, em solidariedade ao assassinato por um policial militar do estudante Edson Luís Lima de Couto, com um tiro a contra roupa, no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, levou às ruas milhares de pessoas – conhecida como Passeata dos Cem Mil – em protesto que rechaçava a truculência do governo militar (REIS FILHO, 1998, p. 29).

O governo de Artur da Costa e Silva responderia com igual força às contestações solapando-as até dizimar os levantes. Essa grande opressão reprocessou a “luta interna aos partidos revolucionários, as automeadas vanguardas. Antigas concepções desabaram, comprometendo lideranças consolidadas, agora presas ou em fuga”, abalando as estruturas organizativas tradicionais. (REIS FILHO, 1998, p. 31) Partidos como o PCB e PTB foram responsabilizados “por alianças demasiadamente amplas e por não terem preparado para o enfrentamento. O resultado foi a desagregação. Comunistas e trabalhistas desfizeram-se em tendências e frações mutualmente hostis, estilhaçaram-se, projetando uma miríade de grupos”. (REIS FILHO, 1998, p. 31) Isso gerou a atomização das práticas políticas que pode, em parte, justificar a grande participação de militantes de esquerda em jornais de oposição aos governos militares. A esquerda tradicional se fragmentaria.

Esse período também foi marcado por irrupções nos campos epistemológicos. As críticas ao marxismo e ao socialismo real fizeram com que pensadores apostassem em outros paradigmas, visando, entre eles, diferentes perspectivas de socialismo e de uma militância heterodoxa e dissidente. Esses elementos fizeram com que a esquerda brasileira fosse impelida à autocrítica e, na década de 1970, incorporasse outras práticas políticas, com características específicas ao modo brasileiro. Isso porque, embora em um contexto global as tendências sugerissem uma ruptura com o marxismo tradicional, no Brasil, a conjuntura da Ditadura Militar impôs o incentivo e, de algum modo, a incorporação de questões surgidas naquela época, instituindo-se nas práxis da esquerda tradicional. O que se traduzia em constantes aproximações, afastamentos e conflitos entre as antigas práxis e os novos grupos políticos que ali surgiam. (ARAÚJO, 2000, p. 17-19) Vocês sabem, se não vira novela, não é Brasil.

Nesses movimentos da história, um arsenal de discussões começou a inspirar grupos e práticas sociais. Os debates se converteriam em instrumento de suas lutas e fomentavam uma dinâmica que se retroalimentava. As antigas esquerdas, que estavam em constante disputa,

procurariam novas formas de expor suas teses, se expressando através de uma imprensa específica. A formação de uma imprensa voltada para oposição à Ditadura Militar manifestava tanto opiniões contundentes contra a forma de governo instaurada, quanto à moralidade advogada pelos mecanismos censórios de controle social e moral e o conservadorismo da época. O mesmo aconteceria com incipientes organizações sociais dispostas a romper com antigas práticas políticas, dentro delas inclui-se as mulheres, os negros e os homossexuais, também fazendo com que um grande espectro das lutas sociais impulsionasse iniciativas de divulgação de seus pensamentos e pautas.

Bernardo Kucinski (2001, p. 18) comenta que os jornais alternativos da década de 1970 surgiram “na forma de gerações superpostas, a primeira protagonizada basicamente pelos derrotados de 1964. Na última, já entraram em cena alguns jovens precursores do jornalismo pós-moderno do novo milênio”. Apesar do autor evidenciar a diferença entre ambas, não raro a última geração havia surgido de rupturas com o *ethos* político da primeira. Pois, já não mais suportavam a reincidência de suas práticas opressoras, que se mostravam frequentemente incompatíveis com a nova práxis política desejada. Maria Paula Nascimento Araújo (2000, p. 21) caracteriza o surgimento dessa nova imprensa em “jornais de esquerda (que se vinculam tanto a jornalistas de oposição quanto a partidos e organizações políticas clandestinas)”, e, inclui, dentre outros, as “publicações de movimentos sociais (...) principalmente um tipo específico de imprensa alternativa – aquela vinculada a grupos de movimentos de minorias políticas, como a imprensa feminista, a chamada ‘imprensa negra’, e os jornais de grupos homossexuais organizados”. *Lampião da Esquina* surgiria nessa nova seara de jornais alternativos e, por isso, com frequência, se colocava em confronto com os discursos recorrentemente machistas de outros jornais.

O Pasquim (1969-1991) pode ser considerado um dos primeiros jornais da imprensa alternativa. Fervoroso em seus posicionamentos contra a Ditadura Militar, chegou a rodar até 200 mil exemplares em seu período de existência; foi filho do período em que as manifestações e greves estudantis tomaram o ano de 1968. Sua ousadia acabou sendo incorporada como marca daquele tempo, se tornando uma mescla debates sobre política, comportamento e críticas sociais através de uma linguagem coloquial. Constantemente atingido pela censura da Ditadura Militar, teve suas edições apreendidas e alguns de seus integrantes presos. Seu conselho editorial era composto por Olga Savary, Millôr Fernandes, Paulo Francis, Luiz Carlos Maciel, Sérgio Augusto, Ivan Lessa, Martha Alencar, Sylvio Abreu, Miguel Paiva e Henfil. O jornal foi influente em produzir importantes debates, sendo considerado um símbolo de luta ao sítio de

Estado elaborado pelos militares, envolvendo-se em campanhas pela anistia e lutando contra a carestia. (ARAÚJO, 2000, p. 23)

O jornal matinha uma postura heterocêntrica e convencionalmente machista. O núcleo duro de seu centro intelectual era formado por um grupo de artistas que congregavam um ideal de certa proximidade a ideais marxistas, próprio as esquerdas, dentre elas, o PCB. Suas posturas se tornaram fontes de debate com o nosso paladino jornalístico. Na segunda edição do jornal, *Lampião* publica uma nota em referência a uma publicação feita no *Pasquim* em 1978:

Dica: o “Pasquim nuslé”

A notinha abaixo saiu no Pasquim: “A luz tosca do Lampião: Antônio Chrysóstomo me crítica no número um do Lampião, que um amigo meu já definiu como ‘jornal das tias’, por ‘falta de imaginação crítica’ para compreender o que ele acredita que vê na ascensão das Frenéticas. Diz o Chrysóstomo [sic] que o rebutalho vocal formado pelo marketing para faturar uma grana é “descendente direto dos Dzi Croquetes por parte de pai e das Dzi Croquetas por parte de mãe. E conclama a que preste atenção ao grupo “o povo entendido desse país”. A mim, fica difícil imaginar os Dzi Croquetes pais do que quer que seja. Além do que, a discriminação é desnecessária. Tem gente que desmunheca ouvindo Jamelão. E gente que curte o Dali e o Oscar Wilde sem revirar os olhinhos”. (Roberto Moura) (LAMPIÃO, 1978, p. 4. Grifos do autor)

Talvez este comentário do *Pasquim* seja um dos mais representativos sobre como se tratava a relação do jornalismo alternativo com a temática homossexual. Como se pode ver, existe um notório sarcasmo e subestimação do enaltecimento de uma cultura voltada para os homossexuais, entendida pelo periódico como uma forma de “discriminação desnecessária”, banalizando o significado e a experiência do que significa discriminar um grupo. O jornal ainda caçoava da capacidade do *Lampião* de fomentar uma opinião crítica, referindo-se a este como um “jornal das tias”, como se fosse uma coluna de fofoca, reiterando alguns aspectos estereotipados de uma imprensa feita por *gueis*. Não sendo o suficiente, associava a sexualidade de seus editores a uma feminilidade em um lugar de subalternidade, aparentemente, por estes serem homossexuais. Todavia, como uma das primeiras coisas que uma *bicha assumida* aprende a fazer é se defender de comentários do tipo, o nosso paladino jornalístico responde:

Mauzinho! E continua o mesmo, hein? “Jornal das tias”: hum, hum, que imaginação fertilíssima! Por que não das bichas, das bonecas, dos viados? Ricas idéias: luz tosca do LAMPIAO deve ser a do bisavô de quem escreveu. A nossa continua acesa, acesíssima. Sinceramente sua, Rafaela Mambaba.

Tá vendo o que você conseguiu com sua “imaginação crítica”, Roberto Moura? Agora a Rafaela se meteu entre a gente. Uma bicha meio perigosa, amiga íntima de Madame Satã (dizem as más línguas da Lapa que foram íntimas demais), beberrona, dada a espalhafatos (A. C.) (LAMPPIÃO, 1978, p. 4.)

O *Lampião da Esquina* refuta o jornal com seu sarcasmo típico escancarando suas sexualidades e utilizando-se disso como uma forma de neutralizar qualquer sentido negativo das palavras e xingamentos comumente discriminatórios, além de demonstrar certa intimidade com o editor do *Pasquim*. Talvez, uma forma de o constranger e o associar a um grupo de homossexuais, sugerindo, assim, certa dubiedade sobre sua sexualidade. Contudo, para isso, *Lampião* utiliza uma personagem fictícia criada pelos membros do jornal, a Rafaela Mambaba, que ganharia seu próprio espaço a partir da quinta edição, sobretudo, através de uma coluna de fofoca chamada *Bixórdia*. Portanto, eles se furtam a responder diretamente a nota emitida pelo jornal ainda que concedam a Antônio Chrysóstomo direito de resposta. Vale ressaltar que o mensário havia ressaltado sua própria importância ao afirmar “*Pasquim* nus lê”, deixando escorrer a ideia de que, apesar de serem supostamente irrelevantes ou incapazes de coerência crítica, ainda assim chamavam a atenção de parcela da imprensa alternativa da época, em especial um de renome.

Apesar das farpas, esses jornais encontravam-se em um ecossistema de certa solidariedade, pois, estavam, de algum modo, articulando-se como frente de oposição aos governos militares. Na edição 14 do *Lampião*, de julho de 1979, Francisco Bittencourt (1979, p. 5) assina uma nota de comemoração aos dez anos do *Pasquim* ao dizer que “os homens do *Lampião* saúdam os heteros do *Pasquim* em seus dez anos de serviços prestados...”, e assim reconhecendo sua importância para imprensa alternativa do período. Caçoando os integrantes do jornal decano, a nota denunciava suas posturas hostis às mulheres e aos homossexuais, contudo, sendo relativa e aparentemente benevolente com elas em um tom de inusitada cordialidade:

O Pasca, quando apareceu, lavou a alma de todo mundo. Ninguém acreditava que pudesse durar muito e, vejam vocês, ele continua aí, firme resistiu a todas as psicoses, foi-se modificando com o tempo e entrou na nova era (calma, não estou falando da Abertura) em que as minorias saíram à luz e se colocaram no que parece ser um campo oposto ao dele. Mas será mesmo? É bem verdade que têm pintado lances de machismo muito fortes nas páginas do *Pasquim*, mas isso não quer dizer que o machismo seja a síntese, o editorial do jornal. O que o *Pasquim* faz gozando as feministas com suas mulheres peladas e as bichas com seus bofes desmunhecados é gozar a si mesmo. (BITTENCOURT, 1979, p. 5)

Como dito, a relação com o *Pasquim* pode ser considerada uma boa alegoria de como se deu o convívio do *Lampião da Esquina* com demais jornais alternativos. Esses que apresentavam proximidade ideológica com a esquerda tradicional, e não enxergavam, naquele momento, a proposta do paladino homoerótico como uma forma séria de jornalismo. Outros exemplos desse diálogo podem ser observados em sua relação com os jornais *Versus* e *Em tempo*. É possível presumir que, apesar das diferenças em torno do fazer de um jornal alternativo, existia uma confluência de interesses à essa categoria da imprensa em virtude da perseguição feita pelos militares. Teria o nosso paladino homossexual, eventualmente, amenizado suas opiniões contundentes sobre a política sexual por fazer parte universo alternativo do jornalismo? Seria uma forma de proteger a si e as demais iniciativas homossexuais? Era, presumidamente, um acordo tácito.

Na edição de agosto de 1979, enquanto o jornal sofria um processo criminal censório por ir contra a moral e os bons costumes ao questionar a demissão do jornalista Celso Curi, o jornal publica, na seção *Cartas na Mesa*, uma missiva enviada pela equipe do jornal *Versus* que demonstrava apoio ao que estava ocorrendo com o *Lampião*. Na epístola, a companheirada alternativa dizia “o jornal *Versus* deixa expressa a sua solidariedade aos companheiros do jornal LAMPIÃO, que vêm sendo alvo de ataques pela órgãos de repressão, que visam, antes de mais nada, fazer com que mais um jornal da imprensa independente deixe de existir” (VERSUS, 1979, p. 19). O *Lampião* e a Revista *Versus* criaram tensões, devido ao desconvite da revista ao periódico em uma mesa sobre a imprensa alternativa. E eles também haviam declinado²⁴ em publicar uma entrevista com o Winston Leyland, entusiasta norte-americano da literatura homoerótica, e personagem influenciador para existência do nosso paladino. Entretanto, Raimundo Rodrigues Pereira, um de seus integrantes, assinou um abaixo assinado em defesa do *Lampião da Esquina*, assim como um membro de um outro periódico, Carlos Ricardo da Silva, do jornal *Em tempo*, que também havia se recusado a noticiar a entrevista. O abaixo-assinado havia sido publicado na edição 19, de dezembro de 1979, em defesa de um jornalismo livre, mas principalmente devido ao processo judicial que o jornal sofria. Na pauta principal se

²⁴ Em *Uma entrevista que ninguém ousou publicar – Leyland fala sobre atuação política* publicada na segunda edição, em 1978, o explica que antes da matéria ser finalmente publicada no jornal Winston Leyland, havia-se entrado em contato com outros impressos “foi contactado primeiro o jornal Movimento, seu editor respondeu que a matéria não interessava, por ser muito longa; poderia publicar parte dela, mas infelizmente o jornal andava sem espaço. Em seguida, procurou se a revista *Versus*; resposta do editor: ‘A entrevista pode criar problemas com o Cardeal Arcebispo de São Paulo, com o qual estamos colaborando politicamente; além do mais, somos moralmente contra a matéria em questão’. Por fim, a entrevista acabou chegando às mãos de um dos editores do jornal Beijo, que inicialmente manifestou interesse em publicá-la. Três meses depois, entretanto, a matéria foi devolvida com a resposta do que não era considerada prioritária para o jornal” (LAMPIÃO, 1978, p. 10)

dizia: “Nós abaixo assinados, entendemos estes atos oficiais como uma tentativa de castrar o diálogo sobre os setores oprimidos – minoritários – que se faz necessário e urgente dentro de nosso país, bem como repudiamos todas as atividades de coerção e repressão ao direito de existência e manifestação da imprensa alternativa”. (LAMPÍÃO, 1979, p. 2)

O jornal *Versus* foi um dos jornais articulados com a esquerda organizada e iniciou-se como uma publicação que falava do poder da cultura para ação política. Foi lançado em São Paulo e publicado bimestralmente. O seu diretor responsável era um jornalista do Rio Grande do Sul chamado Marcos Faerman, com a presença de outros integrantes como Moacir Amâncio, Elifas Andreato, Carlos Rangel, Cláudio Bojunga, Luiz Egypto, Modesto Carone e Joca Pereira. Maria Paula Nascimento Araújo (2000, p. 26) afirma que, entre seu período de publicação (de outubro de 1975 a outubro de 1979) o jornal viveria polarizado entre os “intelectuais e jornalistas com um projeto de uma publicação cultural, pluralista e inovadora, em termo políticos e estéticos, e, de outro, militantes organizados que viam o jornal como instrumento de luta política”, o que acabou se tornando definitivo para o fim da iniciativa. Ele havia começado como um jornal cultural, colocando o debate estético no centro de sua discussão, abraçando teses sofisticadas de pensadores contemporâneos como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, proporcionando também uma inovação estética, sendo esta sua marca até 1977. Entretanto, a adesão de membros da organização política Convergência Socialista²⁵ na direção e administração do jornal mobilizou uma crise de interesses no projeto político do jornal, visto que este havia se reorientado para “praticamente a órgão divulgador das posições da Convergência” (ARAÚJO, 2000, p 27), fazendo inclusive com que seu fundador Marcos Faerman fosse expulso.

O outro periódico mencionado, o *Em Tempo*, era explicitamente de esquerda, formado por militantes de organizações políticas de inspiração trotskistas e de oposição à Ditadura Militar. Ele possuía comumente uma “perspectiva crítica em relação aos dois partidos comunistas mais tradicionais do Brasil (o PCB e o PCdoB) e à tática por eles preconizadas de uma etapa democrático-burguesa (ou democrático-nacional) para revolução brasileira”. Sua primeira edição havia sido lançada em São Paulo em janeiro de 1978, no mesmo ano de fundação do *Lampião*, apesar terem existido outros três exemplares experimentais no fim de

²⁵ Organização política de orientação socialista trotskysta criada em São Paulo no dia 28 de janeiro de 1978. Foi umas das correntes que atuaram no Partido dos Trabalhadores (PT) de fundação em 1980 até 1992. Em 1994, deixou de existir, pois seus membros passaram a integrar uma nova organização, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). COUTO, André. Convergência Socialista. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/convergencia-socialista>>. Acesso em: 30 set. 2019.

1977. Entre seus editores estavam Antônio de Pádua Prado Jr., Bernardo Kucinski, Jorge Batista, Tibério Canuto e Roberto Ayres. As diferentes forças políticas que compunham o jornal as obrigavam a deliberar suas divergências em assembleias, e sua formação híbrida acabava exibindo em “suas páginas alguns dos principais conflitos entre as diversas correntes da esquerda brasileira”. Até o início do ano de 1980 teria se tornado o jornal de um partido do grupo trotskista Democracia Socialista (DS).²⁶ (ARAÚJO, 2000, p. 28)

Após as discussões acima, pode-se concluir que todo arcabouço intelectual dos editores do *Lampião da Esquina* não era suficiente para garantir a respeitabilidade necessária entre os alguns integrantes da comunicação alternativa. Ou esses duvidavam de suas competências jornalísticas ou se sentiam deveras amedrontados pela temática das homossexualidades, em um posicionamento que, de algum modo, reforçava o *status quo* da moralidade advogada pelos códigos censórios dos governos militares, ainda que todos ali estivessem pensando no crivo repressivo. Apesar disso, a ideia da importância de um jornal como o *Lampião* fica evidentemente fortalecida, pois este ajudou a colocar luz em debates que, se dependessem das organizações já existentes no país, provavelmente seriam negligenciados. Todavia, faz-se necessário o reconhecimento de alguma sensibilidade de determinados integrantes desses grupos políticos, que alienavam suas visões moralistas sobre a homossexualidade a fim de apoiá-lo politicamente, expondo, talvez, uma pitada de autocrítica.

2.2- Movimentos *transantes*: décadas de 1960 e 1970

O dia de 28 de junho de 1969 costuma ser destacado como um marco fundador para a criação do movimento homossexual. No Bar Stonewall, em Nova York, indivíduos de identidade de gênero e sexualidades vistas como desviantes entraram em confronto com as regulares batidas da polícia. Numa região de bares, os oficiais se depararam com uma atitude ostensiva dos frequentadores do local, sendo atingidos com pedras e garrafas na Christopher Street, assinalando a emergência de um Poder Gay, e fazendo destes eventos a celebração do Dia do Orgulho Gay e Lésbico. (FACCHINI; SIMÕES; 2009, p. 45) Nos próximos anos, as mobilizações para discussão sobre a homossexualidade começariam a crescer. Camila Pina Brito (2014, p. 16) destaca que, no ano do primeiro aniversário da Rebelião, uma mobilização com mais de cem mil homossexuais ajudou a disseminar posicionamentos de afirmação sobre a homossexualidade e auto-aceitação. Movimentos como o *Gay Liberation Front* repercutiram

²⁶ Outros jornais com sólidas bases teóricas na esquerda como, por exemplo, o *Movimento* (1972-1977) e *Opinião* (1975-1981) fizeram parte da imprensa alternativa, mas não apareceram significativamente na análise das fontes, ou, não estavam presentes no critério de avaliação do tópico.

nos Estados Unidos e logo espalharam-se por alguns países da Europa, influenciando uma geração de militantes, dentre eles, como já dito, João Silvério Trevisan. Essas frentes priorizavam uma postura de ampla contestação cultural e política, questionando a eficácia das mudanças legais para resolver os problemas dos homossexuais. O momento também foi marcado por uma radicalização da visão sobre a homossexualidade, fazendo com que o “ser gay” significasse, antes de tudo, um modo de vida subversivo, muito mais do que a ideia de se relacionar com outros homens. O movimento deslocava os homossexuais para além dos estigmas da clandestinidade, a partir de uma nova perspectiva de orgulho, buscando remover-lhes a vergonha de suas sexualidades, e se constituiu como um marcador de inflexão importante. É partir de então que a ideia de ser gay adquire tais características subversivas em um sentido de contestação positiva e associada às noções de *Gay Pride* e *Gay Power*. (FACCHINI; SIMÕES, 2009, p. 45, CARNEIRO, 2017, p. 7)

Por volta do final da década de 1960, como conta Edward MacRae (1990, p. 52) aparece um novo modelo de relacionamento homossexual desenvolvido no Brasil. A interpelação de modelos tradicionais (que colocavam “*bofe*” e “*bicha*”, em lados diametralmente opostos, quando se falam de homens; ou “*fanchona*” e “*lady*” quando relacionados às mulheres) estava associada também à presença de boêmios, artistas e intelectuais que dividiram lugares de sociabilidade homossexuais em áreas no centro de São Paulo, como a Galeria MetrÓpole, e em outros centros urbanos. A aproximação com indivíduos que contestavam a moral vigente através de expressões culturais causou um processo “democratizante” nos relacionamentos sexuais e afetivos ao “dissolver a rigidez das normas que governavam o desempenho dos papéis de homem ou de mulher na sociedade”; fazendo emergir uma nova figura identitária, o “*entendido*”, que seria “o homossexual que buscava relações sexuais igualitárias; e a valorização da androginia enquanto postura política”. (MACRAE, 1990, p. 52)

Ailton José dos Santos Carneiro (2017, p. 20) afirma que, mesmo buscando quebrar a hierarquização das relações afetivo-sexuais entre homens, o que aconteceu foi um afastamento daqueles que eram considerados “entendidos” em relação aos homossexuais definidos como “*bicha-louca*”. O que nos faz refletir sobre a reprodução no meio das relações homoafetivas de determinadas normas assimétricas e hierárquicas de gênero. O processo de redefinição de relações afetivas entre homens reposicionou as tradicionais concepções binárias de gênero (passivo *versus* ativo), aqui compreendidas como um espectro representativo do binômico masculino-feminino nas relações homoeróticas. Isso reforçou novos estereótipos de gênero ao culto à masculinidade nas relações homoeróticas, gerando novas hierarquizações.

No que se refere à organização política, a década de 1970 também ficou marcada pela presença de um ativismo em defesa da despatologização dos homossexuais. Entre 1970 e 1971, protestos foram organizados durante os encontros anuais da Associação Psiquiátrica Americana (APA). Homossexuais mobilizados tomaram reuniões contra os impactos negativos causados a esse grupo social devido a constante estigmatização da homossexualidade como distúrbio psicológico. O processo oficial de despatologização dos homossexuais ocorreu somente em 1973, quando a APA removeu a homossexualidade do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Distúrbios Mentais (DSM) (MARQUES, 2014, p. 242) A erupção desses movimentos sociais foi desenvolvida ao longo da década de 1970 também na América Latina. Iniciadas na Europa e Estados Unidos, as movimentações estudantis de 1968 propiciaram uma etapa das mobilizações expandindo os protestos, aliadas à presença dos movimentos feministas internacionais, que se baseavam em críticas cada vez mais contundentes ao patriarcado, gerando mais tensões e discordâncias sobre os papéis de gênero tradicionais.

James N. Green (2003, p. 24) afirma que, apesar de não estar correlacionada com o ocorrido em Stonewall, meses após os levantes em Nova York, dez homossexuais se reuniram em um bairro operário de Buenos Aires em um cortiço e fundaram a primeira organização política em defesa dos homossexuais chamado *El Grupo Nuestro Mundo*. Depois, cidades como San Juan, Buenos Aires e Cidade do México, que possuíam culturas urbanas homossexuais, se tornaram solo propício para a articulação política de grupos sexuais dissidentes durante o fim dos anos de 1960 e 1970. Em 1971, por exemplo, e, novamente na Argentina, surge a *Frente de Liberación Homossexual de la Argentina* (FHL), que criou no continente o primeiro boletim, conhecido como *Somos* (GREEN, 2003, p. 27). Em 1972, já no México, foram criadas duas instituições, a *Sex-Pol* e a *Frente de Liberación Homossexual*. (MOTT, 1998, p. 11)

No Brasil, o impacto da disrupção democrática em 1964 quase solapou as formas de aglutinar a política dos movimentos em defesa dos homossexuais. Entretanto, os primeiros esforços de mobilização começaram a ser moldados antes mesmo da década de 1970. Entre as décadas de 1940 e 1960, o país foi acometido por processos de modernização que haviam ampliado o acesso às referências culturais e estéticas e à reformulação de práticas e concepções morais. Como já comentado, elas preenchiam os principais centros urbanos brasileiros com um cenário de sociabilidade homossexual e lésbica voltada para promoção de bailes, desfiles de fantasia, concursos de *miss* e shows de travestis. Na década de 1950 e 1960, muitos espaços de sociabilidade e interação sexual entre homens homossexuais e lésbicas surgiram em um contexto de maior flexibilização dessas vivências. Muitos deles foram incentivados pelo

contexto político dos movimentos contraculturais, fazendo do eixo Rio-São Paulo um ambiente luminoso para estes grupos. Estes centros urbanos propiciaram uma transformação da vida de jovens homossexuais, que migraram de diferentes regiões e interiores do país acompanhando o processo de expansão industrial pós Segunda Guerra. Isso permitiu que muitos jovens ingressassem nesta sociabilidade homossexual masculina, situando-se fora do controle familiar. (FACCHINI; SIMÕES, 2009, p. 65)

Já na década de 1970, Facchini e Simões ressaltam que elementos da moda começaram a moldar formas de expressão cultural:

A androginia e a moda unissex tornavam-se novos valores da época, celebradas por cantores e compositores populares estrangeiros de sucesso, como David Bowie e Alice Cooper, que embaralhavam as performances convencionais de gênero. A sua maneira, artistas brasileiros — como Caetano Veloso, o grupo musical Secos&Molhados, com seu vocalista Ney Matogrosso, e o grupo teatral Dzi Croquettes, liderado pelo coreógrafo Lennie Dale —, em sua composição visual e postura cênica, expressaram esse estilo batizado nos Estados Unidos de *genderfucker*. (FACCHINI; SIMÕES; 2009, p. 75)

O período foi marcado pela reabertura do Congresso para possibilitar a ascensão de Emílio Garrastazu Médici no poder e a vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo que ocorria no México naquele ano de 1970. Isso acabou consolidando uma euforia nacionalista planejada e promovida pelo governo. Foi o período do slogan ‘Brasil, ame-o ou deixe-o’, acentuando o patriotismo e discursos pela ordem e o progresso da nação. O Brasil passava por um período de crescimento da economia. (GREEN, 2000, p. 392). Este momento histórico é particularmente importante para reorganização de diferentes grupos políticos. Os movimentos feministas em distintas ocasiões cruzaram seus problemas internos sobre divergências pragmáticas e ideológicas com a trajetória do movimento homossexual durante, principalmente, a década de 1970. Considera-se o contexto para formação do movimento de mulheres no Brasil um auxiliador para melhor compreender o polarizado cenário político. Era um quadro propício para divergências ideológicas que marcaram o período de reorganização das pautas progressistas (mulheres, índios, homossexuais, meio ambiente e racial) em um Brasil aterrorizado pela Ditadura Militar; de uma esquerda tradicional em oposição aos militares que buscava se reestruturar; além da emergência de outros personagens políticos no país.

Chyntia Andersen Sarti (2004, p. 39) afirma que, já na década de 1960, o Brasil passara por um período de modernização gerando novas reconfigurações sociais, possibilitando, neste caso, maiores oportunidades às mulheres; marcos que pavimentariam bases para as discussões

vindouras na década de 1970; o acesso aos métodos contraceptivos que desmitificaram o sexo enquanto atividade-fim para procriação, impactando o mundo privado ao permitir maior autonomia as mulheres. Dessa forma, e ainda que sob penumbra de uma ditadura, essas mulheres se agregaram em torno de suas demandas, ao mesmo tempo em que se opunham às questões mais objetivamente relacionadas ao governo dos militares.

Joana Maria Pedro (2006, p. 250) afirma que as narrativas fundadoras da “Segunda Onda” do feminismo no Brasil datadas ano de 1975 é corolário de um processo de “disputas que se constituíram” sobre a memória do movimento. Alguns historiadores acreditam que este período é assim lembrado, devido, principalmente, à onda de movimentos e debates sobre mulheres surgidos pela escolha da Organização das Nações Unidas em fazer do ano de 1975 o ano Internacional da Mulher. (SARTI, 2004, p. 36; PEDRO, 2006, p. 52; SILVA, 2016, p. 69)

Contudo, tensões entre a luta “propriamente” das mulheres, como sexualidade e autonomia do corpo, *versus* uma a luta maior, relacionada ao combate à Ditadura e à luta pela anistia, formaram um frutífero espaço de conflitos sobre a trajetória dos movimentos feministas no Brasil na segunda metade da década de 1970. Maria Pedro (2006, p. 253) alega que, antes de 1975, mulheres como Rose Marie Muraro, Heloneida Studart e Carmen da Silva já articulavam debates e movimentações políticas em prol dos interesses femininos. E as primeiras formas de organização feminina remontam o ano de 1972, quando, por exemplo, a advogada Romy Medeiros, que havia feito um congresso, promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, esse sob seu comando. Este acontecimento havia sofrido dificuldades para sua execução, devido à constante vigilância do DOPS. Para Joana Pedro, não compreender este como um elemento fundador da mobilização das mulheres no Brasil se dava “certamente pelo fato de não ter sido promovido pelos grupos de esquerda”. (PEDRO, 2006, p. 258)

Um dos relatos recolhidos pela autora retrocede ainda mais. Maria Odila Leite da Silva Dias diz que em 1971 havia integrado a um “grupo de conscientização feminista”, que poderiam ser definidos como grupos que atuavam sem “nenhuma forma de regulamento. As reuniões tinham temas, mas não tinham pauta, discutia-se tudo”, em torno da pauta feminina. (PEDRO, 2006, p. 260) Eram espaços de discussão onde poderiam ampliar suas consciências sobre as condições das mulheres, ao passo que compartilhavam experiências.

Esses grupos de discussão eram malvistas pela esquerda, pois acreditava-se que suas discussões eram influenciadas por movimentos feministas norte-americanos ou franceses, focados no corpo e alheios à realidade brasileira. Segundo a visão das militantes de esquerda, esses se preocupavam demais com pautas relacionadas a vida privada e a dominação dos

maridos sob suas mulheres. Pautas que não necessariamente coadunavam com a experiência de outras mulheres de esquerda, que se sentiam livres daquela opressão domiciliar e prontas para ocupar outros espaços sociais. (PEDRO, 2006, p. 260) Ainda que isso seja questionável, pois sabe-se que as mulheres continuam a sofrer opressão por seu gênero em distintos lugares, principalmente naqueles construídos para serem de domínio masculino, como a política.

O evento supostamente fundador para parte da memória feminista no Brasil foi a reunião de criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), ocorrida no Rio de Janeiro, em julho de 1975, na Associação Brasileira de Imprensa. Surgido deste evento, o CMB teria um perfil que com o passar dos anos se tornou mais “marcadamente marxista”. (PEDRO, 2006, p. 261) As tensões com outras linhas ideológicas, como o feminismo liberal, vieram se tornar cada vez mais evidentes ao longo dos anos, criando “patrulhas ideológicas” àquelas que se opunham ao manifesto das comunistas. Isto poderia ser visto em críticas aos movimentos feministas dos Estados Unidos e até mesmo na tradução de livros feministas que estivessem ligados a temas como sexualidade, concepção e aborto.

Sarti (2004, p. 39) indica que os movimentos de mulheres em São Paulo começaram a emergir abertamente através de jornais, que também faziam parte da imprensa alternativa, como o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres*; além do Movimento Feminino pela Anistia. Iniciado nas classes médias brasileiras, esses se mobilizavam junto com outros movimentos sociais populares, através de associações de bairros garantindo uma articulação mais interclassista. A presença da Igreja Católica como uma aliada do movimento também acirrava as tensões, muitas vezes baseadas em disputas pela hegemonia nas organizações de bairro, ao mesmo tempo que diferentes grupos se chocavam por seus interesses sobre pautas como aborto, sexualidade e planejamento familiar. O movimento possibilitou o surgimento de novos sujeitos políticos questionadores das diferentes formas da condição feminina e pondo em discussão questões relativas à identidade de gênero. O rechaço da direita, que associava o movimento de mulheres à imoralidade, ou os da esquerda, que o considerava um reformismo burguês, mantinha uma visão ambígua sobre a articulação do movimento mulheres. (SARTI, 2004, p. 39-40) Mais uma vez, as disputas pela liberação sexual e autonomia do corpo chocavam-se com uma perspectiva mais “ortodoxa” do marxismo, que compreendiam estas pautas como “ideias específicas”, pois se afastavam das lutas pela democratização, anistia e do próprio socialismo. Para membros envolvidos no Partido Comunista Brasileiro e outros partidos de esquerda, os mencionados “grupos de reflexão” eram considerados inúteis (PEDRO, 2006, p. 264).

Nas eleições de 1978, parte das mulheres do CMB havia se dedicado a participar das campanhas eleitorais. A ausência daquelas marcadamente marxistas abriu espaço para a elaboração de novas discussões no interior do Centro, possibilitando a existência de mulheres consideradas “pequeno-burguesas”, ou feministas liberais. Ao retornarem de sua cruzada eleitoral, as comunistas voltaram a ocupar os espaços de discussão do Centro de Mulheres na tentativa de estruturar o I Encontro Nacional de Mulheres. Integrantes não-comunistas sugeriram uma proposta de jornadas sobre reprodução das mulheres, que logo foi rejeitada por ser considerada um tema tabu. Isso incitou as diferenças entre as comunistas e as que não eram, pois estas últimas argumentavam que não conseguiam ter espaços nas discussões. E alegaram que o CMB não era feminista, redigindo um documento chamado “*Documento das 21*”. Esse foi assinado por um grupo de 21 mulheres, dispostas a se afastar da organização (PEDRO, 2006, p. 265) Mesmo com toda essa tensão, o evento ocorreu, entre os dias de 8 a 10 de março de 1979. E, adivinhem só, quem estava lá cobrindo tudo em primeira mão? Ele mesmo, o *Lampião da Esquina*.

Em sua décima primeira edição, uma matéria escrita por Francisco Bittencourt retrata alguns detalhes do evento que aconteceu em Ipanema. A escolha do local se tornou ponto de debate pois esse seria “um lugar distante da Zona Norte e das populações pobres da cidade”. O lampiônico afirmava que as mulheres haviam se encontrado para discutir temas gerais relacionados à política nacional, ao arrocho salarial e à desigualdade salarial entre homens e mulheres, e até mesmo à falta de creche. Apesar destas discussões, o autor da matéria afirmou que, “para um observador interessado”, como ele, “a impressão que ficou é que houve ali uma reunião feminina e não feminista”. E complementava ao dizer que “em sexo também quase não se tocou, muito menos em prazer ou orgasmo”. Os comentários de Bittencourt corroboravam uma visão específica do movimento feminista, reduzindo-o a uma luta de liberação sexual e autonomia do corpo feminino. Como consequência, ele acabou por ignorar outras pautas por ele mesmo mencionadas, não levando em consideração as demais experiências cotidianas e diárias igualmente opressoras para as mulheres. (BITTENCOURT, 1979, p. 9)

As feministas que haviam escrito o *Documento da 21* se posicionaram no plenário e, como conta a matéria do Francisco Bittencourt, foram hostilizadas por diferentes grupos de mulheres paulistas da periferia e de donas de casa que “não estavam ali para tratar de tais assuntos, mas da luta maior”, isto é, a luta pela anistia e contra uma ditadura. O *Documento das 21*, também havia sido criticado por relatar problemas internos do CBM. O *Lampião* saía em defesa do documento apresentado, revelando sua concepção de movimentos sociais e feministas:

Na verdade, esse corajoso grupo de mulheres estava criticando o CMB nutria questão de importância fundamental para o movimento feminista como um todo, que é a do autoritarismo, do elitismo, e das chamadas “lideranças naturais”. A questão está presente em todas as atividades da vida brasileira e o documento não era de dissidência, mas unia reflexão e uma advertência. Isso parece não ter sido entendido, ou aceito, e a reunião seguiu seu curso cheia de altos e baixos, com muitos discursos irrelevantes e sem sentido dentro de um contexto feminista. (BITTENCOURT, 1979, p. 9)

A postura do jornal revela algumas de suas visões a respeito do movimento. Uma delas é a prioridade política que o mensário dava à sexualidade e liberação do corpo, compreendida como elemento fundamental para superação da opressão machista. Como demonstram os trechos mencionados, essa prioridade se colocava à frente de pautas mais objetivas ao dia-a-dia das mulheres tais como a igualdade salarial e a presença de creches. A matéria também corrobora com as discussões apresentadas por Joana Maria Pedro e Chyntia Andersen Sarti ao expor as condições de disputa pelo projeto político das mulheres, introduzindo debates sobre o futuro da atuação política em suas mobilizações entre antigas e novas práxis políticas. É possível perceber o choque de interesses nas camadas argumentativas das mulheres que apareceram na matéria, podendo aludir aos personagens sociais discutidos pelas autoras. A tensão estava polarizada entre os que reivindicavam “a luta maior” com resistência aos debates sobre sexo e moralidade sexual, provavelmente representada pela ala situada à “esquerda” do movimento; e, no outro polo, os que valorizavam o tema da sexualidade, liberação e autonomia do corpo, representado, possivelmente, pelas mulheres que se auto-representavam como “feministas”.

As mulheres tiveram grande protagonismo ano de 1979. Ao menos desde 1975, mães, irmãs, companheiras e filhas dos presos e desaparecidos políticos saíam às ruas e presídios cobrando respostas pelo sumiço de seus entes. Articulando-se pelo Movimento Feminino pela Anistia (MPFA) e dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs). Esses atores e atrizes apresentaram-se na cena pública com pautas que iam além da luta pela anistia, exigindo a localização de desaparecidos políticos, denunciando as condições dos presos e buscando a responsabilização dos agentes pelos crimes de tortura, desaparecimento e sequestro. Essas pessoas, em especial as mulheres, buscavam “além da anistia, forçar o fim do gradualismo que caracterizava o processo de transição” (RESENDE, 2014, p. 41). Destaca-se a atuação delas, no ano de 1979, pela ocupação dos espaços parlamentares para reformas mais amplas e

ampliação do projeto da *Lei da Anistia* (Lei n. 6683) ²⁷ aprovada em 28 de agosto daquele ano. (RESENDE, 2014, p. 41)

À esta época, coletivos homossexuais também buscavam se consolidar frente aos próprios conflitos, que em diferentes pontos se correlacionavam aos embates dos movimentos feministas, se tornando um fio condutor de tensões também dentro do movimento homossexual. E esta rivalidade entre esquerda e movimento “autônomo”; os debates acerca da sexualidade; e o diálogo com outras discussões se tornou uma efusiva contenda com consequências sem precedentes. E a influência do movimento feminista foi um passo significativo para o questionamento do papel das mulheres na sociedade. As discussões contra o patriarcado propiciaram debates que logo seriam levantados pelo movimento homossexual a partir do final da década de 1970.

João Silvério Trevisan já havia tentado articular uma iniciativa que possibilitasse o concerto de homossexuais em torno de uma pauta comum. Em meados da década, este escritor e jornalista paulista atuava conjuntamente com o movimento de liberação gay na Baía de São Francisco (EUA). Em 1976, tentou impulsionar um grupo de discussão sobre homossexualidade com universitários em São Paulo, contudo, sem sucesso, em virtude da heterogeneidade do grupo que tinham distintas formas de reivindicação. Ademais, a conjuntura política do país incrementava a dificuldade de articulação e muitos acreditavam que discutir sexualidade não deveria ser a prioridade, dado ao difícil momento que o Brasil vivia com a Ditadura. Mesmo assim, João Silvério Trevisan se mostrou crítico sobre qualquer influência da “esquerda” no movimento homossexual no Brasil. E este desacordo parece ter sido o tom do período histórico: indivíduos propostos a se unirem em torno da pauta propriamente dos homossexuais, de um lado; e, de outro, aqueles que acreditavam que o movimento deveria se articular com outros setores além dos homossexuais, o que implicava na aproximação com as classes trabalhadoras e os movimentos da esquerda. (GREEN, 2000, p. 427)

As ressalvas dos organizadores do movimento homossexual com a esquerda se justificavam pelas orientações de cunho discriminatório, em especial, do Partido Comunista Brasileiro. Em parte, como vimos, havia precedentes em boa parte do século XX. Influenciados pela concepção de que a homossexualidade era um desvio pequeno burguês, muitos militantes de esquerda que se identificavam como comunistas afastavam-se das discussões sobre o

²⁷ Apesar de toda pressão social, “o parágrafo 1º da Lei, ao determinar a anistia aos chamados “crimes conexos”, acabou por estabelecer uma relação de conexão inexistente entre os crimes cometidos por civis e aqueles cometidos pelo Estado. Consagrou-se, então, a interpretação de que a anistia teria sido recíproca ao anistiar tanto os torturadores quanto as vítimas do regime”, garantindo a impunidade dos crimes cometidos pelos agentes de segurança durante a Ditadura Militar (RESENDE, 2014, p. 43)

preconceito sofrido pelos homossexuais tanto na sociedade, quanto dentro das entidades de políticas feministas. A presença do *Lampião* pelas bancas de revista em todo território nacional impulsionou uma movimentação que buscava se estruturar em uma cena política. Algo que se forjava pouco a pouco para o surgimento de várias organizações de homossexuais no Brasil nos próximos anos.

Eis, então, que, em abril do ano de 1978, um grupo intelectualizado de homossexuais masculinos se reuniram com a iniciativa de formular um jornal, que viria a ser conhecido como *Lampião da Esquina*. De todo modo, o periódico possuiu uma atuação significativa na articulação nas primeiras iniciativas de movimentações políticas em defesa dos homossexuais. Pode-se perceber algumas conexões sócio-políticas entre o *Lampião* e o grupo *Somos*, primeira experiência político-institucional homossexual longa do Brasil. Até certo ponto, a criação desse grupo possuía ligação com o “boicote” sofrido pelo *Lampião* em um evento sobre imprensa alternativa arranjado pela Revista *Versus* que estava ligada a Convergência Socialista. Isso havia estimulado João Silvério Trevisan, jornalista e fundador do mensário, e outros militantes a formarem um grupo de atuação política homossexual. (FACCHINI, 2003, p. 88)

Segundo Edward MacRae (1990, p. 97), no dia reservado para discussão a respeito da imprensa alternativa, estavam presentes jornais como *Movimento*, *Em tempo* e um representante do recém-criado jornal homossexual, o *Lampião*. Todavia, alguns colaboradores da seção afro-latina da revista *Versus* (lembra-se dela?), que eram componentes da Convergência Socialista, ficaram responsáveis em entrar em contato com os representantes dos periódicos, mas não acharam conveniente contar para os participantes do *Lampião*, alegando, falsamente, que não conseguiram se comunicar com os membros do mensário.

O “boicote” foi documentado pelo jornal em sua segunda edição. Em *Estão querendo convergir. Para onde?*, Trevisan (1978, p. 9) destacava a falta de representatividade de minorias na mesa que contava apenas com uma mulher e que cumpria “a famigerada função de secretária”; não contando com nenhum negro ou índio, e muito menos um homossexual. Nas palavras do jornalista: “a palavra homossexual foi pronunciada uma única vez: o presidente apenas sussurrou quase engasgou, como se dissesse um palavrão”. Nesta edição, o jornalista evidencia uma tensão existente entre a tortuosa relação que o movimento homossexual manteria com a esquerda pelos próximos anos. Trevisan não somente demonstra as dificuldades de incorporar as pautas sócio-identitárias emergentes no âmbito das esquerdas (que tinha resistências de reconhecer pautas indigenistas, negras e feministas), mas, seguindo o horizonte editorial do *Lampião*, marcava o que diferenciava os homossexuais das outras minorias ou

maiorias discriminadas. No fundo, ao demonstrar os tabus linguísticos sobre a sexualidade divergente da heteronormativa, Trevisan denunciava o quanto a abjeção recaía sobre determinados sujeitos, impedindo a integração em projetos mais amplos e permeáveis politicamente.

Por outro lado, ao que parece, *Lampião* também não reconhecia a existência de uma incipiente tentativa, ainda que insuficiente, de trazer as discussões sobre sexualidade para um novo leque político: o da esquerda. Convém admitir, obviamente, que se tratavam de temáticas que estavam em definição naquele período até mesmo para o próprio grupo; isso sem levar em consideração que o contexto histórico-político-social, até certo ponto, impelia os homossexuais a buscarem veementemente construir seu próprio caminho político de maneira autônoma; e a compreensão de que durante muitos séculos as sociedades ocidentais heteronormativas formularam uma construção odiosa aos homossexuais, os relegando ao prejuízo social e à humilhação. Dessa forma, pedir paciência ao grupo social dos indivíduos de sexualidades e gêneros dissidentes soava como um ultraje.

Esta inclinação, esta vontade de berrar contra as idiosincrasias da moral conservadora e daqueles que poderiam estar ao nosso lado, foi a responsável pelas discussões sobre os limites morais de condutas sexuais, pois questionaram práticas que deslegitimam a existência de alguns indivíduos. Obviamente, é possível defender que estas tentativas de aproximação e os afastamentos de alguns setores políticos das esquerdas são o resultado de atritos polarizados entre “luta maior” e “luta secundária”, algo promovido por setores da esquerda tradicional. Contudo, ao que parece, quando havia tentativas de aproximar as pautas das “minorias” da esquerda, as suas legitimidades eram questionadas e, porque não dizer, minadas. As posturas anti-esquerda e anti-partidária constituíram um marcador do posicionamento do *Lampião da Esquina* e de alguns grupos homossexuais no período.

Como conta MacRae (1990, p. 100), “apesar dos homossexuais sempre recearem ataques vindos de operários e suas organizações, estes na maior parte das vezes têm se mostrado dispostos a discutir a homossexualidade de forma cordata”, ainda que houvesse manifestações de intolerância. De todo modo, o ocorrido foi “a primeira vez em que se deu uma discussão pública, explicitando os aspectos políticos da homossexualidade” e a parte elementar do acontecimento foi que os “ânimos se exaltaram e Trevisan e outros homossexuais presentes decidiram formar um grupo”. (MACRAE, 1990, p. 100) Esse grupo era o *Somos*.

Inicialmente, o grupo se chamou de *Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais*, agindo primariamente como estímulo para elevar uma consciência gay próxima à maneira em

que fora pensada por Trevisan em 1976. Posteriormente, para melhor organização, foram criados subgrupos que estimulavam campanhas políticas e reuniões. Durante os primeiros seis meses, ele era composto por quinze a vinte pessoas, em sua maioria homens, muitos deles tinham uma atuação flutuante. Ao fim de 1978, o nome do grupo virou tema de discussão. Alguns membros consideravam que o nome *Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais* poderia desencorajar novos membros devido ao tom pouco político. Outros ponderavam que um outro nome com tom muito ativista poderia causar exatamente o efeito contrário. A sugestão do nome *Somos* surgia em homenagem ao periódico editado pela *Frente de Liberação Homossexual Argentina*, produzido em Buenos Aires entre 1971 e 1976. João Silvério Trevisan (1981, p. 32) comenta em uma das edições do *Lampião* que chegou a “encontrar com um membro da extinta *Frente de Liberação Homossexual da Argentina* para consultá-lo sobre a possibilidade de usar o nome da sua antiga organização para nosso pequeno grupo”. Segundo ele, “o rapaz não viu qualquer empecilho à ideia e ficou até meio comovido com o sentido de continuidade nela implícito”. (TREVISAN, 1981, p. 32) É interessante observar que essa ação carregava uma lembrança coletiva da trajetória dos homossexuais, sendo, talvez, uma forma de ação solidária aos grupos argentinos, em um momento em que diferentes coletivos sofriam com a opressão das ditaduras militares sobre suas sexualidades.

Um dos sintomas das divergências nesse momento de articulação homossexual foi o rechaço à palavra “gay” que foi veementemente rejeitada, pois os militantes brasileiros gostariam de se afastar do movimento norte-americano, desdobrando-se na abramileirada versão “*guei*”, da qual adotamos frequentemente. Havia a crença de que era necessário criar um movimento unicamente brasileiro, sem interferência externa. Em comum acordo, finalmente, o coletivo foi rebatizado como *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*. No ano seguinte, em 1979, o *Somos* passou por um período de expansão com a inclusão de dezenas de novos integrantes, inclusive mulheres lésbicas; as reuniões gerais ocorriam mensalmente em locais cada vez maiores e começou a se subdividir em Grupos de Reconhecimento, onde se faziam a apresentação de relatos autobiográficos, e se discutiam sobre assuntos relacionados à sexualidade, em especial, a homossexualidade; e nos Grupos de Atuação, agrupavam as atividades políticas maiores, tais como panfletagens, atividades em parques, reuniões abertas e demais eventos públicos. As decisões eram tomadas consensualmente, evitando a cristalização de lideranças e incentivando a participação de todos em um processo de autogestão, mas que comumente geravam discussões e tensões devido as opiniões divergentes. (FACCHINI; SIMÕES; 2009, p. 93; SOMOS, 1979, p. 2; GREEN, 2014, p. 188; GREEN, 2000, p. 432)

Este período de ascensão do número de integrantes no *Somos* foi associado por James Green (2014, p. 190) a uma atividade organizada pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais, na Universidade de São Paulo, fevereiro de 1979. O jornal *Lampião da Esquina*, em seu décimo número, publicou um conjunto de três matérias a respeito deste ciclo de debates sobre “minorias”, sendo claramente evocadas na chamada principal: “*Negros, mulheres, homossexuais e índios nos debates da USP*”. O texto escrito por Eduardo Dantas intitulava-se “*Felicidade também deve ser ampla e irrestrita*”. No evento, estavam presentes João Silvério Trevisan e Darcy Penteado, membros representantes do *Lampião da Esquina*; além de mais três membros do *Somos*. Na foto da mesa, localizada à esquerda superior da página: nenhuma mulher. Até este momento, o *Somos* não era composto em sua maioria por mulheres e poucas delas eram atuantes. (GREEN, 2014, p. 190) Entretanto, esse condicionante refletia uma das circunstâncias sobre a presença das mulheres no movimento homossexual, ao passo que indica os limites dos debates sobre participação feminina em espaços públicos pelos integrantes do jornal e do *Somos*.

Vale destacar a diferença feita pelo Eduardo Dantas na redação do texto sobre a participação dos integrantes para discutir a homossexualidade no evento. De um lado do escrito diz que “João Silvério Trevisan e Darcy Penteado, representando *Lampião da Esquina*”, e de outro, “três integrantes do grupo *Somos*, provavelmente primeira tentativa de organização dos homossexuais”. (DANTAS, 1979, p. 9) Mesmo que o Trevisan houvesse reivindicado seu papel-chave para a atuação do grupo político em outros momentos, o texto torna evidente uma tentativa de separação na atuação política, invocando uma necessidade de distinção. Não sabemos se essa diferença servia para dar imponência ao movimento político, informando que existia mais de uma articulação coletiva de gays e lésbicas, cumprindo um papel propagandístico, ou se servia para causar um distanciamento político em que cada corporação pudesse demonstrar sua autonomia. As duas hipóteses não são excludentes.

O evento que contava com cerca de 300 pessoas foi marcado por tensões sobre o alinhamento do movimento homossexual à esquerda. Alguns membros da plenária denunciaram a perseguição aos homossexuais levado à cabo por regimes socialistas e seus respectivos partidos. No texto elaborado por João Silvério Trevisan, *Quem tem medo da maioria?*, ele declarava que “pela primeira vez no Brasil as lésbicas e as bichas tomaram seu espaço e vomitaram coisas há muito engasgadas; o prazer, por exemplo foi reivindicado entre os direitos das pessoas humanas” (TREVISAN, 1979, p. 10). É paradoxal Trevisan mencionar as “lésbicas”, pois, na foto, que ilustra a composição da mesa sobre homossexuais em sua matéria,

não havia nenhuma mulher presente. O que nos faz acreditar que, talvez, o que ele criticava sobre a falta de representação e voz das mulheres nos espaços da esquerda não fosse uma realidade tão distante dentro do movimento homossexual protagonizado por ele, não é mesmo?



FIGURA 2: Foto da mesa de debate sobre homossexualismo na USP
Fonte: LAMPIÃO. Rio de Janeiro, n. 10, mar. 1979

Em sua apresentação sobre a divergências entre a “luta maior” da esquerda e a luta das minorias, ele também destaca a atuação de integrantes negros no debate:

Os grupos discriminados (ou estigmatizados, ou minimizados) conseguiram apresentar seus pontos de vista, recusando-se a aceitar sua luta como “secundária” diluída na falsa imposição de uma “luta maior”. Já de saída, os negros (reunidos no Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial) exigiram um espaço a si próprios e às análises específicas de sua problemática, na medida que sua autodeterminação ideológica e sua identificação racial/cultural significam elementos primordiais no enfrentamento ao racismo. Ao lado dos homossexuais, foram eles os críticos mais coesos à esquerda tradicional, branca e machista, que em nome de ideologias progressistas acaba acentuando sua descaracterização cultural e ditando-lhes regras de bem-agir. (TREVISAN, 1979, p. 10)

Trevisan (1979, p. 10) diz que os negros foram acusados de procurarem divisionismos e alegou que integrantes da esquerda ortodoxa foram saindo do salão à medida que “sentiam a determinação dos negros em não se enquadrar [sic] nas análises prontas que pretendiam diluir sua luta”. Problemas parecidos, segundo o jornalista, foram enfrentados pelas mulheres em sua

mesa sobre feminismo, evidenciando uma postura machista e patriarcal da esquerda tradicional. Outros elementos foram apresentados pelo autor ao afirmar a existência de uma espinhosa divisão entre o grupo de mulheres ligados ao *Movimento do Custo de Vida*, “que desconheciam os critérios feministas e pertenciam a extratos mais proletários”, em suas palavras. E esta tensão causou uma dicotomia entre este grupo e a representante do jornal *Nós mulheres*, que foi “acusada de pequeno-burguesa e condenada ao inferno ideológico”, por reivindicar autonomia para o feminismo.

As lésbicas do *Somos* só começariam a atuar mais ativamente em 1979, justamente após a aparição do coletivo na mesa de debates organizada na USP, quando criaram um subgrupo chamado Lésbico-Feminista (LF). Mesmo com dificuldade na manutenção de participantes, esse grupo perpetuou sua tentativa em manter-se independente do *Somos*. Essas mulheres se reuniam produzindo material para apoiar reivindicações feministas pela luta contra a discriminação do aborto, dupla jornada de trabalho, pela igualdade de remuneração salarial e contra discriminação sexual. (FACCHINI; SIMÕES; 2009; p. 105). Marisa Fernandes (2014, p. 129) comenta que, a partir de março de 1979, algumas lésbicas, aproximadamente quinze, já entraram para o *Somos*, unindo-se à atuação política dos gays. E, no mesmo ano, em outubro, o subgrupo Lésbico-Feminista seria formado.

Em dezembro de 1979, o LF já atuava bastante próximo ao movimento homossexual, compondo as discussões para a elaboração do I Encontro Brasileiro de Homossexuais. A participação das lésbicas se deu em todas as estruturas do evento. Essas mulheres atuaram na impressão de xerocópias dos documentos distribuídos durante o Encontro, ajudaram a documentar o evento a partir de fotos, fizeram presença nas plenárias, mediação em mesas de discussão e participaram da comissão de segurança do evento. Mas, apesar de toda ativa participação do grupo, as “integrantes do LF decidiram que já compareceriam ao Encontro com decisões tomadas”. (FERNANDES, 2014, p. 132)

No feriado da Semana Santa, em abril de 1980, as ativistas de oito grupos se reuniram em São Paulo para o I Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados no teatro Ruth Escobar, local onde oficialmente ocorreram cisões dentro do *Somos*. Mais de mil lésbicas e homossexuais estiveram na abertura do evento, e cerca de duzentas pessoas compareceram a totalidade do evento. Entre integrantes e convidados estavam os grupos *Somos* (SP), *Eros* (SP), *Libertos* (Guarulhos-SP), *Somos* (Sorocaba - SP), *Somos* (RJ), *Auê* (RJ), *Beijo Livre* (Brasília-DF), além da participação de representantes de Belo Horizonte, Vitória, Goiânia, Curitiba, e uma comissão enviada pelo jornal *Lampião*. As decisões do evento deliberaram:

(...) pela alteração do Código de Doenças referente a “transtornos sexuais” e pela introdução da proteção de direitos relacionados à “opção sexual” na Constituição brasileira. Além disso, decidiu-se promover a legalização jurídica dos grupos, a dinamização dos contatos intergrupais por meio de jornais e boletins, a promoção de debates sobre a homossexualidade durante o congresso anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a denúncia da discriminação contra homossexuais exercida por empregadores e o acompanhamento de investigações sobre arbitrariedades policiais cometidas contra homossexuais. (FACCHINI; SIMÕES; 2009, p. 106-107)

Entretanto, as divergências sobre qual projeto político deveria ser o dos homossexuais causaram grande tensão entre os grupos, fazendo com que o evento contasse com duas cisões. A primeira oficializou a formação de uma nova etapa política para lésbicas através do *Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF)*, justificada pela sua necessidade de auto-organização, na tentativa de equilibrar perspectivas feministas e a luta pelas questões propriamente ligadas à homossexualidade. Na edição 25, o *Lampião* menciona o desligamento das lésbicas com o *Somos*. Os principais argumentos apresentados por elas estavam associados a uma necessidade de autonomia devido à “especificidade da discriminação que sofremos, enquanto mulheres e homossexuais, consideramos o processo de afirmação somente possível em reuniões separadas dos homens”. (LÉSBICO-FEMINISTA, 1980, p. 8) Elas acenavam favoravelmente para construção uma “ação conjunta, desde que sejam preservados nossos objetivos e autonomia”. (LÉSBICO-FEMINISTA, 1980, p. 8)

Patrícia Lessa (2006, p. 117) assinala que a existência de tensões com os homens do movimento se deu por causa da desigualdade no encaminhamento das questões propriamente lésbicas entre os *gueis*. A autora também informa casos de sexismo em que homossexuais masculinos, não somente monopolizavam as falas, como também tratavam pejorativamente as mulheres ao chamá-las de “rachas” ou “rachadas”, associando-as de maneira “extremamente desqualificadora” e redutora os sujeitos femininos às suas genitálias. Ao romperem com o *Somos*, essas se inseriram nos movimentos feministas a fim de desconstruir a invisibilidade das mulheres lésbicas em busca de enfrentar a lesbofobia. (LESSA, 2006, p. 119)

A segunda ruptura refere-se a um grupo de homossexuais que justificou sua saída, dizendo que a “imagem externa do Grupo *Somos* está irreversivelmente associada ao grupo Convergência Socialista” (SOMOS, 1980, p. 8), e que compreendia que sua autonomia estava comprometida devido a “elementos filiados a organizações político-partidárias” e que isto impedia a atuação política como um “grupo de homossexuais interessados basicamente em discutir nossa sexualidade e lutar contra a discriminação sexual”. (SOMOS, 1980, p. 8) Ao todo,

foram nove membros que se indispuseram em continuar construindo ações políticas com o *Somos*, formando um grupo chamado *Outra Coisa*. Na mesma página, o *Lampião* publicou a resposta do *Somos* que dizia que a “denúncia grupal (...) foi, no mínimo irreal”, visto que: “(...) as acusações sobre filiação partidária de algumas pessoas não interferiria[m] em seu desenvolvimento. Ao contrário, considerou que a homossexualidade deveria estar refletida também nas demais relações sociais como trabalho, religião e educação”. (SOMOS, 1980, p. 8)

As lésbicas, em resposta a esta tensão política instaurada, se posicionavam novamente na edição 27 ao afirmar que em nada tinham a ver com as sublevações ocorridas entre os homens homossexuais do *Somos*. Em *A posição do GALF*, destacaram que era mera “coincidência histórica” sua ruptura com o *Somos* ocorrer no mesmo período das movimentações apresentadas acima. Elas ainda afirmaram que “não cabíamos no *Somos* enquanto mulheres, já que, como explicado anteriormente em nossa carta, temos que organizar separadamente para atender às nossas especificidades”. (GALF, 1980, p. 5) Após este período, o movimento homossexual passou por um período de reorganização. O impacto da AIDS solapou as iniciativas dos grupos políticos que buscavam enfrentar a moral sexual do período através de sua atuação. A constante associação entre a doença e a homossexualidade redirecionou o movimento à luta por políticas públicas de saúde e acesso ao tratamento. A ruptura do *Somos* ocorreu não somente por questões internas, mas igualmente pelo impacto negativo da chegada da AIDS. Isso terminou por afastar muitos militantes, enfraquecendo-o até o seu fim definitivo, ao mesmo tempo que dava espaço para novas formas de atuação surgissem durante a década.

Ao apresentar os conjuntos de acontecimentos, trajetórias, disputas e transformações acima, busca-se aqui expor o processo de transição das discussões do *ethos* político do período. A participação do jornal na construção do diálogo entre setores da sociedade que exemplifica a emergência de diferentes sujeitos históricos através do *Lampião* a partir de suas publicações. Ficou explícita a atuação do mensário nas discussões mais atuais de seu tempo, ao passo que entregava um trajeto e voz de diferentes sujeitos e acontecimentos, muitas vezes em primeira mão. O contexto político polarizado e protagonizado por estes grupos, homossexuais, negros e mulheres *versus* esquerda tradicional, e a busca destes setores por suas próprias trajetórias políticas, moldaram a visão do *Lampião da Esquina* sobre o fazer político. Dessa forma, tudo isso tornou-se indício deste momento histórico importante na investigação das negociações e tensões na história dos movimentos sociais da passagem da década de 1970 para a 1980.

2.3 – O duelo

Ao pôr uma lupa nas discussões expostas acima, percebe-se o confronto explícito dos diferentes projetos políticos da esquerda e dos novos movimentos de grupos dissidentes. É possível entender que essas cisões e (re)organizações tornaram-se o centro das discussões no interior, também, da militância homossexual. Os *gueis*, assim como as mulheres, estavam preocupados com a valorização do sexo em virtude da opressão moral conservadora reproduzida nas esquerdas e nas direitas políticas. Isso fazia com que alguns setores militantes homossexuais vissem na liberação sexual um poderoso mecanismo de politização. Esses, entretanto, se chocavam com outras esferas do movimento, que, ainda reconhecendo a necessidade de se incorporar pautas específicas do sexo, acreditavam que era necessário focar-se, também, nas premissas da esquerda tradicional, como o fim da luta de classes e da Ditadura Militar, além da organização de um partido. Nesse tópico, serão apresentados os confrontos dos “testamentos” historiográficos sobre os primeiros anos dos movimentos homossexuais organizados, em especial, o grupo *Somos*. Chama-se aqui assim, pois ambos os textos que serão abordados foram elaborados por duas testemunhas militantes do *Somos* no período. Neles, se expõe as duas principais narrativas identificadas na análise das fontes sobre seus rumos finais, onde dois cavalheiros foram invocados para essa batalha.

O primeiro, João Silvério Trevisan, é jornalista e pioneiro militante do movimento homossexual no Brasil. Compreendido aqui como o principal cavaleiro do projeto de liberacionismo sexual, que tentou forjar, através de seu mensário, projetos de politização homossexual ao enfrentar veementemente a presença das bichas e organizações de esquerda. O nosso segundo, James N. Green é historiador e ativista homossexual, um dos nomes mais influentes da Fração Homossexual da Convergência Socialista, parte responsável da CS, entidade de esquerda pela militância homossexual. Além disso, buscava articular-se com diferentes setores políticos, que, com o *Lampião*, protagonizou épicas batalhas. Obviamente, ambos não estavam sozinhos na articulação de seus respectivos projetos, todavia, eles se dedicaram arduamente a (re)contar alguns rumos do movimento homossexual.

João Silvério Trevisan conta sua versão da história em *Devassos no paraíso* (2018), originalmente publicado em 1986. A primeira coisa que se ateu em seu relato foi o seguinte: “sei que estou perfeitamente envolvido nos fatos a serem aqui narrados, e não alimento nenhuma pretensão de ser ‘científico’ nesta narrativa. Ao contrário, pretendo dar uma espécie de depoimento, como protagonista que muitas vezes fui”. (TREVISAN, 2018a, p. 314) A partir dessa frase, projeta-se para o tipo de discurso pessoal e autorreferente, talvez, utilizado como

uma forma de garantir-lhe maior respaldo aos seus relatos. Trevisan, como dito antes, iniciou sua jornada pelo movimento homossexual após um exílio voluntário de três anos, vivendo nos Estados Unidos, México e outros países da América-Latina. Sua expatriação permitiu o intercâmbio de novas práticas políticas vividas por brasileiros em diversos países, principalmente após a *Lei da Anistia*, em 1979. Com o seu retorno, sentiu-se solitário, pois já não conseguia identificar-se com seus antigos companheiros de militância da esquerda. (TREVISAN, 2018a, p. 314-315) A partir desse sentimento, começou a mobilizar um núcleo de discussões no ano de 1976, mas os encontros possuíram pouca adesão:

Às reuniões nunca esteve presente mais do que uma dúzia de pessoas, todos homens jovens e esquerdistas, estudantes universitários ou profissionais recém-formados. Alguns vinham com vagas propostas liberais e reivindicatórias, enquanto outros pensavam e sentiam com os mesmos entraves ideológicos da velha esquerda. Houve tentativa de estudar alguns textos. Mas os participantes, muito reticentes ante a experiência, estavam paralisados por sentimentos de culpa relacionados às suas convicções ideológicas – mesmo quando tivessem sofrido humilhações por parte de seus companheiros de partido, pelo fato de serem homossexuais. A grande pergunta que se faziam ia ser comum, daí por diante, nos grupos homossexuais da primeira fase do Movimento Homossexual: seria politicamente válido que nos reuníssemos para discutir sexualidade, coisa considerada secundária no grande contexto político brasileiro? (TREVISAN, 2018a, p. 315)

Em 1978, a chegada do *Lampião* mudaria as coisas, porque incentivou a construção de uma cena política que mobilizaria diferentes grupos organizados por homossexuais em todo o Brasil. O jornal “vinha para bem ou mal, significar uma ruptura: onze homens maduros, alguns muito conhecidos e respeitados intelectualmente, metiam-se num projeto em que os temas tratados eram aqueles considerados ‘secundários’”. (TREVISAN, 2018a, p. 317) Naquele mesmo ano, enquanto um *Lampião* se acendia no Rio de Janeiro, em São Paulo iniciavam-se as reuniões de um grupo de homossexuais. Esse se voltaria para seus próprios interesses e direitos, do qual Trevisan (2018a, p. 317) diz ter integrado “já desde o primeiro momento, com grande satisfação e alívio”, o caracterizando da seguinte forma:

Queríamos deixar de propósito de lado as históricas e estéreis discussões políticas nas quais se programava a revolução do *outro*, o que significava que, desde o início, estávamos preocupados em não mais separar as esferas públicas e privadas, o crescimento da consciência individual e a transformação social (...) considerávamos as trepadas como atos políticos, mesmo porque nossa atuação política deveria “estar cheia de ternura que tínhamos aprendido fora e debaixo dos lençóis”. Começamos a pensar de início timidamente, nos prazeres como um direito legítimo de qualquer cidadão; ainda mais se tratando

de um país de grande pobreza como o Brasil, queríamos crer que a miséria não neutralizava a alegria. (TREVISAN, 2018a, p. 318)

Com essas afirmações, Trevisan compreendia que a libertação sexual era um mecanismo de transformação social que poderia se opor as discussões “estéreis” de seus predecessores, buscando novas modalidades políticas, ao enxergar suas “trepadas” como preciosos atos políticos. A partir de então, uma contradição emerge em seu projeto para superar os problemas do Brasil. Afinal, para muitos grupos, não parecia possível vencer mazelas tão materiais como a fome e a desigualdade social através da “alegria” ou do “sexo”. Não sendo, portanto, surpreendente caso posições antagônicas surgissem. Ele mesmo admite que sua nova forma de organização causava alguma má impressão: “muitos rapazes vinham para dar uma olhada e não voltavam, decepcionados com nossa ‘falta de objetividade e organização’”. Contudo, Trevisan dizia que “para gente ainda ligada ao movimento estudantil, era difícil compreender que aquele grupo informe e inquieto se encontrava assim justamente porque estava fermentando novas ideias sobre práxis política”. (TREVISAN, 2018a, p. 319)

No início da década de 1980, existiam organizações políticas de homossexuais espalhadas pelas cidades do Rio de Janeiro, Niterói, Belo Horizonte, Salvador, Brasília, João Pessoa e na capital e no interior do estado de São Paulo. Com a experiência mais amadurecida, ele expôs algumas características do movimento do período, que considera a “época de ouro” do *Somos*. (TREVISAN, 2018a, p. 325) Dentre elas, estava a busca por diluir lideranças evitando cristalizar pessoas como porta-vozes ou intérpretes do grupo. (TREVISAN, 2018a, p. 324-325) Para o autor existia:

(...) a preocupação em contestar o messianismo das lideranças surgia, portanto, da preocupação de cada um de nós devia ser dono do seu próprio nariz (e corpo). Daí advinha também a proposta de independência, autonomia e não alinhamento a programas partidários, que constituiu a mais consistente atitude política do *Somos*, até o choque com os trotskistas ligados à Quarta Internacional, que mais tarde, iriam tomar o grupo e importar suas posições partidárias”. (TREVISAN, 2018a, p. 325)

É aqui onde o sonho da utopia liberacionista de João Silvério Trevisan começa a craquelar. Sobre os ocorridos no I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, sua versão é a seguinte:

O clima parecia de congresso estudantil, em que cada corrente política lutava para colocar seus representantes na diretoria. No caso, não havia se quer diretoria a ser eleita, apesar de que a ala trotskista, ansiosa por criar mais uma

caixa de ressonância, reivindicava a criação de um organismo centralizador do movimento homossexual.

(...) duas tendências políticas contrárias, em torno da questão da autonomia dos movimentos de liberação, frente aos partidos políticos. A palavra “fascista” voava como dardo, em todas as direções. Os mesmos trotskistas (da Convergência Socialista e da Organização Socialista Internacionalista ou Libelu, ambas da Quarta Internacional) compareceram com um inesperado contingente de representantes, levantando a suspeita (mais tarde confirmada) de que não se tratava de ativistas homossexuais, mas militantes do partido travestidos de viados, exclusivamente para efeito de votação.

(...) Evidentemente, desaparecera das discussões um dos temas prediletos do cândido movimento homossexual de dois anos antes: a contestação ao poder como tal. Nesse Encontro (ou desencontro), quem não queria foi obrigado a sair disputando o poder. E que poder era esse? O nascente Poder Guei, que o consumismo capitalista fazia florescer até o ponto de nos enganar com vãs promessas. Com isso também, começou a vir abaixo a procura de um espaço próprio para o movimento homossexual brasileiro, que parecia correr o risco de ver suas especificadas diluídas dentro de propostas político-partidárias. (TREVISAN, 2018a, p. 329)

O “momento crucial” para tais divergências girou em torno da votação de uma moção que pretendia “obrigar todo movimento homossexual a participar da comemoração do Primeiro de Maio, Dia dos Trabalhadores, num estádio de futebol da cidade operária de São Bernardo, perto de São Paulo”. (TREVISAN, 2018a, p. 329) O grupo adversário não considerava que tal atividade deveria ser obrigatória e “ponderava que um número tão pequeno de homossexuais não tinha direito de representar o movimento e, muito menos, a vaga comunidade homossexual brasileira em si; propunha, como contrapartida, que não houvesse participação obrigatória”. (TREVISAN, 2018a, p. 330) Trevisan, obviamente, apoiou esse último. Novas tensões surgiam e outro ponto de infusão elevou-se:

Também sutilmente, o pequeno mas ativo núcleo trotskista foi se apoderando do setor de Divulgação Interna do Somos, que andava quase esvaziado e tinha como objetivo fomentar atividades e discussões teóricas dentro do grupo. Assim, os cursos e palestras que tal setor começou a promover passaram a ser “graciosamente” oferecidos pelos próprios elementos da Convergência Socialista em sua sede (...) A proposta, muito sedutora, funcionou tão bem que, a partir daí, foi-se criando dentro do Somos um grupinho ideologicamente coeso, fechado e inseparável, que começou a patrulhar posições políticas dos demais para impor as suas. Só meses depois descobriu-se que, não por coincidência, esse grupinho se compunha de pessoas que estavam fazendo, sigilosamente, um curso de marxismo ministrado pelos mesmos trotskistas, em sua sede – e esse curso só costumava ser dado para formação de futuros quadro partidários. (TREVISAN, 2018a, p. 331)

Eis que as bichas recém-convertidas à esquerda começaram a admitir, suspostamente, a necessidade de um partido para orientar o movimento homossexual, associando-se ao proletário (TREVISAN, 2018a, p. 332). Ao ter sua proposta derrotada no I Encontro, decidiram organizar um Comitê Homossexual Pró-Primeiro de Maio, com o objetivo de organizar uma passeata homossexual onde os operários se concentrariam. João Silvério Trevisan dá mais detalhes:

Foi, portanto, sob as bandeiras da Convergência Socialista que um grupo de bichas e lésbicas do Somos participou das comemorações do Primeiro de Maio de 1980, no estádio Vila Euclides, em São Bernardo. E, orgulhosamente desfilaram perante milhares de sindicalistas, de estudantes e de intelectuais de esquerda, sem se dar conta de que, além de engrossar a ala visível dos trotskistas, lá melancolicamente apresentando seu certificado de boa conduta e pedindo a benção da hierarquia proletária, como homossexuais bem-comportados. (TREVISAN, 2018a, p. 332)

Após isso, o “ideologicamente muito coeso diante das tateantes posições dos demais, o pequeno núcleo paratroskista de bichas continuava articulando-se em surdina para tomar as rédeas do Somos” (TREVISAN, 2018a, p. 333). Um documento da Convergência Socialista foi revelado sendo, ao que parece, “um perfeito manual de indicações específicas de como tomar o poder dentro do movimento homossexual” (TREVISAN, 2018a, p. 333). O *Somos* para o documento era visto como “ponta de lança do proletariado dentro do movimento homossexual brasileiro; e a Convergência elegia-se, naturalmente, como a única vanguarda capaz de dar um adequado direcionamento revolucionário ao movimento guei”. A descoberta foi o ponto de inflexão. Aqueles que não estavam de acordo com tais medidas se afastaram, decidiram formar um novo grupo, o *Outra Coisa*, buscando “dar consistência às propostas autonomistas”. A última atividade em comum foi um ato contra as arbitrariedades do delegado Wilson Richetti, que fazia prisões e batidas arbitrárias a grupos dissidentes, no centro de São Paulo. O evento ocorreu em junho de 1980, e reuniu grupos *gueis*, feministas e negros. (TREVISAN, 2018a, P. 334)

Baseando-se nesse relato, observa-se certa similaridade no pensamento político de João Silvério Trevisan com uma constante paranoia também presente nos militares. Vê-se no depoimento alguma equidistância sobre a suposta “guerra psicológica”, na qual a esquerda suspostamente objetivava subverter as instituições para tomada de poder. Em sua “espécie de depoimento”, Trevisan emula uma constante suspeita pela subversão das incipientes formas de organizações homossexuais por setores da esquerda. Ao que parece, ele, também, duvidava da capacidade crítica dos seus colegas por decidirem novas perspectivas de fazer política, que para

o lampiônico significava, em algumas situações, uma demonstração de “boa conduta”, um pedido de “benção”, ou, até mesmo, que esses estavam lá “sem se dar conta” de suas próprias escolhas. O projeto proposto por Trevisan não parecia preparado para a tradicional programática das entidades de esquerda, dispostas a ganhar cabeças, de modo organizado e estratégico, para seu projeto de partido. Nesse conflito, o jornalista perdeu na disputa, o que não é o mesmo que afirmar que os membros divergentes a ele eram alienados. Ele destaca sua insatisfação extemporânea ao insucesso nesse embate.

Do outro lado, James N. Green conta sua versão da história. O trabalho que utilizamos aqui é a sua tese de doutoramento *Além do carnaval*, defendida em 1996, e publicada pela primeira vez em 2000, e novamente em 2019. Green, como era de se esperar, faz uma reflexão sobre o que ele viveu, preocupando-se em dar um caráter mais científico e acadêmico à sua memória. O historiador corrobora a versão do lampiônico sobre suas tentativas em organizar o movimento homossexual em 1976, ao dizer que esse “tentou formar um grupo de discussão sobre homossexualidade entre universitários de São Paulo”. Todavia, deixa explícito qual era o perfil político de João Silvério Trevisan, ao dizer que ele “permaneceria um crítico constante de qualquer influência da esquerda no movimento gay brasileiro”. Ele reconhece que o jornalista “identificou uma importante fonte de tensão que continuaria a existir e acabaria por dividir o primeiro grupo organizado bem-sucedido em São Paulo”. Portanto, até aqui, nenhuma discordância nas narrativas. (GREEN, 2000, p. 427)

James N. Green rememora o papel do PCB na “aversão ideológica à homossexualidade”, que “continuou a existir em todas as organizações que emergiam do Partidão”. A fragmentação interna ocorreu devido aos conflitos sobre o apoio (ou não) à luta armada contra a Ditadura Militar. O historiador reconhece a opressão ao citar pessoas que tiveram contato com a militância da esquerda tradicional e sofreram experiências negativas, como Aguinaldo Silva, Fernando Gabeira e Herbert Daniel. (GREEN, 2000, p. 428) Na sua narrativa, diz que, antes do *Somos*, existiu uma outra tentativa de organização do movimento homossexual, naquele mesmo ano de 1976, em 4 de julho. A movimentação aconteceria no Museu de Arte Moderna de São Paulo, anunciando-se como “o encontro social da União do Homossexual Brasileiro”. No dia, “enquanto repórteres afluíam para cobrir o evento, oito camburões e setenta homens do Departamento Geral de Investigação Especial cercaram o museu”, e o marco histórico não aconteceu. (GREEN, 2000, p. 429)

De forma distinta de João Silvério Trevisan, Green não detalha tão minuciosamente os ocorridos no racha do *Somos*, enfocando nos eventos relacionados a articulação do movimento homossexual contra os governos militares:

Em abril de 1980, ativistas de oito grupos reuniram-se em São Paulo para o Primeiro Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados. Mil lésbicas e gays superlotaram o teatro Ruth Escobar para assistir a uma cerimônia fechada do evento. Algumas semanas depois, no Primeiro de Maio, um grupo de cinquenta gays e lésbicas assumidos marchou com centenas de milhares de outros brasileiros pelas ruas de São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Eles estavam ali para apoiar a greve geral dos sindicalistas, cuja paralisação levava o governo a decretar o estado de sítio e a convocar o Segundo Exército. Os corajosos ativistas gays e lésbicas marchavam sob uma faixa onde se lia: “Contra a discriminação ao(à) trabalhador(a) homossexual”. Um panfleto distribuído pelo grupo ligava a luta dos grevistas com a dos oprimidos (negros, mulheres e homossexuais), denunciava exemplos de discriminação no trabalho e conclamava à união da classe trabalhadora para dar um fim a essas práticas. Quando o grupo adentrou o estádio de futebol para participar de uma assembleia no fim da passeata, foi aplaudido por milhares de pessoas. (GREEN, 2000, p. 434)

O autor chega a confessar que “a decisão de participar da passeata de Primeiro de Maio não fora unânime, e mais tarde ela contribuiu para aumentar a tensão crescente dentro do movimento nascente”. Para Green, “essa questão e o debate mais amplo sobre trabalhar ou não com setores da esquerda brasileira logo dividiram o Somos de maneira irremediável”. Foi, então, que “uma pequena minoria, que era contrária a qualquer colaboração com forças de esquerda deixou o somos para formar um novo grupo, o Outra coisa”. (GREEN, 2000, p. 435) O autor atenua as tensões internas do grupo ao afirmar que uma “pequena minoria” discordante e insatisfeita rompeu com o *Somos* para evitar a esquerda, e dessa forma, buscou isolar as narrativas de Trevisan.

Também é interessante observar que, apesar de associar os principais eventos políticos do movimento homossexual ao *Lampião*, Green não explicita de modo muito veemente a importância desse para articulação do movimento, apesar de dar atenção ao processo criminal que o jornal sofreu. Diz que “alguns membros do Grupo Somos, num de seus primeiros atos de ativismo político, formaram uma comissão em defesa do Lampião que fez circular uma petição protestando contra as ações do regime” (GREEN, 2000, p. 434), reforçando a necessidade da militância, protagonizada por ele, para continuação do jornal fundado por Trevisan. Além disso, exhibe o papel do mensário em visibilizar “ardentemente” a divisão do movimento. (GREEN, 2000, p. 435) Por fim, confirma a versão de João Silvério Trevisan do ato unificado em 13 de

junho de 1980 contra o delegado, que “voltou a unir forças divergentes”. (GREEN, 2000, p. 435)

Esses relatos cruzam-se também de uma outra forma curiosa. As duas primeiras edições de *Devassos no paraíso* (2018) ocorreram em 1986, a terceira, no ano de 2000. A primeira edição de *Além do carnaval* foi publicada em 1999. Dez anos depois, em 2019, a segunda edição da sua obra-mestra seria publicada. No aniversário de 40 anos do Movimento LGBT, e não parecendo absurdo desconfiar de uma disputa editorial, a quarta edição da obra de Trevisan é publicada em 2018. No mesmo ano, James N. Green, juntamente com Renan Quinalha, Marcio Caetano e Marisa Fernandes, publicaram um livro de ensaios chamado *História do Movimento LGBT no Brasil* (2018), e nele consta emocionantes produções de João Silvério Trevisan e James N. Green sobre os ocorridos debates e as disputas por narrativas.

Em *Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo*, James N. Green em suas frases iniciais expõe:

Lançar um olhar crítico ao passado, quando o historiador é um dos protagonistas dos eventos analisados, é um processo complicado e cheio de subjetividades (...) Não existe riscos de que um ativista que tenha sido participante nos episódios estudados possa fazer releituras distorcidas destes “tempos perdidos” para justificar o presente ou a sua participação nas ocorrências do passado? (...) Todos nós temos perspectivas singulares que são produto das construções de nossas vidas individuais. (...) Além disso, as memórias se misturam e falham. Algumas pessoas mantêm rancores e ressentimentos persistentes (e até restos de amores não correspondidos) que afetam suas interpretações de momentos longínquos” (GREEN, 2018, p. 63-64)

A crítica de James N. Green à narração de acontecimentos tendo a memória como fio condutor não o impediu de revitalizar os acontecimentos baseando-se em sua trajetória pessoal. Na produção o historiador exhibe seu imenso histórico militante. Green (2018, p. 65) conta que nos anos iniciais da década de 1970 já militava na esquerda do movimento norte-americano de gays e lésbicas; em 1975, ao conhecer Trevisan, em Berkeley, Califórnia, esse último havia o convidado para “participar do então *Núcleo de Ação para os Direitos Homossexuais*, que no começo de 1979 adotou o nome *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*”; fez a proposta de campanha em defesa do *Lampião*, devido a comentada investigação criminal sofrido pelo mensário; propôs o ato com uma faixa “Contra a discriminação racial, assinado Somos: Grupo de Afirmação Homossexual”; além de ter no I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados sugerido a organização de “um Dia Nacional de Lutas Homossexuais, que seria em 28 de junho, para coincidir com as paradas LGBT internacionais”; também fez parte da formação da

Comissão de Homossexuais Pró-1º de Maio, “que mobilizou gays e lésbicas para participarem da passeata em favor da greve geral”; carregou “junto com outros militantes, as duas faixas agora famosas, que afirmavam ‘Contra a Intervenção nos Sindicatos do ABC’ e ‘Contra a discriminação do/a Trabalhador/a Homossexual’”, pleiteando ser um “percursor ao tentar inventar um símbolo como @ para significar o masculino e feminino”; além de ter sido “militante da Convergência Socialista, entrando na organização semi-clandestina *depois* de participar *seis* meses no *Núcleo de Ação para Direitos dos homossexuais*” (GREEN, 2018, p. 66-67, Grifos do autor)

Green (2018, p. 67), em 1979, afirma que a Convergência Socialista saiu da clandestinidade após o período de distensão política, aproveitando-se dessa transição para organizar a Facção Homossexual da Convergência Socialista: “Minha ideia era reunir membros gays e lésbicas da CS e pressionar a organização a adotar uma posição progressista sobre questões de gays e lésbicas, enquanto ao mesmo tempo continuava minha participação no Núcleo de Ação para os Direitos Homossexuais”, afirma. A Facção era composta por membros da CS, de diferentes áreas, como secundaristas, estudantes, artistas e bancários. Em seus primeiros dois anos eles cresceram de cinco pessoas para vinte e cinco. Dentre elas, muitos membros eram secundaristas, corroborando uma suposta autonomia política dentro do movimento homossexual. Ele afirma: “consegui ‘captar’, como costumávamos dizer na esquerda daquela época, apenas uma pessoa do Grupo Somos para a CS. Ele ficou na organização durante um ano, mais ou menos, e depois saiu desapontado com uma atitude de um líder da CS que ele considerou homofóbica”. (GREEN, 2018, p. 67)

O relato de James N. Green ressalta a que a busca por uma unidade surgiu por protagonismo de militantes homossexuais, interessados em articular-se dentro da Convergência Socialista para o debate contra a discriminação. E, portanto, dispostos a chocar-se com os hábitos discriminatórios cristalizados em uma esquerda tradicional. O que é narrado pelo historiador diverge, então, das afirmações de que as organizações de esquerdas estavam em busca do controle ou da alienação o movimento homossexual. Afinal, foram os próprios gays e lésbicas, já presumidamente de esquerda, que estavam lutando por essa mudança. Sendo assim, eles foram os que não estavam dispostos a abandonar as suas concepções políticas em novas práticas “autonomistas”. Obviamente, se vê isso como um dos reflexos das dificuldades que essas tradicionais organizações tinham em (re)fazer e ressignificar suas práticas. E assim foram obrigadas a (re)pensá-las ao debater as dimensões de gêneros e sexualidades por pressão interna de seus membros dissidentes.

O autor também expõe momentos críticos entre os militantes da esquerda e a política empreendida pelos editores do mensário paladino *Lampião da Esquina*:

Ao longo dos três anos do jornal, Silva e outros membros do Conselho Editorial em volta dele se distanciaram do ativismo no Rio de Janeiro e brigaram com líderes dos dois grupos mais importantes daquela cidade – Somos Rio e Auê. Em São Paulo, desde sua fundação, a atuação dos participantes do Grupo Somos também oferecia várias possibilidades para pensar como conseguir transformar a sociedade que divergiam das perspectivas dos editores do *Lampião*. (GREEN, 2018, p. 70)

E corrobora que:

Desde o primeiro número do jornal *Lampião* houve uma tensão entre a afirmação do gueto e a tentativa [sic] de sair do gueto. A faixa contra a discriminação dos/das trabalhadores/as homossexuais registra até hoje um momento absolutamente inédito. Quando os nove membros do Somos, que assinaram a declaração de ruptura com o grupo, saíram, houve certo alívio pois diminuiu o discurso sobre a disputa pelo poder dentro do grupo. Inclusive, o racha deu um impulso [sic] para o grupo Somos, que cresceu e realizou uma festa celebrando dois anos do grupo”. (GREEN, 2018, p. 75)

Nos anos iniciais de 1980, as tentativas entre o movimento homossexual, o movimento operário e as reações contra as repressões policiais “colocaram novos desafios para o Grupo Somos no esforço de criar conexões com o movimento feminista e setores em transformação e abertos a novas perspectivas”. (GREEN, 2018, p. 75) As pessoas, que saíram do *Somos* para formar o *Outra Coisa: Ação Homossexualista*, juntaram-se a outros dois grupos, formando o *Movimento Homossexual Autônomo*, onde “suas preocupações em manterem-se totalmente alheios a grupos da esquerda acabaram levando a uma armadilha ideológica” (GREEN, 2018, p. 76). Pois, ao negar “qualquer possibilidade de aceitar pessoas nos seus grupos que não compartilhavam com os seus receios sobre as esquerdas reforçaram uma ideia de pessoa LGBT uni-identitária”, não reconhecendo a multiplicidade ideológica e identitária que os grupos de sexualidades e identidades dissidentes poderiam ter, excluindo a intersecção que as opressões sobre esses grupos poderiam ter, como “trabalhadoras lésbicas, gays negros, índios transgêneros e viados vermelhos”. (GREEN, 2018, p. 76)

Após essa exposição, observa-se que, diferentemente do que aconteceu no relato de sua tese de doutorado, James N. Green se sentiu impelido a levantar suas credenciais políticas. O autor valeu-se também de sua memória sobre os ocorridos, esmiuçando as relações com membros da época, em especial João Silvério Trevisan. E isso soou como uma resposta direta

à forma como o lampiônico contou os fatos. Green tenta encolher os impactos das memórias sobre os ocorridos tão alardeados pelo jornalista, evitando mal-entendidos sobre a sua intencionalidade em diluir o grupo *Somos* em prol da própria organização, a CS. Na estrutura da obra de 2018, o ensaio de Green é o terceiro a ser apresentado, capítulos antes daquele que foi publicado por João Silvério. Não se pode afirmar com exatidão o grau consciência para a predileção dessa ordem. Mas sabe-se que, em especial, para os pesquisadores, essas escolhas não são feitas inescrupulosamente, se tornando mais um indício da disputa aqui apresentada.

Em *Somos o quê mesmo?*, no mesmo livro, João Silvério Trevisan (2018b, p. 137) mantém a sua versão. Afirma que, desde 1978, antes mesmo do *Somos* ser batizado com esse nome, o “projeto básico do primeiro grupo ativista, brasileiro na área LGBT implicava propostas muito contundentes”. E, novamente, reconhece que “considerando o contexto daquele momento político, havia dificuldades consideráveis para elaborar alguma consistência conceitual, graças à inexperiência e pioneirismo de um debate sobre direitos LGBTs”. Trevisan (2018b, p. 138) diz que o *Somos* era um “o grupo buscava testar a própria questão do poder”, e que “para um período que ainda obedecia aos ecos da revolução ao estilo comunista, tal proposta soava muito atrevida”, alegando, “queríamos ser plenamente responsáveis por nossa sexualidade, sem ninguém falando em nosso nome”.

A escolha “palindrômica” do nome *Somos* significava “nosso estado de *ser* se afirmava com tal determinação que até mesmo quando lido ao contrário continuava *sendo aquilo que é*”. (TREVISAN, 2018b, p. 138. Grifos do autor). E, assim, os “objetivos políticos do grupo poderiam ser resumidos em dois pilares: a absoluta autonomia da nossa voz excluída e a solidariedade fundamental para essa autonomia consolidasse”, e colocando-se “rigorosamente contrários à centralização que constituía a base da práxis política da esquerda autoritária”. E mesmo mais de quarenta anos depois da sua “espécie de depoimento”, continua a afirmar que os “os rachas – tão comuns à esquerda da época – acabaram ocorrendo também no *Somos* a partir da derrocada de ambas as implicações fundacionais. O processo começou a ruir quando a Fração Gay da Convergência Socialista entrou no *Somos*”. (TREVISAN, 2018b, p. 139)

A partir dessa parte do ensaio, alguns relatos se cruzam com o do historiador, como o caso da “curta amizade” com o James Green, que o havia conhecido em Berkely, em 1975: ele, curiosamente, não afirma a existência de um convite para sua participação do *Somos*. (TREVISAN, 2018b, p. 139). Na verdade, ressalta-se que “Green só integrou o *Somos* no propósito expresso de se contrapor ao nosso escopo de autonomia frente aos partidos políticos”, e para sua conquista, a CS “adaptou ao clima homoerótico do *Somos* seus métodos proselitistas

típicos do movimento estudantil”. (TREVISAN, 2018b, p. 140) A partir dos ocorridos do I Encontro Brasileiro de Homossexuais em abril de 1980 e das divergências a respeito do ato do Primeiro de Maio, “já não era mais possível conviver num ambiente de desconfiança em que todo o grupo tinha que seguir a linha determinada previamente por James Green e sua turma”, como recorrentemente afirmado quarenta anos antes. (TREVISAN, 2018b, p. 142)

A partir da ruptura, o *Somos* integraria o PT. Esse processo foi detalhado pelas seguintes palavras de João Silvério Trevisan:

Logo após esse golpe, a Convergência Socialista decidiu se integrar ao recém fundado Partido dos Trabalhadores, e levou consigo o *Somos*, de modo que pela primeira vez o grupo teve um endereço fixo e centralizado. Emblematicamente, para não deixar nenhuma dúvida sobre seu alinhamento, o que sobrou dos participantes passou a se reunir numa sala do sobrado que abrigava o diretório do PT no bairro do Bixiga, centro de São Paulo. Como não era um fato incomum no caso dessas pequenas dissidências ideológicas, a própria Convergência Socialista deixou às traças o que restava do grupo *Somos*. (TREVISAN, 2018b, p. 143)

Essa versão foi refutada veementemente por James N. Green ao dizer que: “não sei porque alguns alegam que o Grupo *Somos* se dissolveu dentro do PT, pois o grupo nunca se alinhou com qualquer partido político. É certo que entre 1979 e 1981, eu fui membro da CS do Grupo *Somos*, mas o grupo manteve sua autonomia política”. (GREEN, 2018, p. 77) Os relatos entre si se cruzam, mas também se afastam criando tensões sobre aquilo que conduziu as irrupções para a fragmentação do *Somos*.

É munindo-se dessa grande disputa de narrativas que buscamos investigar as páginas do *Lampião da Esquina* através das seções *Opinião*, *Ativismo* e *Cartas na Mesa*, a fim de compreender quais são os limites e estendê-los. Não se trata, entretanto, de uma busca pela verdade ou um esforço de narrar os fatos como eles supostamente aconteceram. No processo de investigação do *Lampião da Esquina*, é preciso ter em vista as disputas e impactos dessas duas narrativas como uma maneira melhor dimensionar o pano de fundo das propostas políticas do nosso mensário paladino. Interessa-nos os rumos desejados pelo jornal em seu projeto político e sua (in)capacidade de compreender as adversidades de seu heterogêneo grupo. É a hora de olhar para seus intuitos e contradições, e dimensionar a reação de seu público.

CAPÍTULO 3

O *Lampião* que não usava vermelho.

3.1 *Opinião* que incendeia

“*Saindo do gueto*”. Esta é a proposta encabeçada pelo *Lampião da Esquina* já em sua edição zero, em abril de 1978. Na primeira matéria da seção *Opinião*, assinada por todo o Conselho Editorial, o jornal expõe certo entusiasmo pelos “ventos favoráveis” que sopravam “no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional” (EDITORIAL, 1978, p. 2). Isso teria ocorrido devido ao afrouxamento das instituições de controle da imprensa, reflexo de um processo de redimensionamento da estadia dos militares no governo. Em tom retórico, o *Lampião* faz um questionamento: “Mas um jornal homossexual, pra quê? (...) Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual”. (EDITORIAL, 1978, p. 2)

O “gueto” citado pelo mensário não era apenas um local geográfico delimitado, mas um ambiente simbólico onde muitos indivíduos de sexualidades e gêneros dissidentes e periféricos eram impelidos a estar. A ideia de sair desse lugar se colocava com um grito de rebeldia na tentativa de ocupar espaços anteriormente vistos como impróprios. Não se tratava exclusivamente da impossibilidade de frequentar determinados ambientes e a necessidade de corromper fisicamente estes limites, mas de absorver uma postura política que proporcionasse exhibir e vivenciar identidades e sexualidades divergentes da norma em todos os lugares. A proposta oferecida por *Lampião* em sua edição experimental era ocupar as casas e bancas de revistas, corporizado em um jornal; ao passo que incentivava os homossexuais a fazerem o mesmo em seus cotidianos. Dessa forma, os membros do *Lampião* propõem coletivamente a destituição da imagem-padrão do homossexual em unidade com os seus leitores.

Buscava-se desassociar do imaginário comum a ideia de que os homossexuais seriam seres das sombras e que encarariam sua “preferência sexual como uma maldição”. (EDITORIAL, 1978, p. 2) Brandindo sobre a necessidade de romper determinadas concepções sobre os homens que se relacionam afetivamente com homens, o mensário implicava em reivindicar não somente “assumir e ser aceito”, mas compreender “que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal”. (EDITORIAL, 1978, p. 2) E, para isso, recusavam para si “e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais, que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito”. (EDITORIAL,

1978, p. 2) Desde então, a perspectiva do jornal aponta não somente a ocupação de um espaço social, de borrar os limites territoriais de onde exercer a sexualidade e sociabilidade, mas indicava para um papel de unidade com as demais minorias que não deveriam aceitar o mesmo.

Em seu número dois, o *Lampião* expõe, através da matéria de João Antônio Mascarenhas *Assumir-se? Porquê?*, o incentivo aos homossexuais a reafirmarem sua sexualidade. Para Mascarenhas, “assumir-se, no caso significa o processo de aceitar com naturalidade a condição homossexual, sem alardeá-la, mas sem escondê-la”. (1978, p. 2) Para aumentar o incentivo, o autor elenca doze motivos para estimular o ato de “assumir-se”, dos quais destacamos dois:

6º – dar, **pelo nosso exemplo, apoio moral** aos homossexuais desejosos de assumirem-se, mas com receio de fazê-lo, infelizmente não raro jovens se suicidam porque não suportam o estigma imposto pela sociedade (...)

8º – **sentir que estamos batalhando para construção de um mundo melhor**, onde os direitos humanos e os das minorias sejam respeitados, pois o assumir se **constitui um ato essencialmente político, através do qual o indivíduo reconhece-se como integrante de um grupo oprimido primeiro e indispensável passo para lutar contra a opressão** (MASCARENHAS, 1978, p. 2, Grifos nossos)

Esses dois itens demonstram claramente como Mascarenhas, afinado com a pauta genérica do *Lampião*, pensava as bases legitimadoras do movimento homossexual. Em primeiro lugar, procura-se romper e desfazer os lugares dos estigmas, isto é, sair do gueto significava criar um legado exemplar para os jovens oprimidos, sem apoio familiar ou social, para viver sua identidade de gênero e sexual. Almejava-se uma performance pública eivada de orgulho. Não se tratava de um incentivo à proteção do silêncio, dos lugares escuros e do subterrâneo dos guetos. Desejava-se que o gueto fosse do tamanho do mundo. Em segundo lugar, e de forma complementar, a exemplaridade legitimadora visava a criação de um futuro *no* e *para* o presente. Isso significava ultrapassar o particular e o individual e alcançar a constituição de um grupo, de uma coletividade de apoio e lutas. Ao que tudo indica, ao menos para esse membro do *Lampião*, não se tratava, assim, de um individualismo identitário, mas de uma busca ampla e coletiva por direitos considerados universais extensíveis aos homossexuais.

Percebe-se que esses dois aspectos eram uma preocupação do jornal ou ao menos de Mascarenhas: o “assumir-se” pode ser compreendido como ato político e ser solidário com os homossexuais, nos permitindo supor que o *Lampião* possuía uma visão nítida sobre as estratégias coletivas de construção de uma sociedade livre deste tipo de opressão. Nota-se um condicionante psicológico caro aos homossexuais. A ideia do apoio entre o grupo era um indício

da busca pela construção de um sentimento de coletividade e isso era uma das marcas do periódico. Muitos desses sujeitos dissidentes, devido à censura e ao preconceito, cresciam sem parâmetros positivos sobre suas sexualidades. Acreditamos que este seja o motivo para a incipiente formação política desses indivíduos ter dado prioridade à troca de experiências pessoais. Era como se fosse necessário primeiro construir uma pauta política que orbitasse em princípios de coletividade e identificação para se entenderem como um grupo. Mascarenhas, como fica explícito nos grifos, estava deveras preocupado com essas ideias de unidade e solidariedade ao incentivar esta premissa política.

Ainda ecoando discursos sobre a homossexualidade, Clóvis Marques escreve na *Opinião* da quarta edição uma resposta ao panfleto *Who's Afraid of Gays?* de Robert Claiborne (*New York Times*, junho de 1978). Na matéria, Marques questionava os parâmetros de uma suposta tolerância utilizados por Claiborne que tentava convencer a população em geral do inatismo da homossexualidade. Na visão do lampiônico, os parâmetros utilizados pelo “cavalheiro” do *New York Times* despolitizavam a discussão a respeito da discriminação dos homossexuais por reforçar a ideia de que ser gay era fruto de um condicionante biológico. Este argumento seria negativo, pois Marques considerava que “tão discriminatório quanto o horror aos homossexuais é a necessidade de enquadrá-los – seja lá como for, estatística ou ‘geneticamente’ para pregar a ‘tolerância’”. (MARQUES, 1978, p. 2)

A ideia de que a homossexualidade é imóvel e causada por uma premissa genética era particularmente traumática para Clóvis Marques. Na matéria, o autor relatava que frequentou um escritório clínico no Rio de Janeiro, por volta dos seus 16 anos, e nele o médico havia de dito “de sopetão [sic], como resposta às minhas dúvidas angustiadas, que a homossexualidade tinha causas genéticas”. A consulta, que não havia durado 10 minutos, foi “o suficiente para eu sair da sala atordoado com a impressão de que nada mais tinha a fazer na vida senão arrastar nas costas o peso de um determinismo incontornável”. Marques valorizava que “não são as razões ancestrais que porventura determinem a atração bi-sexual [sic], mas as razões existenciais e históricas que contribuíram a **escolha** em diversos graus livre e consciente de cada indivíduo” (MARQUES, 1978, p. 2. Grifos nossos). Ele renega o determinismo biológico expondo que fatores históricos e individuais eram o que projetava os sujeitos a escolhem suas relações sexo-afetivas.

Sendo assim, para o autor lampiônico, os homossexuais podem definir sua sexualidade de forma processual e consciente, ao passo que não aceitam ser enquadrados de forma estanque para satisfazer um desejo de aceitação social através de uma premissa pseudocientífica. Por

volta da década de 1970, os movimentos sociais buscavam destruir a ideia de enquadramento, em termos de comportamentos, que os homossexuais ou outros grupos políticos deveriam seguir uma postura preestabelecida. Em especial, a ideia de que a homossexualidade era um componente “inato” foi utilizado para emoldurá-la como uma espécie de patologia.

A ideia essencialista de sujeitos sexualmente desviantes, ou seja, de que a sexualidade é algo inerente e imóvel ao sujeito, pré-social, como uma natureza selvagem, gerava controvérsias coletivas. Essas ideias de “imobilidade” sobre a construção de gêneros e sexualidades se mantiveram no imaginário coletivo durante muitas décadas dos séculos XIX e XX. Acredita-se que isso, em parte, ocorria em virtude da ausência do aprofundamento de alguns aportes epistemológicos. O escopo teórico que buscou trazer novas perspectivas sociais para construção das sexualidades ganhou robustez, principalmente, entre o final da década de 1980 e início dos anos de 1990 com o surgimento de teorias que desmitificaram expressões de gênero e propuseram problematizar epistemologicamente as práticas sexuais dissidentes, sejam através do conceito de “gênero” ou dos movimentos e estudos *queers*. Essas perspectivas iam de encontro a uma visão essencialista que buscava enquadrar a homossexualidade em alguma categoria. Todavia, é importante destacar o fator de insubordinação proposto por Marques no final de 1978 ao se opor a ideia de enquadramento em busca de aceitabilidade social. O jornalista, ainda que não expusesse as “origens” da homossexualidade, galgando definições sobre seu inatismo ou construção social, defendia politicamente que os homossexuais não deveriam e não precisavam de nenhum argumento que amenizasse o preconceito sofrido por esses, visto que este grupo existia e não deveria estar em prejuízo por causa de suas sexualidades.

Na primeira edição, e assinando apenas sob o nome de Mariza (1978, p. 2), em *Nossas pequenas gaiolas comuns*, a colaboradora afirmava que “este jornal se queixa, no seu número zero, de não haver encontrado mulheres dispostas a colaborar com ele em sua luta comum de pessoas que não aceitam ser definidas como desiguais em relação a outras pessoas”. A autora, então, iniciava sua matéria comentando sobre a ausência dos pontos de vista de mulheres no jornal e em seu texto busca fazer um diálogo interseccional entre as discriminações sofridas por diferentes setores da sociedade. Ressaltamos que além de ser o primeiro escrito realizado por uma mulher na seção *Opinião*, a matéria também inaugurava uma visão articulada sobre as opressões específicas. Faz isso ao tentar conciliar argumentos que apontam para certo feminismo e ao revelar posições veementes sobre os interesses dos trabalhadores serem tão importante quanto as demais bandeiras. Mariza fazia, por assim dizer, sua própria crítica à esquerda ao atestar: “Quanto de nós, interessados nessas definições, já não ouvimos por toda

parte algum comentário sobre a irrelevância desta luta, que seria sempre secundária em relação à luta principal – isto é, a da transformação geral da sociedade?” (1978, p. 2). Mesmo assim, fundindo objetividades e subjetividades políticas, ela ponderava ao dizer que “é tática comum em política apagar as diferenças internas para fazer frente a um inimigo principal. Só que o inimigo está dentro de casa, e dentro de cada um de nós”. (1978, p. 2)

Essas últimas duas citações, mais especificamente, sinalizam alguns marcadores históricos do processo de (re)organização de algumas demandas sociais que estavam em voga. Os grupos políticos organizados estavam buscando seu próprio caminho para articulação de suas agendas políticas. Era a consequência da polarizada discussão entre a “irrelevância” de algumas demandas sociais diante de outras. A autora se solidarizava com esse processo de busca por autonomia das ditas “lutas secundárias”. Ela ponderava sobre as táticas daqueles que defendem a “transformação geral da sociedade”, pois o inimigo não se encontrava exclusivamente nos que defendiam uma luta maior, mas que este era um mal que precisava ser combatido também individualmente, no plano das subjetividades, e que deveria ser construído de modo coletivo pelos oprimidos de todos os grupos, inclusive, os de classe.

Mariza (1978, p. 2) considerava que era importante dar centralidade às discussões relacionadas com as desigualdades de sexo, mas argumentava que na realidade as coisas estão mais entrelaçadas. Afinal:

(...) uma metalúrgica que luta pelos seus direitos salariais no sindicato, mas aceita as imposições ditadas pela moral sexual dominante nas relações com seu companheiro, **ou um bancário que se engaja no movimento de liberação dos homossexuais, mas ignora a luta pelos direitos sindicais, estão alheios, um quanto o outro da luta mais ampla. Ou atacamos ao mesmo tempo um sistema econômico que mantém os salários baixos e produz uma ideologia que afirma, entre outras coisas, que o lugar da mulher é em casa (...) ou estamos trocando as estátuas sem mexer nos pedestais.** (MARIZA, 1978, p. 2, Grifos nossos)

Numa postura feminista, Mariza identifica as contradições internas dos movimentos sociais que aceitavam a dicotomia e a hierarquia de prioridades entre o específico e o geral. Subentende-se que, para ela, não faria sentido lutar por igualdades trabalhistas sem superar as imposições domésticas. Ou haveria uma incompatibilidade das lutas sindicais não serem articuladas com uma conquista dos direitos homossexuais, se formos traçar um paralelo entre a luta das mulheres e dos *gueis*. Mariza propõe buscar uma articulação que permitisse a superação das opressões sofridas pelos trabalhadores, mas que estivesse em diálogo com a suplantação das desigualdades e prejuízos sofridos por grupos sociais de comportamentos, identidades e

sexualidades dissidentes. Pois, no fundo, seria um equívoco pensar que as análises das lutas das minorias pudessem ser feitas separadamente. Do mesmo modo, para ela, seria problemático definir categorias sexuais como um fenômeno isolado, baseando-se em premissas liberais presas a uma atuação excessivamente pessoal e irreal. Isso fica explícito na seguinte constatação: “A posição idealista e individualista de liberação deve ser superada: ou tentamos, todos juntos, abrir a porta da gaiola, ou permaneceremos lá dentro, cada um com a ilusão de que está numa gaiola particular”. (1978, p. 2) O que Mariza defendia era uma luta unitária que não abandonasse pautas particulares, mas que não se limitassem a elas mesmas em termos absolutos.

No ano de 1979, houve um silêncio “opinativo”, provavelmente, devido ao já comentado processo censório sofrido. Apesar de *Lampião* posicionar-se diante dessa questão, pois passou a maior parte daquele ano visibilizando a perseguição sofrida, ficou 14 edições – entre novembro de 1978 a janeiro de 1980 – sem publicar a seção *Opinião*. Já em 1980, a matéria *Esquerda, direita, um dois*, na vigésima terceira edição, o mensário concede espaço para João Carneiro, membro de uma organização política em defesa dos homossexuais, o *Grupo Somos/RJ*. O autor se posiciona sobre o caráter político que os homossexuais deveriam assumir. A matéria se refere à frequente afirmação de que “as bichas são acusadas de alienação política” (CARNEIRO, 1980, p. 2) por não atenderem as expectativas dos movimentos de direita e esquerda daquele período:

É, basta! Não podemos aceitar entrar nesse jogo, de olhos fechados. Temos que denunciar e combater, hoje mais que nunca, os totalitarismos neofascistas e neostalinistas; denunciar e combater os herdeiros de Hitler/Mussolini/Franco/Salazar e herdeiros de Stálin: todos nos fuzilarão no paredão, logo que pudermos, ou nos expulsarão para as sibérias e as guianas da vida. (CARNEIRO, 1980, p. 2)

João Carneiro expõe um posicionamento do jornal sobre movimentações políticas fora do eixo sexual. Era um reflexo do contexto histórico. As declarações do colaborador denunciam os autoritarismos políticos tanto de direita ou de esquerda. Em um passado não muito longínquo daquele, diversos regimes caçaram práticas homoafetivas e, diante disso, os *gueis* precisariam se mobilizar politicamente, insubordinando-se diante das contradições destes momentos políticos. A compreensão de Carneiro sobre estes contextos novamente aponta para uma busca de autonomia dos homossexuais longe dos modelos autoritários que conduziram os indivíduos sexualmente dissidentes ao prejuízo físico, material e moral. Desse modo, ele fez uma crítica à transversalidade do autoritarismo do passado, que permearia os regimes ditatoriais em geral, para denunciar que esse tipo de situação ainda vigorava no presente e continuava a perseguir

sujeitos homoafetivos. Na matéria, Carneiro vocifera sobre a necessidade do fim da Ditadura Militar, berrando por liberdade não somente para os homossexuais, mas para toda população brasileira. Demonstra sua acentuada insatisfação acerca do processo de reabertura política que mantinha a Ditadura Militar institucionalizada no Brasil. Para ele, a postura política do homossexual enfrentaria dois caminhos:

Eu acho que a viadagem tem duas saídas dignas: ou fica de fora da jogada partidária, ou entra num partido e faz a luta por dentro (**sem dar bandeira, pra não ser expulsa**); não pode é entrar num partido conservador, como todos esses que tão aí, e topar as regras do jogo, as ordens dos caudilhos (CARNEIRO, 1980, p. 2).

Ao se posicionar ainda de maneira mais específica, o integrante do *Somos/RJ* aponta que “corremos riscos, basta ver o que aconteceu com a bicharada que se assumiu dentro da Convergência, que precisou se mandar, que praticamente foi expulsa”. (CARNEIRO, 1980, p. 2) Foi sobre esta afirmação que provavelmente fez o jornal conceder o direito de resposta no número vinte e seis do jornal a James Green, que à época era integrante da Convergência Socialista. Gostaríamos que memorizassem a escolha do jornal em publicar esta matéria na seção *Opinião*. Neste período, a seção *Ativismo* já existia desde janeiro daquele ano, ressaltando que a vigésima terceira edição discutida acima foi publicada em abril. Posteriormente, retornaremos a esta discussão.

Carneiro previa duas formas ideais de atuação dos homossexuais. Como atesta seu discurso, a “viadagem” teria duas formas de atuação: a que combinava com uma postura apolítica no sentido de não pertencer à dinâmica de atuação partidária, alienando-se dela ou, pelo contrário, uma atuação que previa a integração à política partidária existente, o que significaria não jogar o jogo dos segmentos conservadores e de direita. No entanto, como ele mesmo deixa claro, isso implicaria em uma performance masculina tradicional. Ou seja, a “viadagem”, que conteria um conteúdo transgressivo e performático, deveria ser sublimada, contida e adiada para viabilizar a unidade política. A expressão “sem dar bandeira” contém um suposto conteúdo estratégico de performance masculina para que os homossexuais estivessem *na* política. Sem abrir mão de um certo entendimento do que seria a atuação masculina de esquerda, Carneiro desconfia do poder dos partidos de direita para alcançar conquistas sociais. Para ele, os homossexuais não deveriam ser atraídos pelas alas conservadoras, de direita e militarista. No fundo, havia uma assimetria tensa entre viadagem em si, a viadagem de esquerda atuante e a viadagem de direita.

Carneiro ironiza a resolução da dicotomia entre lutas minoritárias ou majoritárias por meio de uma estratégia de silenciamento. Ele considerava imprescindível que os movimentos homossexuais fossem integrados no interior das esquerdas e não da direita, mas propõe isso a partir de uma concepção de performance de gênero masculina e heteronormativa. A viadagem, como performance feminilizada, mesmo existente, deveria ser suprimida ou adiada para que a luta fosse eficaz. Basicamente, Carneiro incorpora os estereótipos de gênero que polarizava a “bicha” e o “bofe”, os sujeitos feminilizados e masculinizados, colando-os esses últimos como mais compatíveis com a luta política.

Havia uma recorrência na opinião do *Lampião da Esquina* sobre a necessidade da autonomia política dos homossexuais. É o caso de *Bichinhas sonhando com o poder*, matéria escrita por Darcy Penteado. Nesta vigésima sexta edição, de julho de 1980, o autor aborda uma viagem à Roma e expõe seu espanto ao observar que o grupo político de homossexuais possuía uma relação próxima com o Partido Radical, que havia cedido a esses uma sala para reunião dentro do seu diretório central. Convivendo com gays integrantes da organização, Penteado percebeu que muitas tarefas do Partido Radical eram distribuídas ao grupo de homossexuais. Um de seus maiores questionamentos era: “e a luta homossexual, propriamente dita?”. (PENTEADO, 1980, p. 2) Darcy Penteado ainda alertava sobre a tendência de que muitos homossexuais teriam em subordinar suas sexualidades aos espaços de poder historicamente definidos como masculinos. Por não os desassociar de determinadas identidades masculinas, o autor expõe os perigos que muitos gays sofriam ao se envolverem com organizações que não estavam sensíveis às demandas homossexuais *na e da* política.

As considerações de Penteado, de alguma forma, coadunam com os questionamentos de João Carneiro sobre a prioridade da organização autônoma dos indivíduos homossexuais, longe de partidos. Aos olhos de Carneiro, para atuar em partidos de esquerda, os homossexuais deveriam abdicar performaticamente da sua sexualidade, limando parte da política homossexual. A desconfiança sobre os coletivos não autônomos – ou seja, aqueles que não eram compostas exclusivamente por homossexuais – era evidente. Darcy duvidava que os heterossexuais presentes no Partido Radical estariam de braços dados em uma hipotética marcha em defesa dos direitos dos homossexuais. A instituição desta dúvida ecoa como uma premissa fundamental para o *Lampião* e constata o posicionamento do jornal sobre a organização política dos homossexuais.

Em *Recadinho a Alice*, na vigésima sétima edição (agosto/1980), João Silvério Trevisan ironiza o comportamento de alguns militantes homossexuais sobre a política sexual do grupo.

Através de um escrito ao personagem principal do livro *Alice no País das Maravilhas*, elaborado por Lewis Carroll, Trevisan afirma:

Vimos cair no mesmo equívoco de nossas esquerdas puritanas: estamos extravasando nosso desejo num ativismo político desvairado e **nos tornando imunes à sensualidade** que outrora foi importante em nossas vidas. **Nas mesmas reuniões onde se discutia o prazer já não há reflexões ousadas** (TREVISAN, 1980, p. 2).

Na matéria Trevisan, questiona-se a falta de centralidade dada pelos grupos homossexuais ao tema da sexualidade como parte da pauta política. O autor acreditava que “a tão malfadada militância, que já estropiou nossas melhores cabeças de esquerda, está diluindo também aquilo tudo que nós teríamos de mais pessoal, específico e original a propor” (TREVISAN, 1980, p. 2), ou seja, a compreensão que o exercício e discussão da sexualidade e da performance gay carregariam um profundo caráter político. Para ele, a dinâmica política tradicional, tal como existia, já não comportaria os temas das vivências dos prazeres e desejos homossexuais. Se, antes, ele vê uma harmonia entre política e sexualidade homossexual, a “esquerda puritana” desvinculava e afastava aquilo que considerava o *ethos* homossexual: a busca por uma sensualidade distinta da heteronormativa.

Após a análise destas edições, é possível perceber ao menos dois momentos políticos distintos para o movimento homossexual. Isso se tornou evidente com o desaparecimento da seção *Opinião* ao longo de muitos meses. Apesar das edições de 1978 e de 1980 apresentarem posicionamentos muito próximos sobre qual seria a forma de movimentação política dos homossexuais, aos olhos dos seus editores, esses se diferem por seus respectivos estágios da trajetória do movimento homossexual. Entre abril e agosto de 1978, ou seja, nas quatro primeiras edições analisadas, enxerga-se um arquétipo de homossexual insubordinado à moral que não acreditava no Estado. Já entre abril e setembro de 1980, nas últimas três edições analisadas, existe um incentivo à atuação política autônoma, marcado por um afastamento de partidos e principalmente da esquerda. Quais seriam as nuances que poderiam nos ajudar a compreender essas diferenças?

Apesar do surgimento do *Somos* datar poucos meses após o lançamento do *Lampião*, o processo de multiplicação de grupos políticos começou a se consolidar a partir do ano de 1979. No ano de 1980, aconteceriam os primeiros encontros em nível nacional para a organização dos homossexuais. O papel do periódico encontrava-se, principalmente, na cobertura jornalísticas desses ambientes. Todavia, membros do Conselho Editorial tiveram participação ímpar para possibilitar a materialização de ambientes políticos que pudessem deliberar uma pauta

homossexual comum. Nesse momento de formulação política, um processo de tensionamento entre militantes, marcadamente entre os autonomistas e aqueles alinhados a uma perspectiva política à esquerda e ou organizados em partidos políticos, começou a elevar-se nestes espaços organizativos.

Lampião da Esquina, em especial João Silvério Trevisan e Francisco Bittencourt, sentiram-se impelidos a conduzir, através do jornal, narrativas que pudessem afastar uma visão “de esquerda” do movimento homossexual. Eles acreditaram que naquele momento era fundamentalmente importante a manutenção de uma premissa autônoma para organização política, ou seja, longe de partidos políticos e exclusivamente composta por homossexuais. Isto fica evidente quando analisamos as primeiras quatro edições de 1978, e as contrapomos com as três demais, surgidas após o período de “silêncio” opinativo, a partir de 1980. Outro vestígio é o concomitante (re)aparecimento da seção *Opinião* na mesma edição do surgimento da seção *Ativismo*, que obteve sua inauguração em uma série de matérias sobre a mobilização de grupos políticos para formação de eventos nacionais de *gueis* e lésbicas. Em sua primeira edição, a *Ativismo* já manifestava as tensões entre os grupos que apoiam uma perspectiva mais à esquerda e de outros que defendiam um viés mais autonomista. Acredita-se que *Lampião* possuiu uma visão relativamente estável sobre a esquerda e sobre qual seria o papel do movimento homossexual, mas, antes de qualquer conclusão precipitada, continuemos a perseguir narrativas.

3.2 *Lampião* e sua voz pelo *ativismo*

Antes da realização do I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), que ocorreria conjuntamente com o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), aconteceu uma reunião prévia em 16 de dezembro de 1979, documentada pelo *Lampião da Esquina* na primeira edição do ano de 1980, a edição 20, que também seria o debute da seção *Ativismo*. A capa da edição de “estreia” dava destaque para matéria principal *No Rio, o encontro nacional do povo guei* sem fotos, com apenas o nome escrito em caixa baixa em branco em oposição ao fundo totalmente azul.



FIGURA 3. Capa da edição 20 do *Lampião*, a primeira com a seção *Ativismo*.
Fonte: **LAMPIÃO**. Rio de Janeiro, n. 20, jan. 1980.

A seção iniciava-se com a matéria para acompanhar a reunião para o que viria a ser os primeiros EGHO e EBHO. Estavam presentes dois representantes do jornal, Francisco Bittencourt e Leila Miccolis, acompanhando o evento que foi o primeiro encontro de homossexuais militantes do Brasil, contando com a presença de 60 pessoas de diferentes cidades, concentradas principalmente no Sudeste. Entre elas, temos São Paulo, Sorocaba, Brasília, Belo Horizonte, Caxias e Rio de Janeiro. A reunião, que ocorreu por sete horas quase consecutivas, como conta Bittencourt, lidava “com entusiasmo” assuntos relacionados às preocupações dos homossexuais naquele momento. (BITTENCOURT, 1980, p. 7)

Bittencourt conta que a Sala Hélio Beltrão da Associação Brasileira de Imprensa, onde foi realizada a reunião, foi mantida sob forte vigilância na tentativa de impedir a entrada de heterossexuais sob qualquer motivo. Esta era uma reivindicação constante do movimento *guei*, que repetidamente clamava por autonomia organizativa de diferentes maneiras. Vale dizer que, já na primeira edição em que aparece a seção *Ativismo*, o *Lampião* reivindicou seu protagonismo na articulação nacional do movimento. Nas palavras de Bittencourt, “surgiu pela primeira vez numa das reuniões de pauta deste jornal” (BITTENCOURT, 1980, p. 7) que, em

conjunto com o membros do Grupo *Somos* (RJ), consideravam que era a hora de “fazer uma tentativa de organizar e expor o conjunto de pontos de vista e de ideias que começa a tomar corpo como resultado do nascimento de grupos ativistas homossexuais por todo o Brasil”. (BITTENCOURT, 1980, p. 7)

Ser protagonista nas tramas dramáticas do movimento político *guei* se tornava uma constante reivindicação do *Lampião*, pois à medida que coletivos homossexuais e suas tensões – que consideramos parte do processo do fazer política – se acentuavam, comumente o jornal expunha suas opiniões políticas como se tentasse balizar as demais ou avocar para si a melhor das narrativas ou dos modos de fazer política. A análise da seção *Ativismo* permite compreender a visão do jornal acerca do movimento homossexual e expõe alguns momentos de conflitos sobre os rumos que este deveria tomar. Documentado, frequentemente, de maneira quase exclusiva pelo jornal, é possível identificar que o *Lampião da Esquina* desde o início se manteve próximo às articulações políticas entre os homossexuais, cobrindo diferentes espaços organizativos.

Bittencourt (1980, p. 7) regozija-se com o fato de a reunião agrupar um arsenal de ideias e projetos que faziam crescer a certeza de que o movimento se encontrava maduro o suficiente para construir um horizonte de ação social para os homossexuais articulados politicamente. Para o autor, eles não estariam dispostos a fazer nenhuma concessão à uma sociedade machista, deixando-se manipular por qualquer sistema no mundo contemporâneo. E caracteriza de maneira incisiva que o movimento começaria a adotar novas práticas:

Desta vez, pela primeira vez, **um movimento revolucionário** não está adotando os maneirismos reacionários para poder sobreviver. Ele **fala sua própria linguagem**, continua vivendo dentro de seus costumes e, à medida **que lhe é aberto um espaço, ocupa-o com sua presença, sem se mascarar do que não é e sem negar a essência de sua natureza**. Isso está acontecendo com os movimentos dos negros, das mulheres e agora dos homossexuais (BITTENCOURT, 1980, p. 7, Grifos nossos)

O afastamento destas minorias políticas da esquerda, em especial, é um traço recorrente deste período de reorganização dos movimentos sociais, marcados no Brasil, principalmente a partir da década de 1970. O “movimento revolucionário” mencionado por Bittencourt não tratava de uma ruptura com o *status quo* baseada nas propostas da esquerda tradicional, ou seja, com fim da luta de classes. Na verdade, mesmo reproduzindo um essencialismo identitário para cada grupo, o que se pode ver é um grande entusiasmo de setores do movimento homossexual com a possibilidade do inquérito e a ressignificação de práticas sexuais normativas, que era tão almejada por setores da militância *guei*. A perspectiva revolucionária estaria na centralidade do

sexo como o elemento fundamental para modificação da moralidade e das relações sociais, e não a superação da luta de classes, como propuseram determinados segmentos dos movimentos de esquerda. Vale ressaltar que Bittencourt coloca outros movimentos identitários em um mesmo grupo de atuação ao associá-los à busca de uma mudança radical, de uma linguagem própria, de uma presença distinta e de uma característica que considerou essencial e permanente. O caso dos homossexuais, em especial, destaca a sexualidade como principal argumento político. Dada a constante paranoia moralista da Ditadura, que recorrentemente colocava em seus códigos penais restrições às práticas que afrontassem a “moral e bons costumes”, considera-se plausível afirmar que existia uma animosidade em compreender esta movimentação como “revolucionária”. Todos estes elementos reunidos somam-se ao rechaço às instituições políticas dos governos militares e das esquerdas tradicionais.

Bittencourt acreditava com fervor que as modalidades de fazer política surgidas desses movimentos seriam de difícil combate para o sistema hegemônico. Acreditava que o *status quo* não possuía argumentos e armas que pudessem se opor a esta forma emergente de fazer política. Na palavra do autor, surgia “um universo novo e desconhecidos do sistema”, em um programa que “difere totalmente tanto da direita como da esquerda”, e “pela primeira vez na história têm pela frente uma revolução desarmada”. (BITTENCOURT, 1980, p. 7) A noção revolucionária e utópica proferida pelo lampiônico se aproximava de uma nova forma de fazer política, na sua visão, e se apresentava oposta ao que usualmente era ostentado pelos movimentos de esquerda comprometidos com a “luta maior”. O que o movimento homossexual e de outros grupos políticos propuseram não era uma ruptura com a dicotomia burguesia *versus* proletariado ou a luta pelo fim da ditadura, mas uma pauta de superação da moralidade racista, anti-homossexual e machista. Essas análises ficam mais nítidas nas próximas edições.

Eis, então, que naquela reunião, em dezembro de 1979, estavam presentes o grupo *Auê* (RJ), fruto de um racha do *Somos* (RJ); *Beijo Livre* (Brasília); Grupo *Eros* (SP); *Libertos* (Guarulhos); Grupo *Lésbico-Feminista*, que nesta época integrava o *Somos* (SP); o Grupo de atuação e Afirmação Gay – *GAAG* (Caxias); e *Somos* (Sorocaba). As propostas de mobilização apresentadas comungavam com uma maior participação coletiva dos grupos homossexuais, com a construção de diálogo mútuo; na constituição da luta pelo fim da discriminação sexual; e a remoção do homossexualismo do capítulo de doenças mentais. A conferência entre os grupos deliberou as atividades por votação, permitindo participação de todos. (MICCOLIS, 1980b, p. 8) Desde a reunião prévia para elaboração do I EBHO e I EGHO, já existia uma tensão entre a ligação com outros movimentos progressistas, a influência de movimentos

estrangeiros na organização dos *gueis* e sobre qual seria o modelo de homossexual brasileiro. A prévia havia decidido por duas formas de espaços organizativos do evento: os dois primeiros dias seriam destinados a uma programação restrita aos coletivos homossexuais, gays e lésbicas credenciados; e o último seria uma plenária aberta a todos, inclusive a imprensa, uma vez que os espaços fechados seriam cobertos exclusivamente pelo *Lampião*. O evento aconteceria entre os dias 4, 5 e 6 de abril de 1980, em São Paulo, como conta a matéria *Ai, que São Paulo gostoso...*, escrita por Leila Miccolis na edição 22 do jornal, em uma segunda prévia para o encontro. Quantas preliminares, não é mesmo?

Na edição 24 (maio de 1980), a capa estava diagramada com colagens, como todas as outras edições do *Lampião*, mas essa em especial contava com a foto de uma mulher em uma postura de argumentação. Ela coloca uma das mãos na cintura, enquanto articulava com a outra alguma coisa, algo como uma proposta em plenária. Abaixo da foto, recortada em silhueta, existem outras fotos do evento. E, em letras com caixa alta, o *Lampião* destacava os Encontros que haviam ocorrido no mês passado com o chamado “*Homossexuais, a nova força*” em cor preta, em destaque com a coloração do papel amarelado; contrastando com o resto da capa, que mesclava os tons cinza (das fotos) e o vermelho, cor utilizada para adornar e dar destaque a capa, provavelmente na tentativa de chamar atenção nas bancas de revista. Presumidamente uma forma de contrapor a falta de orçamento do jornal para investir em outros aspectos estéticos.



FIGURA 4. Capa da edição 24 do *Lampião*.
Fonte: **LAMPÃO**. Rio de Janeiro, n. 24, mai. 1980.

A *Ativismo* desta edição é a única, entre as treze analisadas, que conta com mais de quatro páginas destinadas à seção. Em geral, o *Lampião* destinou em torno de duas a três páginas para ela. Nela, mais especificamente, foram um total de seis páginas direcionadas a abordar os eventos relacionados ao I EGHO e I EBHO. Pleiteando um local aos homossexuais no país, com a matéria intitulada *Isso também é Brasil!*, o jornal explica que os eventos aconteceram no Teatro do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da USP, e contou com a presença dos grupos *Somos* (SP), *Libertos*, *Auê*, *Eros*, *Ação Lésbico-Feminista*, *Somos* (RJ), *Somos* (Sorocaba) e o *Beijo Livre*; representantes das cidades de Belo Horizonte, Vitória, Goiânia e Curitiba somavam-se a presença de aproximadamente 200 pessoas, como conta a edição.

Segundo o relato do jornal, o evento foi marcado em geral pela criação e afirmação de consensos entre as diferentes organizações presentes no primeiro dia, excetuando uma defecção de um “inteligente” debatedor do tema, para usar as próprias palavras de Bittencourt. O tal debatedor se retirou do espaço de discussão, cujo nome era enorme e muito específico:

Reformulação partidária e homossexualismo; lançamento de um candidato homossexual nas eleições, dentro das estruturas políticas vigentes’. Nossa participação nas esquerdas brasileiras. Como fica o movimento homossexual, acusado de ser luta secundária, frente a uma maior que seria a mudança da estrutura social? Homossexualismo e anarquismo como negação do poder. (BITTENCOURT, 1980, p. 4)

O nome do grupo de discussão por si revela uma série de questões relacionadas ao posicionamento que estava se constituindo naquele momento. Entre elas, temos a busca pelo fim do poder hegemônico, uma predefinição dos interesses do movimento sobre a esquerda e a descrença em procedimentos de representação da democracia, como as eleições. Bittencourt afirma que tal debatedor não retornou ao segundo dia, aparentemente, por ter sido vencido na tese em que os homossexuais não deveriam atender “ao canto da sereia” dos políticos, não devendo, então, participar como “massa de manobra de bucha de canhão da luta maior”. (BITTENCOURT, 1980, p. 4)

O jornal mantém sua desconfiança da postura dos homossexuais organizados em partidos, que, segundo a matéria, presenciavam o evento para “desempenhar um papel muito bem delineado por seu partido político, o PC do B”. Na verdade, partidos como o PT, o PC e a Convergência Socialista possuíam representantes no evento, inclusive homossexuais. O que não deixa de indicar, de alguma forma, que o movimento de esquerda, apesar dos relatos de rechaço à pauta homossexual, demonstrava dar importância suficiente para participar do

evento, o que gera certa contradição com o que frequentemente era afirmado pelo jornal. A matéria atestava que esta seria em pouco tempo uma questão crucial para a atuação política dos homossexuais. Ou seja, o movimento teria que escolher entre fazer “parte da nação, de seu sistema”, ou “repudiar qualquer forma de participação numa sociedade”, que estes consideravam injusta e opressora.

O segundo dia do evento foi marcado por momentos de dissenso. A presença de um abaixo-assinado elaborado no dia anterior pela manhã solicitava “um secretariado nacional de grupos homossexuais”, ou de um “*politiburo*”, que, ao nosso ver, poderia ser entendido como uma tentativa de melhor articular o crescente número de grupos políticos. A proposta do abaixo-assinado elaborado por membros presentes nos Encontros buscava compor um núcleo, e supõe-se que este seria um empreendimento composto por diferentes coletivos *gueis* por todo o Brasil, a fim de produzir políticas em defesa dos homossexuais. A matéria do jornal não deixa explícito o motivo para a apresentação da proposta de abaixo-assinado ou permite o acesso a esse. Mas, ao analisar as escolhas discursivas do mensário, é possível perceber que os membros do *Lampião* buscavam associar a petição a uma série de elementos como a burocracia, a concentração de poder, a uma alegada tentativa de cooptação e a movimentos de esquerda.

É interessante a utilização dessa palavra *politiburo* pelo jornal: seu significado refere-se a um “organismo político similar de outros partidos ou regimes comunistas”.²⁸ A escolha da palavra é peculiar devido a sua nítida associação a URSS, reforçando que, qualquer forma de estruturação organizativa reivindicatória, era entendida como uma maneira de burocratização do movimento, que aqui associa-se a uma burocracia comumente relacionada à determinada corrente de esquerda. Seja como for, isso é um indício da concordância do próprio *Lampião da Esquina* com o rechaço às organizações de esquerda e a sua aproximação com o movimento homossexual. Portanto, baseada na exposição acima, é possível identificar os limites da reprodução de alguns aspectos anticomunistas presentes no período.

Em especial, após o ano de 1968, quando jovens obtiveram grande visibilidade diante dos enfrentamentos contra os costumes da sociedade moralista, órgãos institucionais viam as novas formas de contestação como um mecanismo comunista de degeneração social. É claro que isso não era novidade, pois essas associações remontavam não somente o integralismo brasileiro e seus posicionamentos ultradireitistas e moralistas, como também as posturas de setores conservadores da Igreja Católica, em defesa de costumes cristãos tradicionais. Ambos

²⁸ Definição segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, da Porto Editora. INFOPÉDIA. Politiburo. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/politiburo>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

viam estes enfrentamentos como um inimigo invisível a ser combatido. A atmosfera criada por essas instituições tradicionalistas e conservadoras mantinha proximidade com a que formou o mote para a implantação da Ditadura Militar, e, como já dito, impulsionou uma complexa rede de organismos jurídicos que patrulhavam os costumes, os questionamentos e os comportamentos dissidentes. A repulsa do movimento homossexual brasileiro à esquerda nos faz pensar se esse, em algum nível, não reproduzia de alguma forma a *paranoia* anticomunista das instituições hegemônicas em suas formas de oposição à Ditadura e à moralidade. Afinal, esses grupos estavam situados em uma Ditadura Militar ultra-moralista, que constantemente incluía em seus códigos jurídicos e nos veículos de mídia a preservação da “moral e dos bons costumes”.

Isso fica evidente na forma como o *Lampião* e seus membros integrantes do EGHO chamaram de “manobristo” a tentativa de criar um secretariado nacional através do um único abaixo-assinado. (TREVISAN, 1980, p. 5) Apesar do requerimento coletivo não ter sido “nem (...) considerado pela mesa” (TREVISAN, 1980, p. 5), isso não inibiu a utilização do termo, que alude, em algum nível, aos argumentos anticomunistas incentivados pelos governos militares que acreditavam em uma incessante conspiração da esquerda em tomar e degenerar todos os mecanismos de poder. João Silvério Trevisan, em especial, havia passado anos em autoexílio fora do país, tendo contato com diferentes grupos de movimentos organizados no período de grande efervescência contracultural nos Estados Unidos. Esse movimento igualmente questionava as formas de transformação social dos países soviéticos, criticava a tecnocracia e burocracia promovidas pelos regimes socialistas, além da constante perseguição moral a homossexualidade. O que gerava um afastamento entre estas novas formas de fazer política e a esquerda, que, por outro lado, questionavam veementemente o potencial revolucionário dos movimentos que buscavam a liberação sexual e advogavam pelos direitos individuais.

Não acreditamos que o anticomunismo, refletido nas posturas antiesquerdistas da Ditadura Militar, e o rechaço à esquerda pelos grupos políticos homossexuais se davam pelo mesmo motivo, obviamente. Sabemos que existe uma contundente diferença entre os interesses dos governos militares em perseguir a esquerda e as organizações comunistas, e o afastamento político e ideológico da esquerda pelo movimento homossexual. Se, de um lado, existe um moralismo exacerbado, preocupado com a manutenção de algumas instituições sociais como a Igreja e a família, além da preservação dos privilégios econômicos de determinadas classes sociais durante o ceifo democrático; do outro, existia uma série de experiências nacionais,

internacionais e pessoais consideradas negativas sobre como os Partidos Comunistas no Brasil e os Regimes autointitulados socialistas, os quais trataram os homossexuais de maneira desumana, como é o caso de Cuba e União Soviética. Contudo, supomos que a influência destas lutas ideológicas entre, principalmente, a direita e a esquerda, e a constante vigilância anticomunista dos governos militares, ajudaram a moldar negativamente uma visão sobre a esquerda, inclusive, dentro dos agrupamentos políticos dos homossexuais.

Na matéria sobre o I EGHO escrita por João Silvério Trevisan louvava-se a decisão de “reafirmar e garantir a autonomia política do movimento homossexual brasileiro”. Contudo, alegava que, apesar da deliberação, essa não se dava na prática, devido a presença de um membro da *Fração Guei* da Convergência Socialista na Comissão Organizadora do EBHO. Trevisan (1980, p. 6) acreditava que esse foi “um precedente lamentável, porque abre caminho para que qualquer partido político invada o movimento homossexual para disputá-lo enquanto potencial eleitoreiro”. A exacerbada preocupação antiesquerda do Trevisan escorria na defesa de que as gays e lésbicas da Convergência Socialista, ou de outros grupos políticos, deveriam se instrumentalizar e educar politicamente primeiro dentro dos movimentos homossexuais para, então, liderarem a discussão a respeito da homossexualidade em suas organizações, e não o contrário. Trevisan (1980, p. 6) defendia que os a esquerda consideravam que os movimentos das minorias (como negros, mulheres e homossexuais) teriam fôlego curto, não modificando as estruturas sociais presentes, que só poderiam ser alteradas através de partidos políticos com programas bem definidos e grande mobilização social para tomada de poder. E se ressentia do risco do movimento homossexual se “tornar uma mera extensão partidária e um apetitoso bife disputado por vários garfos intrometidos” (TREVISAN, 1980, p. 6). Ele acreditava que a forma inversa de fazer política era a verdadeira libertação social.

Na edição 25 do jornal, de junho de 1980, João Silvério Trevisan continua a discorrer sobre o quão revolucionário era a proposta de autonomia política de *gueis* e lésbicas, diante das formas vigentes de organização social contra-hegemônicas. Na matéria *Por uma política menor: bichas e lésbicas inauguram a utopia*, o jornalista estava convencido de que os movimentos minoritários tinham condições de transformar a maneira como a sociedade se estruturava, diferenciando-se dos outros porque faziam uma crítica profunda aos partidos políticos e à forma como esses existiam nas democracias burguesas.

Ele tece diferenças básicas entre “nós” (gays e lésbicas) e os partidos políticos (TREVISAN, 1989, p. 9), marcando-as linguisticamente. Ao caracterizar as distinções entre a esquerda e os grupos políticos *gueis*, o jornalista argumenta que uns lutavam para conquistar o

poder (esquerda), enquanto o movimento homossexual lutava contra o poder. Trevisan (1980, p. 9) ainda critica o “conceito corrente de democracia” ao acreditar que este fosse um “mecanismo de persuasão que levam uma determinada atitude a se tornar padrão da maioria”, pois quem tem o poder hegemônico poderia manipular os rituais democráticos a seu bel-prazer. Pode-se convir que, de todo modo, ele não estava exatamente errado. Entretanto, João Silvério vai além e sugere a desfragmentação dos processos democráticos ao defender pequenos consensos programáticos entre grupos específicos, no lugar de um grande consenso coletivo, em que este sistema poderia se tornar opressor e redundar em uma ditadura de uma suposta maioria.

Outra questão surge quando o jornalista utiliza a palavra “nós” para iniciar sua discussão. Neste momento, Trevisan fala em nome do *Lampião da Esquina* ou como membro “autônomo” do movimento homossexual brasileiro? De todo modo, fica difícil desassociar as visões do Trevisan das do jornal, uma vez que ele era um dos principais articuladores do mensário e do movimento *guei* e lésbico em curso. O autor estava deliberadamente utilizando a plataforma do periódico para construir uma narrativa específica sobre como fazer política: a dele, em especial; mas que de diferentes maneiras confluía com a opinião de outros colaboradores. Não encaramos João Silvério Trevisan como um vilão. Talvez, se essa dissertação fosse um roteiro de telenovela com personagens inspirados nas vilãs icônicas do Aguinaldo Silva, sim, mas não é o caso. Na verdade, vemos esta postura como um elemento da disputa ideológica de construção deste movimento, no qual Trevisan se sentia diretamente encarregado e pessoalmente motivado. A diferença é que ele tinha em suas mãos um jornal de peso nacional com milhares de leitores mensais e, dessa forma, consideramos que não existia motivo para não o usar nesta batalha. Em disputas assim, costumam-se usar todo o arsenal disponível.

Ainda sobre Trevisan, o autor sugere que os grupos políticos deveriam se colocar contra antigas formas políticas presentes “dentro de **nossas cabeças**” (TREVISAN, 1980, p. 9, Grifo do autor), como se a opressão sofrida pelos grupos minoritários não fosse construída culturalmente, ou como se nascêssemos com ela. Perspectivas essencialistas também incidiam sobre a esquerda, pois para o jornalista a militância de esquerda reproduz uma lógica militarista, baseada na violência e assentada sobre o falo, pois estimula a competição, valorização da normalidade e da conquista, aspectos recorrentemente associados à masculinidade. Para ele, o que salvaria a sociedade dessas formas de opressão seriam “fatores inegáveis, como a cama e suas variantes, esse espaço para o nosso desejo”. (TREVISAN, 1980, p. 9)

A caracterização da “cama”, entendida simbolicamente como o sexo relacionado ao prazer, ao corpo, à sexualidade e, conseqüentemente, ao cotidiano, é um fator central do poder de transformar a sociedade, se tornando um argumento-fim para diferentes situações, pois militantes como Trevisan acreditavam que a libertação sexual seria o epicentro da reformulação das relações sociais e o fim da opressão. Um fim em si mesmo. Afirmarões como estas são, acima de tudo, indicativos do cansaço sobre o status das instituições políticas do período e entoam uma preocupação por novas formas mais fragmentárias de transformação social.

Ao mesmo tempo, essas declarações demonstravam o desgaste da ideia de “classe operária” ou de “luta maior”, o que se revertia em políticas cada vez mais específicas. A maximização do “eu” político fica explícito na frase “preferimos o menor, o individual, o infinitamente específico: só atingiremos o todo se partimos da partícula menor, a mais individualizada”. (TREVISAN, 1980, p. 10) Ele complementava sua crítica ao dizer:

Desmitificar a hegemonia transformadora do proletariado significa quebrar os limites e colocar como agentes da transformação também os loucos, os velhos, as crianças, a luta ecológica, os índios, os negros, os homossexuais, as mulheres, as putas – enfim, todos aqueles blocos de especificidades que caminham contra a corrente. (TREVISAN, 1980, p. 10)

Dessa forma, Trevisan (1980, p. 10) acreditava que as formas de realizar a chamada “utopia” se encontravam em nós mesmos, no específico e no indivíduo. Ou seja, desenvolvê-la em cada um de nós, com nossas mais profundas especificidades, e partir de nossas individualidades para transformar o mundo, afinal, só somos verdadeiramente proprietários de nós mesmos. Ele reforça a ideia da autonomia política ao dizer que “direitas e esquerdas do sistema estão querendo tornar-nos consumidores de homossexualismo e com isso recuperar-nos. Trata-se de uma forma de nos iludir com o poder e neutralizar o potencial subversor”. (TREVISAN, 1980, p. 10)

A ideia do consumismo relacionada à direita, proposta por Trevisan, poderia estar associada aos espaços de sociabilidade voltados para este tipo de público. Estes ambientes ganharam notoriedade a partir dos anos de 1960 e 1970, devido ao fenômeno cultural proporcionado pelas discotecas e boates. Muitas vezes se tornando o único espaço para vivenciar relações afetivo-sexuais longe do estigma da moralidade conservadora. Outros ambientes para este tipo de interação eram as saunas e os bares abertos a *gueis* e lésbicas, que se somavam a um circuito específico de livre-vivência das homossexualidades. Contudo, esses ambientes limitavam significativamente a presença de parte do grupo social dissidente, verticalizando o acesso a essa iniciativa, excluindo aqueles que não poderiam financiar essa

experiência. A consequência disso era o aprisionamento de práticas homoafetivas, demarcando-as geograficamente em locais restritos e mantendo-as sob o controle dos empresários, donos dos espaços.

Trevisan enxergava um tipo de consumismo similar nas esquerdas, todavia, para ele, estava alienado às supostas práticas políticas de seus partidos. O temor de que as pautas homossexuais fossem cooptadas por essas organizações fazia o lampiônico acreditar que as demandas sociais do grupo poderiam ser utilizadas como uma forma de manobrar os *gueis* e as lésbicas em troca de votos. Baseando seus argumentos na trajetória discriminatória dos regimes socialistas em relação aos homossexuais, o jornalista compreendia que a esquerda também poderia manter enclausurada as sexualidades dissidentes, e acreditava que aqueles indivíduos perderiam autonomia se se mantivessem próximos às organizações não fundamentalmente preocupadas com a pauta do sexo, dos desejos e dos costumes. E, portanto, não deveriam compor a unidade com partidos e organizações da esquerda política.

A autonomia em relação às esquerdas e às direitas e o sistema opressor eram parte do escopo argumentativo do jornal sobre a maneira em que os homossexuais deveriam se organizar. Aguinaldo Silva, na edição 26 do jornal, no texto *Compromissos, queridinhas? Nem morta!*, discorre sobre o seguinte questionamento: “Para onde vai o movimento homossexual?”. (SILVA, 1980, p. 10) No conteúdo do texto, o jornalista e também coordenador de edição do *Lampião* relata sua experiência pessoal de prisão em razão da publicação de um prefácio com a frase “a guerrilha não acabou” que foi visto pelos militares como propaganda subversiva. Ao ser preso, Silva conta as situações em que foi caçado pelos detentos devido a sua homossexualidade. Alguns desses presos eram membros comunistas e, segundo o relato, ignoraram o fato de que ele também estava preso pelo mesmo motivo, mas não o trataram em pé de igualdade devido a sua sexualidade.

É com base nesta experiência pessoal que Aguinaldo Silva acreditava que a luta homossexual precisaria ter seu próprio rumo, pois, do contrário, seria “atropelado pelos ativismos maiores” (SILVA, 1980, p. 11). Neste sentido, ele faz coro ao que parece ser uma tendência do jornal em rechaçar movimentos políticos tradicionais. Não é casual que ele diz que “se o pessoal que optou pela autonomia quer evitar a invasão do movimento homossexual pelos partidos e organizações políticas, que trate de brigar por isso”. (SILVA, 1980, p. 11) Apesar de seu posicionamento, ele conclui dizendo que “sabe que o LAMPIÃO não passa de um balão ao léu (é assim que a gente o quer), e que há muita gente de boquinha para cima, de bochechinha infladas de ar, querendo soprá-lo para determinadas direções”. (SILVA, 1980, p.

11) O autor parece ter consciência do potencial reivindicatório do movimento, mas suas restrições ao suposto *modus operandi* de segmentos de esquerda tornava-o reticente à cooptação e caminhada em sua direção.

O relato pessoal do Aguinaldo, cheio de abordagens pessoais com carga emocional, em torno de uma experiência possivelmente traumática, está abaixo do único texto que encontramos na seção *Ativismo* escrito por um integrante de um movimento homossexual de uma organização de esquerda. O autor era James N. Green que naquela época integrava a Fração Gay da Convergência Socialista e o *Somos* (SP). O texto *Autonomia ou não, eis a questão* negava as acusações escritas na seção *Opinião* da já mencionada edição 23, onde o colaborador João Carneiro afirmava que um homossexual havia sido expulso da Convergência Socialista (CS) por ser homossexual. Green declarava que a CS era o único grupo fora do movimento homossexual “que publicamente tem uma posição a favor da luta dos homossexuais contra a sua opressão” (GREEN, 1980, p. 10), afirmando que em 1979 a *Fração Gay da Convergência* já havia elaborado um evento para discutir a opressão homossexual.

Além disso, denunciava o fato de a Fração Gay ter sido excluída da mesa final do I EBHO por não ser considerada autônoma e questionou: “Que quer dizer esta autonomia? Quais são as suas implicações para o movimento homossexual? Qual é o movimento homossexual que queremos?” (GREEN, 1980, p. 10). Para questionar a forma de mobilização pretendida pelo *Lampião* e os grupos homossexuais, Green (1980, p. 10) defendeu que a comunidade política de homossexuais deveria se articular em uma frente única; tendo participação de todos os grupos e organizações lutando pelas questões específicas dos homossexuais; e objetivando o fim da opressão. E diz “queremos é um movimento de milhares e milhares de bichas, lésbicas, travestis lutando **contra todos os tipos** de repressão e opressão que sofrem na sociedade”. (GREEN, 1980, p. 11, grifo nosso) Para ele, era um erro excluir qualquer tendência ou coletivo político que deseja se integrar ao movimento.

Ao buscar retirar os homossexuais organizados da política da minoria promovida pelos membros do *Lampião da Esquina*, James Green implementava dois esforços. O primeiro é a existência de uma tentativa de colaboração da esquerda com o movimento homossexual. Dessa forma, Green expunha a participação da esquerda na elaboração de discussões ao combater às formas de opressões contra os homossexuais, tanto quanto o *Somos*. E, em segundo lugar, incorporou, ainda que superficialmente, uma tentativa de interseccionar a opressão sofrida pelos trabalhadores e as minorias sexuais, defendendo a unidade de todos estes setores contra as formas de discriminações e desigualdades. O fato desta ser a única reportagem escrita por um

integrante de uma organização de esquerda dentre as edições analisadas apenas corrobora os indícios que o *Lampião* tinha uma opinião muito bem delineada sobre como discutir política para o movimento homossexual, e esta estaria longe das esquerdas.

É importante ressaltar que Aguinaldo Silva não era exatamente o maior colaborador da seção *Ativismo* e esta é uma das duas edições que esse se faz presente, o que aponta a especificidade e intencionalidade da sua opinião política. Consideramos que a sua presença esporádica neste número é um indicativo do seu propósito deliberado em disputar a narrativa de táticas políticas com James Green. Além de ser também considerado um integrante do “alto escalão” do jornal, visto que ele e João Silvério Trevisan eram os maiores articuladores do periódico. O jornal, portanto, usa um arsenal de opiniões contra a aproximação dos movimentos de esquerda ao movimento homossexual. Ou seja, além das outras duas – já debatidas – matérias publicadas na seção *Opinião*, Silva deixa sua própria visão sobre o movimento na mesma página do texto do Green na seção. Vale ressaltar que a presença do texto do integrante da Convergência Socialista estava na seção *Ativismo* e não na seção *Opinião*, diferentemente daquele da vigésima terceira edição publicada por João Carneiro – que era, igualmente, um membro de uma organização homossexual. Isso revela o distanciamento que o periódico buscava dar à sua *opinião*, com relação aquela que estava sendo argumentada por Green. Alguns membros do periódico tinham uma visão muito específica sobre qual deveria ser o lugar da esquerda no movimento homossexual e estava disposto a utilizar o *Lampião* como seu próprio palanque.

Alguns meses depois, na pergunta de Francisco Bittencourt “O que é bom para as bichas gringas é bom para bichas do Brasil?” subtítulo da matéria *Mendigos da normalidade* na seção *Ativismo* da edição 31, o autor fez uma crítica das *Teses para libertação homossexual II*, material produzido pela Fração Homossexual da Convergência Socialista. E antes de sequer argumentar qualquer coisa, Bittencourt (1980, p. 13) vocifera que estas teses “em nada servem ao movimento homossexual brasileiro, muito pelo contrário, só atuando como arma para traumatizá-lo e enfraquecê-lo”. Segundo o autor, as teses foram “seguramente escritas tendo em vista o movimento homossexual norte-americano” (BITTENCOURT, 1980, p. 13), e argumenta que a grande maioria dos homossexuais ainda não se conscientizaram da perversidade presente na sociedade brasileira. Não se tem certeza se as propostas das teses eram reflexo do movimento estado-unidense, excetuando a relação que elas tinham com o James N. Green, este sim, norte-americano. Consideramos que a matéria de Bittencourt era uma das

formas de atingir a participação dos militantes de esquerda, corporificado pela presença de Green, visto a evidente disputa de projetos para os rumos do movimento.

Francisco Bittencourt defendia que o primeiro processo de conscientização dos homossexuais deveria ser o aceitar-se e assumir-se para depois começarem a atuar mais politicamente para terem clareza em seus engajamentos políticos. Bittencourt (1980, p. 13) destaca que a Fração Homossexual da Convergência Socialista acusa o jornal *Lampião* “de se julgar o ‘porta-voz do movimento homossexual’ e de ter ‘uma posição anarquizante e anti-esquerda’”; e decreta que não quer que o jornal e o incipiente movimento homossexual sejam usados e abusados por “pessoas que claramente estão se preparando para tomar de assalto os futuros encontros de homossexuais, para em seguida oferecê-los numa bandeja a um partido político”. (BITTENCOURT, 1980, p. 13)

A Convergência havia acusado o jornal de não publicar uma matéria sobre a participação dos homossexuais em um ato no 1 de Maio de 1980, e Francisco confronta a organização ao dizer que “teremos de repetir indefinidamente que achamos que o movimento homossexual brasileiro não pode e não deve ser desviado de seus próprios e graves problemas para servir a partidos?”. (BITTENCOURT, 1980, p. 13) A não publicação da atuação dos *gueis* e lésbicas não foi documentada pelo *Lampião*, mas é considerada a primeira atividade de comunhão entre os movimentos operários e os homossexuais (GREEN, 2014, p. 182). Acredita-se que a divergência ideológica entre alguns membros do mensário com integrantes do movimento de esquerda era tão elevada que isto fazia com que o jornal adotasse um posicionamento deliberadamente negligente com a atuação política daqueles que não rezavam a cartilha política do *Lampião*. James Green (2014, p. 182) diz que o 1 de Maio de 1980 foi um dia histórico para o movimento LGBT brasileiro. Como ele mesmo esteve presente neste momento reproduzimos abaixo suas palavras:

(...) em 1980, quando os militares intervieram nos sindicatos do ABC durante uma greve geral do setor metalúrgico e afastaram os seus líderes, entre eles Luiz Inácio Lula da Silva, esta apreciação da dinâmica política no país e o desejo de contatar outros setores sociais já eram compartilhados por um grande número de membros do Somos, o que incentivou a participação de cinquenta gays e lésbicas no Primeiro de Maio em São Bernardo do Campo. Com a cidade industrial cercada pelo II Exército, que bloqueou o trânsito para diminuir a participação no evento, as lésbicas e os gays que resolveram engrossar as atividades em solidariedade com os trabalhadores em greve levaram com eles a São Bernardo do Campo duas faixas enormes, de seis metros de extensão cada uma. A primeira faixa declarava com letras grandes “Contra a intervenção nos sindicatos do ABC” e foi assinada pela “Comissão de Homossexuais Pro-1 de maio”, e a outra dizia “Contra a discriminação do/a trabalhador/a homossexual”. Eram duas demandas aparentemente simples. A

primeira refletia o espírito do momento contra as arbitrariedades do regime militar e a favor das liberdades democráticas. A segunda foi mais audaz na sua postura politicamente correta de inclusão do gênero feminino na linguagem escrita na faixa, e bem como na inclusão de uma reivindicação até então nunca levantada em praça pública. (GREEN, 2014, p. 182)

Não podemos afirmar com certeza se o número de participantes que estavam alinhados a sua visão de fazer política era tão grande quanto ele expressa, porém seria conveniente para o autor dizer que sim. Green, ao transformar seu relato em obra científica, buscou pôr em debate os limites da falta de atuação da esquerda nas discussões sobre a homossexualidade e, ao incluir suas perspectivas pessoais, procurou dar maior validade a seu relato, ainda que ele o associe com fontes. Sua exposição foi publicada no ano de 2014, quando o historiador escreve sob o crivo científico da pesquisa no livro *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*, mais especificamente, no capítulo *O grupo Somos, a esquerda e a resistência à Ditadura*. Portanto, não se trata apenas de mero empirismo descritivo de quem atravessou pessoalmente estes acontecimentos, mas igualmente o trabalho de um pesquisador e testemunha, que busca disputar de modo historiográfico as trajetórias dos movimentos homossexuais.

Sabe-se que a discriminação existia em diferentes setores da sociedade. Porém, o *Lampião* se mostrava deliberadamente parcial sobre o que (e quem) atingir. Em suas seções mais específicas para discutir a política homossexual, os membros do mensário voltavam seus olhos recorrentemente aos militantes homossexuais de esquerda, além de demonstrar sua intencionalidade em publicar quais seriam os momentos relevantes para a trajetória do movimento homossexual. O que nos faz pensar que, até entre os mais bem-intencionados dos jornais, procuravam fazer valer suas próprias narrativas diante da materialidade sobre o que ocorria. Pois, ainda que o *Lampião* estivesse comprometido com determinado projeto político, por que esse não expôs ambas as visões e deixou seus leitores concluírem quais seriam as melhores?

Na tentativa de investigar quais seriam as teses que, supostamente, em nada serviriam para a comunidade homossexual, as encontramos no livro *Homossexuais: da opressão a Libertação* de Hiro Okita (2015, p. 91). Presentes também no livro organizado por James N. Green (2014, p. 192) em *O grupo Somos, a esquerda, e a resistência à ditadura*. Definidas no prefácio do livro de Okita como “fruto dos debates internos e da elaboração coletiva da Fração Homossexual da Convergência Socialista”, é provável que as teses encontradas nas produções citadas acima eram aquelas mencionadas por Bittencourt na edição 31. James Green (2014, p.

194) afirmava que à época a CS era a única organização de esquerda que incorporou um material politicamente dirigido a discutir esta sexualidade.

Em um “Programa pela libertação homossexual”, estavam estabelecidos alguns parágrafos e incisos para aquilo que a Convergência Socialista acreditava que poderia libertar os homossexuais da sua opressão. Abaixo reproduzimos as propostas elaboradas:

I. Pelo direito de organização e expressão homossexual

- a) Pelo direito de livre organização de grupos e jornais homossexuais
- b) Contra os ataques do governo e de grupos da direita aos jornais homossexuais
- c) Pelo fim da Lei da Imprensa que, entre outros artigos, contém o item da preservação da “moral e bons costumes”, usado para incriminar pessoas e jornais que discutam o homossexualismo

II Pelo fim da discriminação homossexual

- a) Por direitos iguais de admissão e promoção nos locais de trabalho
- b) Pelo direito de livre escolha de moradia
- c) Pelo fim do código militar que classifica a homossexualidade como doença
- d) Pelo fim do teste de admissão ao trabalho com orientação anti-homossexual

III. Pelo fim da ideologia anti-homossexual

- a) Pelo fim da classificação psiquiátrica e médica que considera o homossexualismo como “doença”
- b) Contra a divulgação e promoção do estereótipo homossexual pelos órgãos de comunicação geral
- c) Contra a relação promovida pelos jornais “policiais” entre homossexualidade e criminalidade
- d) Pela educação sexual nas escolas, incluindo discussões sobre homossexualidade como uma das várias formas de gratificação sexual
- e) Contra a condenação religiosa da homossexualidade como pecado ou “degradação da alma humana”

IV. Pelo fim da repressão policial

- a) Contra o controle policial aos locais frequentados por homossexuais
- b) Contra prisão de homossexuais pelo fato de serem homossexuais
- c) Pelo fim da perseguição policiais aos homossexuais e travestis

V. Contra exploração dos homossexuais

- a) Contra a exploração econômica nos locais frequentados por homossexuais
- b) Pelo fim do uso do homossexual como recurso de venda

VI. Pelo apoio ao Partido dos Trabalhadores como primeiro passo para o governo dos trabalhadores

VII. Por um governo dos trabalhadores que leve a um Brasil socialista

VIII. Por um Brasil socialista onde todas as formas de exploração e opressão sejam eliminadas. (GREEN, 2014, p. 194-195; OKITA, 2015, p. 91-93)

Ao observar o programa apresentado acima, pode-se ver que a Fração Guei da CS buscava conquistar demandas específicas para o grupo homossexual em uma perspectiva socialista. Porém, várias das reivindicações explicitadas remontavam diretrizes defendidas em muitos momentos pelo nosso mensário. Buscava-se traçar estratégias para superação do prejuízo sofrido por indivíduos de sexualidades e gêneros dissidentes. O intuito da Convergência, apesar de marcadamente posicionado em favor do socialismo, não excluía a construção de pautas conjuntas em defesa dos homossexuais. Isso fica mais evidente quando as opomos à já discutida matéria publicada por James N. Green, na seção *Ativismo*, onde o autor defendia “um movimento de milhares e milhares de bichas, lésbicas, travestis lutando **contra todos os tipos** de repressão e opressão que sofrem na sociedade” (GREEN, 1980, p. 11, grifo nosso). Portanto, a busca por autonomia tão defendida pelo *Lampião* não conseguia enxergar os integrantes de movimentos à esquerda como aliados, nem tampouco fazer um uso estratégico desta unidade, para conseguir a obtenção de políticas para *gueis*, lésbicas e travestis. É possível compreender que ambos projetos estivessem em guerra e cabia ao mensário se posicionar. Entretanto, também pode-se concluir que juntos esses militantes poderiam mais. Cabe ressaltar, ainda, que todos possuíam um fator em comum: a opressão por suas sexualidades. A diferença de projetos não deveria impedir a soma das lutas, pois havia um objetivo a se compartilhar.

De certo modo, é compreensível que os membros do *Lampião* tivessem seus motivos para acreditar que os integrantes da Fração Homossexual estavam alinhados às suas organizações políticas, porque de fato estavam, uma vez que existe uma nítida associação entre as teses e a construção do até então recém-criado Partido dos Trabalhadores (1980), cujo a Convergência Socialista integrava. Entretanto, diferentes tópicos do que era proposto pelas teses confluíam diretamente em interesses defendidos ao longo da trajetória do próprio jornal. Eis alguns exemplos: solicitar liberdade de expressão e o não aprisionamento de homossexuais, uma vez que o *Lampião* havia sofrido um inquérito em um passado não muito distante, como já relatado; ou solicitar o fim da patologização e da discriminação aos homossexuais; até mesmo lutar contra o reforço de estereótipos aos homossexuais pelos órgãos de comunicação, sendo que o mensário havia surgido com o intuito “destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual”. (EDITORIAL, 1978, p. 2) O próprio Darcy Penteado fez uma matéria enaltecendo a importância de ter um jornal exclusivamente organizado por homossexuais. Parece-nos que este não é um mero desacordo político, que apagava as similaridades de conteúdo e propostas, mas, sim, uma tentativa de avocar uma visão específica da relação que os homossexuais deveriam ter com a esquerda. Ainda que se reflita, mais uma vez, que se

tratava de um embate entre projetos políticos para organização homossexual, dizer que as teses em nada serviam aos interesses dos homossexuais soava como um verdadeiro golpe baixo. Visto que nem sequer uma análise apurada das discussões propostas pela CS o *Lampião*, sob as palavras de Francisco Bittencourt, se permitiu fazer.

Contudo, ao longo da análise das fontes, nota-se que não somente tensões com a esquerda ficam expostas no mensário, quando nitidamente a Convergência Socialista e James Green são alvo de frequentes críticas e insinuações negativas do jornal, mas, a partir da edição 27, ficava cada vez mais evidente que o periódico constantemente tensionava com outros grupos que não eram necessariamente de esquerda. A publicação feita por Aguinaldo Silva foi um marcador temporal do início do fim do romance entre o *Lampião* e os coletivos. Em *Uma cachoeira de grupos gueis*, o autor relatava sobre a alta demanda de textos a serem publicados e solicitados por um número crescente de grupos, como comentado. E alegava que “infelizmente não é possível, para nós, transformar o LAMPIÃO numa espécie de ‘diário oficial’ do ativismo guei” (SILVA, 1980, p. 4), apesar de reconhecer a importância dos grupos.

Aguinaldo Silva (1980, p. 4) tenta neutralizar as acusações de parcialidade do jornal sobre a preferência do *Lampião* por alguns coletivos e pede para que estes levassem em consideração que “foi o LAMPIÃO quem teve a idéia de reuni-los num encontro nacional”. Acreditando que o IEBHO foi que concretizou o início da politização dos homossexuais, sendo esta incentivada pelo mensário. Na mesma matéria, o coordenador de edição mais uma vez reivindicou sua liderança no processo de articulação política do grupo. E é partir desta edição que um crescente número de conflitos se complexifica e se complica, engessando a articulação do II EBHO e EGHO como poderemos ver a partir da edição 33.

Todavia, previamente, o jornal se posicionava implicitamente ante as acusações no texto intitulado *Afinal, o que é um grupo homossexual organizado*, na edição 32. O texto inicia-se com a seguinte descrição:

Um ano depois de efetivamente criado, o Movimento Homossexual no Grande Rio conta com três grupos organizados (Somos, Auê e Bando de Cá) cujos membros somam, no total, **67 homens e mulheres**. E um jornal, o *Lampião*, cujo número de leitores, segundo um perito em circulação, anda por volta de **25 mil pessoas** em todo o Brasil. (NUNES, 1981, p. 12. Grifos nossos)

A primeira impressão que tivemos ao ler este curto parágrafo é o distanciamento feito pelo autor entre os nomes dos grupos e o nome do *Lampião*, separando esse último dos demais através de uma nova oração. Este trecho, que aparece como epígrafe da matéria, quantificava a influência através dos números do alcance entre os grupos políticos e o periódico. Existe uma

tentativa implícita do autor e do periódico em expor qual seria o poder do jornal diante dos grupos que ainda se organizavam. A matéria tinha como objetivo caracterizar a importância e a intervenção politizadora destas três organizações homossexuais no Rio de Janeiro; ao mesmo tempo teceu comentários sobre o esvaziamento destes grupos caracterizando um momento político para militância de *gueis* e lésbicas.

Aristides Nunes (1981, p. 12), frequente colaborador do *Lampião* nos assuntos da militância política, identifica que “os grupos organizados procuram agrupar homossexuais e de forma a conscientizá-los, não paternalisticamente, da opressão sobre a qual vivemos”, alertando sobre “o fenômeno do esvaziamento, que se torna incontrollável” em todas as agrupações políticas. Argumenta que não cabia a ele, e de alguma forma, ao jornal, se posicionar sobre como solucionar os seus problemas estruturais. E define que os rompimentos pareciam ser um fenômeno “natural”, pelos homossexuais não estarem “conscientes da necessidade [de] se agruparem”. Neste caso, Nunes transferiu a responsabilidade da falta de politização e afastamento de pessoas aos grupos políticos, não pelo constante número de provocações patrocinadas pela falta de maturidade política dos grupos, e até mesmo pelo *Lampião*; para o autor este era um fenômeno resultante da ausência de consciência política dos homossexuais, algo visto de modo quase essencialista. As palavras de Aristides Nunes é um dos vestígios em que o *Lampião* buscava soar isento de opiniões sobre os acontecimentos da militância homossexual, infligindo uma suposta imparcialidade ao não se reivindicar como membro integrante dessa. Contudo, a trajetória das opiniões emitidas pelo jornal apontava para uma nítida presença de discursos políticos definidos, reverberando em seus leitores e possivelmente criando impacto político. Além dos variados momentos em que o *Lampião* reivindicava seu papel fundador para a mobilização de *gueis* e lésbicas por todo país.

De modo mais que recorrente, Aristides Nunes (1980, p. 13) também relata uma experiência pessoal negativa em um semanário de esquerda, que desvalorizava sua luta contra opressão aos homossexuais, ao mesmo tempo em que valorizava a luta do proletariado. Nunes (1980, p. 13) ressalta a forma como a sua participação no *Somos* (RJ), durante um ano, o fez ver as coisas de formas diferentes ao aceitar sua sexualidade. Alega que “os grupos são a única saída para os homossexuais se organizarem e tomarem uma maior consciência da realidade que vivemos”, sobretudo, por acreditar que estes são os únicos lugares onde eles podem legitimamente se expressar, um posicionamento objetivo sobre autonomia e necessidade de mobilização política. E atesta que se não fosse sua atuação no *Somos*, ele seria apenas “uma bichinha reprimidíssima, com aquele discurso reacionário vestidos de progressista e

doutrinando a cabeça das pessoas”, deixando escorrer, provavelmente, outra referência à esquerda. Apesar das críticas, mostrava que os coletivos tinham um papel importante, demarcando um posicionamento do *Lampião* sobre a necessidade de se construir uma política homossexual; ainda que de modo contrário o próprio Aristides não estivesse em uma militância organizada. O que nos faz indagar qual seria o grau de importância e profundidade que o autor e o jornal davam à necessidade de um alinhamento a grupos políticos.

Ainda na mesma edição, o mensário revelava o período de tensionamento entre os grupos homossexuais e o jornal. Em 6 de dezembro de 1981, ocorreu uma reunião com 17 grupos homossexuais e o *Lampião*, realizada no Teatro da Casa do Estudante Universitário no Rio de Janeiro para uma prévia do II EGHO. Na mesa diretora estavam presentes Leila Miccolis (que no texto não foi identificada como integrante do *GALF*, mas sabe-se que esta era colaboradora do *Lampião*), José Luís (*Auê/RJ*), Roberto (*Somos/RJ*) e Claudio (*Libertos*) que integrou o grupo para substituir esse membro do *Somos*. O cenário apresentado pelos membros era de debilidade do movimento homossexual, destacando o cenário difícil em que se encontrava no período:

Primeiro falou Alexandre Ribondi do Beijo Livre de Brasília. Disse que o grupo está com sérios problemas de sobrevivência, pouca gente para problemas trabalhar e muita desinformação sobre o M.H. Conta apenas com quatro pessoas no grupo e não sabe o que fazer com um grupo pequeno. Pelo Outra Coisa falou Emanuel. Disse que seu grupo vem fazendo um trabalho com os grupos L.F., Libertadores e Eros [...] e que está um tanto desiludido com o movimento. O grupo possui apenas 10 pessoas trabalhando, mas já editaram um caderno de textos e agruparam um guia da cidade de São Paulo. O representante do Terceiro Ato, de Belo Horizonte, foi Ricardo, que relatou a fase de esvaziamento e estagnação que o grupo atravessa. "Não sabemos para onde o grupo vai, se fechamos ou não o grupo", afirmou. Para ele a crise que atravessa o grupo não é quanto ao número de pessoas, mas é "uma crise de propostas práticas e idas". Mostrando o desespero da situação disse que "as reuniões tornam-se cansativas por falta do que fazer. Precisamos de alguma idéia para continuarmos vivos". O grupo possui 10 membros. (NUNES, 1981, p. 15)

Aristides ainda relatava um tensionamento sobre a participação do *Lampião* na presente reunião que tinham representantes dos grupos:

GATHO-Recife (atualmente com 15 pessoas em média), Auê/Rio (com 17 membros), Eros/SP (com 15 pessoas fixas), Bando de Cá/Niterói (15 pessoas, mas apenas cinco trabalhando). GOLS/ABC (8 membros), Libertadores/SP (15 membros), Somos/Rio (20 membros fixos e 15 flutuantes), Fração Gay da Convergência Socialista (13 pessoas, sendo que 5 mulheres e 8 homens), Grupo Gay da Bahia (17 pessoas fixas), Somos/SP (35 **elementos**), Terra

Maria (10 pessoas), Alegria Alegria (10 membros), Grupo de Ação Lésbica-Feminista (8 mulheres fixas e 15 flutuantes). (NUNES, 1981, p. 15, Grifo nosso)

As duas citações caracterizam que, apesar do número significativo de integrantes, muitos deles em diferentes partes do país estavam preocupados com o futuro da articulação política. Contudo, o jornal não revela os motivos desta crise. Ao apresentar o número de membros dos coletivos homossexuais presentes na reunião, o *Lampião*, em tom de deboche, utiliza o termo “elementos” para referir-se aos integrantes do grupo *Somos* (SP), que possuíam membros da Convergência Socialista, diferentemente do que fizeram com os demais. Este termo pode ter sido utilizado pejorativamente pelo jornal como uma forma de associá-los ironicamente a algum tipo de atividade “negativa” aos seus olhos. Ignorando que poderiam causar desconfiança a respeito da integridade de todo um movimento político. Após a apresentação dos grupos uma tensão se instaurou devido a “*Carta Aberta ao Movimento Homossexual*”, documento que tecia críticas ao jornal e que foi escrita por um membro do Grupo *Somos* (RJ). Logo em seguida, outro membro pediu a expulsão de dois representantes do jornal, Aristide Nunes, o autor da matéria, e Alceste Pinheiro. Durante quase três horas de reunião, por 23 votos a 11, foi decidido que *Lampião* continuaria na reunião. (NUNES, 1981, p. 15)

A carta convenientemente não foi publicada, mas o *Lampião* utilizou três outras matérias de membros do jornal e colaboradores regulares (que eram integrantes de coletivos políticos) para apresentarem sua visão sobre o ocorrido. Todos em defesa velada ao mensário. A matéria de Emanuel Freitas do coletivo *Outra Coisa* (SP) disse que se sentiu vitorioso pela aprovação do encontro não ser deliberativo, ainda que tenha sido por uma diferença pequena de votos – o que demonstrava o processo acirrado de disputa política que pairava sobre o movimento homossexual. E da mesma forma ele concordava com o veto para formação de um secretariado nacional por acreditar que isso seria “a oficialização da disputa de poder” entre os homossexuais. (FREITAS, 1981, p. 15) Em vista disto, seus posicionamentos acabavam por confluir ideologicamente com alguns argumentos apresentados pelo jornal acerca da articulação política dos homossexuais, como a descentralização do poder até o nível individual.

Na matéria seguinte, João Silvério Trevisan, membro-fundador do *Somos* (SP) e do *Lampião da Esquina*, reivindica seu local de protagonista na organização política dos homossexuais ao rememorar o processo de construção destas instituições. Em *O ativismo e o abismo dos nossos desejos*, Trevisan (1981, p. 16) diz que a ideia de criar um grupo mobilizador

partiu do seu sentimento de isolamento, desde quando voltou a morar no Brasil em 1976 e alegava sofrer “represálias do tipo ter meus artigos censurados em órgãos da imprensa alternativa”. Neste sentido, ele somava-se a Aguinaldo Silva e Aristides Nunes, que pessoalmente tiveram experiências negativas com a esquerda relatadas somente na seção do jornal.

Esta matéria, em especial, faz reflexões profundas sobre o enfraquecimento do período ao mesmo tempo em que Trevisan conta sobre o seu papel na articulação do movimento. Com tom quase fúnebre do texto, fundamentalmente, ele concluía que “não é a homossexualidade das pessoas que automaticamente propicia um diálogo duradouro entre elas – apesar de poder oferecer um profícuo começo de conversa”; e admite que, pelo medo de não cometer os erros “daqueles que nos discriminavam em nome de seu progressivismo”, tentaram criar novas formas de fazer política, o que tornou “tudo mais difícil”. E questiona-se retoricamente: “Pretensão? Não mais do que a necessária”, dizendo que era hora de “inovar ou morrer”. (TREVISAN, 1981, p. 16)

Trevisan (1981, p. 16) destaca que o movimento homossexual fora iniciado por ele em São Paulo (grupo *Somos*) quando havia rompido “um instrumental de análise hegemônico em setores da esquerda, rejeitando por exemplo a luta de classes como argumento último e definitivo”, pois o grupo se recusava “desde o começo, dividir maniqueisticamente as lutas sociais entre ‘maiores’ (movimento operário / tomada do poder) e ‘menores’ (movimentos periféricos / crítica ao poder)”. Entretanto, toda esta perspectiva foi minada por algo que teria ocorrido e que, nas palavras dele, “hoje é mais ou menos público: [a] invasão e tomada do grupo por partidos políticos de esquerda”. Trevisan mantém seu recorrente tom impetuoso sobre a necessidade de afastar a esquerda do movimento homossexual. Culpa a participação dos homossexuais de esquerda pela tensão causada nos coletivos, devido ao seu cunho ideológico, como se seus próprios posicionamentos não os fossem. Como “prova” desta tensão ele relata:

(...) de repente cresceu uma briga acirrada sobre a participação que muitos queriam “obrigatória” no Primeiro de Maio em São Bernardo, ao lado dos “operários e setores democráticos”. Resultado, enquanto alguns carregavam faixas na passeata outros (inclusive eu) faziam piquenique num parque abarrotado de famílias operárias que também tinham ido se divertir. As hiperpolitizadas se escandalizaram a tal ponto que até hoje não perdoaram nossa audácia. (TREVISAN, 1981, p. 16)

Ao comentar o ocorrido, Trevisan equipara a sua decisão de manter um piquenique no parque como um ato tão revolucionário quanto marchar com a classe operária no 1º de Maio. E

ignora a ideia de que fazer um posicionamento contrário também é escolher um lado e perpetuar uma tensão, principalmente quando seus discursos implicavam uma tolerância quase negativa a respeito da participação de grupos alheios a sua lente de articulação política. Esta polarização foi a grande causadora do racha explícito na edição 25. Hiro Okita (2015, p. 78) comenta que a proposta de participação no 1º de Maio foi levada à votação no I EGHO, e se tornou um divisor de águas para o movimento. Este debate acabara por polarizar o *Somos*, não se permitindo chegar a um consenso sobre a participação do grupo no Dia do Trabalhador. Ainda assim, integrantes do movimento decidiram formar uma comissão pró-primeiro de maio, se tornando o “primeiro contato do movimento homossexual com os trabalhadores do ABC”. (OKITA, 2015, p. 79)

No próximo número, a tensão entre o movimento homossexual e o *Lampião* se tornou cada vez mais elevada. Na dramática seção *Ativismo*, na trigésima terceira edição do *Lampião*, Aristides faz o seguinte alarde: *Jogaram bosta no II EGHO*. Representante do jornal responsável por participar da reunião de elaboração do II Encontro de Grupo Homossexuais Organizados, Nunes acentuou que o periódico havia sido boicotado na reunião e que os grupos homossexuais do Rio de Janeiro, entre eles o grupo *Auê* e o *Somos*, resolveram não mais participar da elaboração do evento, comunicando a decisão após reunião secreta, da qual o repórter lampiônico não pôde participar.

Como resposta, o jornal alegou que assumiria o controle da execução do II EGHO, que aconteceria em abril de 1981, no Rio, o que causou o maior furor entre os coletivos. As tensões se elevam mais ainda na edição 34, a penúltima a possuir a seção *Ativismo*. No texto *Novela: porque o II EGHO dançou?* escrita a duas mãos, as de Glauco Mattoso e, novamente, de Aristides Nunes. Dessa vez, o jornal banaliza os dissensos entre os grupos políticos não se posicionando efetivamente, mas destilando ironia sobre a história, chamando esses desacordos de novela das oito e infantilizando o posicionamento político dos homossexuais. É fundamental destacar a linguagem irônica em que o jornal utiliza ao relatar os bastidores da organização política homossexual, porque, se durante um tempo o periódico utilizou-se desta maneira de falar para se defender de diferentes setores da sociedade contra os homossexuais, agora ele absorve essa mesma ferramenta política para atacar os próprios homossexuais. A matéria se inicia com o seguinte parágrafo:

Se LAMPIÃO fosse um jornal diário, talvez conseguisse manter seu público informado cada novo capítulo da novela “Os bastidores do EGHO”. Resta saber se a novela daria ibope. Em todo o caso, e já que o jornal é mensal, aqui

vai um compacto dos lances posteriores à sensacional saída de cena da comissão carioca. (MATTOSO, 1981, p. 4)

Desta vez, a decisão do jornal de assumir a execução do II EGHO não foi bem recebida pelos grupos organizados de São Paulo. Entre eles, o *Somos*, a *Ação Lésbica Feminista*, *Fração Homossexual da CS*, *Terra Maria* e *Alegria Alegria* publicaram uma carta aos congêneres do país, discordando do controle do encontro ser assumido pelo periódico e pedindo a transferência do evento que ocorreria no Rio para São Paulo. Reivindicaram que grupos fizessem parte da comissão organizadora do evento, ainda que fossem mantidos o calendário e o temário programados. Notem a quantidade de grupos que estavam contrários ao jornal. Não é possível acreditar que *Lampião* não tivesse sido responsável por nenhum motivo que pudesse ter gerado essa controvérsia.

Os posicionamentos daqueles grupos que não assinaram a carta foram rachados. O *Outra Coisa*, *Libertos* e *Eros* não reconheciam o *Lampião* e nem os cinco grupos como membros legítimos para organização do Encontro. O grupo *Terceiro Ato*, de Belo Horizonte, segundo relato da matéria “não dera mais sinal de vida, e o correio tem devolvido as cartas endereçadas à sua caixa postal”. Integrantes do *Grupo Gay da Bahia* “encaram todo o sururu Rio-São Paulo em torno do EGHO como mais uma roupa suja local”. Apesar de Glauco Mattoso afirmar que não daria sua opinião sobre o assunto, pois seria “apenas mais um telespectador”, utilizou seu poder de redator para ironizar a situação crítica em que o movimento vivia. (MATTOSO, 1981, p. 4)

No segundo texto da matéria escrito por Aristides Nunes (1981, p. 4), “que continua apresentando a novela das oito”, alegou-se que o distanciamento dos grupos *Auê* e *Somos*, ambos do Rio de Janeiro, “se deu basicamente como forma de afastar a possibilidade de participação deste jornal nas reuniões da Comissão”, e que por este motivo não lhe causara estranhamento em sete dos dez atuais grupos que fizeram coro à decisão proposta dos cinco grupos paulistas. Em definitivo, o jornal se posicionou de forma mais clara ao dizer que o:

Lampião, no entanto, quer deixar bem claro que não existem divergências com os grupos organizados cariocas; o que acontece é que as pessoas confundem os grupos com seus líderes, e aí a coisa se complica. É claro que dentro do jornal existem pessoas que não suportam sequer o contato visual com os tais líderes (eu me incluo no meio destas pessoas), mas não quer dizer que isto se estenda a todo o grupo. Por outro lado, não partiu do jornal *Lampião* a ideia de organizar o Encontro, caso a tal Comissão se demitisse. Na verdade, um grupo de homossexuais cariocas, alguns até antigos militantes, é que resolveu tomar para si a tarefa de realizar o encontro aqui de qualquer forma, já que os membros da comissão tiraram as bundinhas da reta. Esta proposta recebeu o

apoio do jornal *Lampião*, que, como no ano passado, daria toda cobertura necessária ao evento. (NUNES, 1981, p. 4)

Lampião novamente omite o ponto de vista dos demais grupos não somente por fragmentar a visão dos outros coletivos, exibindo convenientemente aqueles que estavam isentos ou ao seu favor. Além disso, se exime da responsabilidade por qualquer divergência política, ainda que em número significativo de suas matérias se posicionem objetivamente acerca da atuação política de alguns grupos próximos ao movimento. Ao mesmo tempo, tecia posicionamentos muito bem delimitados sobre quais seriam as formas que os homossexuais deveriam se relacionar, e qual era a maneira mais adequada de politizar a sexualidade e o movimento. Parece evidente o processo de atrito entre os grupos e o mensário onde ficam retratados diferentes posicionamentos em um objetivo que deveria ser comum: o II Encontro de Grupos Homossexuais Organizados. Entretanto, isto não parecia ser o suficiente para manter a atividade. Na próxima edição, a trigésima quinta, o *Lampião* discute os acontecidos do III Seminário da Mulher Paulista, sem menções ao ocorrido. Após isto, a seção *Ativismo* deixa de existir no jornal e, poucas edições depois, o próprio jornal. Parece que a tão anunciada novela havia ficado sem o capítulo final.

CAPÍTULO 4: *Um Lampião para as Cartas na Mesa*

O estudo da seção onde eram publicadas as missivas escritas pelos leitores do *Lampião* se constitui um dos nossos interesses no inquérito dos discursos políticos das páginas lampiônicas. Neste capítulo, se debate em que medida as opiniões do jornal confluíam ou divergiam com aquelas emitidas pelo público através das cartas. Para isso, devemos levar em consideração a existência das diferentes camadas das produções das epístolas, os embates internos e externos contidos em composição temática do jornal polarizados nas disputas entre os tópicos sobre o ativismo homossexual em detrimento dos outros. Ao longo das 38 edições lançadas, é possível observar uma relativa constância da demanda por assuntos políticos que (in)diretamente se exibiam transversais em todo jornal e, nesse caso, na seção *Cartas na Mesa*.

Alguns cuidados devem ser tomados na análise deste ambiente. Apesar do suposto critério de sorteio²⁹ para publicação, algumas das cartas eram respostas imediatas a edições anteriores, que faria isso ser uma imensa coincidência. Muitas das epístolas corroboravam uma narrativa específica do paladino e eram utilizadas pelo Conselho como uma forma de validar suas opiniões ou responder (in)diretamente pensamentos divergentes. Isso sem esquecer de levar em consideração o processo de fabricação de correspondências pelos “Senhores do Conselho”, prática confessa por um dos editores no documentário de 2016, intitulado *Lampião da Esquina*, e dirigido por Lívia Perez.³⁰

No material, um dos colaboradores do jornal, Antônio Carlos Moreira,³¹ afirma que algumas matérias despertavam grande expectativa do Conselho Editorial, principalmente do Aguinaldo Silva, e, quando essas não tinham a repercussão desejada, os próprios editores as fabricavam. Em uma das declarações no material audiovisual, Moreira – por volta do minuto dezoito e meio – diz que Silva era quem dava ideia de fazer missivas sobre a matéria que desejasse repercussão. Ele afirmava que esses agiam “como se fôssemos leitores, e, [depois] respondíamos a carta”. A declaração de Moreira incrementa o olhar sobre o jornal, principalmente por expor o desejo de Aguinaldo Silva de que o mensário garantisse

²⁹ *Lampião* na edição 22 (março, 1980) responde um leitor que havia reclamado da não-publicação de suas cartas anteriores. Em resposta, o jornal diz “Assim, não foi por censura interna que deixamos de publicar (...) é que a gente recebe dezenas de cartas por dia, e o espaço aqui só dá pra publicar algumas. Assim, depende da sorte da boneca missivista na hora do sorteio” (LAMPIÃO, 1980, p. 18)

³⁰ LAMPIÃO da Esquina. Direção de Lívia Perez. [s.l]: Doctela, 2016. Color

³¹ O jornalista que participou da construção do jornal diariamente entre os números 23 e 37 (RODRIGUES, 2010, p. 59)

reverberação. Também aponta para a probabilidade de os editores do jornal favorecerem missivas, ou até mesmo matérias, que pudessem gerar algum tipo de controvérsia a vir ser discutida pelos leitores e, posteriormente, apresentadas e ou rebatidas na *Cartas na mesa*.

Todos os números possuíam seção de cartas, constituindo-se uma de suas partes mais estáveis. O Conselho dedicou, em média, em torno de uma a duas páginas para *Cartas na Mesa*. As missivas eram separadas por títulos escolhidos pelos editores dispostas na seção, algumas obtinham respostas do Conselho, porém era mais que frequente apenas a reprodução das palavras do suposto leitor. Até o trigésimo número, novembro de 1980, a seção era a penúltima do jornal e, até então, mantinha uma média de duas páginas destinadas a tribuna dos leitores. A partir do trigésimo primeiro número, um deslocamento foi feito: *Cartas na Mesa* começaria a abrir as edições, e, até o seu número final uma única página seria destinada para as missivas.

Para essa parte da produção, discutimos um total de treze edições que podem melhor caracterizar e evidenciar diversos aspectos sobre o movimento homossexual: a) as perspectivas políticas dos leitores em detrimento as posturas apresentadas pelo jornal; b) que demandassem por temáticas relacionadas a movimentos políticos; c) e, até mesmo, que fossem a reprodução de enunciados de movimentos organizados surgidos ao longo da trajetória do periódico. Desse modo, investigamos sobre em que medida o *Lampião da Esquina* conseguia se conectar politicamente com seu público buscando dimensionar essa relação. A seção de cartas foi apresentada na edição *zero* da seguinte maneira:

A idéia do Conselho Editorial de LAMPIÃO é fazer de sua seção de Cartas na Mesa uma **espécie de tribuna** através da qual seus leitores possam se expressar à vontade, inclusive **fazendo críticas ao próprio jornal**. É possível chegar ainda mais longe: esta seção será ampliada de acordo com a correspondência recebida, e poderá ir até a publicação de artigos, foros, etc. enviados pelos leitores e que se enquadrem na linha de idéias que norteou a criação do jornal. Da primeira leva de cartas recebidas selecionamos as que melhor representam essa orientação (LAMPIÃO, 1978, p. 16. Grifos nossos)

Como podemos ver, o jornal demandava a participação de seus leitores, solicitando que estes enviassem seus comentários, críticas e produções, explicitando que essas últimas seriam publicadas desde que estivessem de acordo com os contornos ideológicos do jornal. Então, desde aqui, podemos corroborar a existência de uma pré-seleção das cartas a serem publicadas. A primeira edição deixa implícito a presença de uma filtragem a respeito de qual tipo de material poderia ser publicado. Nesta mesma edição, sete cartas foram publicadas.

Em *Apelo ao jovem guei*, de Paulo Bonorino da cidade de Canoas (RS), indagava “o que faremos para nos integrarmos ao movimento homofílico³² mundial?”. (BONORINO, 1978, p. 15) A carta do Bonaro publicada em 1978, contextualiza o período de mudanças em que a comunidade *guei* daquele momento surgia, e o autor contestava o uso da palavra “gay” ou “*guei*” “simplesmente porque não podemos defini-las como alegres por natureza ou essência”, já que uma das traduções possíveis à época para palavra gay era “alegre”.³³ Além disso, com um tom nacionalista, ele contestava a origem da expressão, associada a uma “americanização de nossa homofilia, que ao meu ver deveria ser bem verde amarela mesmo”. Bonoro compreendia que aquele era o momento para melhor discussão sobre as questões a respeito desses tipos de sexualidade: “este era um papo interessante porque temos que nos entender um tanto sobre o sentido das palavras que empregamos, principalmente quando estas nos são **novidades** ainda”. (BORONO, 1978, p. 15. Grifo nosso)

A correspondência refletia sobre a construção de uma coletividade homossexual e indagava ao jornal qual seria a melhor forma de fazer isso. Desde então, percebe-se dois elementos: o primeiro é sobre a sensação de “novidade” que aquele momento representava para alguns setores da comunidade homossexual, e o segundo é como desde o início o *Lampião* era visto como elemento-chave para possibilitar uma interlocução coletiva, ou ao menos queria se apresentar assim. A possível “novidade” enunciada pelo leitor remontava, provavelmente, a meados de 1970 quando o movimento homossexual havia angariado muita atenção pela luta por direitos civis, sobretudo nos Estados Unidos, e que no Brasil buscava encontrar seus próprios caminhos. Bonaro exibiu uma vontade de que o movimento fosse o mais brasileiro quanto possível e demandava por maior profundidade nas escolhas feitas para sua condução. Ele questionava o uso da palavra “gay” de origem norte-americana, que apresentava uma perspectiva pouco complexa do que seria ser um homossexual, associando-o a uma imagem estática, removendo a complexidade do grupo social ao associar gays à comportamentos felizes, que tornavam-se um estereótipo.

O leitor também se preocupava com o percurso que muitos jovens sofriam. Ao dizer que “o que faz o jovem homossexual brasileiro hoje quando se depara com sua singular condição e

³² Edward MacRae associa esse termo como remanescente dos movimentos em defesa dos direitos para os homossexuais no fim da década de 1940. Àquele tempo, os ativistas “às vezes aceitavam a noção da homossexualidade ser uma doença” e enfatizavam uma suposta respeitabilidade rejeitando o uso do termo homossexual “devido à sua ênfase no ‘sexual’ e outros neologismos eram adotados como ‘homófilos’ e ‘homoerótico’” (MACRAE, 2018, p. 41)

³³ Jorge Caê Rodrigues afirma que “com o tempo esta associação desaparece, e a palavra passa a significar apenas o homossexual masculino” (2010, p. 56)

com a atitude dos demais para com as pessoas como ele? Normalmente toma muitas atitudes que (...) vem a prejudica-lo”. (BONORO, 1978, p. 15) Bonaro acreditava que a única forma de evitar isto seria que “sua atitude terá que ser antes de tudo indiscutivelmente a de alguém que se ama e a si mesmo”. E continua: “quem se ama a si mesmo recusa-se a se autodestruir moral ou fisicamente, recusa-se a ceder a pressões sociais discriminatórias reage e vence na medida do possível”. E finaliza dizendo: “O que esperamos com este jornal é tornar esta ‘medida do possível’ bem mais ampla para muitos, querido amigo”, pois “é integrando a comunidade homofilia brasileira que integraremos a comunidade homofilia universal”.

Apesar da perspectiva de unidade proposta por Bonaro, os elementos sugeridos por ele para iniciar o que viria a ser uma “integração da homofilia” eram permeados de processos de autodescoberta e autovalorização como caminhos para o avanço de uma construção coletiva. Para tal, ele fazia um chamado aos homossexuais e solicitava que esses se colocassem contra a opressão sofrida a qual, ao mesmo tempo, não corrompessem suas integridades físicas ou morais. Do âmago das incipientes armas para formulação de uma política homossexual surgiria um de processo individual, visto que as agremiações políticas em defesa dos homossexuais estavam em processo de remonte, (re)definindo as primeiras linhas de um programa voltado para enfrentamento.

A negação de premissas totalizantes e de suposto sujeito universal contestavam uma tradição marxista de fazer política que começava a ser redesenhada a partir do fim da década de 60. Em meados da década de 70, esse processo se aprofunda pressionando para a necessidade de introduzir novas metodologias políticas através da fragmentação dos sujeitos, apontando subjetividades e valorizando aspectos culturais. A carta de Bonoro parece coadunar com esse contexto, pois não compreendia uma busca através das organizações políticas tradicionais, como partidos políticos ou sindicatos, ainda muito caros às organizações de esquerda. A luta proposta se fragmentava para um caminho individual, de identificação, e particularmente não embasado em nenhuma teoria específica que fugisse, prioritariamente, das vivências de seus membros. Vale ressaltar que essa visão se assemelhava à tese largamente defendida por Trevisan e seus aliados, aqui, apresentada desde a edição *zero*, como uma opinião dos leitores.

Isso sem mencionar que, novamente, é possível observar o mensário como um elemento catalisador dessa luta *guei* ao difundir formas de lidar e lutar em favor dos homossexuais. As palavras de Bonoro são fundamentais para compreensão de como *Lampião* estava emergindo na trajetória daquelas pessoas. O jornal era compreendido como um componente balizador dos debates acerca das sexualidades e este papel foi recorrentemente cobrado ao mensário.

Na primeira edição (maio de 1978), o *Lampião* recebeu uma carta intitulada *Assumir o quê*, de Guilherme Império, em que o suposto leitor contestava o incentivo do jornal ao ato de assumir:

(...) Agora no Brasil fala-se muito em assumir. Cada um tem que assumir o que ‘realmente é’, assim se ‘libertando’, e assim por diante. Mas que quer dizer isso tudo? Quer dizer que as pessoas por uma razão ou outra gostam de ter relações com pessoas do mesmo sexo têm que assumir a ‘condição’ de ‘guei’, ‘lésbica’, ‘homossexual’, ‘veado’, ‘bicha’, e ‘entendido’, ou coisa que o valha. Tudo bem. Será? Creio que está tudo muito mal, e que o ‘assumir’, longe de ser uma libertação do indivíduo, constitui-se no mais sutil endossar dos interesses da sociedade patriarcal, pois, o ‘assumir’ acaba reforçando a idéia de que pessoas que transam com pessoas do mesmo sexo são realmente **diferentes**. (IMPÉRIO, 1978, p. 14)

A carta acima é um indício sobre a existência de processos de disputas das políticas sobre as homossexualidades. Diferente de Bonaro, que defendia que os homossexuais buscassem se compreender, se integrar, se autovalorizar, Guilherme Império acreditava que assumir uma identidade dissidente, ou nomeá-la, criaria uma forma de segregação, pois especificar esses indivíduos imprimia às pessoas homoafetivas um cunho diferente das demais. Império não visualizava que a postura pública de autoafirmação sobre a sexualidade era um mecanismo de fazer política. O leitor não compreendia que através disso poder-se-ia dizer aos demais membros da sociedade e para os detentores dos poderes que um sentimento de unidade entre esses dissidentes existia, auxiliando no processo de conquista de direitos, espaços sociais e no combate ao preconceito, pois só se pode combater aquilo que sabemos que ele existe. A resposta do mensário conflui neste sentido ao dizer:

(...) LAMPIÃO não disse até agora que as pessoas devem “assumir” a própria sexualidade e se fechar dentro dela, nem pretende dizê-lo. Nós saímos às ruas exatamente para pregar outra coisa: que **transar** (qualquer que seja a forma de **transação**) é gostoso, faz um bem enorme à pele e, acima de tudo, não dá câncer!

(...)

Agora também tem uma coisa: é preciso ter cuidado com a maneira como se coloca essas coisas. Muita gente usa esse argumento seu, de que homossexual não deve se fechar num gueto, exatamente para justificar a discriminação. “se você não falar do seu problema, o seu problema não existe”. Sem essa: o problema existe sim; apenas ele não [sic] privilégio dos homos. Veja as mulheres, veja os machões. Está todo o mundo junto, embarcando nessa canoa furada de achar que o sexo tem limites precisos. (LAMPIÃO, 1978, p. 14. Grifos do autor)

A resposta relativamente desviada do *Lampião* sobre se assumir pode indicar que esse estava procurando dialogar com diferentes setores da comunidade, ou até mesmo, de dissenso

interno sobre o tema. O que foi escrito pelo mensário parecia se afastar de um comprometimento com algum projeto político mais delineado. Entende-se que talvez existisse uma busca de desmitificar a ideia que o jornal estivesse voltado exclusivamente para a pauta dos homossexuais, tentando introduzir um assunto majoritariamente comum a todos, o do sexo. Entretanto, observa-se que, desde a primeira edição, o paladino jornalístico apresentava uma pauta política-base a respeito do papel político e de satisfação pessoal do sexo.

De todo modo, a carta de Império parece ter servido de inspiração para João Mascarenhas, que escreve um artigo na seção *Opinião* intitulado *Assumir-se? Por quê?*, na segunda edição, discutida anteriormente. A apresentação de uma matéria que buscava iluminar os leitores homossexuais sobre as vantagens políticas e pessoais de lidar de maneira afirmativa com a sua sexualidade, se tornando um passo para compreender a busca do mensário em formular uma política, e em se articular com as demandas e questionamos inspirados pelo público. Provavelmente, o lampiônico, que respondeu a carta do leitor, não deve ter sido o mesmo que fez o artigo, indicando processos de disputa sobre formas de lidar com a sexualidade dentro do Conselho Editorial.

No número três, julho de 1978, em *Lampião é desnuado*, uma carta emitida pelo *Somos* (SP) expunha algumas transformações que esses gostariam de ver no mensário. Dizemos de antemão que essa carta não foi respondida pelo Conselho, mas que revela algumas preocupações do coletivo paulista no que concerne ao andamento do jornal. Dedicada “Aos amigos do LAMPIÃO”, a missiva acreditava que o mensário era um “ponto de luz em meio à imbecilidade das posições fechadas em geral, e à homossexualidade em particular”, e considerava o paladino o “único órgão da imprensa tropical realmente interessado no problema da sexualidade”. Segundo os signatários, o *Lampião* surgiu como temática para missiva “de conversa em conversa (...) de uma reunião especial, motivada por muito chá e biscoitos”, certificando-se em garantir certa espontaneidade para a motivação do escrito. A correspondência do *Somos* também alegava que “o produto da nossa discussão não expressa uma posição unitária do grupo, mas posições de seus participantes”. (SOMOS, 1978, p. 14)

A missiva que ocupa sozinha um terço do espaço de uma página comum de periódico, estava dividida em quatro tópicos com subitens destrinchando cada tópico correspondente. As quatro partes eram sobre: “As impressões gerais sobre o jornal: título, símbolo, capa e diagramação”; “O jornal como um todo e a proposta do jornal”; “Os artigos”; e “Sugestões para os próximos números”. A decisão do *Lampião* em publicar a carta na íntegra é um indicativo do respeito e cordialidade que mantinha com o incipiente movimento organizado. Em 1978, o

Somos estava dando seus primeiros passos para a organização política dos homossexuais, como frequentemente comentado ao longo da dissertação. Para a análise dessa missiva, destacaremos os trechos que estão diretamente relacionados com a elaboração de políticas para os *gueis*.

Os tópicos conjuntamente fazem uma série de indagações sobre o posicionamento reforçando de normas de gênero do *Lampião* sobre assumir-se enquanto um mensário homossexual além de outras reflexões:

(...) O símbolo do jornal, foi interpretado como a combinação de uma representação estilizada do rebelde com representação de um falo; é uma coisa “fria” [sic]; (...) a representação fálica é uma atitude agressiva e machista; é uma posição desrespeitosa em relação as mulheres;

(...) Até agora não está clara para alguns a proposta do jornal; reflexão da indefinição do meio homossexual?; o jornal tem medo de decidir-se por ‘assumir’ ser um jornal homossexual, e deixar para outras minorias ‘transarem’ os seus jornais?; e a caracterização do jornal através do lançamento em boates gays, pelo fato de ter assinantes gays, e o fato de o jornal ser feito por onze bichas; é um jornal homossexual?

(...) A semelhança com o [jornal] Movimento, nos transparece do seguinte modo: “somos bichas, mas somos sérios (intelectuais)”; como uma desculpa pelo fato de serem bichas (SOMOS, 1978, p. 14)

Assim como Bonaro, o *Somos* visualizava que o *Lampião* tinha um papel para formação de políticas voltadas para o público homossexual. A cobrança do grupo solicitava uma postura menos normativa e mais “assumida” do mensário em relação a essa função. E, portanto, tanto os leitores, como os movimentos que estavam se organizando associavam-no à homossexualidade. Esse vínculo estava marcado desde sua formação até o seu processo de difusão, em boates e outros espaços de sociabilidade homoafetivos, com interlocução direta de indivíduos de sexualidades dissidentes. A caracterização dos aspectos normativos feita pelo *Somos* analisava o reforço de estereótipos de gênero reproduzidos por um corpo editorial composto majoritariamente por homens brancos intelectuais de classe média. A associação do mensário a um falo seria sintoma desse estado de coisas.

Cabe ponderar, entretanto, se não havia pretensão de subverter a ideia do poder relacionado ao falo, pois esses mesmos homens compunham um grupo social costumeiramente visto como categoria subalterna diante de masculinidades dominantes ou, como diríamos hoje, como norma cis-branca-heterossexual. Macular um ícone de masculinidade brasileira, como o *Lampião* cangaceiro, o vinculando a um grupo mobilizado por “bichas”, pode ser encarada como uma forma de insubordinação utilizando o deboche como uma ferramenta linguística

contestadora. Além disso, o argumento que conectava o falo à ofensa contra as mulheres é uma preocupação com esse grupo ou revelava uma incompreensão de que o falo não necessariamente remetesse exclusivamente aos homens? Podendo revelar que o *Somos* ao criticar o jornal também acabava por reproduzir concepções normatizadoras da relação corpo *versus* identidades de gêneros e ou sexualidades.

De todo modo, deve-se observar a ideia que buscava cristalizar uma associação entre o gênero masculino e prestígio intelectual. Em outros momentos é possível notar a tentativa de enquadrar autoridade/poder às ideias normativas de masculinidade. Exemplo disso é o conselho editorial do *Lampião* se autointitular “Senhores Conselheiros” (LAMPIÃO, 1978, p. 2), empregando uma tônica androcêntrica para reforçar a concepção de que, apesar de serem homossexuais, eles ainda eram homens e “senhores”, e por isso deveriam ser levados a sério. Algo evidentemente patriarcal. Considera-se isso um equívoco, mas não estaria o nosso paladino jornalístico negociando impor respeitabilidade diante de outros periódicos feitos por completos “machões” na intenção de validar, de algum modo, sua credibilidade? Hoje continuamos a ter dificuldade de vincular a comportamentos femininos a lugares de poder. As eleições de 2018 revelaram que apenas 15% do Congresso Nacional é formulado por mulheres.³⁴ E, somente, em 2018, um senador abertamente LGBT³⁵ foi eleito pela primeira vez na história do país, 40 (quarenta) anos depois da primeira edição do *Lampião da Esquina*. Pensamos, então, como isso poderia ser arduamente complexo em meados da segunda metade da década de 1970.

Ainda na terceira edição em *Rodando a baiana*, um leitor de Salvador (Bahia), Carlos Québec, se coloca favorável ao posicionamento afirmativo do *Lampião* em sair do armário, escrito por Mascarenhas. Mas são sobre os posicionamentos de João Silvério Trevisan que Québec se debruça ao corroborar suas opiniões sobre a aproximação do movimento homossexual com a Convergência Socialista:

(...) o nosso querido Trevisan foi clarividente acerca da Convergência Socialista. A moralidade presente nesta ‘esquerda’ é as vezes pior que a da Igreja do Medievo. E quanto às mulheres e aos negros que estavam na reunião da Convergência e que disseram que estavam dispostos a esquecer suas reivindicações, são antes de nada alienados (...) A “Luta Maior” é sem dúvida a mais importante historicamente. Só que, no bojo da luta maior não se pode

³⁴ MONTESANTI, Beatriz. Mulheres são 15% do novo Congresso, mas índice ainda é baixo. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/mulheres-sao-15-do-novo-congresso-mas-indice-ainda-e-baixo.htm>>. Acesso em: 08 out. 2018.

³⁵ FOCO, Congresso em. Primeiro senador gay é eleito e representatividade LGBT aumenta no Congresso. 2018. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/primeiro-senador-gay-e-eleito-e-representatividade-lgbt-aumenta-no-congresso/>>. Acesso em: 08 out. 2018.

desprezar a individualidade de cada um (vide todas as revoluções que se autoproclamam socialistas), senão saírmos [sic] de opressão para entrar numa outra. (QUÉBEC, 1978, p. 15)

Essa é a primeira missiva analisada que faz uma menção direta sobre a ligação do movimento homossexual aos coletivos e militantes de esquerda. Québec não conseguia conceber a ideia de os homossexuais se eximindo de sua pauta específica em troca de uma “luta maior”, essa última marcada pelo fim do capitalismo e contra a ditadura militar no Brasil. Entretanto, ele reconhece sua importância, pois o que na verdade ele desprezava era a moralidade e o suposto dogmatismo das instituições políticas alinhadas a um pensamento de “esquerda”. Para ele, deveria existir um desprezo por modelos políticos pré-estabelecidos por achar que as revoluções que se autoproclamavam socialistas continuavam a reproduzir opressões contra indivíduos de sexualidades dissidentes. A carta de Québec foi, provavelmente, uma resposta ao polêmico debate sobre imprensa alternativa organizado pela Convergência Socialista discutido no segundo capítulo, e serve de demonstrativo sobre o momento de disputas do fazer político para os homossexuais, revelando que parte do público leitor do mensário estava convergindo com as opiniões anti-esquerda emitidas por esse.

Entretanto, um outro tensionamento causado por Carlos Québec circulava sobre a independência proferida pelo jornal. Ele indagava: “Mas ainda não chegamos ao principal: a propaganda que você, meu querido LAMPIÃO, fez da tal de ‘imprensa independente’. Eu antes de jogar o epíteto ‘independente’, perguntaria antes: independente de que? De quem?” (QUÉBEC, 1978, p. 15). O trecho criticava o *Lampião* por fazer publicidade de jornais como o *Versus*, *Movimento* e *Beijo*, que haviam se recusado a publicar fazer uma entrevista com Winston Leyland. Ele dizia: “Você está parecendo Bicha-burra LAMPIÃO! Esse tipo de imprensa não é independente (...) São preconceituosos, pedantes e antes de mais nada, pequeno-burgueses”. E complementa associando nosso paladino jornalístico a Ney Matogrosso, Chico Buarque e Cuba. “Você acaba fazendo o papel de Ney (...) que apareceu no Interview (virgem maria!) abraçado com Chico Buarque de Holanda. O mesmo Chico que foi a Cuba no maior folclore. A mesma Cuba que mandou os homossexuais para os campos de concentração agrícolas”. (QUÉBEC, 1978, p. 15)

Novamente, o público questionava a credibilidade e engajamento com o grupo homossexual do mensário. Dessa vez, *Lampião* é questionado em seu comprometimento com uma das suas principais pautas: independência, ou melhor, a ideia de não estar vinculado a nenhuma organização, principalmente aquelas que possuíam qualquer vínculo com a esquerda. Na carta acima, analisa-se o inquérito das atitudes do *Lampião* por manter-se próximo ao cantor

Ney Matogrosso, ícone cultural da década de 1970, devido a suas performances que borravam os limites de gênero; e da mídia alternativa da época, que faziam parte de uma categoria jornalística que se opunham aos veículos tradicionais e à censura feita pelos governos militares, grupo esse da qual *Lampião* também fazia parte e sofrera perseguição. Québec ignorava esses elementos para manter um errôneo purismo ideológico típico das perspectivas mais conservadoras.

A resposta de *Lampião* foi contundente:

R. - É, Québec, Winston Leyland é que tem razão; para um homossexual, a atuação a nível político é duas vezes mais complicada. Isso fica bem claro na sua carta, que é muito oportuna quando fala da esquerda autoritária, mas complica demais ao misturar Ney Matogrosso com revolução cubana (o único ponto de contato entre as duas é a rumba Cubanacan). Quanto ao anúncio da “imprensa independente” em nossas páginas, foi apenas uma brincadeira, que pensávamos ser sutil [sic] mas perceptível. Uma brincadeira como LAMPIÃO inteiro, uma vastíssima brincadeira, pois tudo o que nós queremos (ai, que preguiça!) é vadiar.

(...) P.S. – Bicha-burra é a mãe.

Apesar de concordar com a postura do leitor a respeito do afastamento dos homossexuais aos movimentos de esquerda – seu bastião político ao longo da trajetória do mensário – o *Lampião* defende Ney Matogrosso da associação negativa feita por Québec, que utilizou Chico Buarque para limar a imagem desse primeiro ao associá-lo equivocadamente a Cuba, país socialista que perseguiu homossexuais. Todavia, o periódico demonstrava-se sorrateiro quando confrontado, não assumindo abertamente seus posicionamentos, dizendo que tudo não passaria de uma brincadeira, afirmando que o próprio jornal seria inteiramente uma vadiagem. Parece um paradoxo entre os posicionamentos assertivos do jornal sobre as posições políticas. Se tudo que o jornal queria era vadiar, porque tanta preocupação sobre o rumo dos movimentos homossexuais? A impressão que se tem é que *Lampião* gostava de contrapor seus posicionamentos políticos em uma tentativa de manter suas posições superficialmente neutras, o que evidencia a dificuldade de um discurso único ou englobante para o jornal.

Em *Quem está com a bandeira?* da quarta edição, de agosto de 1978, Iso Fischer – São Paulo (SP) – elogiava a iniciativa do mensário por “não ser um jornal-guei para gueis e sim para pessoas” e questionava as sugestões propostas pelo *Somos* na edição anterior, ao falar que “me soou como críticas de literatura (ou da música) reunidos, lá no Olimpo, dizendo o que está bom e o que não está (...) o que mais me encheu o saco na carta é que, me parece, [que] eles não gostaram de nada”. (FISCHER, 1978, p. 18) O texto também fazia uma série de

observações ao dizer que “o nº 2 [foi] bastante forte gostei muito do artigo sobre a *Convergência Socialista* – é uma velha briga minha nos meios do M.E. [Movimento Estudantil]”. (FISCHER, 1978, p. 18) Fischer era mais um dos leitores do *Lampião* que estava questionando os caminhos políticos do movimento homossexual, e entrava em consenso com as propostas políticas do periódico enquanto se opunha as sugestões do grupo *Somos*. A publicação da carta não deixava de ser uma resposta indireta do periódico à missiva do grupo homossexual, pois a carta de Fischer não obteve resposta direta. É, portanto, possível pensar que *Lampião* estava de acordo com as ideias propostas pelo leitor e, valendo-se de alguma diplomacia, não falou abertamente contra ou sobre os posicionamentos do coletivo homossexual, mas deixou transparecer sua opinião através de seus leitores.

A missiva *Um engano lamentável*, escrita na mesma edição, por L.C.A, de São Paulo (SP) comentava erroneamente o texto de João Silvério Trevisan ao direcioná-lo a outro membro do Conselho Editorial. Ele retifica o erro em uma segunda carta publicada na quinta edição do *Lampião*. Seus comentários divergem ideologicamente das demais contribuições dos leitores acima. Em sua carta, L.C.A repudia a postura anti-esquerda do jornal ao afirmar:

(...) [sic] Bom, mas o negócio é que estou achando boboca essa rixa com a esquerda. Achei o texto do Antônio Chrysóstomo no nº 2 tremendamente boboca. Além de não servir a propósito algum, foi descortês e alienado. Alienado porque misturou tudo e fez uma “salado paulista” para impressionar os menos avisados. Eu concordaria que vocês tomassem essa posição se nós vivêssemos numa democracia burguesa (tipo USA ou capitalista europeus) [sic], mas essa posição dentro de um regime como o brasileiro é tremendamente desagradável, para se dizer o mínimo. Acho bom vocês manerarem a língua pois senão seus leitores serão somente aqueles iguais ao Carlos Quebec (Cartas na Mesa LAMPIÃO nº 3); um baluarte (mais um) da direita reacionária. Ou então, ao lado de um reacionário (Antônio Chrysóstomo) publiquem o artigo de um “progressista” para contrabalencar a coisa, para que seus leitores não fiquem com uma visão só de direita (L.C.A, 1978, p. 18)

Transcrevemos integralmente o conteúdo da carta, mas vê-se que a carta de L.C.A foi editada pelo mensário: as reticências colocadas na citação indicam que a carta desse leitor não foi publicada em sua totalidade como as demais favoráveis ao posicionamento anti-esquerda do jornal. A resposta do *Lampião* se resumiu em dizer que “Depois de levar essa saraivada de bofetões, Chrysóstomo levantou-se e nos perguntou sem entender nada: ‘Mas o que foi que eu fiz?’ Acho que você andou lendo outro jornal, L.C.A, pois no nº 2 o Chrys não escreveu nada. Qual é a sua?” (LAMPIÃO, 1978, p. 18). Essa correspondência desdobrou-se na quinta edição, de outubro de 1978, em *Pedido de desculpas*, o redator da missiva pede “perdão de joelhos” a

Antônio Chrysóstomo, por confundi-lo com o “perverso” João Silvério Trevisan, e diz que “tudo aquilo que eu tinha dito pro A.C. fica redobrado para essa criatura hedionda do J.S.T”. Como se não bastasse, o missivista ainda pede para dizer “ao malfado JST que ele é um bokomoko. Fala para ele escrever sobre tudo, menos política” (L.C.A, 1978, p. 15). L.C.A não demonstrava nenhum posicionamento político e acabara se comportando de modo pouco complexo e curiosamente afeiçoado por siglas. A resposta do *Lampião* foi:

Querido, L.C., ainda bem que você pediu desculpas ao Chrysóstomo; foi mesmo a tempo. Agora você já ouviu falar numa coisa chamada “patrolheiro ideológico”, muito discutida atualmente? Pois você parece exatamente um patrolheiro ideológico; isso quer dizer sinônimo de “fascista”. Trevisan esteve presente na reunião da Convergência, fez uma análise, ponderou o que viu. Você não pondera nada. Você parece estar apenas querendo defender seu pacote de dogmas, seu partido. E olha, querido, isso aí é exatamente o que a direita faz: não permitir discussões e impor “pacotes”. Se quiser saber, nós também protestamos contra as prisões arbitrárias dos membros da Convergência. (...) Aliás, o termo "bokomoko" já faz tempo que caiu em desuso. Pode espernear à vontade: o Trevisan escreverá sobre o que quiser, querida, inclusive sobre política. Depois, ele não é tão hediondo assim. Tem muita gente que gosta não só da cuca mas também do visual dele. **Obrigada.** (LAMPIÃO, 1978, p. 15. Grifos nossos)

A postura de L.C.A foi pouco argumentativa, mas indica que nem todos os leitores do jornal estavam satisfeitos com a postura anti-esquerda do jornal. A missiva considerava que as posições do periódico eram inadequadas ao momento político em razão do Estado de sítio distante dos modelos de democracias norte-americanas e europeias. O jornal aproveitou a ausência de discussão política mais profunda do missivista e utilizou todo seu arsenal linguístico em seu típico sarcasmo contra o remetente fazendo defesa explícita ao João Silvério Trevisan. Percebe-se que nesse fogo cruzado ninguém queria ser chamado de “direita”, ambos se acusaram de autoritarismo e de conluio com a direita. Se, por um lado, L.C.A acusava a postura do jornal contra movimentos de esquerda de associação à direita, o mensário, por outro, o responde devolvendo a mesma acusação, alegando que seu posicionamento “autoritário” era “fascista”.

Chama atenção na resposta do jornal o uso da palavra “obrigada”. Com isso, o *Lampião* reivindicava para si o lugar de sujeito feminino para concluir seus argumentos. Esse era um dos momentos em que o jornal se desvinculava de uma ideia mais normativa de masculinidade para adotar uma postura costumeiramente vinculada ao ser homossexual, se associando a certa feminilidade masculina. O trânsito entre os espectros masculino e feminino utilizado na

linguagem do periódico era feita em ocasiões em que esse sentia que não precisava negociar a validação pública para legitimar sua credibilidade jornalística, e indicava que o *Lampião* era deliberadamente versátil, exibindo-se em momentos ativamente “bicha” e passivamente “bofe”, ou vice-versa.

Na sétima edição, de dezembro de 1978, Luiz Carlos Amorim (1978, p. 15), de São Paulo, escreve em *Chapeuzinho vermelho* que não concordava com a postura de que os homossexuais fossem considerados uma classe. Para ele, “somos pessoas pertencentes a diferentes classes sociais, com os mais diversos pontos de vista, posições políticas conflitantes e daí para diante. O fato de nossas preferências sexuais serem estas ou aquelas não nos tornam uma classe à parte, com interesses próprios e objetivos comuns”. O missivista acreditava na presença de divisões internas no grupo homossexual que não necessariamente confluíam para os mesmos interesses devido a uma sexualidade em comum.

Ainda em tom de desacordo, ele divergia da ideia de violência gratuita contra os homossexuais. Para Luiz Carlos Amorim (1978, p. 15), tratava-se de um problema que precisava ser enxergado sob um prisma social. Ele se recusava a concordar que “exista uma animosidade entre o ‘bofe’ e a ‘bicha’”. Para ele, o problema era de cunho social pois “vivemos numa sociedade dividida entre classes sociais completamente antagônicas e inimigas inconciliáveis, onde uma pequena minoria, proprietária dos meios de produção subjuga a grande maioria assalariada, desprovida de qualquer recurso”. O leitor também acreditava que o modo de exhibir os crimes sexuais tinha “muito pouco de sexual e muito de social”. Além disso, questionava a integridade jornalística do *Lampião* associando-o à “imprensa marrom” ao dar ênfase a crimes de homicídio, postura que o mensário criticava em outros jornais. (AMORIM, 1978, p. 15)

Os comentários do leitor apresentavam alguns elementos da consciência política de parte da audiência do jornal. O primeiro se refere a compreensão de Amorim sobre a multiplicidade de pessoas constituindo um grupo social tão diversificado como o homossexual, o que não necessariamente o faria ter um programa em comum. No segundo, o missivista considerava que a desigualdade entre as classes sociais poderia ser um fator decisivo para alimentar divergências entre os setores de homossexuais. Portanto, para ele, as divergências de classe eram um elemento de intersecção nas dinâmicas entre indivíduos que possuíam gêneros e sexualidades dissidentes. O leitor não achava que esses crimes deveriam ser chamados de “passionais”, porque invisibilizava o cerne da violência, que não era uma reação biológica ou

“natural”, e que compreendemos e que, para ele, seria a reprodução de padrões normativos onde ambos os polos se tensionavam.

De um lado, o “bofe”, que nem sempre vivia de maneira aberta a sua homossexualidade, desempenhava um papel tipicamente “masculino”; enquanto a “bicha”, que se sentia atraída por determinados fenótipos de masculinidade era impelida a um papel subalterno, devido a reprodução desses desejos normativos. Essa combinação resultava em muitos dos “bofes” executando furtos e extorsões nas “bichas”, corroborando hierarquias de poder. E isso, quando a inevitabilidade da descoberta dessa relação não resultava na morte da “bicha”. Assassinada por um “bofe”, por receio de que sua virilidade ou masculinidade fosse posta em xeque. O que relegava ao convívio do estigma social da homossexualidade. A resposta do mensário divergia dos posicionamentos levantados por Luiz Carlos Amorim:

(...) há uma outra realidade, que está aí, na nossa cara, e que nós acreditamos que deve ser mostrada e denunciada. Não temos intenção de agredir ninguém com as nossas matérias, mas também não queremos esconder o sol com uma peneira. Não acreditamos que seja uma classe à parte, muito pelo contrário, queremos é sair desse gueto imposto por uma sociedade machista que acha que homossexual deve ser mantido como cidadão de segunda classe, da mesma forma que a mulher, o índio e o negro. Denunciar os crimes contra homossexuais ocorridos dentro de tal contexto não nos torna jornalistas marrons, com as mãos tintas de sangue. A nossa intenção é criar uma nova consciência homossexual em relação ao dia-a-dia que a bicha tem de enfrentar. E isso quer dizer formar uma consciência social. Nada mais bem intencionado [sic] e civilizado, não acha? (LAMPPIÃO, 1978, p. 15)

O periódico se defendia das acusações do leitor dizendo que estava cumprindo seu papel em denunciar um problema evidente: os assassinatos de homossexuais por motivos torpes. E reivindicava seu intuito de compor uma consciência *guei* alicerçada em acontecimentos do dia-a-dia de pessoas que sofriam opressão por sua sexualidade. Desse modo, diferente do que acontece outras vezes, *Lampião* ergue explicitamente uma bandeira política ao afirmar que tinha como intuito organizar os homossexuais e instruí-los a superar problemas e ameaças cotidianas, buscando proteger seu legado como um paladino jornalístico em defesa dos homossexuais. Esses comentários mostram-se parcialmente distintos de um jornal que dizia que queria “vadiar”. Aqui o mensário se apresentava como um elemento “civilizador” da consciência homossexual na tentativa de destoar-se da impressão de que buscava lucrar com notícias sensacionalistas a respeito da comunidade, pois sua integridade corria risco. E, como pode-se ver, essa era apenas uma das vezes em que jornal precisava reafirmar sua índole e integridade jornalística, frequentemente questionada pelo seu público.

Em junho de 1979, na décima terceira edição, em comemoração aos 12 meses de existência do *Lampião, Ternura e política*, Eduardo G.C., do Rio, dá sua opinião sobre momentos políticos do período:

(...) Vocês têm um papel muito importante enquanto mulheres e enquanto homossexuais. Sinto que o farão com brilhantismo. Aos colegas do SOMOS, confesso que sua pouca objetividade me desaponta. Há uma sensível desorganização no movimento: “nossas trepadas eram atos políticos, a nossa atuação política deveria vir cheia de ternura...” (...) Enquanto continuarmos identificados com o setor feminino da sociedade machista brasileira, o papel a nós atribuído será o da feminilidade, passividade, submissão, etc... (...) **Se pretendemos exercer livremente nossas atividades sexuais – nada políticas –, recusando um lugar de segundo escalão dentro do grupo social, não podemos cair em nenhum dos exageros: o papel do machão (...), nem da glorificação do paillettê [sic] virá o sucesso do nosso empreendimento.** (EDUARDO G.C, 1979, p. 19. Grifos nossos).

Lampião respondia a essa missiva ao dizer “(...) quando se fala em ‘ternura’, não se deve confundi-la – o que é típico dos machões – com pieguice, com frescura. Ninguém deixa de ser viril por ser terno”. (LAMPIÃO, 1979, p. 19) Percebe-se que novamente o jornal era reconhecido por seu público como um articulador político, que ultrapassava os limites do grupo social de homossexuais, mas incluía também outros com comportamentos e grupos dissidentes, como o de mulheres. O leitor questionava as supostas práticas “ternas” para defender os homossexuais e afirmava a necessidade de balizar o papel dessa política entre o “machão” e a “glorificação do paillettê [sic]”, sugerindo que os homossexuais deveriam transitar entre esses aspectos. Eduardo G.C. não via que posturas totalmente afastadas da masculinidade pudessem verdadeiramente impulsionar um programa em prol dos homossexuais; nem tanto considerava as atividades sexuais como algo político, não visualizando o sexo como o epicentro da transformação da moralidade a respeito da sexualidade, diferentemente do que o jornal e outros leitores defendiam.

O *Lampião*, por outro lado, reforçava que as táticas dos grupos deveriam se perpetuar como masculinas, afinal, para ele, a “ternura” não é o mesmo que “pieguice”, ou “frescura”. A “frescura”, aqui entendida como um comportamento de homens que não seguiam o código padrão de masculinidade, não constava na cartilha de táticas para uma política dos *gueis*. Sendo assim, os homossexuais para *Lampião* e para Eduardo não poderiam ser ternos, e se caso o fossem não poderiam ser frescos. Nesse momento, o mensário não se colocava como um porta-voz disposto a romper as barreiras do gênero, não assumindo a “ternura” como modo de

contrapor uma masculinidade padrão, e, dessa forma, não acreditando em uma política sem virilidade.

A campanha de afastamento do movimento homossexual da esquerda difundida por alguns membros do *Lampião* eventualmente reverberava positivamente em seu público gerando posicionamentos favoráveis ao mensário através de missivas. Em junho de 1980, na vigésima quinta edição, a leitora Vera Maria de Queiroz (Rio) em *Todos Sexuais* expõe que acompanhava o jornal desde o início. A leitora ainda exhibe seu carinho pelo jornal e seus membros, elogiando sua postura política em defender todos os oprimidos e a “briga constante pelo direito ao prazer amplo e integral que todo o ser humano tem, constantemente mascarado, não pela direita, como é óbvio e sua função, como pela esquerda (só brasileira?)” (QUEIROZ, 1980, p. 18). Em outro trecho, Vera Maria detalhava seu posicionamento político:

(...) acredito que possamos encontrar um modelo de sociedade, tenha que nome tiver, em que os preconceitos de toda espécie possam ser banidos, sem que isso implique em traição à causa do proletariado

(...) não discordo da posição de João Carneiro em relação à inserção dos homossexuais na luta mais ampla. Acho mesmo que a tendência agora é a manipulação e os homo tem que tomar o maior cuidado.

(...) são dois engodos: um que visa especialmente a aliciar um segmento marginalizado e o outro que acena com uma sociedade justa, igualitária, etc... etc... – desmascarados, ambos, pela prática e por toda a história dos movimentos de esquerda, no Brasil (só?) discricionários, autoritários e preconceituosos. (QUEIROZ, 1980, p. 18).

A resposta do comentário foi:

Olha Vera Maria, o nosso maior cuidado tem sido sempre não cair nas afirmações dogmáticas nem nos fanatismos, sejam sexuais ou políticos. Estamos sempre em estado de autocrítica dentro do jornal e achamos, como você, que muitos projetos que foram saudados em seu início como libertários estão hoje a serviço da opressão das “minorias”. Acreditamos que não vamos cair nessa esparrela: o *Lampião* continua sendo feito por pessoas que estão atentas para as armadilhas colocadas ao meio do caminho, à direita e à esquerda. Não serviremos de bucha de canhão e massa de manobra de nenhum partido ou grupo político. Somos, como diz um lampiônico, “divergência socialista” e estamos aqui pois subverter as regras do jogo tanto dos que estão no poder como dos que aspiram a ele. (LAMPIÃO, 1980, p. 18)

O posicionamento de Vera Maria é um exemplo da forma como as opiniões dos leitores não se opunham necessariamente à luta pela causa do proletário e representava o que parecia uma tendência: priorizar a luta pelas pautas identitárias, se opondo a integração entre as

esquerdas e a causa homossexual, alicerçado em um argumento retórico da perseguição das homossexualidades em países inspirados em um socialismo, que vale ressaltar, nunca aconteceu no Brasil. Na visão da leitora, o movimento de *gueis* e lésbicas não deveria se alinhar politicamente nem da direita e muito menos da esquerda, pois existia uma tendência à cooptação de seus ideais e à marginalização das pautas sexuais, postura repetida exaustivamente e sempre que possível pelo jornal *Lampião da Esquina*. A carta comenta sobre a necessidade de estar em alerta ante os perigos da direita, mas corrobora uma atenção aos movimentos de esquerda, porque esses pareciam perigosos por vestirem-se de inclusivos e igualitários, sem, na verdade, se preocuparem com a causa das minorias dissidentes.

A carta de Queiroz não poderia ser mais oportuna ao *Lampião* e o jornal posiciona-se a favor da leitora e contra a esquerda, manifestando uma prática quase incontrolável aos seus componentes: criticar a Convergência Socialista. O trocadilho em sua resposta era tão óbvio, que não cabe chamá-lo de mera indireta. O periódico não reconhecia o papel do movimento de esquerda no apoio ao jornal quando esse foi criminalizado e, muito menos, as tentativas de articulação de militantes de esquerda que apoiaram os eventos elaborados pelos coletivos *gueis*. E também não levava em consideração suas tentativas em organizar um programa em comum. *Lampião* falava de adogmatismo em seus posicionamentos, mas suas visões sobre a militância de esquerda eram tão arraigadas que beiravam o que eles condenavam nos coletivos de inspiração marxista. A carta era oportunamente publicada após a edição em que o jornal contaria as minúcias dos acontecimentos do I EGHO e I EBHO, em que já se havia explicitado qual era a sua visão política sobre o movimento de esquerda. Não sendo mais que adequada a carta também fazia menção à opinião de João Carneiro, militante do SOMOS/RJ, publicada na edição 23, que igualmente reforçava os intempéries de construir um movimento político dentro da esquerda (ou direita) e ser homossexual. A postura do jornal era constantemente rumorosa quando se voltava para os militantes da Convergência. Seu tratamento aos membros desse coletivo era discrepante. Em *Terceiro Ato*, um grupo de organização política homossexual de Belo Horizonte de mesmo nome, emite seu programa político em uma carta, também na edição 25, que anunciava sua fundação. Transcrevemos um trecho:

Caros Amigos. Por meio desta comunicamos a formação de mais um grupo Homo, situado em Belo Horizonte – MG. (...) reivindicamos o direito de crítica sobre toda a estrutura social vigente, seja sobre a problemática econômica relacionada às formas de produção – exploradores x explorados – seja, ao nosso condicionamento comportamental. (...) vítimas das ditaduras da direita ou de esquerda. Não nos colocamos contra as “ideologias

progressistas”, nosso movimento faz parte delas, mas contestamos a moral burguesa das esquerdas.

(...) Aos nossos amigos do *Lampião* comunicamos que nossa Caixa Postal é nº 1720. Gostaríamos que o jornal transasse uma coluna onde os vários grupos de todo o Brasil pudessem manter uma correspondência. (TERCEIRO ATO, 1980, p. 18)

Mais uma vez, setores preocupados com a organização política de *gueis* e lésbicas reconhecem a existência de uma opressão específica de classe. Na carta, reproduziam elementos que apontavam para certa inspiração marxista da luta de classes, tipicamente associada ao movimento de esquerda. O grupo corroborava que não estava contra essas ideologias e organizações progressistas, mas sim contra sua moral, que era de ordem burguesa, e não especificamente própria da esquerda. A carta também não deixa de se opor às ditaduras de direita, valendo-se do momento em que o movimento surgia em pleno fim da ditadura. A postura do jornal em relação à carta do coletivo mineiro foi bastante simpática e incentivava sua participação no mensário. O *Lampião* dizia:

Nosso jornal é de vocês, amigos e amigas do Terceiro Ato. Façam dele a tribuna de conagraçamento com os demais grupos oprimidos que estão surgindo em todo Brasil. **Lampião precisa da cooperação de todos, da crítica constante e do auxílio também, como leitores atentos e, principalmente, como ASSINANTES.** E não tenham dúvidas: nós, juntos, é que estamos fazendo História. (LAMPIÃO, 1980, p. 18. Grifos nossos)

O adendo feito pelo jornal demonstra sua necessidade de novas assinaturas, sendo um indicativo de sua realidade financeira, que constantemente dependia de leitores pagantes para financiar a existência do projeto. Seria o real motivo da cordialidade do periódico seu interesse por novos assinantes? É possível. O breve comentário do jornal demonstrava que o *Lampião* reconhecia a importância da articulação com o público que emergia através dos grupos organizados; e manifestava interesse em ocupar a demanda aberta pelo surgimento do grupo mineiro, e de outros coletivos, que eventualmente necessitavam de aprofundamento político para fundamentar seus programas.

Nesse caso, os membros do periódico perceberam a brecha deixada pela presença de um novo grupo, publicando integralmente sua carta de debute ao mesmo tempo que buscavam consolidar um vínculo com o coletivo emergente. Consideramos, portanto, que esse é um dos vestígios de como a sobrevivência do jornal estava atada ao aparecimento de novos grupos *gueis* igualmente dispostos a fazer campanha e publicidades para *Lampião da Esquina*.

Ressaltamos que no comentário o jornal incentivava a participação dos membros dos grupos mineiros, reforçando uma imagem de inclusão. Dizia-se ser um espaço para debates de todos os grupos oprimidos que estavam surgindo no Brasil. O que não fica explícito abaixo é que isso ocorreria desde que seguissem a cartilha do Conselho.

Diferentemente da postura cordial ao grupo de homossexuais mineiros, apenas um mês após, *Lampião da Esquina* é bastante hostil com a carta da Convergência Socialista, publicada na edição 26, onde o grupo (1980, p. 17) queixava-se de que “há cerca de um mês atrás, a Fração Gay da Convergência Socialista enviou um artigo a LAMPIÃO – ‘Para onde vai o movimento homossexual’ – que não foi publicado”. Segundo o coletivo (1980, p. 17), a missiva era um artigo que “respondia a uma série de mentiras e boatos sobre o movimento homossexual da Convergência, nós achamos essencial que seja publicado ainda”. O grupo ainda relatou que o número anterior do jornal havia feito vários ataques contra sua organização, reverberando em perseguições feitas pelo governo contra o coletivo de esquerda, como detalhado abaixo:

(...) Logo depois [ao último número], o governo iniciou os ataques à Convergência, acusando-a de ser infiltrada em todo o movimento grevista do ABC, dizendo que a Convergência levava o movimento operário a se desviar de suas lutas. Da mesma forma, LAMPIÃO tem publicado artigos dizendo que a Convergência é infiltrada no movimento homossexual para desviá-los de seus propósitos. Se LAMPIÃO pretende ser um jornal democrático, que reflete todas as correntes de idéias do movimento homossexual nós achamos que é necessário dar voz a nossas respostas. Na época que LAMPIÃO foi atacado pelo governo, a Convergência e especialmente os homossexuais lutaram para defender o jornal, independente das discordâncias que possa ter com ele. Esperamos que os editores do LAMPIÃO tomem a mesma atitude. Como grupo de homossexuais organizados, nós solicitamos que seja publicado o nosso endereço, como tem sido feito com as demais organizações. Abraços e beijos. Fração Gay da Convergência Socialista – SP (CONVERGÊNCIA, 1980, p. 17)

A resposta do jornal foi deveras rude e irônica com a nota da Convergência, demonstrando uma concepção de relações de poder, democracia e resistência social coadunada com uma postura liberal individualista, pouco sensível às similaridades das lutas de diversos grupos homossexuais:

Querido redator anônimo da Convergência: com quem você aprendeu a escrever, meu amor? Com os "copydesks" da Veja? Nunca vimos nada tão melífluo quanto esta sua carta. Nela você diz apenas o seguinte: - 1 - Que o governo só descobriu a Convergência - e passou a persegui-la - porque LAMPIÃO falou nela; 2 - que LAMPIÃO usa os mesmos métodos do governo - inventa “mentiras” sobre a Convergência para prejudica-la; 3 - que LAMPIÃO e os homossexuais são duas coisas distintas; mas que a

Convergência e os homossexuais brigam pelas mesmas coisas. Isso não é política, meu amor; é mau-caráter. Ora, todo o mundo sabe que a mania de vocês de formarem a primeira fila de todos os movimentos beira o exibicionismo (...) e não é LAMPIÃO quem vai chamar a atenção do governo pra isso; quanto ao fato de a Convergência ter assinado manifestos de apoio ao LAMPIÃO quando este jornal era perseguido, não pensávamos que isso nos seria cobrado depois, mas sim, que esta solidariedade era apenas uma questão de espírito democrático. De uma vez por todas: o LAMPIÃO não nutre, pela Fração (da Convergência), uma simpatia maior ou menor que a que sente por outros grupos; e não está sonhando o seu espaço ao grupo; apenas o jornal não está interessado em se ver manobrado por este ou qualquer grupo; é assim que os milhares de leitores do LAMPIÃO o querem: aberto, escancarado. E essa, queridos aprendam a primeira lição, elementar pra quem apregoa honestidade na política – é que é a verdadeira democracia.

Essa foi a mesma edição em que o jornal publicou o artigo de James Green, comentado no capítulo anterior. Entretanto, como vimos, apesar da exceção de sua publicação, o periódico construiu ao longo de toda a edição um lóbi negativo sobre os militantes de esquerda, homogeneizando-os e tentando dissuadir seu público de qualquer visão positiva sobre esses. A carta da Convergência expunha que o jornal deliberadamente reproduzia em seus artigos o mesmo discurso utilizado pelo Governo Militar para criminalizar a sua atuação política. Percebe-se a partir desse ponto que *Lampião da Esquina*, e pelo visto, o governo dos militares, possuíam visões muito parecidas sobre o que representava o movimento de esquerda. Seu posicionamento intolerante com os militantes homossexuais de esquerda era um indicativo da colossal parcialidade do mensário com a forma de construir política *guei*. E mais: apontava uma grande irresponsabilidade com a vida desses homossexuais que os relegava à perseguição pelos órgãos de segurança de um governo em sítio, afirmando que não faria amparo ao coletivo, mesmo sabendo de seu papel em defesa do periódico quando este era perseguido pelo mesmo governo militar opressor.

O jornal culpa as táticas políticas do coletivo de esquerda pela perseguição, ignora seu apelo por proteção. E ainda afirma, em uma edição após a publicação da missiva do *Terceiro Ato*, que não possuía maior ou menor apreço por nenhum grupo político de homossexuais, alegando que seu posicionamento anti-esquerda era, na verdade, uma demanda do seu público. Não temos certeza se seus leitores eram exatamente contra uma perspectiva marcadamente classista e politicamente convergente com a esquerda na luta em defesa aos homossexuais. E, de fato, não demoraram muitas edições para que algum leitor indicasse o equívoco do jornal em afirmar que o seu público estava aliado à sua política de massacre às esquerdas no movimento homossexual.

Na edição 30, de novembro de 1980, carta *Esquerda o quê?* de Valdir Luís de Albuquerque (1980, p. 19) de São Paulo (SP) afirmava que “depois de dois anos acompanhando e incentivando este jornal, venho fazer minhas queixas, pois elogios, creio que vocês já têm recebido o suficiente; aliás, até os auto-aplausos com que vocês vêm se brindando bastariam por si”. O leitor queixoso dirigia suas opiniões sobre “tolice infantil com que *Lampião* vem tratando a esquerda, que embora, não militando nela, atinge-me, pois no país é a única que se tem preocupado com o pobre, o explorado, situação na qual me encaixo”. Além disso, ele solicita uma crítica mais profunda a respeito da temática:

(...) creio ser indispensável uma análise mais crua e sem subterfúgios [sic], pois muito se tem criticado a esquerda depois que começou esta propaganda “abertura” que conta com o patrocínio da burguesia encastelada no poder (...) A esquerda tem sido acusada (não digo injustamente) de querer atingir o poder usando os movimentos de minorias (inclusive o nosso – homossexual) (...)

Bem, isso não se pretende um libelo contra a burguesia ou a favor da esquerda, mas uma opinião de alguém, que além de bicha é também empregado, depende totalmente de uma miséria mensal para comprar arroz, feijão e até mesmo esse jornal e que como leitor/consumidor do próprio se dá o direito de opinar [sic] quanto à qualidade do mesmo.

(...) Quando o *Lampião* veio à luz, veio com propostas revolucionárias, e dois anos depois é desconsolador ver que houve antes um retrocesso, pois com as matérias que anda publicando, talvez ainda possa ser chocante às margens do Jequitinhonha ou Biafra, mas aqui em São Paulo, ele só é mais revolucionário que a *Veja*, mas pode ser lido tranquilamente depois da novela das oito, e antes da *Malu Mulher*. Espero que desculpem a revolta, mas é que *Lampião*, ao julgar pelas atitudes, traiu-me, não só a mim, como a outros homossexuais, que viram no jornal mais que um simples relator do cotidiano homossexual, negro, feminista, etc. Viram nele um modificador desse cotidiano. Na certeza de ser levado em consideração, deixo aqui um grande abraço para vocês, deixando-os livres de qualquer pressão, apenas querendo uma resposta que me permita decidir se continuo com vocês ou não. (ALBUQUERQUE, 1980, p. 19).

O *Lampião* não deu as respostas para a missiva escrita por Valdir ou, se as tinha, não publicou. O leitor revelava os conflitos de integridade que assombraram o jornal desde o seu início, e isso, somadas as picuinhas com os movimentos homossexuais, pavimentaram um processo de desgaste da relação de confiança do jornal. A essa altura o periódico já tinha se tornando protagonista de grandes crises do movimento homossexual atravessando os tempestuosos eventos do primeiro I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EBHO), o racha do *Somos* e a crise para formação do II EGHO. Ao fim do ano de 1980, as relações do mensário demonstravam-se estremecidas entre os dois públicos: os homossexuais não

organizados, e o de militantes. Ambos visualizaram o jornal como suporte para edificar uma política voltada para o público dissidente.

A perspectiva apresentada por Valdir exibia a realidade dos homossexuais naquele período e o autor da correspondência demonstrava certo entendimento de seu lugar na sociedade para além da sexualidade. Ele se enxergava para além de um mero fruto de sua sexualidade, mas como um trabalhador em um país assolado pela crise e desemprego. Não visualizava o uso político do sexo como uma ferramenta única de transformação. Combater o sistema opressor não poderia se dar apenas através da perspectiva das sexualidades. Essa não era mais o suficiente para sanar os problemas cotidianos que muitos *gueis* sofriam, muitos deles, emigrantes de outras regiões do país, que buscavam nos grandes centros urbanos, como Rio e São Paulo, vetores de superação das limitações morais e financeiras de suas terras natal. Naquele momento, enfrentavam a materialidade advindas de problemas financeiros. No discurso do leitor crítico havia uma interseccionalidade entre os marcadores socioeconômicos e as identidades de gênero e sexual. Para ele, a opressão era dupla, articulada e inseparável. A desigualdade social era irmã siamesa das discriminações. A maioria explorada coincidia com a minoria discriminada. Mas parece que o *Lampião* não reconhecia essa duplicidade. O jornal, que já aquela época, parecia ter se afastado de seu teor político para integrar alguma espécie de colonismo, não causava mais identificação em seu público. Suas temáticas estavam defasadas e o que lhe fazia especial, sua integridade e vontade de fazer política, foi se perdendo à medida que o periódico sabotava suas próprias relações com os movimentos.

Curiosamente após Valdir expor seu conflito de identificação com o jornal, na edição seguinte, a trigésima primeira, a *Cartas na Mesa* começaria a abrir o *Lampião da Esquina*. A mudança pode ser considerada uma tentativa de dar mais atenção à seção e incentivar ao público a enviar mais correspondências. Nesse número, o jornal também começaria a publicar apenas uma única página de cartas. Apesar de constantemente negar os rumores da crise, a redução do número de páginas publicadas significava também uma quantidade diminuta de cartas recebidas e menos apoio efetivo e simbólico. Como àquele tempo existiam poucas formas de um veículo de mídia manter uma comunicação direta com a audiência, o envio de correspondências ao mensário era a principal forma de apreciação das suas postagens. Sendo assim, se o jornal possivelmente não estava recebendo tantas cartas quanto antes, denunciado pela queda da publicação dessas, compreende-se que ele estava tendo problemas para se comunicar com seu público.

Apesar da inerente crise, a seção de cartas continuava a ser palco para desavenças deflagradas ao longo de toda essa trama. No mesmo número trinta e um, Eduardo III, membro do coletivo político *Outra Coisa* (racha com o *Somos*) questionava o fato do jornal promover dissensos entre os movimentos organizados ao questionar “qual é a do Lampião?”:

Primeiro, vocês dizem ‘que não estão ligados a nenhum grupo homossexual especificamente’ (sic), que estão ‘vitalmente interessados no surgimento dos grupos homossexuais’ (outro-sic) e, percebem por acaso que o *Outra Coisa* foi um grupo que surgiu com o “racha” do *Somos*? Por que nas páginas de *Lampião* tem sempre critiquinhas, piadinhas de mau-gosto e fuxicos (como os da coluna “Bixórdia”), dirigidos aos grupos ou à [sic] este grupo? Parece que mais que vocês não apenas estão interessados na não criação de novos grupos, como fomentar o ódio entre os já existentes. Por que não assumem de uma vez uma postura uma posição mais clara? Seria menos hipócrita. Aliás, eu sei muito bem o quanto uma “brincadeirinha inocente” de vocês pode ter uma consequência destrutiva no trabalho desses mesmos grupos organizados, trabalho de suor e sangue, realizado com carinho. Um jornal é feito por pessoas reais e palpáveis e não por algo abstrato em nome de uma “democracia” de idéias [sic]. Por mais divergências que exista entre todo o conselho editorial, o jornal sempre terá uma linha mais definida. O resto é tapar o sol com a peneira, coisa muito conveniente e conivente. (EDUARDO, 1980, p. 2)

Eduardo (1980, p. 2) ainda rememora ao mensário que durante o processo sofrido por esse foram grupos organizados, como o *Somos*, que criaram o *Comitê de Defesa do Jornal Lampião*. O leitor-autor foi uma das pessoas “que saíram atrás de gente famosa e influente, catando assinaturas para um abaixo-assinado em favor de vocês. Um trabalho bastante cansativo, árduo e dispendioso. Portanto, em vez de patrulhamentos ideológicos, ironias ou críticas gratuitas, venha trabalhar com a gente”. Além disso, alegava que “quando as vendas de jornal caíram aqui em São Paulo, também era a gente que saía às ruas fazendo propaganda e distribuindo jornal nos meios”. A réplica de João Carlos Rodrigues à carta do leitor nos parece uma forma do *Lampião* desviar-se de responder as questões colocadas por Eduardo. O militante e escritor da missiva, de fato, havia feito uma menção negativa ao Rodrigues devido a uma das reportagens que havia o desagradado, pois, segundo o membro do *Outra Coisa*, “está claro que (...) foi escrito por alguém que está totalmente desinformado sobre a nossa atitude”.

A matéria mencionada de Rodrigues (1980, p. 2) intitulava-se *Dando nome aos bois* e ressaltava que uma “conhecida boneca paraense pediu asilo ao consulado honorário da Bélgica em Belém, de onde acabou expulso e preso”. O motivo seria que o DOPS havia fabricado um grupo político de homossexuais em conluio com a “boneca paraense” para mobilizações contra os candidatos da oposição aos governos militares, que era composta por membros de esquerda. Dessa forma, o colaborador lampiônico alertava ao movimento que não era somente a

Convergência Socialista que tentava “‘arrebancar’ homossexuais para serem usados como ‘bucha de canhão’”, pois também “‘há sintomas de que a direita e a extrema direita andam querendo manipular o movimento gay’”. Um posicionamento mais ameno sobre o ódio à esquerda propagando pelo jornal ao longo de suas edições. Ao responder a carta, o jornal não rebateu a série de questionamentos feitos por Eduardo do *Outra Coisa*, usando apenas o colaborador Rodrigues para respondê-lo de modo escuso e evasivo sobre uma parte da problemática da missiva. Compreende-se que talvez a matéria de Rodrigues possa ter sido o que catalisou a vontade de Eduardo para o envio da carta, entretanto, os escritos apontam para um conjunto de eventos ocorridos anteriormente a edição 29. Eventos que soavam como meses acumulados de divergências e insuflações. A falta de resposta do jornal pode ser entendida como uma forma de se evitar maiores conflitos sobre a já desgastada relação com o movimento homossexual. Depois de uma constância de críticas sobre sua postura e interferência nos grupos políticos, o mensário parecia querer amenizar suas opiniões, a fim de retomar seus antigos elos diplomáticos, como no início dessa desvairada jornada.

De todo modo, a resposta do João Carlos Rodrigues também não foi lá muito simpática:

R - Querida Ricardo III. (...) Antes de mais nada, eu não sou senhor e nem senhora, e sim se-nho-ri-ta. Não posso saber exatamente o que acontecem nos grupos, entre outras coisas porque sempre fui contra aglomerados de meia-dúzia que pretendem falar pela maioria. Entendido? (...) **eu não sou do Conselho do jornal e sim colaborador desde os primeiros números** - muito antes de pessoas como você terem surgido e provavelmente continuarei depois de terem desaparecido. O que acho é que vocês têm atacado apenas a esquerda, esquecendo que moramos num país de direita. Tá boa, santa? (RODRIGUES, 1980, p. 2)

É irônico o colaborador acusar o movimento homossexual de estar atacando a esquerda, quando o jornal ao longo de toda a trajetória e formação das primeiras organizações *gueis* se opôs rigidamente à aproximação de coletivos políticos com os militantes da esquerda organizada. Vale lembrar que o *Outra Coisa* não era um coletivo de esquerda. Ele havia surgido de um racha com o *Somos* ainda no IEGHO alegando justamente que esse último estava sendo aparelhado por outras organizações de esquerda e preferiram se afastar para que, assim, pudessem organizar uma militância autonomista centralmente focada na sexualidade como principal bandeira política, seguindo a cartilha deveras divulgada pelo jornal.

O colaborador também desconfiava da capacidade dos movimentos organizados de se manter. Para ele, *Lampião* atravessaria o tempo para além das organizações, perpetuando-se relevante – quanta arrogância. É possível considerar que a matéria publicada por Rodrigues

poderia indicar que, eventualmente, o periódico gostaria de dispersar os rumores de um posicionamento unilateral a respeito da esquerda. Contudo, Carlos deixava explícito que essa não era uma posição do *Lampião*, e, isto sim, sua, enquanto colaborador do mensário, ainda que para isso reforçasse sua intimidade com o periódico.

A estratégia discursiva era recorrente na lógica lampiônica. Ao mesmo tempo que Rodrigues assume o feminino *guei*, usa-o para desmobilizar e responder o leitor crítico. A utilização de arquétipos de feminilidade como maneira de responder o seu público, valendo-se de ironia e deboche para tratar de um assunto muito sensível. Os escritores do jornal eventualmente utilizavam-se de seu lugar de homossexual como escudo para desprezar abertamente a atuação de grupos não afinados a suas concepções, reduzindo isso a uma mera discordância entre “bichas”, e buscando borrar o real teor político de ambos os posicionamentos. Porque, ainda que o jornal tenha se esgueirado em responder diretamente a Eduardo, colocando Carlos Rodrigues como seu escudo, o colaborador corroborava sua afinidade e proximidade com o jornal. Isso indica que, ao menos parcialmente, suas opiniões estavam ajustadas ao *Lampião da Esquina*, algo que não pode ser ignorado.

Já na trigésima segunda edição o jornal explode seu armistício e se coloca no centro de mais uma polêmica. Apesar de todas as divergências e contradições, ainda existiam pessoas alinhadas politicamente aos ideais promovidos pelo *Lampião*. Em *Pequeno burguês*, a carta enviada por um leitor do Rio, Alfredo Rangel (1981, p. 2) dizia que vinha “por meio desta me felicitar com o jornal devido às críticas, ao meu ver improcedentes, que o mesmo tem recebido ultimamente”. Ele defendia que o periódico não deveria ser “meramente um porta-voz dos grupos constituídos nem, muito menos, assumir uma opção político-partidária, o que só serviria para estreitar seus horizontes de discussão, e, conseqüentemente, reduzir sensivelmente o número de leitores e ou colaboradores”. Opondo-se às críticas sofridas, o leitor deixa sua contribuição para formação política dos homossexuais elaborando considerações sobre a “problemática do sexo” e a esquerda:

(...) Quanto à problemática do sexo nas sociedades hodiernas, mais especificamente quando praticado entre pessoas de mesmo sexo, acho que pode ser encarada sob dois ângulos diferentes (...): 1) diante da constatação de que o lugar do homossexual é um lugar de opressão, assumir este lugar e tentar transformá-lo em um lugar de pressão: 2) Não assumir o lugar de homossexual, mas questioná-lo profundamente, mostrando a sua produção e manipulação pelos poderes e valores constituídos e denunciado, ostensivamente, o cárcere de desejos e a miséria [sic] afetivo-sexual que se esconde sob o manto da normalidade. Quanto ao rótulo de “anarquistas pequeno burgueses” que alguns tentaram impingir a vocês, é aquela velha e carcomida tese de que o “cu dos outros está sempre sujo”, e que tens feito de amplos setores da

esquerda brasileira sua eterna moradia (reflexo direto da falta de autocrítica e de questionamento dos militantes).

(...) Acho que só um néscio não consegue ver que todos os movimentos e partidos que se dizem de esquerda no Brasil fundamentam-se quase que tão-somente, nas classes médias, i. e., na pequena burguesia. (RANGEL, 1981, p. 2)

O leitor não acreditava que os *gueis* deveriam assumir o local de opressão relegado aos homossexuais e criado pelos poderes estabelecidos, defendendo que esse ambiente opressor deveria ser contestado. Deduz-se que, para Rangel, a concepção de anormalidade associada às relações homoafetivas era uma ideia que buscava excluir *gueis* e garantia a manutenção de uma relação perversa de poder. A opressão construída deveria ser destruída e os homossexuais juntos deveriam deslocar-se como uma força pressionando esse regime. O missivista insinuava que os homossexuais deveriam se manter organizados e dever-se-iam questionar o ambiente dado a esses, ainda que não explicitasse modos de superação. O leitor também expunha sua opinião sobre a esquerda, acusando-a de adotar comportamentos e organizações pequeno-burguesas, invertendo a acusação ao jornal, visto que não estariam profundamente próximos a outros grupos sociais, apesar de criticarem esta suposta postura no *Lampião*. Rangel considerava negativa a falta de autocrítica das organizações por esses elementos. Todavia, não deixa muito evidente se para ele o problema eram os vícios burgueses, a presença de hipocrisia, ou se eram os dois que mais o incomodava. De todo modo, Rangel se opunha às críticas feitas pela esquerda ao jornal. E a resposta do *Lampião* não poderia ser mais favorável e sarcástica com repetições retóricas como estratégia discursiva:

R. - É isso aí, Fredo. Quem nos chamou de “pequenos burgueses” foi o pessoal da Convergência Socialista. A CL [sic], você sabe, é uma entidade pequeno burguesa, com um estatuto pequeno burguês, registrado num cartório pequeno burguês, com associados de vida francamente pequeno burguesa – de estudantes de universidades pequeno burguês a profissionais liberais pequeno burgueses –, todos preocupados em tomar o poder nas mais diversas entidades pequeno burguesas, em uma sede pequeno burguesa na qual todo tipo de atividade pequeno burguesa é reproduzida. Ufa! Haja cultos interrompidos e ejaculações precoces nessa história... (LAMPPIÃO, 1981, p. 2)

Como fica relatado na análise das outras seções, a resposta do jornal vinha em meio a contínua crise com os movimentos homossexuais. A edição 32 havia sido recheada de análises e discussões sobre os caminhos do II EGHO, a crise do movimento homossexual, e exibia a grande desconfiança que diferentes grupos tinham sobre o mensário. A réplica da missiva não

apresentava nenhuma solidez ideológica, ou programa político, apenas destilava indiretas a toda conjuntura dos movimentos, evidenciando-se que o *Lampião* provavelmente havia sido acusado de vinculação ideológica à direita, da qual ele parecia cansado demais para de fato negá-las, blindando-se apenas com sarcasmo cacofônico.

Sua resposta sugeria que práticas pequeno-burguesas eram totalmente inevitáveis dentro do sistema, indicando que aquilo que os movimentos de esquerda queriam vivenciar tratava-se de uma prática inalcançável. Mas ora, não era exatamente o *Lampião* e sua turma que se vangloriavam ao dizer que estavam inaugurando uma utopia construída pelos grupos mais dissidentes da sociedade? A verdade era que seu apelo desesperado ao utilizar seu marcador linguístico – o deboche – não era mais suficiente para alicerçar nenhuma plataforma. Era o início do fim do arsenal do jornal na guerra que tanto falávamos. A resposta que se voltava para a já repetida crítica às esquerdas, na verdade, expunha que era o periódico que estava sendo chamado de pequeno-burguês, por isso, a necessidade de defesa. O uso da acusação como defesa demonstrava suas fragilidades. É possível avaliar que os grupos políticos se sentiam mais confortáveis em construir politicamente com aqueles que se diziam de esquerda, do que com o jornal. Isso nos faz perceber o paulatino isolamento do mensário diante das novas formas de organizações políticas. Caminho esse que foi galgado pelo periódico durante sua trajetória, e que, agora, parecia não ser mais encarado como um membro aliado da luta homossexual mais ampla. O nosso paladino estava exausto e envolto em concepções e práticas políticas que não o compatibilizava com outras formas de atuação e resistência.

Nenhuma menção explicitamente política foi exibida após o número trinta e dois. Na trigésima terceira *Cartas da Mesa*, o *Lampião* publica uma nota de inauguração de um grupo político de Porto Alegre, chamado *Terceiro Mundo*. O atardado porto-alegrense havia chegado um pouco atrasado na festa de inauguração do movimento homossexual. O jornal não respondeu o coletivo, apenas publicou sua correspondência. Até seu fim, o *Lampião* continuava reproduzindo cartas que felicitavam a sua existência, provavelmente com o intuito de exibir que não estava sentindo falta da relação com seu maior amante, o movimento homossexual. E, por essa razão, passaria a publicar regularmente cartas que perpetuassem a ideia de sua relevância, ou que a rememorassem seu papel para na defesa do público homossexual.

Na edição 37 (julho/1981), sua última, o mensário recebe uma carta de Yonne, de Goiânia, que felicitava o jornal pelo seu terceiro ano e destacava sua relação com o movimento homossexual. A missiva estava um pouco atrasada diante da data de comemoração do terceiro ano do jornal, que havia ocorrido em maio. A leitora revelava certa proximidade com os

membros do mensário, afirmando que nunca deixou “de acompanhar a vida do nosso Lampa, de sentir a alegria ao ver seu crescimento”. Ao falar da sua relação com a militância afirmava que: “depois de tantas lutas, se bem que sei que não terem sido vãs, em prol do movimento homossexual, cansei e tirei o meu da reta. Eram poucos militantes, muitos poucos mesmo, os que não haviam entrado no movimento visando à realização do pessoal”. (YONNE, 1981, p. 2) A carta em si fazia algumas considerações sobre a vida pessoal de Yonne e revelava como sua relação com a militância mudou. Ela já não gritava na rua que era homossexual: “já não trago escrito na camisa qualquer slogan de grupo/defesa homossexual, [mas] não me privo de agir do meu jeito, sem procurar disfarçar”. (YONNE, 1981, p. 2) Ela finaliza o texto felicitando o jornal “pelo peito, desassombro e garra com que enfrentaram mais um arretado ano de vida, de existência atentada pelos que ignoram os direitos humanos”. E acrescenta: “até (...) muito obrigado, porque com tudo o que pintou, na tentativa de tirar vocês de luta, o *Lampião* continua iluminando nossas esquinas”. (YONNE, 1981, p. 2)

A proposta de Yonne poderia ser facilmente uma coluna escrita pelo jornal de tão afinada com o momento político que *Lampião* encarava, sendo, portanto, mais uma das vezes em que esse utilizava uma missiva como forma de emitir indiretamente suas opiniões. A leitora, que tinha uma visão muito desmobilizadora de como fazer política, reduzia a luta coletiva a uma perspectiva pouco complexa, individual, subjetiva, calada, discreta e muito fragmentada de superação do preconceito e para as conquistas das pautas homossexuais. Ela vestia-se de maturidade ideológica como uma forma de assumir isso fora dos ambientes tradicionais de organização política, o que exibia um avanço pessoal importante. Mas, ao ser publicada nesse contexto, é possível acreditar que o jornal estava disposto a dispensar a ideia de se organizar politicamente em outras organizações institucionais, alegando que essas só existiam para inflamar egos de pessoas específicas, e não para construir política. Dessa forma, o que nos parece é que o *Lampião* estava disposto a não tentar guiar os rumos do movimento homossexual como nos derradeiros tempos. Ele estava insinuando, através da carta da Yonne, a importância menor das organizações políticas, voltando-se para práticas mais individuais e fraturadas de lutar pela comunidade homossexual, algo distante das estratégias de participação, disputa e penetração nas instituições sociais e estatais.

A resposta do *Lampião* foi de felicitação a carta da Yonne. Ele emite sua opinião sobre o desenrolar dos movimentos homossexuais e realizações do jornal:

(...) É verdade que os que não estavam preparados para tanto amor (estes de quem você fala no começo da sua carta: os que entraram no movimento visando à realização pessoal) tiveram que sartar [sic] fora, pois a gente tem

nossa maneira especial de deixar seus egos monstruosos completamente à mostra e nus. Mas esses são uma minoria querida: os grupos organizados de homossexuais acabaram por causa dessa gente, mas o nosso povo, os que entraram nesse movimento não com sonhos de liderança, nem aspirando a uma candidatura (...), estes aprenderam muito. Quando a gente ambiciosa tiver suficientemente cagada e cuspidada por todos os que pensam como você e nós, aí sim, surgirá um novo movimento homossexual, e este será pra valer. (...) Enquanto isso não acontece, *Lampião* fica por aqui, cumprindo o seu papel de manter acesa a chama; somos um vasto grupo de 40 mil leitores que cobrem praticamente todo o país. Para você ter uma idéia [sic] de como funcionamos não apenas como jornal, mas também como um grupo em plena atividade só esse mês de maio, fizemos a monumental Bixórdia/3, festa que reuniu de homossexuais no Schmitt (...); participamos de um debate de 90 minutos no programa Nacional/80 – Rádio Nacional -, em que os ouvintes faziam perguntas (sempre sobre homossexualismo e questões afins) às quais respondíamos; inauguramos nosso stand de vendas de livros gays no Teatro da Lagoa, aproveitando a encenação, naquele local da peça *As Tias*, da qual Aguinaldo Silva é co-autor, lançamos o livro *A Bicha que Ri* (...) mantivemos uma discussão, que durou uma tarde toda, com ativistas holandeses que vieram estudar o – para eles – “fenômeno *Lampião*”; participamos de um debate na PUC, outro na UFRJ, e infelizmente não pudemos participar de outro, na Universidade de Brasília, para o qual tínhamos sido convidados. Isso além de colocar mais um exemplar do jornal pontualmente nas bancas. Agora me diga: o grupo organizado de homossexuais denominado “*Lampião*” está ou não em atividade? Muitos beijos para você, Yonne, lutadora, pioneira, amiga. (LAMPPIÃO, 1981, p. 2)

Essa carta foi publicada na última edição do jornal, *Lampião* descrevia minuciosamente todas suas conquistas ao longo daquele ano. Olhando para ela, nem parecia que o jornal nunca mais seria publicado. O mensário não parecia ter nenhum arrependimento das escolhas que fez ao longo da sua trajetória, não parecia fazer questão de nenhuma outra lógica ou relação com o movimento homossexual. Mas, como fica evidente, a última pergunta poderia evidenciar o seu contrário. O *Lampião* estaria ou não em plena atividade? Ele funcionava em crise e não mais como antes? A ausência de seu público fidelizado que esperava desse veículo de mídia responsabilidade social com as demandas políticas de seu grupo acabou relegando o jornal um dos caminhos para seu fim. *Lampião* não admitira isso. Pois, como uma boa bicha, ele jamais perderia seu *close*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 1978 e 1981, o Brasil passou por uma cachoeira de emoções sem precedentes. A instauração de uma Ditadura Militar impactou as instituições políticas, a forma como a sociedade percebia a realidade e os modos de se rebelar a ela. Se, de um lado, víamos paulatinamente os governos tentando conduzir os rumos para o período pós-autoritário e futura redemocratização, do outro, os grupos dissidentes, considerados subversivos, estavam redefinindo caminhos e estratégias para os novos ares que viriam. Após a década de 1970, o Brasil conseguiria consolidar novas perspectivas políticas capazes de conquistar, ainda que modestamente, avanços sociais possibilitando condições mínimas de sobrevivência.

O jornal *Lampião da Esquina* esteve na frente desses debates e buscou marca-se como o protagonista nas movimentações políticas em torno dos homossexuais. Seu comprometimento precisa ser reconhecido e deve ser destacado na história e historiografia. Ao tocar em temas moralmente subversivos à época, o mensário expôs a existência da homossexualidade a incontáveis sujeitos que puderam não se sentir sozinhos com o impacto de sua presença. Ele, sem dúvida, cumpriu o papel de sair do gueto ao afirma-se em várias bancas de revistas, voltando para cada homem *guei* que não sabia que o que sentia e vivia era normal e não havia nada de estranho com ele. O paladino tocou nas feridas da sociedade sobre uma miríade de assuntos, expôs sua visão sobre como superá-los e ofereceu alternativas.

Ao final dessa jornada, percebe-se que *Lampião da Esquina* se manteve coerente a seu próprio caminho político. Se recorrentemente seus editores eram verborrágicos sobre manter-se no domínio de seus caminhos, e que os homossexuais deveriam ser os protagonistas de suas próprias histórias, corpos e sexualidades, o *Lampião* cumpriu seu destino com as próprias mãos. O paladino vestiu seu elmo e se considerou o guardião do menino recém-parido, o movimento homossexual. Por vezes, androcêntrico, o periódico queria ser amado por seu público e o ultra protegeu de possíveis ameaças porque se sentia incumbido da missão de guiar os homossexuais. Isso ocorria para que as bichas reprimidas pelas suas convicções não cometessem os erros de seus editores que haviam penado nas organizações tradicionais de esquerda. Nesse árduo ofício muitas das suas questões se chocavam com as realidades que esse não conseguiu visualizar. A história de amor que ele tentou escrever se mostrou ter um roteiro muito específico.

Nas análises das suas edições, observa-se algumas reflexões sobre a aurora da organização do movimento homossexual e de outros debates contemporâneos a sua existência. Diversas foram as matérias que retratam os marcos específicos de um momento de

reorganização política, que transmutou a relação de diversos grupos sociais com os modos de fazer política. Esses dissidentes ameaçaram as antigas organizações políticas e as impeliu a assumir renovadas práticas, caso quisessem ter esses como aliados. *Lampião da Esquina* tinha a sua opinião política e manteve-se cravado à essa até o fim, pois acreditava que tinha o compromisso necessário para iluminar as mentes e corações dos homossexuais.

Ao longo do inquérito da *Cartas da Mesa* observou-se que a existência do jornal manteve próxima à credibilidade que possuía com as temáticas políticas. E, de forma constante, tinha que lidar com as indagações de sua confiabilidade e comprometimento legítimo com a pauta política dos homossexuais. Seus leitores demonstravam constituir um distinto espectro político, recorrentemente negligenciado pelo mensário, que não conseguia sair de suas próprias convicções políticas. Possuindo dificuldade em fazer uma autocrítica que tanto cobrava da esquerda tradicional. A diversidade de seu público acabou se tornando um dos elementos que entrou sua continuidade, pois nem sempre o jornal sabia a quem se dirigir ou como. De modo político, desassociava-se com muita dificuldade de seus próprios critérios, ainda que demonstrasse uma certa tolerância ao publicar algumas cartas divergentes de seu evidente projeto político de liberação sexual.

Faltou-lhe, talvez, a capacidade de englobar as intersecções possíveis entre esses grupos, a falta de sofisticação dos editores em reconhecer os entremeios das opressões sofridas pelos diferentes grupos sociais. Os editores do *Lampião da Esquina* não visualizavam que sexo não colocava comida na mesa, nem (sempre) dava emprego, e muito menos pagava as contas. As pessoas queriam acreditar que, com o retorno democrático, elas pudessem se sentir mais livres para fazer as próprias escolhas. O jornal muitas vezes se comportava como se quisesse que os seus membros continuassem dentro das próprias caixinhas, não reconhecendo que outros fatores além da opressão sexual e de gênero afetavam a vida das pessoas. E, portanto, em diferentes momentos, reproduziu a ideia unitária de homossexual a qual não estava condizente com as realidades discursivas e práticas impostas nas cartas enviadas (e fora delas) pelos próprios leitores.

Lampião da Esquina foi e é importantíssimo. Ajudou a construir trajetórias sobre a organização política dos homossexuais. As discussões documentadas pelo jornal em suas seções *Opinião* e *Ativismo* é o que nos permite, hoje, olhar para a construção dos desdobramentos políticos de grupos dissidentes de identidade e gênero que formaram os pilares para o atual movimento LGBT no Brasil. A riqueza das suas páginas nos faz localizar as nuances temporais do momento político em que o Brasil vivia, bem como a emergência de

debates e conflitos que se aprofundariam em elementos aptos a capacitar a população homossexual, além de proporcionar a condução de uma memória sobre a trajetória de distintos grupos no mundo Ocidental.

A seção *Ativismo* foi a forma que o jornal encontrou para dar cobertura específica às movimentações que ali surgiam. Entretanto, ao mesmo tempo, foi um mecanismo utilizado para invisibilizar a atuação de determinados grupos que não estavam de acordo com a cartilha política defendida pelo periódico. A presença dos integrantes da esquerda nas articulações políticas do movimento homossexual, recorrentemente eram negligenciadas, mesmo quando existiam relatos que esses se mobilizaram em defesa do próprio periódico, provavelmente porque entendiam o seu papel fundamental para o debate nacional a respeito da homossexualidade. Aos poucos, o jornal, que durante muitas edições reivindicava o seu protagonismo para a existência do movimento articulado, foi se afastando das organizações existentes da época, de modo que, em suas edições finais, o mensário expunha uma crise política protagonizada por eles e diferentes segmentos políticos, resultando em um progressivo isolamento.

A seção *Opinião* teve o intuito de tecer comentários e instrumentalizar, principalmente, os homens de sexualidade dissidentes. Ela possuiu, em um primeiro momento, um apelo ao processo de auto-aceitação baseada na perspectiva política que estava no ato de se assumir. O processo individual é de fundamental importância para se livrar da culpa imposta pelos estigmas sociais que recaíam sobre os homossexuais. Por isso, havia um apelo ao papel de instruir os *gueis* e implementar uma postura que naturalizasse seu lugar na sociedade. Ao passo que também buscava a igualdade entre os outros grupos políticos, reivindicava a saída de um gueto com a intenção de incentivar o livre exercício das sexualidades. Visa-se, assim, (re)construir um período de incentivo a uma política individual através do autoconhecimento de suas sexualidades, ao mesmo tempo que apontava para a edificação de um sentimento de coletividade entre os homossexuais, que não necessariamente implicava em estar dentro de organizações político-institucionais tradicionais ou emergentes.

Todavia, com em um momento próximo as incipientes articulações para o I Encontro Nacional de Homossexuais o *Lampião da Esquina* se reposiciona diante da forma de como discutir a política. E aponta para uma tentativa de induzir, ao seu modo, a perspectiva dos homossexuais e seus leitores sobre o movimento. E busca direcioná-los para construção daquilo que se acreditava ser mais politicamente coerente, ao perceber as tensões existentes que viriam a polarizar o movimento. É a partir de então que, em sua seção *Opinião*, constituiu uma visão

política que apostava efusivamente na sexualidade como principal argumento ou plataforma política. E, evidentemente, apontava para discursos sobre autonomia política e o incentivo aos homossexuais a se organizarem independentemente de outras bandeiras políticas, algo marcadamente oposto ou resistente a uma aproximação com as esquerdas.

É inegável que havia contradições de suas práticas. Ora hierarquizava as relações de gênero, ora as contestava. Era uma face da complexidade de seu tempo e corpo editorial. Este estava tentando romper com as tradições no jornalismo e nos modos de fazer política elaborados pelas tradicionais maneiras de se organizar. O *Lampião da Esquina* estava propondo estreitar uma utopia em que os grupos dissidentes pudessem ser seus aliados em uma sociedade sem conservadorismo moral e opressões. Suas identidades de gênero ou étnicas e suas sexualidades individuais e coletivas, a autoconsciência erótica, tudo isso seria armas de combate de nosso paladino. Onde os *gueis* seriam capazes de ocupar os espaços que lhes foram negados, devido à opressão recaída sobre a circulação de corpos considerados abjetos e desviantes. Uma realidade em que pudessem ser insubordinados, ousados e, acima de tudo, livres.

O sonho do jornal era sincero. A honestidade com que ele acreditava nisso é observável em suas páginas e ele deve ser admirado por isso. Aqui falou-se que o jornal em suas edições finais não expôs o quão sério eram os seus momentos de crise. Em algum lugar, o mensário manteve-se reservado. Entendemos suas escolhas: alardear a crise financeira, política e ideológica não ajudaria a resolvê-la, principalmente quando havia mudanças contextuais complexas e se possuía diferentes leitores e problemas internos. Quando na última edição o jornal regozija-se de suas conquistas, não fazendo uma única menção ao seu suposto fim, entendemos as razões disso. O mensário gostaria de ser lembrado em suas páginas como o paladino corajoso, precursor, arregimentador e viril que foi. E é assim que gostaríamos que todos se lembrassem dele.

LISTA DE FONTES

Jornal *Lampião da Esquina*:

Edição Experimental
Número zero. Abril de 1978

Ano I
Do nº 1. 25 de Maio de 1978 ao nº 12. Maio de 1979.

Ano II
Do nº 13. Junho de 1979 ao nº 24. Maio de 1980.

Ano III
Do nº 25. Junho de 1980 ao nº 37. Junho de 1981.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, p.49-86, 2009.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

ANDRADE, Marciano Vieira. **O "ORGULHO DE SER": IDENTIDADE, POLÍTICA E GÊNERO NO LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981)**. 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

ANDREU, Oscar Guasch; VERAS, Elias Ferreira; VALENCIA, Maria Fernanda Vásquez. Por uma perspectiva social e política de gênero e sexualidade. **Bagoas**, -, v. 11, n. -, p.39-50, 2014.

ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_XI/Vitor-Angelo.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 118.

ARIAS NETO, José Miguel; AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. Homossexualidades de papel: cenas de imprensa homoerótica no Brasil (1963-2015). **Cuadernos.info**, [s.l.], n. 39, p.101-112, 5 dez. 2016. Pontificia Universidad Católica de Chile. <http://dx.doi.org/10.7764/cdi.39.986>.

BANDEIRA, Marcio Leopoldo Gomes. **SERÁ QUE ELE É?: Sobre quando Lampião da Esquina colocou as Cartas na Mesa**. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Manual Básico**. Rio de Janeiro, 1977-1978

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. **Ai-5**

BRASIL. Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. **Código de Telecomunicações Brasileiro**.

BRASIL. Decreto-lei nº 989, de 29 de setembro de 1969. **Lei de Segurança Nacional**.

BRASIL. Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962. **Código de Telecomunicações Brasileiro**.

BRASIL. Lei nº 5250, de 09 de fevereiro de 1967. **Lei de Imprensa**.

BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. **O Lampião da Esquina: Uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)**. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BRITO, Camila Pina. **CIDADANIA COLORIDA: Organização da Comunidade LGBT em Itabuna – 1978-2005**. 2014. 57 f. Monografia (Especialização) - Curso de História, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2014.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2010.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da História?. **Comunicação & Mercado**, Dourados, v. 1, n. 2, p.79-87, nov 2012.

CARNEIRO, Aílton José dos Santos. Por uma ascética homossexual: interrogando a identidade "gay" na formação do movimento homossexual brasileiro. In: LIMA, Marcelo Pereira (Org.). **Estudos de gênero e história: transversalidades**. Salvador, 2018. p. 5-35.

CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). **Dados**, [s.l.], v. 48, n. 1, p.115-147, mar. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0011-52582005000100005>.

CARVALHO, Lucas Borges de. A censura política à imprensa na Ditadura Militar:: fundamentos e controvérsias. **Revista Faculdade de Direito**, Curitiba, v. 59, n. 1, p.79-100, 2014.

CECCARELLI, Paulo Roberto; FRANCO, Samuel. Homossexualidade: verdades e mitos. **Bagoas**, n. 5, p.119-129, 2010.

COSTA, Rogério da Silva Martins da. **Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960: relatos do jornal O Snob**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação de História, Política e Bens Culturais (PPHPBC); Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil CPDOC; Fundação Getulio Vargas, 2010, 128p.

COUTO, André. **Convergência Socialista**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/convergencia-socialista>>. Acesso em: 30 set. 2019.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e "subversão" no Regime Militar. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan (Org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade**. São Carlos: Edufscar, 2014. p. 27-53.

Dicionário da Língua Portuguesa, da Porto Editora. INFOPÉDIA. **Politiburo**. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/politiburo>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. A Estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura: uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra. **Anais do XVII Simpósio Nacional de História**, Natal, p.1-12, jul. 2013.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra-doi. **Diálogos**, [s.l.], v. 18, n. 1, p.75-92, 24 jul. 2014. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v18i1.896>.

EC/CR. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. 2019. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>>. Acesso em: 30 set. 2019.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos Ael**, -, v. 10, n. 18, p.80-125, 2003.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, [s.l.], v. 2, n. 4, p.831-856, jul. 2009.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade**. São Carlos: Edufscar, 2014. p. 125-148.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60, jul. 2004.

FOCO, Congresso em. **Primeiro senador gay é eleito e representatividade LGBT aumenta no Congresso**. 2018. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/primeiro-senador-gay-e-eleito-e-representatividade-lgbt-aumenta-no-congresso/>>. Acesso em: 08 out. 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 8. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GIMENEZ, Mariana Quadros. "**Saindo do Armário**": porque é tempo de abertura: Memória, identidades e representações por meio do Lampião da Esquina (1978-1981). 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

GOHN, Maria da Gloria. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p.333-512, maio 2011.

GREEN, James N.. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cadernos Ael**, Campinas, v. 10, n. 18, p.16-39, jan. 2003.

GREEN, James N.. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N. et al (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 63-78.

GREEN, James N.. O grupo Somos, a esquerda e a resistência a Ditadura. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan (Org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade**. São Carlos: Edufscar, 2014. p. 177-199.

GREEN, James N.; CÉSPEDES, Carlos Manuel de; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades**. Brasil: -, 2014.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: Udufscar, 2014.

HOWES, R. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18/19, 22 set. 2010.

KAMINSKI, Leon Frederico. O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. **Antíteses**, v. 9, n. 18, p.467-493, 31 dez. 2016. Universidade Estadual de Londrina.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**.

LAMPIÃO da Esquina. Direção de Livia Perez. [s.l]: Doctela, 2016. Color.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. **Alcar 2015: 10º Encontro Nacional de História da Mídia**, Porto Alegre, p.1-12, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/at_download/file>. Acesso em: 10 out. 2017.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: A criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006). 2006. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007

LIMA, Marcus Antônio Assis. **Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/lima-marcus-assis-IMPRENSA-HOMOSSEXUAL-BRASIL.pdf>> Acesso em: 08 out. 2019

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINKSY, Carla (Org.). Fontes Históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 92-111.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. 312 p.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: política e identidade homossexual no Brasil da "abertura". Salvador: Edufba, 2018.

MARINHO, Maria Gabriela Silva Martins da Cunha; OLIVEIRA, Sonale Diane Pasto de. O GOVERNO GEISEL (1974-1979): DISPUTA PELO PODER ENTRE 'DUROS' E 'MODERADOS' E SUA EXPRESSÃO MEMORIALISTA ENTRE OS MILITARES. **Antíteses**, [s.l.], v. 8, n. 15, p.74-100, nov. 2015.

MARIUSSO, Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)**. 2015. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MARQUES, Luciana. Homossexualidade, cultura e representações sociais: Um breve percurso sobre a história de sua (des)patologização. **Poliantea**, Bogotá, v. 10, n. 18, p.227-267, jan. 2014.

MONTESANTI, Beatriz. **Mulheres são 15% do novo Congresso, mas índice ainda é baixo**. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/mulheres-sao-15-do-novo-congresso-mas-indice-ainda-e-baixo.htm>>. Acesso em: 08 out. 2018.

MOTT, Luiz. Etno-história da homossexualidade na América Latina. **História em Revista**, Pelotas, v. 4, p.1-15, jan. 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Contemporânea**, v. 3, n. 3, p.133-148, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 38, n. 79, p.195-216, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n79-10>.

- NETTO, David Antonio de Castro. A Estratégia Psicossocial como instrumento de construção e manutenção de legitimidade, adesão e consentimento na ditadura militar no Brasil (1964-1985). **Anais do XVII Simpósio Nacional de História**, Natal, p.1-15, jul. 2013.
- NEVES JÚNIOR, Mário Martins. A invenção da homossexualidade: rupturas e continuidades. **Agália**, Santiago de Compostela, v. 2, n. 114, p.100-117, jun. 2016.
- OKITA, Hiro. **Homossexualidade**: da opressão à liberdade. São Paulo: Sundermann, 2015. 112 p.
- OLIVEIRA, Ilana Saldanha Paiva de. **Efeitos da crise do petróleo de 1973 no Brasil**. 2006. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p.249-272, 2006.
- PEREIRA, Ronielyssom Cezar Souza. **"GAY-MACHO", "TRAVESTI" OU "BICHA PINTOSA"?: A PRODUÇÃO DISCURSIVA SOBRE REPRESENTAÇÕES HOMOERÓTICAS NO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981)**. 2017. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.
- PÉRET, Flávia. **A Imprensa gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2012.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 17, p.159-189, abr. 2009.
- QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968: o curto ano de todos os desejos. **Tempo Social**, v. 10, n. 2, p. 25-35, 11.
- RESENDE, Pâmela de Almeida. Da Abertura Lenta, Gradual e Segura à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: A Lógica do Dissenso na Transição Para a Democracia. **Revista Sul-americana de Ciência Política**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.36-46, 2014.
- RODRIGUES, Jorge Caê. **Impressões de identidade**: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil. Niterói: EdUFF, 2010
- SAMWAYS, Daniel Trevisan. História Política e Ditadura Militar. **Revista Territórios e Fronteiras**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.154-166, mar. 2008.
- SANTOS, Bárbara Ferreira. **Um a cada três brasileiros apoia intervenção militar no país**. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/um-a-cada-tres-brasileiros-apoia-intervencao-militar-no-pais/>>. Acesso em: 30 set. 2019.
- SARTI, Chyntia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 12, p.35-50, maio 2014.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 12, n. 2, p.71-99, jul. 1990.

SILVA, Cláudio Roberto da. **Reinventando o sonho**: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Daniel Henrique de Oliveira. **LAMPIÃO DA ESQUINA: LUTAS FEMINISTAS NAS PÁGINAS DO "JORNAL GAY", LUZES EM TEMPOS SOMRBIOS (BRASIL, 1978-1981)**. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política e Imaginário, História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SILVA, Natanel de Freitas. Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas. **Mosaico**, v. 7, n. 11, p.64-83, 2016.

SIMÕES JÚNIOR, Almerindo Cardoso. ‘...**E havia um lampião na esquina**’: Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura. (1978-1980). 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: Do movimento Homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOBRAL, Thasio Fernandes. **Uma luz que veio do infinito**: perseguição à homossexualidade masculina durante a ditadura militar e a resistência do Lampião da Esquina (1964-1981). 2016. 84 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2016.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, p. 29-62, 1994.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2018a. 726 p.

TREVISAN, João Silvério. Somos o quê mesmo? In: GREEN, James N. et al (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. Rio de Janeiro: Alameda, 2018b. p. 137-156.